

ANTONIO CARLOS SANTANA DE SOUZA

**AFRICANIDADE E CONTEMPORANEIDADE DO  
PORTUGUÊS DE COMUNIDADES AFRO-BRASILEIRAS  
NO RIO GRANDE DO SUL**

PORTO ALEGRE  
2015



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

**AFRICANIDADE E CONTEMPORANEIDADE DO PORTUGUÊS DE  
COMUNIDADES AFRO-BRASILEIRAS NO RIO GRANDE DO SUL**

ANTONIO CARLOS SANTANA DE SOUZA  
ORIENTADOR: PROF. DR. CLÉO VILSON ALTENHOFEN

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul,  
como requisito parcial para a obtenção do título de  
Doutor em Estudos da Linguagem, área de  
Linguagem no Contexto Social.

PORTO ALEGRE  
2015

Dedico este trabalho  
a Deus  
a Minha Mãe D. Zenaide Souza Santana  
und meinem Schatz Cristiane Schmidt.

## Meus agradecimentos para...

A CAPES, pela bolsa de estudos concedida.

O Prof. Cléo Vilson Altenhofen, pela paciência e bondade, sem as quais este trabalho não teria sido realizado.

O Projeto ALMA, por ter despertado em mim o gosto pela pesquisa.

As Coordenadoras Acadêmica e Operacional do DINTER, Lúcia Rebelo e Maria José Toledo Gomes pela dedicação nesta nossa etapa de formação.

O Prof. Dr. José Otávio Catafesto de Souza, insigne antropólogo da UFRGS, pela apresentação que me fez dos Quilombos do RS.

Os Amigos e colegas do Bacharelado em Letras e Licenciatura em Letras da Unidade de Campo Grande – UEMS pelo apoio incondicional em momentos de aperto.

O Prof. Marcelo Krug (UFFS) por sua contribuição teórica para este trabalho.

A Profa. Florence Carboni pela sua leitura atenta deste trabalho ainda na Qualificação e por suas sugestões para a melhoria final deste trabalho.

A Profa. Ingrid Finger pelo grande incentivo enquanto ministrava sua disciplina em Mato Grosso do Sul.

A Prof<sup>a</sup>. Margarida Maria Taddoni Petter (DL-USP), cuja dedicação ao conhecimento foi especialmente marcante na minha trajetória como aluno.

As famílias quilombolas que me recepcionaram, pela hospitalidade com que me receberam durante o trabalho de campo.

O amigo Sérgio Fidelix pelo prazer de tantas descobertas e aventuras compartilhadas.

O Sr. Canísio e demais funcionários da Secretaria de Pós do Programa pelos seus inúmeros auxílios no tocante às documentações.

Os Bolsistas do Projeto ALMA-H, Jussara, Lucas e Willian pelo apoio e incentivo quando do Estágio Docente.

A Bolsista do Projeto ALMA, Raquel Meneguzzo pelas valiosas transcrições.

A Secretária de Educação do Município de Canguçu, Ledeci Coutinho, afrodescendente e estudiosa sobre o afro-brasileiro no RS, que muito me ajudou e incentivou.

A minha família, pelo exemplo que vale mais do que todo o conhecimento que uma escola poderia me dar.

## RESUMO

A presente Tese perscruta a influência do **contato linguístico** entre afrodescendentes, nomeadamente *quilombolas*, e comunidades de fala presentes em seu entorno em diferentes áreas sócio-geográficas do Rio Grande do Sul (RS). Seu objetivo central é realizar uma **macroanálise pluridimensional da variação do português nessas comunidades afro-brasileiras**, dando especial atenção aos fenômenos que remontam, de um lado, a uma origem africana ou que, de outro lado, sinalizam uma mudança na direção do português contemporâneo. Este estudo busca contribuir, neste sentido, para integrar os estudos de línguas africanas e de seu contato com a língua portuguesa no Brasil, ampliando o conhecimento da língua falada por afro-brasileiros (PESSOA DE CASTRO, 1990; VOGT; FRY, 1996; CARENO, 1997; PETTER, 2001 e 2002; PETTER; FIORIN, 2009; LUCCHESI, 2009). O RS conta, atualmente, com 155 comunidades afro-brasileiras que englobam 3831 famílias. As comunidades selecionadas para esta Tese foram: RS01 Morro Alto (Osório) - Região do Litoral/Lagunas; RS02 Família Fidelix (Porto Alegre) – Região Metropolitana; RS03 Maçambique (Canguçu) - Região das Antigas Charqueadas; RS04 Palmas (Bagé) – Região dos Pampas; RS05 Cerro Formigueiro (Formigueiro) – Região da Depressão Central; RS06 São Roque (Arroio do Meio) – Serrana/Imigração e RS07 Comunidade Quilombola Correa (Giruá) – Região das Missões. As localidades selecionadas diferenciam-se por uma série de fatores, seja de ordem sócio-histórica, política ou geográfico, que podem influenciar a língua (portuguesa) falada nessas comunidades. Trata-se, em termos dialetológicos, de espaços descontínuos que lembram *ilhas linguísticas*, ocupadas por determinada população caracterizada por traços como origem étnica e língua particular, em que é possível identificar a comunidade afro-brasileira como um grupo minoritário diferente de outros. Para investigar a variedade do português falado nessas comunidades, nos baseamos na perspectiva teórica da dialetologia pluridimensional, conforme Thun (1998), Radtke e Thun (1996), a qual inclui nas pesquisas linguísticas diferentes dimensões espaciais e sociais em comunidades de fala distintas. Segundo Thun (1998), a “dialetologia pluridimensional” pode ser compreendida como a ciência geral da variação linguística e das relações entre variantes e variedades de um lado e de falantes de outro. À dimensão diatópica ou areal da geolinguística tradicional se incorporam outras dimensões, tais como a idade (dimensão diageracional) e o sexo (dimensão diassexual) etc. Através desse modelo de macroanálise da variação e dos contatos linguísticos, foi possível identificar no comportamento linguístico variável das sete comunidades afro-brasileiras alguns fatores determinantes da variação e mudança do português, apontados pelos dados dos diferentes pontos de pesquisa (dimensão diatópica), grupos etários GII e GI (dimensão diageracional) e falantes homens e mulheres (dimensão diassexual). A cartografia dos dados levantados por meio de um Questionário Fonético-fonológico - QFF (22 mapas) e de um Questionário Semântico-lexical - QSL (54 mapas) permitiu observar e comprovar empiricamente algumas tendências, entre as quais se destacam as seguintes: **a)** o comportamento linguístico dos membros dessas comunidades com respeito à manutenção ou perda das marcas de africanidade no português varia entre **1)** uma variedade mais conservadora, mais presente entre os falantes mais velhos, **2)** uma adequação ao português regional ou geral falado no entorno dessas comunidades e, por fim, **3)** uma reintegração de marcas de africanidade em virtude de uma consciência étnica e identitária crescente que pode ser associada à própria constituição e reconhecimento dessas comunidades quilombolas; **b)** na dimensão diageracional, observou-se, portanto, uma mudança em curso geral, em toda a rede de pontos da pesquisa, na direção tanto da perda quanto da reintegração de marcas de africanidade nesses contextos; **c)** na dimensão

diassexual, as mulheres parecem apresentar uma tendência maior de adesão às inovações ou às variantes do português do entorno, já os homens se mostram como os mais conservadores; **d**) no plano diatópico, o conjunto dos pontos de pesquisa se distingue entre uma adesão maior ou menor a determinadas variantes [+/- **afro**], sendo que se pode visualizar as seguintes tendências nos mapas: **1)** o comportamento linguístico dos afro-brasileiros nos pontos RS01 e RS02 parece refletir uma consciência étnica e identitária maior, provavelmente como reflexo de ações do movimento negro. Estes pontos do litoral e metropolitano são os que mais conhecem formas [+**afro**]. **2)** RS02, RS03 e RS05 como pontos mais próximos de grandes centros urbanos (Porto Alegre, Pelotas e Santa Maria) compartilham, ao mesmo tempo, influências que sugerem uma aproximação ao português brasileiro mais geral. Essa tendência, no entanto, carece de uma descrição mais clara. **3)** RS05 (de Depressão Central) e RS07 (das Missões) são os pontos que apresentam mais perdas de marcas [+**afro**] no português. São, ao mesmo tempo, os pontos mais distantes do litoral. **4)** RS06 e RS07 são os pontos que, ao menos na variação fonética, apresentam mais influências do português de contato com línguas de imigração (alemã e italiana). RS07 se destaca, aliás, pela resistência a formas inovadoras do português brasileiro. **5)** os pontos mais ao norte – RS01, RS06, RS07 e, em parte, RS05 apresentam variantes que sugerem a influência do português paulista, sobretudo na fonética, provavelmente reflexo do contato linguístico que se deu por meio das rotas de tropeiros, no séc. XIX. **6)** RS04, ao contrário, reflete fortemente o português fronteiriço, já entre falantes da GII, o que pode sugerir uma perda, já bem cedo, de marcas [+**afro**] em favor do português dominante no entorno, falado pelos luso-brasileiros. Esta tendência é compartilhada, em parte, pelo ponto RS03, que no entanto apresenta um comportamento mais variável (não tão estável como na Região dos Pampas) que oscila entre uma influência anterior regional e uma influência recente mais geral do português brasileiro. Em suma, os comportamentos linguísticos dos membros das comunidades afro-brasileiras pesquisadas, no Rio Grande do Sul, convergem de modo geral para uma orientação centrífuga, que se contrapõe à noção de isolamento que tradicionalmente se associa a esse tipo de contexto, visto que a perda de marcas de africanidade e adoção de marcas da variedade do português brasileiro e regional do entorno é uma constante.

**Palavras-chave:** Afro-brasileiros do Rio Grande do Sul; Macroanálise Pluridimensional; Origem Africana; Línguas Afro-brasileiras; Contatos Linguísticos.

## ABSTRACT

This thesis investigates the influence of **language contact** between African descent, including Quilombolas, and speech communities present in your surroundings at different socio-geographical areas of Rio Grande do Sul (RS). Its main objective is to perform a **multidimensional macro analysis of the variation of these african Portuguese-Brazilian communities**, with special attention to phenomena that go back on the one hand, an african origin or, on the other hand, indicate a change in the direction of contemporary portuguese. This study seeks to contribute in this sense to integrate the study of african languages and their contact with the portuguese in Brazil, expanding the knowledge of the language spoken by afro-brazilians (CASTRO PERSON, 1990; VOGT; FRY, 1996; CARENO 1997; Petter, 2001 and 2002; Petter; FIORIN, 2009; LUCCHESI, 2009). The RS currently has 155 afro-brazilian communities that include 3831 families. The communities selected for this thesis were: RS01 Morro Alto (Osório) – Litoral/Lagunas Region; RS02 Família Fidelix (Porto Alegre) - Metropolitana Area; RS03 Maçambique (Canguçu) - Region of the Antigas Charqueadas; RS04 Palmas (Bagé) - Region of the Pampas; RS05 Cerro Formigueiro (Formigueiro) - Region of Depressão Central; RS06 São Roque (Arroio do Meio) - Serrana/Imigração and RS07 Comunidade Quilombo Correa (Giruá) - Region of Missões. The selected locations are distinguished by a number of factors, whether socio-historical, political or geographical, that may influence the language (Portuguese) spoken in those communities. Certain population characterized by traits like ethnicity and particular language in dialetologics terms of discontinuous spaces that resemble linguistic islands, occupies it, it is possible to identify the afro-brazilian community as a different minority group of others. To investigate the variety of Portuguese spoken in those communities, we rely on the theoretical perspective of multidimensional dialectology as Thun (1998), Radtke and Thun (1996), which includes the linguistic research different spatial and social dimensions in different speech communities. According Thun (1998), “multidimensional dialectology” can be understood as the general science of language variation and relations between variants and varieties on one side and the other speakers. To diatopical dimension or areal of the traditional geolinguistic incorporate other dimensions, such as age (diageracional dimension) and sex (diassexual dimension) etc. Through this macro analysis model of variation and language contacts, it was possible to identify the variable linguistic behavior of the seven afro-brazilian communities some determinants of variation and change in portuguese, indicated by data from different points of research (diatopical dimension), age groups GII and GI (diageracional dimension) and talking men and women (diassexual dimension). The mapping of data collected through a phonetic-phonological Questionnaire - QFF (22 maps) and a Semantic-lexical Questionnaire - QSL (54 maps) allowed to observe and empirically demonstrate some trends, among which the following stand out: a) the linguistic behavior of members of these communities with respect to the maintenance or loss of Africanity marks in portuguese varies between 1) a more conservative range, more present among older speakers, 2) an adjustment to regional or general portuguese spoken around these communities and, finally, 3) reintegration African identity marks due to a growing ethnic consciousness and identity that can be associated with own constitution and recognition of these quilombolas communities; b) in diageracional dimension, it was observed, so a change in the general course, throughout the network of research points toward both the loss and the reintegration of africanity marks in these contexts; c) in diassexual dimension, women appear to be more likely to join the innovations or of the portuguese surrounding variants, since men are shown as the most conservative; d) in diatopic plan, the research points of the set is distinguished

from a greater or lesser adherence to certain variants [+/- **afro**], and you can view the following trends in maps: 1) the linguistic behavior of afro-brazilian RS01 and RS02 in points seems to reflect a more ethnically and identity awareness, probably as a result of actions of the black movement. These points of the Litoral and Metropolitana are the most known forms [+ **afro**]. 2) RS02, RS03 and RS05 as closest points of large cities (Porto Alegre, Pelotas and Santa Maria) share at the same time, influences that suggest an approach to the broader brazilian portuguese. This trend, however, lacks a clearer description. 3) RS05 (Depressão Central) and RS07 (Missões) are the points that have more losses brands [+ **afro**] in portuguese. Are at the same time, the farthest points of the coast. 4) RS06 and RS07 are the points that, at least in phonetic variation, have more influences of portuguese contact with immigration languages (german and italian). RS07 stands out, moreover, by the resistance to innovative forms of brazilian portuguese. 5) points further north - RS01, RS06, RS07 and partly RS05 feature variations that suggest the influence of São Paulo portuguese, especially in phonetics, probably reflecting the language contact that occurred through the drovers routes, in the 19th century. 6) RS04, by contrast, strongly reflects the portuguese border, already among speakers of the GII, which may suggest a loss since early, marks [+ **afro**] in favor of the portuguese dominant in the surroundings, spoken by the luso-brazilians. This trend is shared in part by the RS03 point, which however has a more variable behavior (not as stable as in the region of the Pampas) dangling from a previous regional influence and a more general influence of recent brazilian portuguese. In short, the linguistic behavior of members of the surveyed afro-brazilian communities in Rio Grande do Sul, converge generally to a centrifugal direction, which goes against the notion of isolation that traditionally associated with this kind of context, as the loss of africanity marks and adoption marks of the variety of brazilian portuguese and surrounding regional brands is a constant.

Keywords: Afro-brazilians of Rio Grande do Sul; Macroanalysis Pluridimensional; African origin; Afro-brazilian languages; Contacts Language.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ABA: Associação Brasileira de Antropologia
- ADCT: Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
- ADDU: Atlas lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay
- ALERS: Atlas Lingüístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil
- ALiB: Atlas Lingüístico do Brasil
- ALMA-H: Atlas Lingüístico-Contatual das Minorias Alemãs na Bacia do Prata:  
Hunsrückisch
- Ce: Com Escolaridade
- Conta: monolíngues e/ou contato com língua alóctones
- Crist: cristão (católico, evangélico etc)
- CTG: Centro de Tradições Gauchas
- FCP: Fundação Cultural Palmares (FCP)
- GI (geração jovem)
- GII (geração velha)
- GTDL: Grupo de Trabalho da Diversidade Lingüística do Brasil
- H: Homens
- IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- INCRA-RS: Instituto de Colonização e Reforma Agrária – Superintendência do Rio Grande do Sul
- INDL: Inventário Nacional da Diversidade Lingüística
- IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- Lafri: praticantes de línguas ritualísticas de religiões de matriz africana
- Lg: fala “objetiva”
- M: Mulheres
- Mafri: cultos de matriz africana
- MLg: fala metalingüística
- PB: Português do Brasil
- QFF: Questionário Fonético-Fonológico
- QMS: Questionário Morfossintático
- QSL: Questionário Semântico-Lexical
- RCI: Região de Colonização Italiana
- Resp: respostas ao questionário

RTID: Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

Se: Sem Escolaridade

Tx: conversa livre (etnotextos)

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Processo de expansão da língua bantu (ANJOS, 2005, p. 22) .....	16
Figura 2: África – estrutura espacial dos principais Estados e formações políticas até o século XVIII – fronteiras aproximadas (ANJOS, 2005, p. 24) .....	17
Figura 3: Mapa e quadro elaborados por Yeda Pessoa de Castro (2001, p. 47) .....	24
Figura 4: África Linguístico. Fonte: <a href="http://2.bp.blogspot.com/-Ce_ysBabaso/UPG1ZocHDZI/AAAAAAAAACg0/WX0sQhnuPls/s1600/Sem+t%C3%ADtulo.jpg">http://2.bp.blogspot.com/-Ce_ysBabaso/UPG1ZocHDZI/AAAAAAAAACg0/WX0sQhnuPls/s1600/Sem+t%C3%ADtulo.jpg</a> .....	25
Figura 5: Famílias linguísticas da África .....	28
Figura 6: Quilombos e insurreições (MOURA; SCHWARCZ; HAMBURGER, 1996) .....	48
Figura 7: Quilombos Contemporâneos (MOURA; SCHWARCZ; HAMBURGER, 1996, p. 34) .....	49
Figura 8: Quadro das comunidades remanescentes de antigos quilombos no Brasil – 2000 – primeira sistematização. Fonte: (ANJOS, 2000, Mapa Temático 8) .....	50
Figura 9: Número de ocorrências de comunidades remanescentes de antigos quilombos no Brasil – 2000 (ANJOS, 2005, p. 46, Fig. 13) .....	51
Figura 10: Comunidades Quilombolas segundo a Fundação Palmares.....	53
Figura 11: Procedimentos administrativos da regularização de Quilombos (Fonte: Incra/RS) .....	54
Figura 12: Quadro geral de Comunidades Remanescentes de Quilombos – 2013 (Fonte Fundação Cultural Palmares) .....	55
Figura 13: Mapa do Estado do Rio Grande do Sul dividido em regiões (Fonte: <a href="http://img.radios.com.br/mapas/brasil_riograndesul.gif">http://img.radios.com.br/mapas/brasil_riograndesul.gif</a> ) .....	57
Figura 14: Modelo da dialetologia pluridimensional e relacional, segundo o esquema de Thun (1998, p. 705) .....	67
Figura 15: Grupos de informantes entrevistados e representados em cruz, conforme Thun (2010) .....	105
Figura 16: Mapa-base com a rede de pontos da pesquisa .....	106

**LISTA DE QUADROS**

Quadro 1: Dimensões de análise consideradas pelo ALMA-H (cf. ALTENHOFEN, 2013) .....	68
Quadro 2: Dimensões e parâmetros de análise da pesquisa .....	78
Quadro 3: Número de informantes .....	95

## SUMÁRIO

<b>RESUMO .....</b>	<b>V</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>VII</b>
<b>LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS .....</b>	<b>IX</b>
<b>LISTA DE FIGURAS .....</b>	<b>XI</b>
<b>LISTA DE QUADROS .....</b>	<b>XII</b>
<b>SUMÁRIO .....</b>	<b>XIII</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>01</b>
<b>1 DA ORIGEM AFRICANA ÀS COMUNIDADES AFRO-BRASILEIRAS .....</b>	<b>15</b>
1.1 Caracterização de uma África .....	15
1.2 Trajetória linguística na diáspora africana .....	18
1.2.1 Línguas de partida: origem africana .....	25
1.2.2 Contatos linguísticos no Brasil .....	30
1.2.3 O discurso sobre a influência africana no português do Brasil.....	33
1.3 Espaços de africanidade .....	36
1.3.1 Quilombo e quilombola: ressemantização de um conceito .....	45
1.3.2 Comunidades afro-brasileiras no espaço brasileiro .....	47
1.3.3 Comunidades afro-brasileiras no Rio Grande do Sul .....	56
1.4 Afrodescendentes no contexto das línguas minoritárias .....	60
<b>2 MACROANÁLISE PLURIDIMENSIONAL E CONTATUAL: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS .....</b>	<b>63</b>
2.1 Antecedentes da Dialectologia Pluridimensional .....	63
2.2 Espaço e sociedade na relação entre sociolinguística e dialectologia .....	65
2.3 Configurações do espaço pluridimensional .....	66
2.3.1 Ampliação da noção de “espaço” .....	69
2.3.2 Conceito de “ilha linguística” .....	70
2.4 Comunidade de fala e comunidade de prática .....	73

2.5	Variação e mudança linguística .....	76
2.6	Dimensões de análise .....	77
2.6.1	Dimensão diatópica: rede de pontos .....	78
2.6.1.1	RS01 (Morro Alto, Osório) .....	80
2.6.1.2	RS02 (Família Fidelix, Porto Alegre) .....	81
2.6.1.3	RS03 (Maçambique, Canguçu) .....	82
2.6.1.4	RS04 (Palmas, Bagé) .....	85
2.6.1.5	RS05 (Cerro Formigueiro, Formigueiro) .....	88
2.6.1.6	RS06 (São Roque, Arroio do Meio) .....	90
2.6.1.7	RS07 (Comunidade Quilombola Correa, Giruá) .....	92
2.6.2	Dimensão diageracional e diassexual: perfil dos informantes .....	94
2.7	Coleta dos dados .....	95
2.7.1	Entrevistas com questionário .....	99
2.7.2	Observações em campo .....	101
2.7.3	Análise documental .....	102
2.8	Cartografia e análise dos dados .....	105
<b>3</b>	<b>ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS:</b>	
	<b>MARCAS DE AFRICANIDADE NO TEMPO E</b>	
	<b>NO ESPAÇO PLURIDIMENSIONAL .....</b>	<b>107</b>
3.1	Foco da análise e características dos contextos estudados .....	107
3.2	Variáveis linguísticas: pontos de suscetibilidade à variação e mudança .....	112
3.3	Análise dos dados cartografados .....	113
3.3.1	Mapeamento de variáveis do QFF .....	114
3.3.2	Mapeamento de variáveis do QSL .....	118
3.3.3	Resumo de macrotendências observadas .....	127
3.4	Sínteses: o que a variação linguística sinaliza sobre os condicionamentos sociais nas comunidades afro-brasileiras .....	129
3.4.1	Dimensão diatópica: condicionamentos sócio-geográficos .....	130
3.4.2	Dimensão diageracional: mudanças em tempo aparente .....	132
3.4.3	Dimensão diassexual: a fala de homens e mulheres .....	133
3.5	Português afro-brasileiro ou português dos afro-brasileiros? .....	134
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>137</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>144</b>

<b>APÊNDICES .....</b>	<b>153</b>
APÊNDICE A - Questionário para as Comunidades Quilombolas do Rio Grande do Sul .....	154
<b>ANEXOS .....</b>	<b>166</b>
ANEXO A - Questionário de Palavras/Termos de Origem Africana.....	167
ANEXO B – Lista de Mapas Elaborados para a Tese .....	175
Mapa 001 - Va[rr]er (QFF02)	
Mapa 002 - A[rr]oz (QFF03)	
Mapa 003 - Ca[rr]o (QFF19)	
Mapa 004 - [R]evólver (QFF15)	
Mapa 005 - Co[r]da (QFF20)	
Mapa 006 - Fe[r]vendo (QFF21)	
Mapa 007 - Sa[l] (QFF05)	
Mapa 008 - Bicic[l]eta (QFF11)	
Mapa 009 - O[lh]o (QFF13)	
Mapa 010 - Ve[lh]o (QFF18)	
Mapa 011 - Mi[lh]aral (QFF23)	
Mapa 012 - Revó[l]ver (QFF15)	
Mapa 013 - Ca[l]ça (QFF24)	
Mapa 014 - Men[t]ira (QFF06)	
Mapa 015 - Noi[t]e (QFF08)	
Mapa 016 - Tar[de] (QFF09)	
Mapa 017 - Tr[ês] (QFF10)	
Mapa 018 - Cr[uz] (QFF17)	
Mapa 019 - Arr[oz] (QFF03)	
Mapa 020 - Prociss[ão] (QFF16)	
Mapa 021 - Muito (QFF12)	
Mapa 022 - Qua[s]e (QFF22)	
Mapa 023 - Barulho (QSL01): Sugerência de <i>banzé, auê, fuá</i>	
Mapa 024a - Corcunda (QSL03): Resposta espontânea	
Mapa 024b - Corcunda (QSL03): Sugerência de <i>corcova</i>	
Mapa 025a - Menino (QSL04): Ocorrência de <i>guri</i>	
Mapa 025b - Menino (QSL04): Sugerência de <i>gibi</i>	

- Mapa 025c - Menino (QSL04): Ocorrência de *moleque*
- Mapa 026a - Desordem (QSL10): Sugerência de *fuzuê*
- Mapa 026b - Desordem (QSL10): Sugerência de *furdunço*
- Mapa 026c - Desordem (QSL10): Sugerência de *fuzuê* e *furdunço*
- Mapa 027a - Confusão (QSL11): Resposta espontânea
- Mapa 027b - Confusão (QSL11): Sugerência de *bololô*, *forrobodó*, *muvuca*, *quizumba*
- Mapa 027c - Confusão (QSL11): Sugerência de *bololô*
- Mapa 027d - Confusão (QSL11): Sugerência de *quizomba*
- Mapa 028a - Feitiço (QSL12): Ocorrência das formas *saravá* . *macumba*, na resposta espontânea
- Mapa 028b - Feitiço (QSL12): Ocorrência de *mandinga*
- Mapa 028c - Feitiço (QSL12): Sugerência de *mandraque*, *mandraca*
- Mapa 028d - Feitiço (QSL12): Sugerência de *ebó*
- Mapa 029a - Mexerico (QSL13): Ocorrência de *mexerico*
- Mapa 029b - Mexerico (QSL13): Ocorrência de *fuxico*
- Mapa 029c - Mexerico (QSL13): Sugerência de *futrica*
- Mapa 029d - Mexerico (QSL13): Sugerência de *candongá*, *futrica*, *zumzumzum*
- Mapa 030 - Prostituta (QSL14): Ocorrência de *quenga*
- Mapa 031 - Lugar distante (QSL15): Ocorrência de *cafundó*
- Mapa 032a - Moradia (QSL16): Sugerência de *biboca*
- Mapa 032b - Moradia (QSL16): Ocorrência de *cafofo*
- Mapa 032c - Moradia (QSL16): Sugerência de *mocó*
- Mapa 032d - Moradia (QSL16): Sugerência de *mocambo*, *mocó*, *cafofo* e *moquiço/moquiço*
- Mapa 033a - Moringa (QSL18): Resposta espontânea
- Mapa 033b - Moringa (QSL18): Ocorrência da var. *moringa*
- Mapa 034a - Montículo (QSL20): Resposta espontânea
- Mapa 034b - Montículo (QSL20): Sugerência de *morundum/molundum*
- Mapa 035 - Aguardente (QSL21): Sugerência de *marafó/malafo*
- Mapa 036a - Bodega (QSL22): Ocorrência de *bodega*
- Mapa 036b - Bodega (QSL22): Ocorrência de *boteco*
- Mapa 036c - Bodega (QSL22): Ocorrência de *boliche/bolicho*
- Mapa 036d - Bodega (QSL22): Ocorrência de *bodega* e *boteco* como resposta espontânea
- Mapa 036e - Bodega (QSL22): Sugerência de *biboca*
- Mapa 037a - Geleia (QSL24): Ocorrência de *chimia* e *geleia* como resposta espontânea

- Mapa 037b - Geleia (QSL24): Ocorrência de *chimia*
- Mapa 038a - Dinheiro (QSL25): Ocorrência de *bufunfa*
- Mapa 038b - Dinheiro (QSL25): Sugerência de *tutu*
- Mapa 038c - Dinheiro (QSL25): Ocorrência de *dindim*
- Mapa 039a - Cego de um olho (QSL26): Resposta espontânea
- Mapa 039b - Cego de um olho (QSL26): Ocorrência de *zanolho*
- Mapa 039c - Cego de um olho (QSL26): Ocorrência de *caolho*
- Mapa 039d - Cego de um olho (QSL26): Sugerência de *mirolho*
- Mapa 040a - Calcanhar (QSL28): Resposta espontânea
- Mapa 040b - Calcanhar (QSL28): Forma espontânea de *calcanhar*
- Mapa 040c - Calcanhar (QSL28): Sugerência de *carcanha*
- Mapa 041a - Morrer (QSL29): Ocorrência de *falecer* e *morrer* como resposta espontânea
- Mapa 041b - Morrer (QSL29): Sugerência de *ir para o beleléu*
- Mapa 041c - Morrer (QSL29): Sugerência de *ir pras cucuias*
- Mapa 042a - Tocaio (QSL30): Resposta espontânea
- Mapa 042b - Tocaio (QSL30): Ocorrência de *tocaio*
- Mapa 042c - Tocaio (QSL30): Ocorrência de *xará*

ANEXO C - Comunidades Remanescentes de Quilombos Planilha de Acompanhamento  
 .....252

ANEXO D - Relação de Comunidades Remanescentes de Quilombos – Rio Grande do  
 Sul .....257

## INTRODUÇÃO

As pesquisas e enfoques na área de **Sociolinguística e Dialeto** tem como foco central o estudo da relação entre o uso da língua falada e o contexto social. A correlação entre esses dois eixos – linguístico e extralinguístico – em situações de contatos linguísticos e de plurilinguismo envolvendo línguas minoritárias em contato com o português, no entanto, só nos últimos anos, a partir das políticas de fomento da diversidade linguística vem ganhando um impulso mais significativo (cf. MELLO; ALTENHOFEN; RASO, 2011; ALTENHOFEN, 2013a). O objeto de estudo da presente Tese aparece nessa perspectiva abordado como “língua afro-brasileira”, sendo o tipo de contato historicamente um contato africano-português, porém sincronicamente uma modalidade de contato intervareta, de variedades do português de base histórica distinta. A pesquisa desenvolvida nesta Tese perscruta, neste sentido, a influência do contato linguístico entre afro-brasileiros<sup>1</sup>, nomeadamente quilombolas<sup>2</sup>, e comunidades de fala presentes em seu entorno em diferentes áreas sócio-culturais do Rio Grande do Sul (RS). Seu objetivo central é realizar uma **macroanálise pluridimensional da variação do português nessas comunidades afro-brasileiras**, dando especial atenção aos fenômenos que remontam, de um lado, a uma origem africana ou, de outro, sinalizam a incorporação de inovações do português contemporâneo.

Para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que leva a cabo o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), o *português afro-*

---

<sup>1</sup> “A despeito do conteúdo histórico, o conceito de quilombos, contemporaneamente, designa a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos do Brasil. Ele não mais se refere a resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica nem, tampouco, se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados. Consistem, sim, em grupos que consolidaram um território próprio e nele desenvolveram práticas cotidianas de resistência e reprodução de seus modos de vida. O que os define é a experiência vivida e as versões compartilhadas de sua trajetória comum e da continuidade enquanto grupo” (FILHO, s/d, apud MORAES, 2014, p. 110).

<sup>2</sup> Nesta Tese, que tem por foco o estudo da variação e contatos linguísticos do português em comunidades afro-brasileiras, cabe precisar os seguintes conceitos, correntes em diferentes âmbitos da sociedade:

**Quilombola** = afrodescendente que vive e reside em comunidades afro-brasileiras;

**Quilombo** = O termo quilombo, originalmente era utilizado apenas para chamar um local utilizado por populações nômades, ou então pequenos acampamentos de comerciantes, e com o início da escravidão, os escravizados adotaram o termo para o lugar que eles fugiam, e foi no Brasil que o termo ganhou o sentido que tem atualmente. Quilombo é o nome dado no Brasil aos locais de refúgio dos escravizados fugidos de casas de família, engenhos e fazendas durante o período colonial e imperial; ficavam escondidos nas matas, em lugares preferencialmente inacessíveis, como o alto das montanhas e grutas; os quilombos duraram todo o período da escravidão no Brasil. Muitos quilombos existiram no Brasil e centenas deles ainda existem, formando o que hoje é chamado de comunidades afro-brasileiras.

*brasileiro* designa uma variedade constituída pelos padrões de comportamento linguístico de comunidades, na sua maioria rurais, compostas predominantemente por descendentes de escravizados que se fixaram em localidades remotas do interior do país, praticando até os dias de hoje a agricultura de subsistência<sup>3</sup>. Muitas dessas comunidades têm a sua origem em antigos “quilombos” de escravizados foragidos e ainda se conservam em um grau relativamente alto de isolamento. Esta visão mais tradicional de comunidades “antigas”, “isoladas”, “predominantemente rurais” e “eticamente demarcadas” parece ser também a visão corrente no senso comum.

Segundo essa perspectiva, o português afro-brasileiro guarda uma especificidade no universo mais amplo do português popular rural brasileiro (ou, mais precisamente, norma popular rural do português brasileiro), não apenas pelas características sociohistóricas próprias às comunidades em que ele é falado, mas, sobretudo, pelas características linguísticas que o distinguiriam das demais variedades do português popular do Brasil (ou melhor, da norma popular brasileira)<sup>4</sup> (LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009, p. 32).

Seguindo esse mesmo ponto de vista linguístico, Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2009, p. 31-33) centram seu trabalho no caráter pluriétnico do Brasil, dando especial atenção às comunidades rurais afro-brasileiras isoladas, ampliando o conhecimento sistemático acerca da realidade linguística destes grupos e comunidades, para eles falantes do que denominam de *português afro-brasileiro*. A definição desse conceito fundamenta-se, não em parâmetros étnicos, mas em parâmetros sócio-históricos. Não se reconhece no Brasil uma fronteira linguística determinada por fatores étnicos, como ocorre, por exemplo, nos EUA, onde o chamado *Black English* constitui uma variedade específica do inglês empregada pelos afro-americanos. Mas o português afro-brasileiro não é o português empregado pelos afro-brasileiros em geral. Muitos praticam a **norma culta brasileira** ou a **norma popular urbana**, ou **rurbana**.

---

<sup>3</sup> Informações obtidas do Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística do Brasil (GTDL). Relatório de Atividades (2006/2007). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=840>.

<sup>4</sup> A etnolinguista Yeda Pessoa de Castro alerta para a “falta de dados” no tocante às línguas de origem afro-brasileira, onde a carência de informações e registros ainda é maior. Sistemas lexicais de diferentes línguas africanas, segundo Yeda, foram preservados pelas religiões afro-brasileiras como marca litúrgica. Mas, de acordo com a pesquisadora, nenhuma língua original da África continua sendo falada no País, nem em comunidades de remanescentes de “quilombos”. A pesquisadora observa que as cerca de 500 línguas faladas pelo grupo Banto na região central e sul da África foram as que mais influenciaram o português do Brasil; mas, para a ela, as línguas africanas no Brasil foram historicamente “desprezadas”. “Quais universidades se dedicam a pesquisas?”, questiona. “São vistas como línguas que nem faladas eram. Parece que os 4 milhões de africanos trazidos para cá eram mudos.” Disponível em: [http://www.ufcg.edu.br/prt\\_ufcg/assessoria\\_imprensa/mostra\\_noticia.php?codigo=7131](http://www.ufcg.edu.br/prt_ufcg/assessoria_imprensa/mostra_noticia.php?codigo=7131)

O **português afro-brasileiro** designa, assim, uma variedade constituída pelos padrões de comportamento linguístico de comunidades afro-brasileiras. Fica a pergunta se o seu conceito é aplicável da mesma maneira e sentido a comunidades do Rio Grande do Sul, onde é sabido atuarem variáveis extra-linguísticas, tais como imigração, charqueada e campo, sobre as quais carecemos de mais estudos linguísticos. A maioria dos estudos sobre os afrodescendentes é de ordem antropológica e histórica (v. LAYTANNO, 1936, 1942; MAESTRI, 1979, 1984; MOREIRA, 2003). Nessas comunidades de fala ainda permanecem os reflexos dos processos de variação e mudança induzidos pelo contato entre línguas que marcaram a origem histórica no interior do país.

Algumas, porém, foram adquirindo forçosamente, em seu processo de integração, os padrões urbanos de maior valor simbólico, dando origem ao indivíduo **rurbano** (ALTENHOFEN, 2006) marcado por seu caráter híbrido. Nesse contexto, as comunidades afro-brasileiras constituem um espaço único para a pesquisa em linguística sócio-histórica que visa a rastrear os reflexos do contato entre línguas na estrutura gramatical das variedades atuais do português brasileiro. Ao reunir essas características, essas comunidades de fala ocupariam um papel específico no cenário das variedades do português do RS. Essa especificidade seria atestada com a identificação nelas de processos de variação que estariam ausentes em outras comunidades de fala.

Por outro lado, considerando que muitos processos de variação e mudança induzidos pelo contato se alastraram para todas as variedades do português no Brasil, inclusive a sua norma culta, é de se esperar que esses processos se apresentem com um maior nível de intensidade nessas comunidades afro-brasileiras, mesmo em face das demais comunidades do entorno<sup>5</sup>.

Não se pode pensar em qualquer variedade linguística historicamente determinada, sem levar em conta a sua heterogeneidade inerente. Não obstante a sua especificidade, as comunidades afro-brasileiras não apresentam um comportamento linguístico uniforme. Portanto, é natural que os efeitos do contato entre línguas sejam mais notáveis em umas comunidades do que em outras. O que se espera é que, de modo geral, os efeitos sejam nelas mais observáveis do que nas demais comunidades do entorno, o que justificaria o conceito de **português afro-brasileiro** proposto por Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2009, p. 32).

---

<sup>5</sup> Com relação às línguas do entorno, no início do trabalho pensei nestas entrevistas, onde os vizinhos que convivem diariamente com os afrodescendentes pudessem responder ao mesmo questionário; mas com as limitações de tempo não foi possível realizar essas entrevistas suplementares. Por esta razão, procurei outro procedimento para dar conta desse dado. Optei, por isso, por dados do ALERS para suprir esse ponto.

A partir dos questionamentos que colocam frente a frente o português brasileiro e as especificidades de um português afro-brasileiro, buscou-se, neste estudo de Doutorado, analisar e interpretar, por meio do modelo pluridimensional e relacional, a manutenção e perda de marcas de africanidade no português falado por afro-brasileiros representantes da GII e da GI (dimensão diageracional), homens e mulheres (dimensão diasssexual), de sete comunidades afro-brasileiras situadas em diferentes regiões do RS (dimensão diatópica). As entrevistas realizadas com questionários fonético-fonológico (QFF), semântico-lexical (QSL) e morfossintático (QMS)<sup>6</sup>, acrescidas de conversas livres e observação participante, resultaram em um *corpus* de mais de 1993 minutos e 54 segundos ou 33:13:54 horas de gravações. Com isso, esta Tese pretende colocar no centro da pauta da pesquisa os afro-brasileiros e seu comportamento linguístico atual, bem como o contato intervietal (entre variedades do português) e interlingual (entre línguas distintas, em contexto de multilinguismo).

O Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística (GTDL) dispôs como base para o INDL um leque de seis categorias de línguas, buscando demarcar especificidades e controlar parâmetros de análise e comparação entre um estudo e outro. As línguas brasileiras – obedecendo às designações de relevância para a memória, identidade e longevidade (devem existir no mínimo há 75 anos, ou seja, há três gerações) – seriam assim inventariadas: 1) língua indígena próxima da extinção; 2) língua indígena de grande população e extensão territorial; 3) língua de imigração; **4) língua de comunidade afro-brasileira**; 5) língua crioula e 6) língua de sinais:

O desaparecimento das línguas africanas no Brasil, o maior pólo escravocrata do mundo na era moderna, relaciona-se com a eliminação física dos próprios escravos, sua vida relativamente curta nas cruéis condições das fazendas, a dificuldade que tiveram em se estabelecer como comunidades e de constituir famílias. Relaciona-se também com a sua desvalorização, por parte dos segmentos do governo e da sociedade, de tudo o que se relacionava com a cultura dos escravos. Apesar disso, os quilombos nos dão mostras de grande vitalidade e originalidade linguísticas, ainda muito pouco estudadas, e que chamaremos nesse documento de *línguas de comunidades afro-brasileiras* (Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística do Brasil (GTDL) - Relatório de Atividades (2006/2007), p. 4).

A investigação acerca das línguas africanas é ciência recente; muito se baseou nos estudos de Nina Rodrigues, Jacques Raimundo e Artur Ramos, dentre outros. Nosso

---

<sup>6</sup> Nesta Tese só foram analisadas as entrevistas com QFF e QSL. Apesar de realizadas as gravações, não tivemos a oportunidade de analisar as questões morfossintáticas que permeiam a fala das comunidades afro-brasileiras. O QMS ficará para uma futura análise, estando disponível para outros estudos.

trabalho configura-se em mais um esforço para integrar os estudos de línguas africanas e seu contato com a língua portuguesa no Brasil e seu reflexo sobre a língua falada atualmente por afro-brasileiros (PESSOA DE CASTRO, 1990; VOGT; FRY, 1996; CARENO, 1997; PETTER, 2001 e 2002; FIORIN; PETTER, 2009; LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO 2009). As pesquisas realizadas por linguistas estrangeiros também contribuíram significativamente para aprofundar o conhecimento da verdadeira extensão da participação da África na formação da língua portuguesa no Brasil (JEROSLOW, 1975; GUY, 1981 e 1989; BAXTER, 1992 e 1995; NARO; SCHERRE, 1993; BONVINI, 2002 e 2009).

Muito tempo se passou desde que Amaral (1976 [1920]) chamou a atenção para a questão da carência de trabalhos de descrição do português falado no Brasil e ainda hoje, apesar do grande número de trabalhos publicados durante o século passado e o transcorrer deste século, não se pode dizer que as variedades linguísticas existentes em nosso país sejam conhecidas, ou seja, ainda não se pode dizer em que consiste realmente o português do Brasil, em toda sua extensão e multiplicidade.

Se em todo o território nacional há vários tipos de empecilhos que dificultam a execução de trabalhos de descrição linguística, a escassez dessas pesquisas é ainda mais acentuada nas regiões do interior do país, como é o caso do Rio Grande do Sul, cuja extensão territorial é um dos obstáculos que impede que seja conhecida e divulgada sua imensa diversidade cultural e linguística, diversidade esta que decorre da característica *sui generis* referente à formação da população gaúcha.

A história da população afro-brasileira no RS se confunde com a história de formação e integração/incorporação do território, mais tarde Estado, ao Brasil. Quando da fundação de Laguna, Santa Catarina, em 1686, para servir de ponto de apoio à Colônia de Sacramento, começa a exploração do afrodescendente na região. Esses escravizados começaram a ser levados em maior número ao estado do Rio Grande do Sul a partir do final do século XVIII, com o desenvolvimento das charqueadas, e chegaram a representar metade da população rio-grandense em 1822. O RS chegou a ser o segundo estado brasileiro em número de escravizados na primeira metade do século XIX, perdendo apenas para a Bahia. Todavia, grande parte dessa população afro-gaúcha iria morrer durante a Guerra do Paraguai e a Revolução Farroupilha, chegando a cair de 50% em 1822, para 25% do total da população da província em 1858 (LAYTANNO, 1936 e 1942; MAESTRI, 1979 e 1984). Outro fator importante para a diminuição da participação dos afrodescendentes na população gaúcha, durante o século XIX, foi o tráfico interno. Com

o bloqueio inglês do tráfico negreiro no Oceano Atlântico, foi natural a transferência de escravizados de estados com economias que não necessitavam de muita mão de obra, como a gaúcha, para estados cafeeiros, como São Paulo e Rio de Janeiro (CARDOSO, 2003; MOREIRA, 2003). Hoje, os afro-brasileiros representam cerca de 9% da população gaúcha (por volta de 970 mil pessoas), a maior parte concentrando-se em cidades médias e grandes, principalmente na Grande Porto Alegre e região de Pelotas; e uma grande parcela significativa nas comunidades afro-brasileiras espalhadas pelo Estado.

O reconhecimento, por parte do Estado, da existência de comunidades afro-brasileiras rurais/urbanas como uma categoria social carente de demarcação e regularização das terras que ocupam desde há muito e às quais se convencionou denominar “comunidades remanescentes de quilombos”, traz à tona a necessidade de redimensionar o próprio conceito de *quilombo*, a fim de abarcar a gama variada de situações de ocupação de terras por grupos afrodescendentes e ultrapassar o binômio fuga-resistência, instaurado no pensamento corrente quando se trata de caracterizar os quilombos.

Os grupos que hoje são considerados remanescentes de comunidades de quilombos se constituíram a partir de uma grande diversidade de processos, que incluem as fugas com ocupação de terras livres e, geralmente isoladas, mas também as heranças, doações, recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior das grandes propriedades, bem como a compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravagista, quanto após a sua extinção.

A promulgação da Constituição Federal de 1988 e a necessidade de regulamentação do Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias provocaram discussões de cunho técnico e acadêmico<sup>7</sup> que levaram à revisão dos conceitos clássicos que dominavam a historiografia sobre a escravidão, instaurando a relativização e adequação dos critérios para se conceituar quilombo, de modo que a maioria dos grupos que hoje, efetivamente, reivindicam a titulação de suas terras, pudesse ser contemplada por esta categoria, uma vez demonstrada por meio de estudos científicos, a existência de uma identidade social e étnica por eles compartilhada, a antiguidade da

---

<sup>7</sup> Especialmente no III Encontro Nacional sobre Sítios Históricos e Monumentos Negros (Goiânia: 1992); na Reunião do Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais, da Associação Brasileira de Antropologia (Rio de Janeiro, outubro de 1994), e na reunião técnica “Reconhecimento de Terras Quilombolas Incidentes em Domínios Particulares e Áreas de Proteção Ambiental” (São Paulo, abril de 1997).

ocupação de suas terras e, ainda, suas “práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar”<sup>8</sup>.

A condição de “remanescente de quilombo” é definida de forma ampla e enfatiza os elementos “identidade” e “território”. Com efeito, o termo em questão indica “a situação presente dos segmentos afro-brasileiros em diferentes regiões e contextos e é utilizado para designar um legado, uma herança cultural e material que lhe confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar específico”<sup>9</sup>.

As comunidades de fala escolhidas por mim para investigação linguística são até certo ponto desconhecidas pela comunidade acadêmica em geral, com descendentes de escravizados e de donos das antigas fazendas com mulheres escravizadas. Participaram da pesquisa as seguintes comunidades localizadas no estado do RS, previamente identificadas também no trabalho de Rubert (2009, p. 170-173):

- 1) **Região do Litoral/Lagunas:** RS01 – Morro Alto (Osório).
- 2) **Região Metropolitana:** RS02 – Família Fidelix (Porto Alegre).
- 3) **Região das Antigas Charqueadas** – RS03 Maçambique (Canguçu).
- 4) **Região dos Pampas:** RS04 – Palmas (Bagé).
- 5) **Região da Depressão Central:** RS05 – Cerro Formigueiro (Formigueiro).
- 6) **Serrana/Imigração:** RS06 – São Roque (Arroio do Meio).
- 7) **Região das Missões:** RS07 – Comunidade Quilombola Correa (Giruá).

Cada uma das localidades ou microrregiões, mesmo próximas geograficamente, apresenta diferenças entre si relacionadas ao contexto histórico, político, geográfico particular de cada lugar. O Instituto de Colonização e Reforma Agrária – Superintendência do Rio Grande do Sul (INCRA-RS) nos forneceu a Relação de Comunidades Remanescentes de Quilombos do RS, num levantamento prévio de junho de 2011. Dentro do Programa “Brasil Quilombola”, o RS possui cadastradas 155 comunidades em 82 municípios que englobam 3831 famílias (ver Anexo B e Anexo C).

Frente à impossibilidade de se poder considerar o Rio Grande do Sul como um bloco linguístico uniforme, é preciso partir do pressuposto de que o português sul-riograndense comporta subvariedades que podem ser associadas a microáreas de variação,

---

<sup>8</sup> Cf. João Pacheco de Oliveira e Eliane Cantarino O’Dwyer, ABA, 1994.

<sup>9</sup> José Milton Garcia publicado em *Quilombos em São Paulo: tradições, direitos e lutas*. Org. Tânia Andrade (1997, p. 47).

condicionadas por fatores históricos, sócio-culturais e geográficos, entre os quais áreas de fronteira, de campo, de serra e de litoral, bem como áreas de imigração, de colonização antiga e recente, urbanas e rurais. As contribuições de projetos como o *Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil* (ALERS, 2011a e 2011b)<sup>10</sup> e *Variação Linguística Urbana da Região Sul* (VARSUL)<sup>11</sup> têm mostrado a relevância dos contatos linguísticos para essa configuração linguística do território (ALTENHOFEN, 2008). Torna-se necessário, assim, considerar a dimensão diatópica das comunidades afro-brasileiras, seu contexto histórico e geográfico, a fim de evitar generalizações que impediriam a observação e análise de processos regionais particulares que, além de caracterizarem as respectivas comunidades, permitem comparar e compreender melhor os diversos fatores sociais subjacentes ao comportamento linguístico dos falantes em cada ponto de pesquisa.

Monografias pontuais foram defendidas por Amaral (1976 [1920]), que acreditava que esta forma de trabalho tem um papel muito importante em relação ao mapeamento do português brasileiro. No contexto do RS, este trabalho aparece por exemplo nas pesquisas de H. Bunse (1981; v. também BUNSE & KLASSMANN, 1969).

Assim, a descrição de aspectos fonético-fonológicos, semântico-lexicais e gramaticais das comunidades afro-brasileiras envolvidas pode ser considerada a primeira etapa de estudos futuros; nesse sentido, não representa um caráter conclusivo, configura-se como subsídio para futuros trabalhos de pesquisa, assim como foi feito no início do século:

Nosso trabalho não é para a geração atual, daqui a cem anos os estudiosos encontrarão nele uma fotografia do estado de língua e neste ponto serão mais felizes do que nós, que nada encontramos do falar de 1822 (NASCENTES, 1953 [1922], p. 07).

No mesmo sentido, assegura Mário Marroquim (1945) que trabalhos de descrição como este serão o material de que lançará mão o estudioso de amanhã para uma obra de conjunto, completa e definitiva sobre o “**dialeto brasileiro**”. (grifo nosso)

Segundo Ferreira e Cardoso (1994), os trabalhos desta natureza inserem-se “em dois grandes grupos: trabalhos de análise, com apresentação de resultados conclusivos e trabalhos de descrição de realidades dialetais que se tornam instrumentos de análise posteriores para conclusões sobre a realidade em foco” (1994, p. 36). Esta Tese enquadra-

---

<sup>10</sup> Para um panorama histórico da pesquisa, veja-se Altenhofen (2011).

<sup>11</sup> Ver Almeida (2006).

se, pode-se dizer, nos dois grupos, na medida em que leva em conta no mínimo três aspectos importantes para o desenvolvimento da pesquisa:

- 1º.) desenvolve-se uma macroanálise (em área maior) pluridimensional (considerando mais de uma dimensão de análise da variação lingüística);
- 2º.) ocupa-se com uma modalidade de português popular do Brasil (onde é relevante o baixo nível de escolaridade dos informantes, geralmente iletrados);
- 3º.) tem por foco central o português falado por afrodescendentes de comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul.

Para investigar a variedade do português falado nas comunidades afro-brasileiras rurais/urbanas localizadas no RS, procurou-se inicialmente contextualizar as comunidades selecionadas quanto à origem étnica dessas populações, fazendo um levantamento histórico e social (ver 1.3.3 e 2.6.1). Com base nessa descrição e seguindo a perspectiva teórica pluridimensional (THUN, 1998; RADTKE & THUN, 1996), definiu-se as diferentes dimensões de análise da variação do português falado nessas comunidades, restritas nesta Tese às dimensões diatópica (v. 3.4.1), diageracional (v. 3.4.2) e diassexual (v. 2.6.2 e 3.4.3).

O panorama que se apresenta no Rio Grande do Sul, notadamente plurilíngue, incluindo-se áreas onde se encontram os afrodescendentes, tem como finalidade principal tornar explícito nesses espaços plurilíngues a origem e o resultado do contato com outras realidades linguísticas, principalmente línguas alóctones (de imigração). Essa influência aparece marcada especialmente nos pontos RS06 e RS07, mas também em certo sentido pela proximidade com a fronteira, nos pontos RS03 e RS04.

O modelo de pesquisa sobre variantes linguísticas já descrito em outros trabalhos sobre comunidades afro-brasileiras e suas correlações com o português *standard* (CARENO, 1997; CUNHA; SOUZA, 1997; SOUZA, 1999; SOUZA, 2000 LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009) será, portanto, relacionado à variação horizontal (diatópica) com parâmetros de ordem social, tais como idade e sexo, etnia, em suma, o princípio da pluridimensionalidade da análise da variação linguística (THUN, 1998, p. 789).

A ampliação das dimensões e parâmetros como contribuição para uma mais acurada análise da variação (RADTKE & THUN, 1996, p. 30) levou em conta as inúmeras mudanças ecológicas pelas quais passam as sociedades. Diante disso, buscamos

conciliar modelos teórico-metodológicos que se inter-relacionam por terem uma literatura comum, até certo ponto, com relação aos estudos da variação. Para Thun,

La Dialectología areal, monodimensional por tradición mayoritaria pero no por necesidad intrínseca, ES una sociolingüística (y pragmática) limitada. La Sociolingüística, multi-dimensional por tradición pero reacia AL espacio, es una dialectología limitada (THUN, 1998, p. 702).

Thun (1998, p. 704-705) visualiza a combinação de variáveis espaciais e sociais por meio de um esquema em forma de torta (v. cap. 2) em que se sobrepõem verticalmente os diferentes segmentos sociais (velhos e jovens, homens e mulheres, em diferentes situações de uso da língua) em uma rede de localidades horizontalmente distribuídas. Com isso, busca desenvolver a ideia de uma “dialetologia pluridimensional” como uma ciência geral da variação linguística e das relações entre variantes e variedades de um lado e falantes de outro. Essa dialetologia não deixa de ser geolinguística porque não renuncia à variação diatópica e à sua superfície bidimensional, mas esta preferência por macroanálises não exclui a possibilidade de trabalhar com “*mesozonas y microzonas*”.

Assim, nas palavras de Thun (1998), criam-se deste modo “novos campos de observação”, onde

El espacio variacional de la Dialectología pluridimensional no comprende solamente los dialectos “puros” preferidos por la Dialectología tradicional o los sociolectos de La Sociolingüística (THUN, 1998, p. 706).

Portanto, à dimensão diatópica ou areal da geolinguística tradicional se incorporariam outras dimensões, tais como a idade (dimensão diageracional), o sexo (dimensão diassexual), a escolaridade (dimensão diastrática), a fala espontânea (dimensão diafásica), o quilombo (dimensão diagrupal), a língua de contato e ritualística (dimensão dialingual), o ser quilombola (dimensão diarreferencial), entre outras, visando descrever com maior profundidade os fenômenos de variação linguística.

Vale ressaltar que esse tipo de abordagem requer do pesquisador uma atenção especial ao dado empírico e um controle de diferentes recortes de análise, visto que cada dimensão equivale a um “olhar específico”, ao mesmo tempo analítico descritivo e interpretativo. A cartografia pluridimensional dos dados converte-se em principal instrumento de análise, não apenas como comprovação do “estado da língua”, mas também como indício de um comportamento linguístico que carrega significados sociais específicos. Da leitura do referencial teórico básico à finalização e aplicação do

Questionário para Comunidades Quilombolas do Rio Grande do Sul (ver apêndice A), nas entrevistas realizadas nas sete comunidades selecionadas, o pesquisador experimentou uma evolução da percepção e entendimento de como se constitui o português nessas comunidades, pressupondo que ali havia uma presença maior de marcas africanas. Essa evolução demanda um tempo considerável que extrapola o tempo disponível na realização de uma Tese. A análise e interpretação dos dados cartografados (visão macroanalítica) representa assim, talvez, a maior contribuição deste trabalho, sem a pretensão de esgotar o assunto, pelo contrário instigar novas perguntas de pesquisa, uma vez que é, no momento, apenas um recorte do que foi possível observar no prazo em que esta pesquisa se desenvolveu.

As características das comunidades afro-brasileiras como espaços descontínuos ocupados por uma população que se distingue étnica e linguisticamente da cultura majoritária do entorno assemelha-se, em grande parte, ao que se convencionou chamar na dialetologia de *ilha linguística*. Com este conceito reconhecemos um tipo de contexto nas comunidades pesquisadas que salienta sua etnicidade e localização em um espaço delimitado, e no qual se espera uma configuração linguística própria que ainda precisamos conhecer/descrever mais a fundo. São, enfim, fatores que destacam os afrodescendentes de quilombos como um grupo minoritário diferente de outros, mesmo os situados em áreas urbanas.

A partir do exposto, tem-se, por conseguinte, como **objetivo central** da presente Tese descrever a variação do português falado em comunidades afro-brasileiras do Rio Grande do Sul, buscando identificar o papel de diferentes condicionamentos sócio-históricos, a saber: o grau de isolamento; a localização rural ou urbana; a microrregião sócio-cultural; a presença de línguas de imigração no entorno<sup>12</sup>; e a antiguidade da comunidade ou topostática/topodinâmica da população. Pretende-se, especificamente, verificar:

- a) em que medida se mantêm marcas de africanidade que distinguem a variedade do português dessas comunidades do português falado no seu entorno, e
- b) em que medida se transferem variantes linguísticas do entorno para o português dessas comunidades.<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> Foi pensado em se aplicar o Questionário aos moradores do entorno das Comunidades, porém por questões de prazo não foi possível. Utilizarei quando necessários dados extraídos do ALERS.

<sup>13</sup> Com relação às línguas do entorno, no início deste trabalho foi pensado e esteve nas intenções de pesquisa, mas com as limitações de tempo não foi possível fazer essas entrevistas suplementares. Por esta

Estes objetivos específicos implicam, em outras palavras, identificar se o comportamento linguístico dos membros desse tipo de espacialidade linguística tende a ser mais conservador e seguir, deste modo, uma orientação mais centrípeta (para dentro da comunidade), ou se tende a uma abertura para fora (orientação centrífuga), perdendo/abandonando, neste sentido, as marcas de africanidade que distinguem sua variedade da variedade do português do entorno.

Tal objetivo prioriza a perspectiva sincrônica do estudo do português de afrodescendentes, como o fazem os sociolinguistas e/ou dialetólogos quando analisam um *corpus* de língua falada, coletado em determinada área ou localidade. Do ponto de vista da relação entre língua e espaço, tem-se nessas comunidades afro-brasileiras, como já se afirmou, um tipo de ilha linguística, portanto espaços geograficamente descontínuos ocupados por determinada população. Para uma caracterização sócio-histórica das comunidades a serem pesquisadas, veja-se cap. 2.6.

Este estudo parte do pressuposto básico de que as comunidades afro-brasileiras a serem pesquisadas apresentam uma configuração sócio-histórica distinta não apenas entre si, no Rio Grande do Sul, mas também em relação a outras comunidades desse tipo espalhadas pelo país.

Da complexidade desses fatores, ou dimensões de análise, derivam os seguintes objetivos específicos em forma de perguntas de pesquisa:

- a. Como se constituiu e constitui a variedade local das comunidades afro-brasileiras, considerando seu “insulamento” em uma área específica, sua identidade (étnica) e os diferentes fatores sócio-históricos tanto internos (da comunidade) quanto externos (de seu entorno)?
- b) Cada um desses pontos mantém/substitui variantes de origem africana ou mais arcaicas? Isto é, configura-se aí uma variedade mais conservadora ou mais contemporânea?
- c) A variedade local do português das comunidades afro-brasileiras pesquisadas converge/diverge do português do entorno? Ou seja, pode-se identificar uma variedade de grupo característica distinta do seu entorno?
- d) Se distancia/aproxima do *standard/substandard* do português do Brasil? Quer dizer, mostram uma variedade mais normatizada ou mais popular?  
Caracteriza-se como:

---

razão, procurou-se outro procedimento para dar conta desse dado. Optou-se, por isso, por dados do ALERS para suprir esse ponto.

[+ divergente]	[+ convergente]
[+ conservador/ arcaico]	[+ mudança linguística]
[+ africano]	[+ substituição linguística]
[+ popular]	[+ normatização]

As características atribuídas às comunidades afro-brasileiras do Rio Grande do Sul apresentam especificidades que por si só justificam este estudo. A partir deste trabalho, outros poderão se seguir num futuro próximo somando-se aos Atlas Linguísticos já existentes (ALiB, ALERS, ALMA-H), para uma descrição ampla do comportamento linguístico de afrodescendentes.

Em relação à estruturação desta Tese, dividiu-se o texto, para além desta introdução, em três capítulos. No capítulo 1, descrevemos o contexto do estudo, apresentando o trajeto histórico da origem africana à formação das comunidades afro-brasileiras, em especial no Rio Grande do Sul; nesse trajeto, configuramos o enquadramento referente ao insulamento, abordando algumas pesquisas com foco em ilhas linguísticas. Damos especial atenção aos contatos linguísticos no Brasil e ao discurso sobre a influência africana no português brasileiro. A discussão desses espaços de africanidade inclui ainda a discussão do que define uma comunidade afro-brasileira (quilombos modernos). Implica, além disso, contextualizar os afrodescendentes no contexto das línguas minoritárias.

O capítulo 1, portanto, já introduz o debate sobre a formação da variedade do português falada por afro-brasileiros; tomando por base as sete comunidades, distintas entre si, e a presença de escravizados e seus descendentes em contato com o colonizador português e, mais tarde com o imigrante. Vale lembrar que algumas comunidades permaneceram em semi-isolamento por mais de três gerações, como é o caso de parte do Quilombo de Palmas – Bagé (mais precisamente o núcleo denominado Rincão do Inferno).

O capítulo 2 apresenta especificamente os fundamentos teóricos e metodológicos da pesquisa. A perspectiva da dialetologia pluridimensional e relacional tem como ponto de partida a concepção de que a variação linguística observada na fala de uma comunidade é dividida em “Dimensão” e “Parâmetros”, sendo a dimensão uma combinação de dois ou mais parâmetros de oposição (ver Quadro 2, cap. 2). A relação entre o que vincula os afro-brasileiros à região em que se encontram e o uso de suas variantes linguísticas locais foi considerada com o intuito de saber até que ponto os

membros dessas comunidades mantiveram variantes herdadas da origem étnica ou incorporaram novos hábitos linguísticos decorrentes do contato com o entorno da comunidade; e em que medida essa nova realidade pode levá-los a fazer maior uso da variante *standard*. O cap. 2 dá ênfase à elaboração dos instrumentos de coleta dos dados, que resultou em um Questionário para as Comunidades Afro-brasileiras do RS, e na definição da rede de pontos e seleção dos sujeitos da pesquisa, bem como da realização das entrevistas nas comunidades selecionadas.

Por fim, o capítulo 3 ocupa-se com a análise e interpretação dos dados cartografados. O capítulo repousa na expectativa de que os resultados alcançados permitam explicar, em termos estatísticos, que os fenômenos analisados são sensíveis às variáveis linguísticas e dimensões sociais. Eles revelam as pressões que os falantes sofrem, principalmente no tocante à falta de escolaridade, pelos padrões gramaticais vigentes e por estarem as comunidades afro-brasileiras passando por um significativo processo de transformações sociais por meio do acesso à Universidade por parte da geração jovem e das ações empreendidas por movimentos negros.

Na conclusão do trabalho, apresentamos uma síntese dos principais resultados obtidos, tendo por base os objetivos propostos. A partir da comparação dos dados de GII e GI homens e mulheres dos sete pontos de pesquisa, deverá ser possível identificar macrotendências da variação e mudança do português dessas comunidades no que se refere a sua africanidade ou contemporaneidade.

## Capítulo 1

### DA ORIGEM AFRICANA ÀS COMUNIDADES AFRO-BRASILEIRAS

#### 1.1 Caracterização de uma África

Para Anjos (2005, p. 21), um dos fenômenos mais importantes e fundamentais da historiografia africana é a expansão das línguas bantu, que vai ocorrer nos ambientes da savana e da floresta da África Austral. Os estudos apontam para o fato de que essa expansão demográfica estaria profundamente ligada a uma melhoria do nível alimentar, graças à introdução, na África, do inhame e da banana procedentes do sudeste asiático. A expansão das línguas bantu estaria associada à posse e ao uso da técnica do ferro e à capacidade de organização social e política. A massa de migrantes sem território delimitado – aqui caracterizada como bantu –, apresenta uma diversidade de tipos físicos, mas as várias línguas que usam apresentam características comuns, que só podem ser explicadas pressupondo-se uma origem comum (GIORDANI, 1985 *apud* ANJOS, 2005, p. 21). Para os africanistas, em especial os linguistas, o ponto de dispersão das línguas bantu teria ocorrido no início da Era Cristã, na região do planalto de Bauchi, localizado nas atuais fronteiras políticas da Nigéria e dos Camarões de acordo com a figura a seguir.

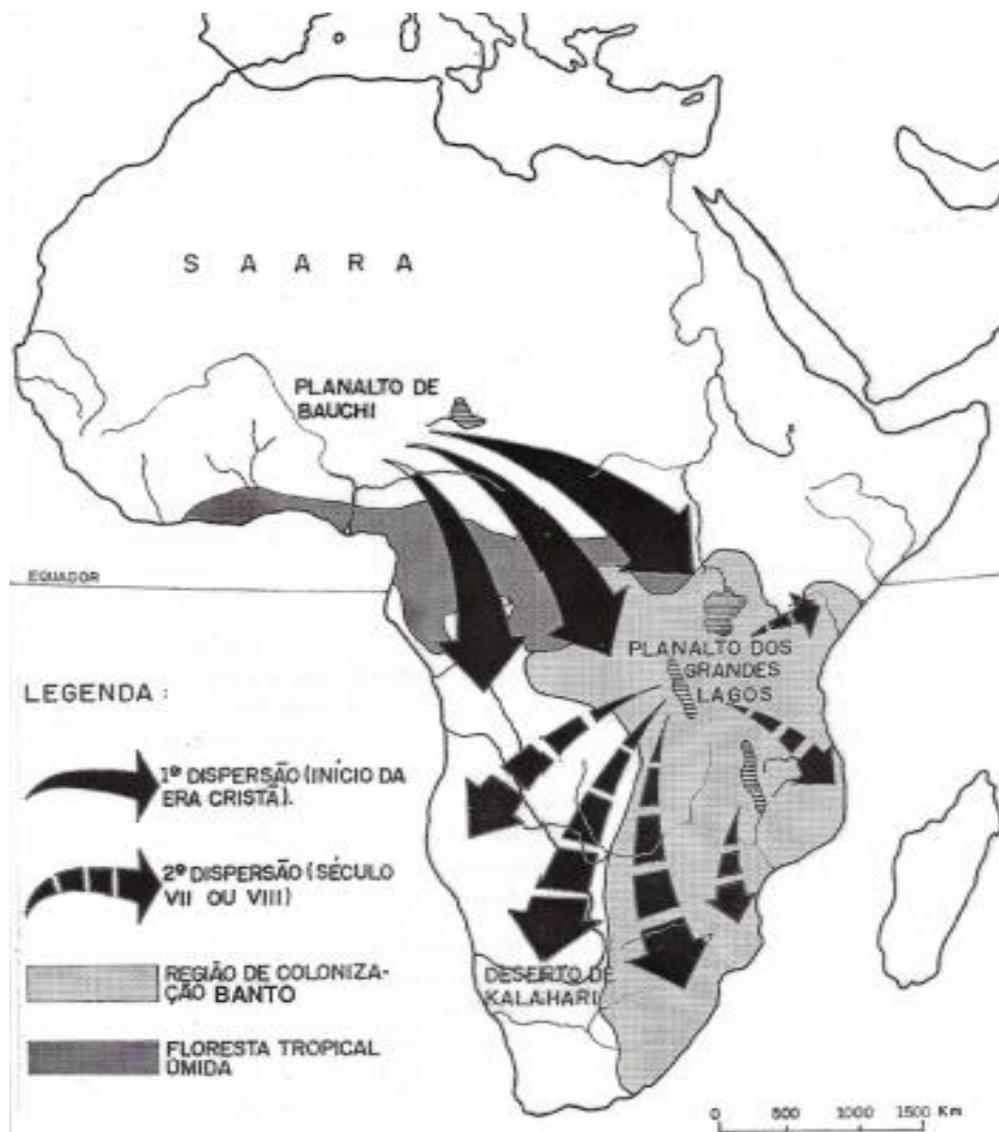


Figura 1: Processo de expansão da língua bantu (ANJOS, 2005, p. 22)

Por volta do século VII (ou VIII), os bantu encontraram-se na região dos Grandes Lagos e a partir dessa época se multiplicaram e se expandiram rapidamente. Pelo século X, estavam na região do atual Zimbábue, com infiltração até a desembocadura do rio Congo (ou Zaire). É de fundamental importância nesse processo territorial compreender que todas as classificações dos grupos humanos na África designam um espaço geográfico e linguístico significativo para os povos bantu.

A configuração dos antigos Estados políticos no continente africano é um outro aspecto importante para compreender a riqueza das formas de organização social, política e territorial dos povos africanos. O que chamamos de reinos e impérios são núcleos de domínio com limites e fronteiras bastante fluidos, que alcançam maior ou menor extensão territorial, segundo o nível de autoridade e dinamismo dos governantes.



## 1.2 Trajetória linguística na diáspora africana

As sociedades africanas e afrodescendentes da diáspora africana enfrentam desde as invasões européias (1450-1900) um problema posto pela dominação eurocêntrica: o do reconhecimento da cultura e da história africana e afrodescendente.

A designação por Bantu de uma grande região africana vem do grupo linguístico que ocupa esse espaço em África. Existe no continente africano uma diversidade imensa de línguas e de culturas, sendo que podemos reconhecer neste conjunto uma unidade cultural. Para Ukwachali, (s/d) trata-se de unidade diversidade. Esta unidade cultural pode ser reconhecida quando comparamos as diversas sociedades africanas entre si e vemos que todas elas têm em comum valores sociais. Estes valores, segundo Fernandes e Kutassi (2009) são bastante distintos dos valores europeus ou ocidentais e dos orientais. São fortemente africanos. Podemos designar como região de línguas Bantu uma imensa região correspondente a quase metade do território africano indo de Camarões no Atlântico ao Quênia no Índico, incluindo todos os países até a África do Sul.

O povoamento do continente africano parece historicamente ter se dado por ciclos migratórios. Estes ciclos exercem um movimento da região do rio Nilo em direção a regiões do norte africano e da África ocidental ou no sentido da região do Oceano Índico para Oceano Atlântico. Por último da região da África Ocidental, região do Rio Níger, em direção ao sul africano, atravessando o continente entre o Atlântico e o Índico sul. As culturas das diversas regiões, de certa forma, têm traços em comum vinda destes movimentos migratórios. A região das línguas bantu seria a última síntese cultural, tendo influências de todas as outras migrações.

O maior valor social africano e um dos mais importantes para o conhecimento das sociedades africanas está associado à “palavra falada” (MUNANGA, 1995/1996, p. 61-63). A palavra falada é sinônimo de criação nas sociedades africanas. Ela, por sua vez, tem o dom transformador. Uma criança nasce e de imediato é classificado na categoria de coisas, seres animados, não é um ser humano até que através da “palavra falada” alguém dê um nome e o pronuncie. A palavra transforma o ser animado em ser com potencial humano, passível de inteligência humana a ser desenvolvida durante a vida. O ato da fala envolve muitos meandros interessantes nas sociedades africanas. Temos que os tambores também falam. A síntese de transmissão de informação pelos tambores é realizada em

alguns povos. Por outro lado, a fala do tambor pode ser pensada como a comunicação com o mundo espiritual.

A “palavra falada” é de muita importância nas sociedades africanas. A escrita é uma invenção existente em várias sociedades africanas (CUNHA JUNIOR, 2007), como a Etiópia, Núbia e Egito, sendo que mesmo na presença destas a palavra falada é um valor social. Da palavra decorre o discurso oral, a oralidade. O discurso oral tem um lugar privilegiado nas sociedades africanas.

A oralidade funciona como uma matriz cultural de construção do discurso e tem diversos empregos nas diferentes sociedades do continente. Deste discurso oral emergem as mitologias, provérbios, histórias e literaturas. As literaturas escritas guardam o suporte da oralidade (PADILHA, 2007), (QUEIROZ, 2007), (BATTESTINI, 1997). A oralidade africana é um conceito amplo, que abrange oratura, oralitura, inscritura, tradição oral, literatura oral e história oral. São formas da arte verbal e da construção do pensamento na sua forma verbal. O discurso verbal pensado e composto com diversas formas de expressão, como teatro, a música, a dança e a expressão corporal. O discurso composto incorpora os instrumentos musicais e o corpo. São textos das mais variadas formas que não implicam de forma necessária os acessos públicos. Temos textos iniciáticos, textos de grupos de conhecimento científicos e tecnológicos secretos de grupos de especialistas, textos eruditos, no sentido do conhecimento decodificado por um grupo fechado. A decorrência da palavra é muito ampla nas diversas culturas do continente africano.

As formas dos princípios filosóficos **Ntu** é a força do universo, que sempre ocorre ligada a sua manifestação em alguma coisa existente no campo material ou do simbólico ou do espiritual, nomeados nas formas de muntu, kintu, hantu e kuntu. O Ntu, embora não exista por si próprio, transforma a tudo que existe com elementos tendo uma mesma natureza em comum. Tudo tem o seu Ntu. O Ntu não expressa a força da natureza em si, mas a sua existência. Importante que deus é a única categoria à parte que não tem necessidade de se expressar pelo Ntu. O deus é único é não é um Ntu, mas os ancestrais e Inquices<sup>14</sup> são parte de um dado Ntu. O Ntu é uma expressão de energia. Tudo é composto da combinação ou transformações da energia em qualidades diversas. Cada categoria tem um Ntu em determinada qualidade ou modalidades.

---

<sup>14</sup> Inquice é o mesmo que orixá nos candomblés de Angola e do Congo. No panteão dos povos de língua quimbunda originários do Norte de Angola, o deus supremo e criador é Nzambi ou Nzambi Mpungu; abaixo dele, estão os Minkisi ou Mikisi (plural do termo quimbundo Nkisi, "receptáculo"), divindades da mitologia banta (PREVITALLI, 2012).

Nas línguas africanas as existências do mundo material e imaterial podem ser agrupadas em um número de pelo menos quatro categorias. São classificações linguísticas. Estas quatro categorias básicas de tudo que existe é bem explícita nas línguas bantu e podem ser nomeadas como: **Muntu**, para os seres humanos completos, **Kintu**, para as coisas animadas e inanimadas consideradas todas como portadores de vida, **Hantu**, representando tudo que tem relação com tempo e espaço, **Kuntu**, como modalidade ou como os atributos de inter-relação de categorias, como uma força que permite a ligação entre dois significados<sup>15</sup> (KAGAME, 1976). Estas quatro categorias não são apenas da linguística, elas são categorias também da filosofia coletiva africana. Toda a existência, toda a essência, em toda forma que ela pode ser concebida e pode ser submetida a este conjunto de categorias. Notamos a diferença com as línguas ocidentais, nas quais as palavras são classificadas por gênero gramaticais. Nas línguas bantu as palavras dentro destes grupos de classificação são conhecidas pelos seus sons que agrupam energias de uma determinada qualidade (FINNEGAN, 1983). Cada palavra possui uma espécie de prefixo determinativo da sua natureza, ou melhor, dizendo da qualidade, natureza ou estado da sua força ou energia interna, da organização do seu Ntu.

Muntu é classificação para seres dotados de inteligência, sendo que são considerados Muntu os seres humanos, vivos ou mortos. Os ancestrais e mesmo os Inquices, como ancestrais mais antigos da sociedade, estão nesta categoria de Muntu. Os animais não possuem a inteligência humana, sendo que a eles é considerada a existência de uma inteligência limitada e voltada mais para a repetição ou imitação do que a criação da inovação. No entanto, para as sociedades bantu, os seres humanos e os seres animais têm em comum os sentidos da audição, visão, olfato, paladar e o sentimento. Mas os sentidos humanos são dotados do completo conhecimento advindo da inteligência humana. O conhecimento é uma manifestação da inteligência ativa. A inteligência ativa nas culturas bantu é pensada como tendo duas formas distintas de manifestação, a prática e a habitual. Na inteligência prática estão agrupados os atos, compreensão dos sentidos das coisas, os aprendizados rápidos, do desvendar de segredos e da sagacidade e da

---

<sup>15</sup> Para Kagame há "quatro noções unificadoras últimas" que, por sua vez, remetem a uma única raiz transcendental: -ntu = ser (Kagame, 1976, p. 121-125). Em Jahn (1963, p. 136-142) pode-se encontrar um resumo das interpretações da filosofia subjacente à linguagem bantu (suas classes e categorias). Jahn segue as teses de Kagame procurando compatibilizá-las com Tempels. As quatro "noções unificadoras últimas" - misto de ser, força e substância - são assim apresentadas por Jahn: "Muntu = homem, Kintu = coisa, Hantu = lugar e tempo, Kuntu = modalidade. São as quatro categorias da filosofia africana. Tudo o que é, todo ente, qualquer que seja a forma sob a qual se apresenta, pode se incluir numa destas quatro categorias. Fora delas, não há nada de imaginável. Ntu é a força universal em si, mas que jamais aparece separada de suas formas fenomênicas: Muntu, Kintu, Hantu e Kuntu" (JAHN, 1963, p. 136-137).

esperteza. A inteligência da habilidade contém os atos de conhecimento sedimentado, as habilidades aprendidas e aperfeiçoadas. A existência de inteligência implica, sobretudo, na possibilidade de compressão e interpretação da natureza e das relações da vida. Esta inteligência ativa implica na forma que o ser Muntu utiliza a força ou a energia da natureza, ou seja, dos Kintu. Podemos talvez dizer que um ser humano completo é o que possui inteligência ativa e desenvolveu uma personalidade. O Muntu é um ser humano com uma identidade e uma história.

Kintu é uma classificação para coisa, tendo o sentido de forças do Ntu não contendo inteligência e que fica a disposição dos seres humanos para propiciar-lhes a vida. O plural de Kintu é a palavra Bintu, ou coisas. São seres que não tem atividade própria, sendo que a ideia das atividades não é no sentido de movimento, mas sim de fazer pelo uso da inteligência que implica na capacidade de aprender criar ou executar. Vegetais, animais e substâncias como os metais são classificados como Kintu. Somente pela ação de um Muntu que eles têm atividade ou transformações em outras coisas.

Kuntu é uma modalidade que abriga qualidades subjetivas e modificadoras de outras qualidades. A inteligência é uma propriedade classificada como Kuntu. A inteligência é um atributo humano que compõe outro conceito complexo que é a vida da inteligência. O sorriso, a beleza ou a esperteza são formas de energia da qualidade do Kuntu. Existe o atributo que tem vida própria independente do ser da natureza que o expresse. O sorriso é um ato que possui energia própria. (Kuntu é o conceito mais difícil de expressar nas línguas ocidentais).

Hantu é a categoria classificatória de lugares. Destacamos que no pensamento africano, um lugar é definido com relação a um tempo. A categoria espaço – tempo formam um binômio produzido pela classificação em Hantu. As palavras ligadas aos pontos cardeais, aos espaços geográficos ou a descrições do tipo mapas estão presentes nesta categoria. Mas também ontem, hoje e amanhã. Manhã, tarde, entardecer, noite e amanhecer. Hantu é a qualidade de energia da localização espacial, temporal e do movimento de mudanças.

Já, o **Nommo** é um complicador neste universo das formas de existência do Ntu. Nommo é a força motora que dá vida, sentido e eficácia para todas as coisas (eficácia, como a qualidade daquilo que produz o efeito desejado). Nommo é uma fonte dessa qualidade, onde temos uma palavra, uma semente, uma água e um sangue. O Nommo é uma qualidade ligada à harmonia dos Muntu, Kintu, Hantu e Kuntu. Trata-se da forma de manter a organização desses elementos. O que nos faz compreender a organização e o

significado destes conceitos classificatórios e de suas associações. O Nommo produz uma possibilidade de harmonia das forças de tudo que existe no mundo visível e invisível (HEIDEMANN, 2004; SILVA, 2008).

Já no Brasil, no plano da linguagem esta realidade dos falantes africanos e seus descendentes foram, muitas vezes, taxadas de ‘mal-aprendizado’, ou ‘formas depreciativas, corrompidas’, ou “pretoguês” (KEMPF, 2009). Conforme essa autora, as acomodações carregam estruturas do substrato linguístico que registram traços fortes, identificados como itens semânticos próximos, ou co-equivalentes sem prejuízo das interpretações das pré-nasalizadas devido ao fator de estrutura silábica. Podemos, assim, visualizar a questão da estrutura silábica que funde diversos significados (de pessoa, número, identificação do objeto, tempo, modo, aspecto, função) em uma só 'palavra' aparente. A morfologia, em línguas Bantu, é um composto de morfofonologia e morfossintaxe: as partes 'morfêmicas' tem valor sintático (função gramatical). Temos, então, a estrutura das palavras: ba-nzo (ba- morfema de plural para pessoas, e -nzo, casa); bantu, ba- (plural), ntu (mtu) (pessoa). A redistribuição da nasal quando se passa de uma estrutura NCv - (ba - ntu) para uma estrutura N - Cv (ban-tu), de estrutura pré-nasalizada, encaminha a uma pseudo etimologia que não leva a nada, a nenhum traço significativo nas línguas Bantu de origem. Isso porque, como diz Kempf (2009)

[...] as línguas Bantu têm um rico sistema de classes nominais, com prefixos de classe alternados sg/pl, em parte com bases semânticas, com morfemas de concordância obrigatórios dentro da forma verbal para o sujeito, para o objeto direto quando o verbo é transitivo e o objeto indireto quando o verbo é ‘bi-valente’ obrigatório (por exemplo, ‘dar’); ademais, a ordem de inserção destes morfemas (prefixos e infixos) é fixa; os morfemas de tempo-modo-aspecto (TMA), etc., são prefixados ao radical verbal, os sufixos sendo ‘modificadores’ semânticos (ku-fung-a : fechar, ku-fung-ul-a : abrir).

Nessa integração das palavras de origem Bantu, houve duas fases; a primeira ocorreu quando os falantes de línguas Bantu se acharam no Brasil e tentaram aprender a falar a variedade de português praticada no ambiente da senzala e nas relações com os feitores. Nesta fase não houve “empréstimo” de palavras Bantu, pelo contrário, o que estava sendo “emprestado” era o português, que estava sendo “acomodado” às estruturas das línguas Bantu, foneticamente, morfofonologicamente e semanticamente.

Esse fato revela uma rede de ressignificações, com neutralizações, ressemantização, dando uma nova carga, pactuando e negociando, nesse jogo linguístico. Hoje interpretamos como palavras de tipo flexionais e não aglutinante.

Yeda Pessoa de Castro, no capítulo ‘Povos e línguas africanas’, integrante de seu livro *Falares africanos na Bahia*, publicado em 2001, nos apresenta um mapa objetivo e esclarecedor, no qual aponta, em cada estado do Brasil, qual ou quais línguas africanas foram faladas neles. Logo em seguida apresentando um quadro, no qual organiza as ocorrências dessas línguas – em um eixo vertical – de acordo com as atividades econômicas para as quais os africanos eram recrutados, e distribuindo-as – em um eixo horizontal – ao longo dos séculos da colonização do Brasil. Vejamos o mapa e o quadro apresentados pela autora (2001, p. 47)<sup>16</sup>:

---

<sup>16</sup> **Mina** não é etnia de africanos e sim uma palavra portuguesa. Mina deriva de negro-mina, de São Jorge da Mina, denominação dada aos escravos procedentes da “costa situada a leste do Castelo de São Jorge da Mina” (Costa do Marfim, Costa do Ouro, Costa dos Escravos e as ilhas portuguesas de São Tomé e Príncipe), no atual República do Gana, trazidos da região das hoje Repúblicas do Togo, Benin e da Nigéria, que eram conhecidos, principalmente, como negros mina-jejes e mina-nagôs. Para o trabalho na mineração havia a preferência por um tipo específico de escravo, pelo qual se pagava caro: o negro-mina. Baixo e forte, o negro-mina vinha da região do Congo. Forte para a brutalidade do trabalho e baixo para melhor se mover nos ambientes apertados dos talhos e das galerias das minas, o negro-mina recebia tal denominação por conhecer técnicas rudimentares de mineração, as quais aprendiam em sua própria cultura (VERGER, 1987, p. 12)

## ESBOÇO DE MAPA ETNOLÓGICO AFRICANO NO BRASIL



atividade principal	século de introdução maciça			
	XVI	XVII	XVIII	XIX
agricultura	B	B/J	B/J/N	B/J/N
mineração			B/J	
serviços urbanos				B/J/N/H

Figura 3: Mapa e quadro elaborados por Yeda Pessoa de Castro (2001, p. 47).

Como podemos observar no mapa acima, a população de escravizados destinados ao Rio Grande do Sul era, em sua maioria absoluta, de povos Bantu.

### 1.2.1 Línguas de partida: origem africana

As línguas de África pertencem a quatro famílias de línguas diferentes (cf. figura 4). Algumas línguas africanas possuem características únicas. O tronco africano, que abrange esse continente, reúne mais de duas mil línguas diferentes. Com exceção do árabe, como também das variações nas línguas crioulas que excedem a África, as línguas mais faladas são o suaíle e o haussá que contam, cada uma, com mais de 10 milhões de falantes.

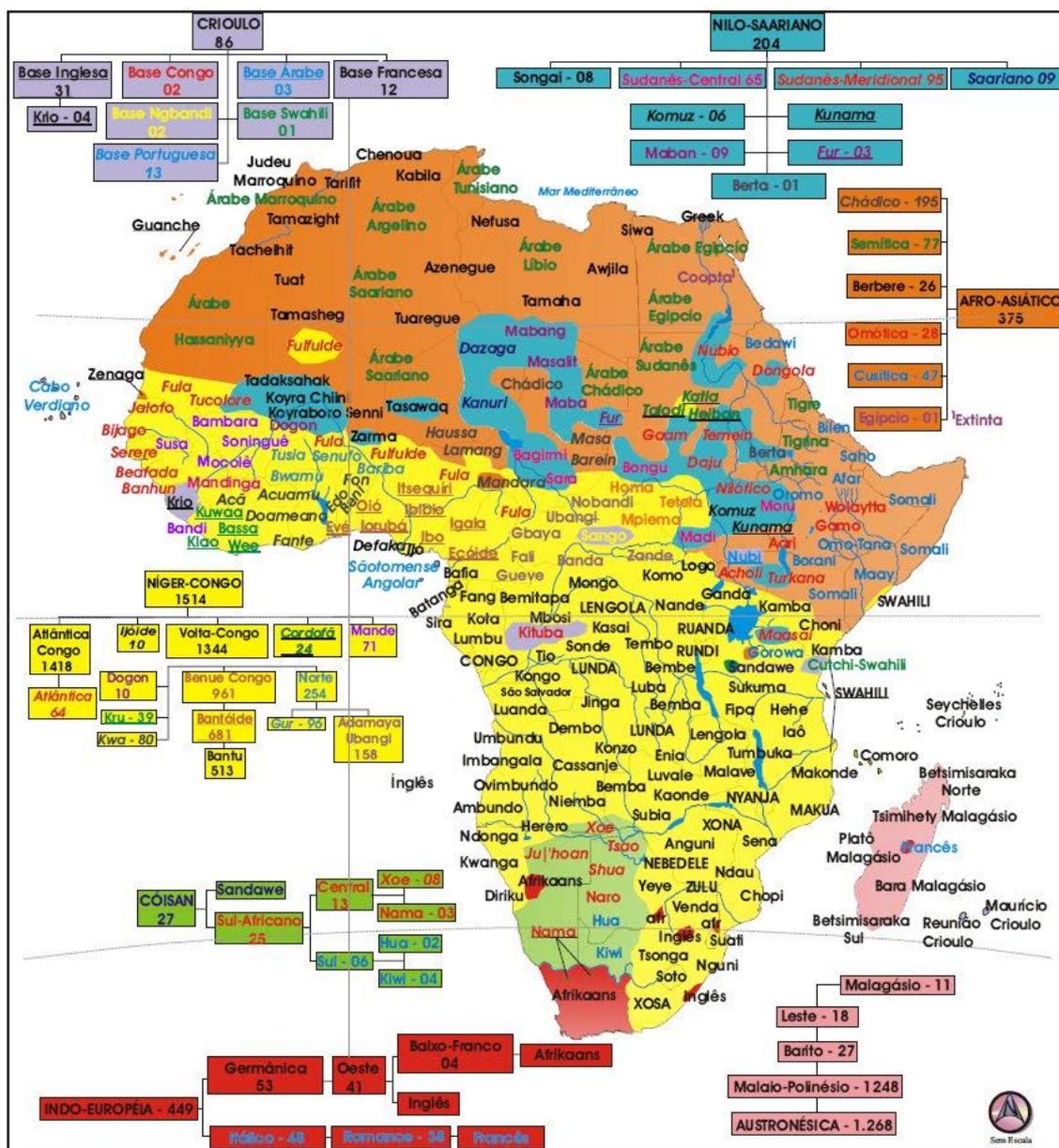


Figura 4: África Linguístico. Fonte: [http://2.bp.blogspot.com/-Ce\\_ysBabaso/UPG1ZocHDZU/AAAAAAAAACg0/WX0sOhnuPIs/s1600/Sem+t%C3%ADulo.jpg](http://2.bp.blogspot.com/-Ce_ysBabaso/UPG1ZocHDZU/AAAAAAAAACg0/WX0sOhnuPIs/s1600/Sem+t%C3%ADulo.jpg)

Os relatos escritos são poucos, mas resistem pela tradição de seus testemunhos orais. As línguas oficiais de muitos países africanos não são as nativas, mas sim as dos colonizadores, sobretudo o inglês, o francês e o português.

Outras famílias linguísticas faladas no Continente Africano: a indo-europeia, a qual pertence o africâner, o francês, o espanhol e o inglês; e a Austronésias (antiga malaio-polinésia), que abrange o malgaxe, idioma de Madagascar, por exemplo.

As línguas africanas são classificadas em quatro grandes famílias, cujo grupo de idiomas procede de um mesmo tronco. São elas:

#### a) Família Camito-Semítica ou Afro-Asiática

O tronco camito-semítico é o mais importante e compreende os grupos de línguas: Egípcio, Cuchítico e Semita. Possui 370 línguas concentradas no Oriente Médio, norte da África e leste da Ásia, por exemplo: haussá, buduma, tamaxeque ou tuaregue.

O árabe, sétimo idioma mais falado do mundo, é a língua mais falada no norte do Sudão (onde também estão presentes o tigrínia e o tigré). Sua expansão pela Europa ocorre a partir do século VII, com a expansão do Islamismo.

O amárico (5 milhões de usuários) é o idioma oficial da Etiópia. Já o ramo berbere é falado por quase toda a população do Egito, Marrocos, Argélia e Tunísia, além dos grupos disseminados pelo norte da África.

O ramo cuchítico está localizado na Etiópia, Somália, costa do Mar Vermelho e inclui o oromíngua e o somali. O egípcio antigo, hoje, sem descendência entre as línguas vivas, era desta mesma família. Embora o hebraico e o maltês compreenda esta família, não são idiomas falados no Continente Africano, sim em Israel e Malta, respectivamente: Acadiano, Afar / Afaraf, Amárico, Árabe, Aramaico, Beja, Berbere, Buduma, Copta, Egípcio Arcaico, Haussá ou hauçá, Hebraico, Hebraico antigo, Maltês, Ongota, Oromíngua, Oromo, Somali, Tigré ou harari, Tigrínia, Tamaxeque ou Tuaregue.

#### b) Família Nilo-Saariana ou Nilóticas

É fluente desde as margens do rio Níger até a Etiópia, através do vale do alto Nilo e em algumas partes da Uganda e do Quênia. O songai, língua nilo-saariana como o kanúri, o tebu e o zarma, é o idioma falado em grande parte do Alto Níger, Mali e Níger.

O ramo saariano abrange as línguas do norte da Nigéria, da República do Chade e de alguns assentamentos da Líbia. O ramo nilo-chadiano conta com 1 milhão de falantes

no Sudão, norte do Chade, parte de Uganda e do Quênia, e no limite noroeste do Congo. As línguas núbias se localizam na fronteira do sul do Egito, ao longo do alto Nilo.

c) Família Khoi-San (Khoisan)

Reúne línguas que contam com menor número de falantes (cerca de 100 mil). São os idiomas falados pelos povos do sul da África, os San e os Kikuius. O mais falado é o nama. A noroeste da Tanzânia existem duas línguas da mesma família: a sandawe e a hadza. Na família KhoiSan, ainda se encontra as línguas: Kung-ekoka e Xóõ (ambas faladas pelos hotentotes na África do Sul e Namíbia). Khoisan são as línguas faladas com estalinhos, pelos pigmeus.

d) Família Nígero-Kordofana ou Nígero-Congolesas A

Inclui as subfamílias: kordofana e nígero-congolesa. A primeira abrange uma área pequena ao sul do Sudão, nas montanhas de Nuba. A nígero-congolesa se distribui por quase todo o continente, ao sul do Deserto do Saara, como fula (fulani, peule ou pular), gurma etc.

As línguas bantas pertencem a um ramo desta subfamília e as mais conhecidas são o zulu da África do Sul, o suaíle e o sukuma da Tanzânia, além do ruandês.

e) Família Níger-Congo ou Nígero-Congolesas B (Bantu)

A Níger-Congo também inclui numerosos grupos para sul do Sahara, com destaque para os bantos, ao sul do Equador. Esta família compreende vários grupos de línguas, como: Adamawa-Ubangui, Atlântico Ocidental, Benue-Congo, Subgrupo Bantu, Gur, Kru, Kwa, Mandê, Akan, Bacongo, Balanta, Bambará, Bamileke, Banto, Bassa, Baulê, Bemba, Bété, Cabie, Chacue, Changã, Changana, Chicheua, Ciao, Congo, Diula, Duala, Euê, Fangue, Fon, Fula ou fulani, Peule ou pular, Ganda, Guaragigna, Gurma, Hadza, Herero, Igbo/Ibo, Iorubá, Kanúri, Lingala, Luganda, Luo, Macua, Mandinga, Mende, Mooré, Mossia, Muchope, Nama, Ndebele, Nianja, Ngbandi, Nyarwanda, Núbio, Ovimbundo, Quicongo, Quiluba, Quimbundo, Quiniaruanda, Ronga, Rundi/Quirundi, Sandawe, Sepédi, Setsuana, Sindebele, Sissuáti, Songai, Soninke, Sotho, Sessoto, Sotho do norte, Suaíle / suaíli, Tebu, Temne, Tonga, Tsuana, Ulof (Senegal), Umbundo, Venda, Xhosa / chosa, Xironga, Tsonga, Xona, Chichona, Zande, Zarma, Zulu.

f) Línguas Crioulas

A família de línguas crioulas compreende vários idiomas, muitos excedem o Continente Africano, como a língua crioula do Haiti (Criollo Haitiano / Haitian Creole) de base lexical francesa – uma variedade linguística que combina o francês com várias línguas africanas; Bislama e Tok Pisin (ambas de base lexical inglesa), Papiamento (base lexical ibérica), Sango (base lexical Ngbandi). Outras línguas crioulas, todas com base lexical portuguesa: língua crioula de Cabo-Verde, língua crioula da Guiné-Bissau, Fát d'Ambô, Angolar, Forro e Principense. Além do Angolar, Bislamaitiano, língua crioula da Jamaica, Papiamento, Sango e Tok Pisin.

A Figura 4 abaixo mostra as diferentes famílias linguísticas da África.

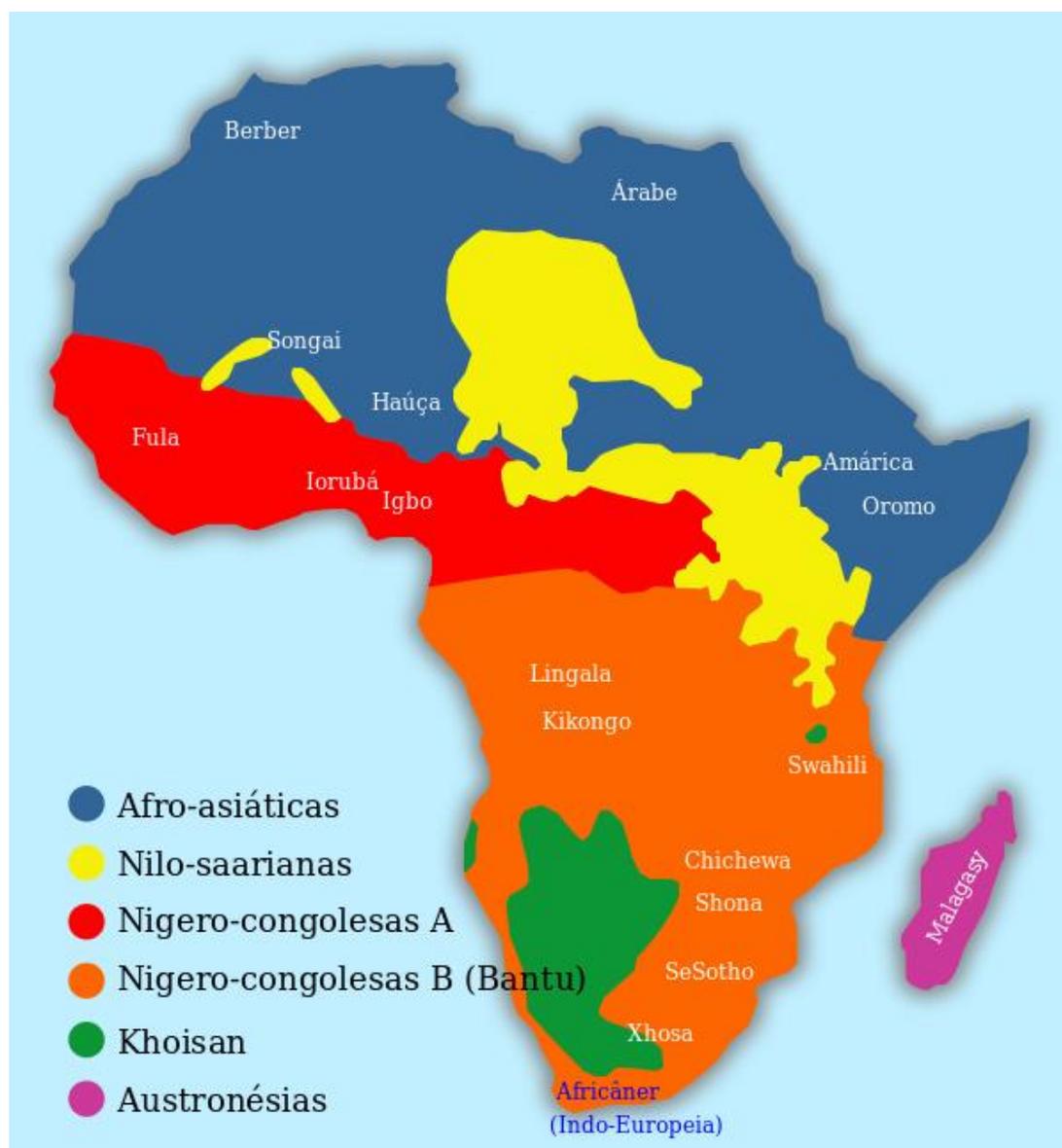


Figura 5: Famílias linguísticas da África. Fonte: [http://commons.wikimedia.org/wiki/File:African\\_language\\_families\\_en.svg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:African_language_families_en.svg)

De todo esse complexo linguístico, Bonvini (2009) destaca quais teriam sido trazidas para o Brasil,

As línguas transplantadas repartem-se basicamente em duas áreas de proveniência:  
a) a área oeste-africana, caracterizada pelo maior número de línguas, tipologicamente muito diversificadas:

**- Tronco nígero-congolês:**

• Famílias:

*atlântica: fula (fulfulde), uolofe, manjaco, balanta;*

*mande (sobretudo o mandinga): bambara, maninca, diúla; gur: subfamília gurúnsi;*

*cuá (subgrupo gbe): eve, fon, gen, aja (designadas pelo termo jeje no Brasil);*

*ijoje: ijó;*

*benuê-congolesa.*

• Grupos:

*defoide: falares iorubás designados no Brasil pelo termo nagô-queto; edoide: edo;*

*nupoide: nupe (tapa);*

*iboide: ibo;*

*cross-River: efique, ibíbio.*

**- Tronco afro-asiático:**

• Família:

*chádica: hauçá.*

**- Tronco nilo-saariano:**

• Família: *saariana: canúri.*

b) a área austral, essencialmente do subgrupo *banto* - limitada à costa oeste (atuais Congo, República Democrática do Congo e Angola) e somente mais tarde estendendo-se à costa leste (Moçambique) -, caracteriza-se por um número muito reduzido de línguas, tipologicamente homogêneas, mas faladas pelo maior número de cativos:

H. 10 *congo (quicongo): quissolongo, quissicongo (quissangala), quizombo, quissundi* (falada pelos bacongós, numa zona correspondente ao antigo reino do Congo) e *quivíli, iuoio* (fiote), *quiombe* (faladas em Cabinda e em Loango);

H. 20 *quimbundo* (falada pelos ambundos, na região central de Angola, correspondendo ao antigo reino de Ndongo), *quissama, quindongo*;

H.30 *iaca-holo: iaca, imbangala, chinji;*

K. 10 *chôcue: uchôcue, ochinganguela, chilucazi, luena (luvale);*

L. 30 *luba: chiluba-cassai (lulua);*

L. 50 *lunda: chilunda, urunda;*

P. 30 *macua: omacua;*

R. 10 *umbundo* (falado pelos ovimbundos na região de Benguela, em Angola): *umbundo, olunianeca;*

R. 20 *cuaniama, indonga: ochicuaniamia, cuambi;*

R. 30 *herero: ochiherero* (BONVINI, 2009, p. 30-31).

Como podemos perceber na descrição acima, as línguas africanas que aportaram no Brasil foram submetidas a intensos contatos linguísticos, dentre eles com a língua portuguesa. Porém, apesar desta grande quantidade de línguas, segundo Bonvini (2009, p. 59) “as línguas africanas exerceram, sucessivamente, um papel cada vez menos determinante em face daquele preenchido pela língua portuguesa”.

A conclusão a que chega Bonvini é que

Elas passaram de um estatuto inicial de língua plena e generalizada (*quimbundo*), primeiro, ao de língua veicular e pidginizada (“*mina*”), em seguida ao de língua veicular (*ioruba*) geograficamente circunscrita e limitada a um contexto plurilíngue e africano, para acabar numa fase de extinção progressiva, por falta de renovação suficiente de seus falantes, sobrevivendo finalmente apenas em lugares confinados, sob forma de línguas culturais ou secretas (BONVINI, 2009, p. 59).

Aos afrodescendentes escravizados de cultura linguística plurilíngue e notadamente “aloglotas” restou o aprendizado progressivo da língua portuguesa.

### 1.2.2 Contatos linguísticos no Brasil

O contato linguístico da língua portuguesa com línguas advindas da África suscitou inúmeras discussões e pesquisas. No centro destes estudos estão as comunidades afro-brasileiras rurais e urbanas que configuram uma territorialidade que se poderia chamar de ilhas linguísticas. Como tal, caracterizam-se pelo relativo isolamento e por sua circunscrição a um espaço claramente delimitado. As comunidades afro-brasileiras no Brasil enquadram-se como ilhas linguísticas. Entende-se como comunidades-ponto identificadas com uma variante ou variedade de língua que se situam geográfica ou socialmente em torno de um núcleo visivelmente delimitável e coeso. Elas podem tanto apresentar características que refletem o português do período colonial, como também evidências sobre o resultado do contato linguístico, para compreender a diferenciação do português falado no Brasil, na heterogeneidade de suas variantes regionais e sociais, em relação ao português falado na Europa. A língua portuguesa falada no velho continente e seu contato com línguas no Brasil colônia suscitaram muitas questões com várias tentativas de respostas.

A língua portuguesa do Brasil e as hipóteses de sua constituição são alvo de diversos estudos, enfocando-se sua variedade linguística em relação ao português de Portugal. Atestar ou contestar uma suposta origem crioula para tal constituição ou uma mudança linguística natural da língua é questão recorrente na pauta de alguns linguistas e filólogos já há algum tempo. Nosso intento não é entrar nessa discussão, mas didaticamente relatar o que foi discutido por uma e outra corrente de pensamento e retratá-la com argumentos levantados basicamente em defesa de uma e/ou outra hipótese, tal

como: estaria a causa de tal variação linguística nas tendências já contidas na deriva da língua ou na influência da crioulização? Em relação à primeira posição – da deriva natural, conceito do linguista norte americano Edward Sapir – seus defensores acreditam que é a tendência já contida no sistema que faz com que a língua tome determinada direção, isto é, evolua naturalmente no sentido de tendências pré-existentes. Nesse caso, as mudanças linguísticas são atribuídas à deriva interna da língua portuguesa, das línguas românicas ou até das línguas indo-europeias. Isso quer dizer que os fenômenos variáveis já vieram da língua portuguesa da Europa e, aqui, num ambiente de complexo quadro sociolinguístico, assumiram um caráter quantitativamente mais expressivo e deram ao português no Brasil seu aspecto característico.

A segunda posição leva-nos à hipótese da crioulização. Para tanto, é necessário que se entenda como se dá a formação de uma Língua Crioula. Ela forma-se a partir de um jargão ou de um pidgin, ambos originados do contato linguístico entre informantes de línguas mutuamente inteligíveis, como um meio de intercompreensão. Nesta perspectiva, as pesquisas, trabalham dentro de uma concepção teórica bastante difundida e atualmente considerada clássica, segundo a qual uma situação de contato pode produzir um jargão que, de acordo com Couto (1996), é uma comunicação de forma pragmática que só se viabiliza devido ao contexto da situação por meio de estratégias individuais, sem normas socialmente reconhecidas pelo simples fato de um grupo não conhecer a cultura e a língua do outro; ele é considerado um pidgin instável, parte de um *continuum* pré-pidgin. Por sua vez, o pidgin consiste em comunicação intensificada rumo à cristalização, “um pidgin estável”. Nessa situação, as soluções individuais são preteridas em favor do estabelecimento de normas sociais. O pidgin desaparece com o tempo ou se nativiza, tornando-se uma língua crioula. Os falantes das línguas dominadas empregam seus esforços para aprender a língua dos dominadores, porém, dada a transmissão geracional de uma que não se trata de língua nativa (L2), com modelo defectivo dos pais para os filhos, a língua é aprendida por meio do que se conhece na literatura por transmissão linguística irregular<sup>17</sup>. O que os dominados conseguem é um “simulacro” da língua dos dominadores.

---

<sup>17</sup> A transmissão linguística regular é vista como se aplicando a crianças, a partir da fase de socialização, na base de uma amostra de fala susceptível de uma análise ordenada. Por sua vez, a ‘transmissão linguística irregular’, se daria entre adultos e/ou com base em fala não susceptível de uma análise ordenada, talvez por ser caótica, ou por ser em quantidade insuficiente, ou ainda por outras razões (MELLO; NARO; SCHERRE, 2003, p. 230).

A definição de língua crioula envolve dois tipos de fatores: estruturais e sócio-históricos. Conforme afirma Lucchesi (2009, p. 117), o aspecto crucial para entender o caráter e a natureza das línguas crioulas frente às chamadas “línguas naturais” reside no fato de não haver propriedades e estruturas exclusivas das línguas crioulas, pois “uma determinada variedade linguística não se define por suas propriedades estruturais imanentes, mas pelo processo histórico de contato linguístico que levou à sua formação”. O autor justifica sua afirmativa dizendo que “todas as características estruturais e mudanças que ocorrem nas línguas crioulas podem ocorrer em outras línguas naturais, não crioulas. E nem poderia ser diferente, na medida em que as línguas crioulas também são línguas humanas naturais”.

Os primeiros passos em direção ao estudo da Dialetoologia brasileira foram dados com o trabalho de Amadeu Amaral (1976 [1920]), *O Dialeto Caipira*, abrindo caminho para outras pesquisas, nas quais se destacam *O linguajar Carioca*, de Antenor Nascentes (1953 [1922]), e *A Língua do Nordeste*, de Mário Marroquim (1945 [1934]). Abordando aspectos de determinadas áreas geográficas, essas produções buscaram descrever fenômenos semântico-lexicais, fonético-fonológicos e morfossintáticos que bem ilustram o processo de dialetação do português de realização brasileira.

O trabalho de Marroquim (1945, p. 10) abre discussão para dois pontos contrários à hipótese da criouliização: a lei do menor esforço e o rumo lógico que a língua toma fenômenos próprios da evolução natural dentro da variação dialetal, que nas suas palavras representam a “força viva que surge das massas populares ao impulso de tendências lógicas e naturais”. O autor coloca restrições à influência do africano, ressaltando que a contribuição do afrodescendente em relação ao léxico só se deu quando “o anseio da libertação os ajuntou na república dos Palmares” (MARROQUIM, 1945, p. 118). Neste momento, surgem designações de léxico africano marcando os montes, os cursos d’água e aldeias, numa demonstração de posse, conquista e independência. Amaral e Nascentes, no entanto, aceitam mais a influência indígena e africana na constituição do português do Brasil, tendendo, deste modo, para a hipótese da criouliização, embora não tenham tocado diretamente neste assunto.

### 1.2.3 O discurso sobre a influência africana no português do Brasil

O primeiro tratamento amplo a respeito das influências africanas no português do Brasil só emergiu, no início do século XX, com as obras de Jacques Raimundo (1933) e Renato Mendonça (1973 [1933]). Eles atribuem à influência das línguas africanas, na caracterização do português brasileiro, principalmente o Quimbundo e o Iorubá, no que diz respeito a alguns aspectos característicos de nossa língua. Os autores ressaltam o fato de os escravizados, introduzidos em grande escala no Brasil, terem aprendido o português de maneira imperfeita<sup>18</sup>, tanto nos níveis fonético, quanto morfológico e sintático, bem como terem introduzido novos itens lexicais, provocando assim um “cruzamento” das línguas africanas com o português. Eles ainda mencionam a presença indígena como um fator co-responsável pela diferenciação entre o Português do Brasil e o Português Europeu, sem, no entanto, deixar clara a linha de demarcação entre a influência africana e a indígena.

Refutando as teses de Mendonça e Raimundo e unânimes na posição de que a língua do Brasil era um português uniforme e conservador, reflexo da cultura e da superioridade cultural dos brancos sobre os afrodescendentes, tem-se a tríade de filólogos de formação tradicional: Serafim da Silva Neto (1986), Gladstone Chaves de Melo (1981) e Sílvio Elia (1979).

Segundo esses autores, o que houve foram apenas episódicos falares africanos com a formação de línguas crioulas e semi-crioulas oriundas de uma aprendizagem rápida e imperfeita, mas que foram suplantados com a ascensão social do mestiço. Eles alegam que, na busca de um ideal linguístico, a influência africana ficou reduzida à permanência de traços crioulizantes. Também não descartam a precipitação das derivas latentes no português.

Mattoso Câmara Jr. (1972, 1980, 1985) representa a concepção estruturalista da história da língua. Ele afirma ter havido uma língua crioula falada pelos escravizados, que estando marginalizados não encontraram estímulo para aprenderem “corretamente” o português. No entanto, o fato de manterem estreito contato com os brancos fez com que estes adotassem seus traços crioulos, acelerando dessa forma a deriva do português. No entanto, é categórico ao afirmar que tal influência não ultrapassa as possibilidades

---

<sup>18</sup> Vide nota 9, quanto à definição de transmissão linguística irregular.

estruturais do sistema, ou seja, embora admita a existência de uma língua crioula, não afasta a hipótese da deriva natural.

A pesquisadora Yeda Pessoa de Castro (*apud* MUSSA, 1991 p. 28), distingue quatro tipos de línguas praticadas por afrobrasileiros: (i) a língua das senzalas, a partir do séc. XVI, de base banto; (ii) a língua rural, no séc. XVII, com base no quimbundo; (iii) a língua das minas, provocado pela corrida do ouro, também de base banto, e (iv) a língua urbana, a partir de 1808. Ela conclui que houve um nivelamento sucessivo entre tais línguas (do mais “africanizado” ao mais “aportuguesado”) e o português do Brasil, no qual não considera a existência de línguas crioulas. Segundo a autora, o que contribuiu também para que línguas crioulas não surgissem no Brasil foram “fatores puramente linguísticos [...] certas ‘coincidências’ entre a estrutura do português e das línguas africanas faladas no Brasil” (*apud* MUSSA, 1991 p. 31). Pessoa de Castro não nega a influência africana no português do Brasil, mas não o considera descendente de uma língua crioula.

Nos trabalhos de 1981 e 1986, Gregory Guy, analisando as diferenças existentes entre o português popular do Brasil e o português-padrão, diz que essas diferenças ou são devidas a uma evolução linguística “natural” ou apontam para um processo de criouliização ocorrido no passado, cujos efeitos ainda estão no presente. Ele afirma que tais diferenças não são de caráter qualitativo e que a velocidade das transformações é que pode apontar para uma ou outra hipótese, a saber: na criouliização o processo de transformação é abrupto, enquanto que na evolução natural é lento. Ele defende ter havido uma língua crioula de base portuguesa no período colonial, que se descrioulizou com o tempo deixando suas marcas.

Contrariando a posição de Guy, Anthony Naro (1981, 1998, 2001, 2003) rejeita qualquer hipótese de influência das línguas africanas. Ele argumenta que há dois caminhos possíveis para as mudanças sintáticas: ou surgem nos contextos menos salientes e se expandem para os mais salientes (mudança natural), ou o inverso, surgem em contextos mais salientes, alcançando depois os menos salientes (mudança “consciente”). Em relação à hipótese de criouliização ele diz que falta documentação para comprovar a existência de pidgins ou línguas crioulas de base portuguesa no Brasil e que a pré-existência da língua geral inibiu o desenvolvimento de uma língua crioula em terras brasileiras.

John Holm (1992) acredita ter havido uma língua crioula de base portuguesa no Brasil colônia que não encontrou condições para se difundir. Ele advoga o estatuto semi-

crioulo do português popular do Brasil, como o resultado do contato entre o português regional e coloquial trazido da Europa para o Brasil desde o século XVI e de uma língua crioula, baseada no português trazido de São Tomé para o Brasil durante os séculos XVI e XVII, e outras variedades posteriores. O autor é categórico ao afirmar que há evidências de que na língua brasileira manifesta-se uma tendência crioulizante.

Segundo Lucchesi (1998 e 2000), houve transmissão linguística irregular no processo de aquisição do PB. Ele considera quatro importantes aspectos da história sociocultural do Brasil que contrariam a estabilização de uma língua crioula no Brasil. São eles: (i) grande mortandade de aloglotas, durante certo período da colonização; (ii) o possível uso de línguas africanas como línguas francas; (iii) o fenômeno da mestiçagem; e (iv) os mecanismos da cooptação social dos mulatos e dos escravizados ladinos, que fomentavam um melhor desempenho desses indivíduos no manejo do português. No entanto, ele também não descarta a possibilidade da existência de processos de pidginização/crioulização de tipo leve, isto é, sem uma reestruturação profunda e independente da gramática, mas com uma redução drástica dos paradigmas gramaticais.

Das nove características apontadas pelo autor como processos de crioulização leve, três são destacadas por Carlota Ferreira (1984) na pesquisa de Helvécia, uma vila que fica no município de Mucuri, extremo sul da Bahia, quando da ida de dois inquiridores do *Atlas Prévio dos Falares Baianos*, em fevereiro de 1961, em busca de vestígios de um língua crioula na boca de uma população quase toda de afrodescendentes. São elas: (i) redução dos processos de concordância verbal e nominal; (ii) reforço do processo de negação, com construções de dupla negação; e (iii) redução do elenco e do uso de preposições. Segundo Ferreira (1984), alguns fatos peculiares, que ocorreram com certa constância em Helvécia, não foram registrados em nenhuma outra localidade (ou então registrados ocasionalmente). Tais fatos levaram a concluir que em Helvécia há ou houve remanescentes de uma língua crioula.

Em relação ao reforço do processo de negação em Helvécia, Callou (1998) levantou as seguintes possibilidades: (i) a repetição da partícula *não* depois do verbo, no fim da oração; (ii) a partícula negativa *não* usada com o indefinido *ninguém*; (iii) o advérbio *nunca* usado com o infinitivo *nenhuma*; e (iv) a repetição da partícula *não* antes do verbo no infinitivo. A pesquisadora afirma, ainda em relação a Helvécia, que “outros usos continuam atuantes dentre eles a alternância no uso e apagamento de preposições, que incita discussão da eventual origem crioula do português brasileiro” (CALLOU, 1998

p. 270). Ou pelo menos o alcance desses fenômenos em outras comunidades afro-brasileiras.

Mesmo não havendo documentos que comprovem a utilização de uma língua crioula no falar da população africana no processo de formação do vernáculo brasileiro, a sócio-história de sua formação mostra que é possível ter havido uma influência substancial de línguas africanas em contato com a portuguesa, durante a colonização do Brasil, sobretudo no que diz respeito à predominância demográfica dos africanos e seus descendentes nesse período.

### 1.3 Espaços de africanidade

Caracterizam-se as comunidades afro-brasileiras por moradores em busca do crescimento. Na pesquisa de campo, vimos que ainda não é fácil conciliar a luta pela vida e a luta para vencer na vida. Essa vida é uma busca para se encontrar, mas esse encontro tem que contar com apoio que foi e é negado nas escolas, onde os professores ainda não têm formação suficiente para enfrentar as diferentes salas de aula.

Nessa situação, os afrodescendentes pertencentes a comunidades afro-brasileiras se questionam quanto à possibilidade de se autodefinir no termos da Constituição Federal de 1988 em seu artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Para isso, acionariam um “idioma étnico”<sup>19</sup>, a fim de conservar seus direitos coletivos sobre uma área que sempre foi percebida como sua. Os processos políticos e sociais relativos aos grupos afrodescendentes rurais e urbanos afetaram de forma significativa o cotidiano dessas pessoas, trata-se de um fato que não pode ser ignorado.

Para podermos compreender como a adoção de um “idioma étnico” se torna uma possibilidade para comunidades afro-brasileiras, entendo ser necessário contextualizar a comunidade acadêmica quanto ao trabalho com comunidades afro-brasileiras Urbanas

---

<sup>19</sup> Conversei muito com os moradores das regiões visitadas, mesmo não tendo tido oportunidade de entrevistar as etnias (alemã e italiana, os de origem) presentes no entorno das Comunidades Afrobrasileiras, pude perceber que a partir da inserção na região eles acionaram a etnicidade, tomando dois pontos de referência. De um lado, situam os **brasileiros** que ocupavam as áreas anteriormente, dentre eles os afrodescendentes. Ao contrário do *habitus* daqueles, naturalizaram suas virtudes étnicas. Invocaram, na sua positividade, a experiência partilhada de colonização, no trajeto de descolamento a uma área inóspita, transformando “natureza em cultura”. Nessas narrativas acionaram estratégias representacionais, tais como “a missão civilizadora”, “os construtores do progresso”, as suas virtudes étnicas, as metáforas práticas, os idiomas da etnicidade, expressos no tripé: família, religião e trabalho. (RENK, s/d)

e/ou Rurais em espaços das cidades, ou seja, locais onde se reconhece a presença contínua desses grupos em virtude de sua ocupação (LEITE, 1991).

Isso só é possível na medida em que fazemos uma retrospectiva do surgimento e trajetória da categoria “remanescentes de quilombos” no plano constitucional e sua estreita ligação com a luta de comunidades afro-brasileiras rurais pela permanência em suas terras. Porque é a partir desse acúmulo de experiência que os grupos afrodescendentes citadinos passam a se articular vendo na etnicização de suas demandas fundiárias uma alternativa para a resolução de seus problemas territoriais.

À Antropologia coube o papel fundamental de questionamento de noções como “quilombos” e “remanescentes”. Os antropólogos, enquanto mediadores, colaboraram para a configuração de um conjunto de representações acerca das populações que viriam a pleitear essa identidade. No entanto, não foram os únicos. O movimento negro desempenha um papel fundamental nesse sentido, conferindo legitimidade aos processos de etnogênese (BANTON, 1977) protagonizados pelas comunidades afro-brasileiras rurais num primeiro momento, e posteriormente pelas urbanas. O surgimento da Comunidade Afro-brasileira Família Fidelix em Porto Alegre/RS, é um exemplo singular desse fenômeno que coloca na ordem do dia a situação das comunidades afro-brasileiras citadinas incitando um debate entre antropólogos, juristas e ativistas do movimento negro.

O artigo 68 do ADCT completa vinte e seis anos. Nesse período, das mais de 2000 comunidades identificadas como “remanescentes de quilombos” em todo o país pelo governo federal, poucas foram tituladas e reconhecidas. No Estado do Rio Grande do Sul, noventa e quatro já tiveram sua publicação no Diário Oficial da União e várias outras estão aguardando esse processo de reconhecimento<sup>20</sup>. Essa característica se explica, em grande parte, por uma conjuntura política singular que precedeu a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Entre 1985 e 1987 os movimentos camponeses obtêm avanços e articulações políticas para pressionar os órgãos fundiários a reconhecer a existência e dar uma definição operacional para as “ocupações especiais”, ou seja, aquelas ocupações fundiárias que não se enquadravam nas categorias censitárias e cadastrais utilizadas pelos órgãos governamentais até então, como era o caso das “comunidades afro-brasileiras rurais”. Esses domínios estariam entregues, ou adquiridos por famílias de ex-escravizados, ou antigos escravizados com ou sem titulação legal (ALMEIDA, 2002). A

---

<sup>20</sup> Dados extraídos do site da Fundação Palmares. Disponível em: < <http://www.palmares.gov.br/>. Acesso em: 21 julho de 2014.

mobilização desses grupos se dá através da organização de encontros como o I Encontro das Comunidades Negras Rurais, realizado em 1986 no Maranhão, que se repete em 1988, ao mesmo tempo em que o I Encontro de Raízes Negras no Pará.

O ano de 1988, além de ser marcado pela elaboração e promulgação da Constituição Federal, foi, também, dedicado a uma ampla celebração nacional pelo centenário da abolição da escravatura, trazendo à cena a questão afrodescendente de maneira que ela não podia ser ignorada pelos constituintes. No entanto, ao invés de reconhecer os direitos territoriais das comunidades afro-brasileiras, enquanto resultado de diferenças culturais existentes no presente, a Constituição tratou do tema como reparação de erros históricos ao utilizar na redação de seu texto a expressão “remanescentes das comunidades dos quilombos”. Segundo Arruti (2000), a categoria de quilombos presente no art. 68:

[...] remete a um tipo de formação social e histórica que, a princípio, teria desaparecido com a própria escravidão e que se caracterizou justamente pela busca de invisibilidade frente ao Estado (ARRUTI, 2000, p. 103).

De acordo com esse autor, para compreendermos como a metáfora dos quilombos transitou do âmbito dos movimentos sociais brasileiros até obter o estatuto de tema constitucional, necessitamos ter em conta alguns marcos importantes desse percurso levando em consideração outros contextos de disputa de sentido da noção em questão. Conforme Arruti (2000), Astrogildo Pereira, fundador do Partido Comunista do Brasil, teria sido o primeiro a propor uma interpretação classista da luta do Quilombo de Palmares, em 1929. Ele via em Palmares a ação revolucionária dos afrodescendentes contra os escravizadores como uma luta de classes, tal qual a existente entre proletários e capitalistas na modernidade. O Quilombo de Palmares era identificado como um estado revolucionário anti-escravista. O livro de Edson Carneiro intitulado “O Quilombo de Palmares”, publicado em 1958, tornou-se referência para toda a bibliografia que se seguiu sobre o tema, reforçando a associação dos quilombos com a ideia de resistência.

A apropriação da metáfora dos quilombos como ícone da resistência afrodescendente ocorre no final da década de setenta e início da década de oitenta e no campo das lutas sociais cresce e se fortalece contemplando os mais diversos conteúdos, mas preservando parte de seu comunismo primitivo. Abdias Nascimento, em 1980, procurou definir o conteúdo simbólico dos “quilombos” enquanto um movimento social de resistência física e cultural da população afrodescendente que se estruturou de diversas

maneiras, na forma de qualquer grupo tolerado pela ordem dominante em função de suas declaradas finalidades religiosas, recreativas, beneficentes e esportivas, etc.<sup>21</sup>

O movimento negro no Brasil, estruturado predominantemente em núcleos urbanos, toma os “quilombos” como sua fonte de inspiração original, associando-os a imagem de uma comunidade de afrodescendentes fugidos, caracterizada por sua capacidade de resistência ao assédio da sociedade colonial e pela reprodução de um estilo de vida africano na América. Essa metáfora dos “quilombos” ganha força normativa na Constituição de 1988, em conexão com demandas de grupos afrodescendentes rurais.

A criação de novas categorias fundiárias no plano jurídico nacional dá origem a novas categorias populacionais. Entretanto esse avanço no âmbito normativo implica em perdas no plano simbólico, restringindo o significado dos quilombos manejado pelo movimento negro (majoritariamente urbano) a um sentido mais idílico ou ideológico do que propriamente sociológico (ARRUTI, 2000). Sobre as inovações que o art. 68 trouxe, Arruti (2000) diz que:

[...] elas, sobretudo, criaram realidades lá onde pretendiam apenas reconhecê-las, alterando situações de fato no plano local, ao mesmo tempo em que impondo novas questões aos seus ordenamentos jurídicos nacionais e ao campo acadêmico (ARRUTI, 2000, p. 94).

No âmbito acadêmico, os estudos sobre a população afrodescendente brasileira, principalmente após a década de cinquenta, privilegiaram o contexto urbano e enfatizaram as questões do preconceito racial e da mobilidade social.

Nina Rodrigues foi precursor dos estudos sobre a cultura afrodescendente no Brasil. Posteriormente, Gilberto Freyre (1933, 1936) empreendeu uma história social das relações entre brancos e afrodescendentes no país. No entanto, podemos dizer que foi Donald Pierson (1971) que inaugurou uma tradição disciplinar de estudos sobre relações raciais brasileiras.

Sobre esse período, Arruti (1997) argumenta que ocorreu uma mudança no campo de estudos raciais, inclusive na questão que funda o mesmo. Essa transformação se dividiria em dois momentos. O primeiro se caracterizaria pela realização de estudos sobre

---

<sup>21</sup> Foram autores como Herskovits (1954, 1967) e Bastide (1971, 1973, 1974) que identificaram a persistência de traços culturais de origem africana, como mecanismos de resistência cultural dos negros. A utilização dessa perspectiva sociológica dinâmica de cultura de resistência como esquema explicativo em estudos de casos assumiu, algumas vezes, um caráter de exaltação política da resistência cultural do negro, que configurou-se numa visão estereotipada de que a inserção do negro em grupos organizados para práticas de lazer ou religião, identificados como de origem africana viabilizariam ao nível ideológico a neutralização da dominação branca que se efetiva nas esferas social, econômica e política pelos negros.

comunidades rurais que teriam a particularidade de serem afrodescendentes. Ao longo da década de oitenta, surgem uma série de estudos interligados na USP que passam a operar com o conceito de “etnicidade”<sup>22</sup>.

A manutenção do grupo étnico a partir da atualização e reprodução de suas fronteiras no contexto do contato interétnico vinha sendo tratada, tradicionalmente, por antropólogos que lidavam com a questão indígena no Brasil. É justamente nessa década, principalmente após a inclusão do artigo 68 das Disposições Transitórias na Constituição Federal de 1988, que a definição de grupo étnico que fora incorporada ao cenário antropológico brasileiro a partir das formulações de Barth (1969), passa a ser atribuída a coletividades de afrodescendentes e cafuzos.

A participação dos antropólogos no processo de aplicação do art. 68 do ADCT, através da elaboração de laudos ou relatórios de identificação que colaboraram com a instrução de processos de reconhecimento dos “remanescentes das comunidades dos quilombos”, contribuiu para o debate que visa a regulamentação do preceito constitucional e o questionamento de noções como “remanescentes” e “quilombos”. No entanto, como observa Arruti (2000), os trabalhos de pesquisa junto a esses grupos alteram o seu número ao mesmo tempo em que ajudam a defini-lo. Nesse sentido, essas coletividades são, também, o conjunto de representações que delas se vão construindo na diversidade de interesses que nelas se cruzam. É importante ressaltar a influência de outros mediadores, como o movimento negro, junto a essas comunidades no que se refere a identificá-las enquanto símbolos de uma identidade, de uma cultura, de uma modalidade de luta e militância afrodescendente.

Para as populações que assumem a identidade de “remanescente de quilombo” surge a possibilidade de ocupar um novo lugar na relação com os vizinhos, na política local, perante órgãos estaduais e federais, no imaginário nacional e no seu próprio imaginário (OLIVEIRA, 1976). A adoção de uma identidade nesses termos embora possa fazer referência a uma realidade factível promove por si só a produção desta com a alteração dos significados atribuídos a festas e rituais, com a reelaboração da memória e

---

<sup>22</sup> Alguns exemplos da primeira fase são os trabalhos de: Brandão, C.R. Peões, Pretos e Congos: Trabalho e Identidade Étnica em Goiás. Brasília: Ed. UnB, 1977. Gusmão, Neusa M.M. Campinho da Independência: Um caso de proletarização caiçara. 1979 (Dissertação de Mestrado) PUC/SP, 1979. Vogt, Carlos e Peter Fry. Cafundó: A África no Brasil. Ed. Unicamp: SP, 1996. Sobre a produção da USP na década de 80 remetemos a: Queiroz, Renato. Caipiras Negros no Vale do Ribeira: Um estudo de Antropologia Econômica. 1983 (Dissertação de Mestrado) FFLCH/USP, 1983. Baiocchi, Mari de Nasaré. Negros de Cedro: Um estudo antropológico de um bairro rural de Goiás. São Paulo: Ática, 1987. Bandeira, Maria de Lourdes. Território Negro em Espaço Branco: Estudo Antropológico de Vila Bela. São Paulo: Brasiliense, 1988.

com a mudança de status de seus guardadores que passam a ser extremamente valorizados no e pelo grupo (ARRUTI, 1997).

No que diz respeito ao questionamento e crítica das noções de “remanescentes e quilombos” podemos citar o trabalho de Almeida (2002) em que ele demonstra que o conceito jurídico-formal de quilombo remonta ao período colonial. Composto-se de elementos descritivos defini-se por toda a habitação de afrodescendentes fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se ache pilões nele. Os elementos básicos dessa definição são:

- 1- a fuga,
- 2- uma quantidade mínima de fugitivos,
- 3- isolamento geográfico,
- 4- moradia habitual, o rancho, e
- 5- capacidade de reprodução e autoconsumo na figura do pilão.

Esses cinco elementos se perpetuam nas definições de quilombo que se seguiram na legislação brasileira, apenas sofrendo um deslocamento de variação e intensidade entre eles mesmos. No período republicano ele desaparece, uma vez que com o fim da escravidão, não haveria mais sentido para a sua existência, reaparecendo na Constituição de 1988 como sobrevivência.

No entanto, as realidades sociais dos quilombos no presente demonstram que, longe de ser uma reminiscência, essa forma de organização variou ao longo do tempo. Não se colocando necessariamente em oposição à *plantation*, fora do âmbito da grande propriedade, transcendendo à clivagem rural /urbano e a distinção jurídica entre propriedade e posse. Ao nos desprendermos dessa definição ahistórica e acrítica de quilombos, passamos a compreender que a eles só foi possível persistir com algum tipo de articulação com a sociedade envolvente, e que exatamente por se transformarem é que os quilombos puderam persistir. Nesse sentido, a compra de terras por famílias de escravizados ou a doação de terras dos senhores aos seus escravizados podem ser abrangidas pela noção de quilombos.

Em 1994 foi realizado o Grupo de Trabalho sobre “Terra de Quilombo”, deste encontro foi produzido um documento em que se expressa as transformações no significado da noção de “quilombo”:

[...] o termo quilombo tem assumido novos significados na literatura especializada e também para grupos, indivíduos e organizações. Ainda que tenha um conteúdo histórico, o mesmo vem sendo ‘ressemantizado’ para designar a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos do Brasil. [...] Contemporaneamente, portanto, o termo quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma, nem sempre foram construídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e na reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio. [...] No que diz respeito à territorialidade desses grupos, a ocupação da terra não é feita em termos de lotes individuais, predominando seu uso comum. A utilização dessas áreas obedece à sazonalização das atividades, sejam agrícolas, extrativistas, ou outras, caracterizando diferentes formas de uso e ocupação dos elementos essenciais ao ecossistema, que tomam por base laços de parentesco e vizinhança, assentados em relações de solidariedade e reciprocidade (O'DWYER, 2002, p. 18-19).

Em relação aos grupos sociais que poderiam reivindicar-se como remanescentes de quilombo, em 1994, a Associação Brasileira de Antropologia (doravante ABA) propõe uma definição de quilombo: Toda comunidade negra rural que agrupe descendentes de escravos vivendo da cultura de subsistência e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado.

Nas páginas do caderno da ABA - Terra de Quilombo, publicado em 1995, estão reunidos diversos artigos produzidos, em sua grande maioria, por antropólogos acerca das comunidades que pleiteiam a aplicação do dispositivo constitucional, todas elas rurais. Apenas no texto de Ilka Boaventura Leite encontramos referência à existência de 22 comunidades habitadas por populações afro-brasileiras em Santa Catarina, no ano de 1988, que não podiam ser consideradas rurais. Todavia, como admite a autora, muitos dos núcleos identificados naquele ano desapareceram no novo mapeamento realizado em 1994 confirmando a dificuldade ou até mesmo impossibilidade destes grupos se fixarem numa terra no meio urbano ficando a mercê da sazonalidade das ofertas de trabalho.

O'Dwyer sobre o assunto<sup>23</sup> indica o acúmulo sobre a questão indígena é que vinha servindo de parâmetro para a elaboração dos laudos antropológicos:

Trata-se de uma demanda nova, para a qual faltam os instrumentos mínimos, mas que pode contar com um importante antecedente visando à criação de uma sistemática adequada. Este antecedente surge dos trabalhos de acompanhamento e crítica antropológica aos processos de regularização de terras indígenas, que têm levado a uma progressiva sofisticação dos instrumentos acadêmicos e estatais de investigação e intervenção (O'DWYER, 2002, p. 19-20)

---

<sup>23</sup> Boletim da ABA n.º 30, de 1997.

Os antropólogos que participaram dos processos de identificação e reconhecimento das autodenominadas comunidades remanescentes propuseram uma definição operacional de quilombos que considera os seguintes elementos:

- 1) Processo de produção autônomo (livre acesso à terra, decisão do que plantar e comercialização independente de qualquer controle externo);
- 2) Capacidade de organização político-administrativa;
- 3) Critério ecológico de preservação dos recursos;
- 4) Auto-definição dos agentes e da coletividade;
- 5) Grau de conflito e antagonismo.

Evidentemente esta formulação é fruto da experiência adquirida junto a certos tipos de comunidades afro-brasileiras rurais, por isso acredito que ela não seja extensiva a todos os grupos que venham a se definir enquanto “remanescentes de quilombos”. Até mesmo por que:

[...] os antropólogos se depararam com situações em que a categoria quilombo como objeto simbólico representa um interesse diferenciado para os diversos sujeitos históricos, de acordo com sua posição e seus esquemas de vida (O'DWYER, 2002, p. 21).

Dentre os grupos afrodescendentes que são definidos enquanto comunidades rurais, sob a perspectiva antropológica, têm desde aqueles que residem em regiões de floresta nativa, a beira dos rios, até aqueles que vivem em bairros rurais de cidades de médio porte. São experiências extremamente diversas entre si que são classificadas como rurais em oposição às urbanas. Na verdade, como nos alerta Tavares dos Santos: “O rural constitui apenas objetos reais imediatamente empíricos ou históricos, mas não é uma categoria suficiente para construir objetos científicos” (TAVARES DOS SANTOS, 1991, p. 85).

Outrossim, o “rural” não está isolado do urbano. Segundo Silva (1997), é cada vez mais difícil delimitar o que é rural e o que é urbano. Nas suas palavras:

[...] o rural hoje só pode ser entendido como um “continuum” do urbano do ponto de vista espacial; e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária (SILVA, 1997, p. 43).

Além disso, como identifica esse autor, nas últimas três décadas o meio rural brasileiro se urbanizou em função do processo de industrialização da agricultura, de um lado, e, de outro, pelo transbordamento do mundo urbano naqueles espaços que tradicionalmente eram definidos como rurais. Todavia esses processos sociais mais globais não se traduziram em uma uniformização da sociedade a ponto de extinguir a particularidade de certos espaços ou grupos sociais.

No Brasil, o critério mais frequente para demarcar o espaço rural do urbano é a dimensão da população, acompanhado da densidade demográfica e a inserção em um ambiente sob a influência de grandes ou médias cidades. Do ponto de vista das Ciências Sociais, a relação específica dos habitantes do campo com a natureza e o caráter de interconhecimento das relações sociais são as principais características do meio rural. O “rural” brasileiro está sempre referido à cidade, como sua periferia espacial precária, sendo política, econômica e socialmente dependente dela. O meio rural configura-se no espaço da precariedade social (WANDERLEY, 1997).

É preciso que se esteja atento a essas questões para que possamos compreender que a emergência de “quilombos urbanos” são efetivamente processos de “etnogênese” (BANTON, 1977) onde as identidades se constituem num movimento dinâmico de apropriação da condição étnica e de interpretação dos eventos políticos sob um contexto de disputa territorial. Os papéis do movimento negro e de outros mediadores, como advogados e antropólogos, por exemplo, são fundamentais na medida em que respaldam e até mesmo influenciam na organização política desses grupos em termos étnicos com vistas a garantir seus direitos sobre as áreas que ocupam. Como observado em relação às comunidades afro-brasileiras rurais, a propagação das informações sobre o tema dos “quilombos” junto aos grupos urbanos demonstram a importância, a positividade e a utilidade da demanda para essas coletividades que até então a desconheciam, não acreditavam nela ou temiam as suas consequências (ARRUTI, 2000).

Reiteramos que, conforme o exposto, esse processo é vivenciado de forma conflituosa e dramática e modela a forma como a memória desses grupos vai se configurar tendo em vista a sua situação presente. Não obstante, a sua emergência nas grandes cidades pode evidenciar de forma mais explícita a ideologia racial que perpassa as relações sociais brasileiras e os conflitos que ela tende a velar sob outras formas de desigualdade e hierarquização social.

### 1.3.1 Quilombo e quilombola: ressemantização de um conceito

O reconhecimento, por parte do Estado, da existência de comunidades afro-brasileiras como uma categoria social carente de demarcação e regularização das terras que ocupam desde há muito e às quais se convencionou denominar “comunidades remanescentes de quilombos”, traz à tona a necessidade de redimensionar o próprio conceito de quilombo, a fim de abarcar a gama variada de situações de ocupação de terras por grupos afrodescendentes e ultrapassar o binômio fuga-resistência, instaurado no pensamento corrente quando se trata de caracterizar os “quilombos”.

Os grupos que hoje são considerados remanescentes de comunidades de quilombos se constituíram a partir de uma grande diversidade de processos, que incluem as fugas com ocupação de terras livres e geralmente isoladas, mas também as heranças, doações, recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior das grandes propriedades, bem como a compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravagista quanto após a sua extinção.

A promulgação da Constituição Federal de 1988 e a necessidade de regulamentação do Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias provocaram discussões de cunho técnico e acadêmico<sup>24</sup> que levaram à revisão dos conceitos clássicos que dominavam a historiografia sobre a escravidão, instaurando a relativização e adequação dos critérios para se conceituar quilombo, de modo que a maioria dos grupos que hoje, efetivamente, reivindicam a titulação de suas terras, pudesse ser contemplada por esta categoria. Uma vez demonstrada por meio de estudos científicos, a existência de uma identidade social e étnica por eles compartilhada, a antiguidade da ocupação de suas terras e, ainda, suas “práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar”<sup>25</sup>.

A condição de “remanescente de quilombo” é definida de forma ampla e enfatiza os elementos identidade e território. Com efeito, o termo em questão indica: “a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos e é utilizado para

---

<sup>24</sup> Especialmente no III Encontro Nacional sobre Sítios Históricos e Monumentos Negros (Goiânia: 1992); na Reunião do Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais, da Associação Brasileira de Antropologia (Rio de Janeiro, outubro de 1994), e na reunião técnica “Reconhecimento de Terras Quilombolas Incidentes em Domínios Particulares e Áreas de Proteção Ambiental” (São Paulo, abril de 1997).

<sup>25</sup> Cf. João Pacheco de Oliveira e Eliane Cantarino O’Dwyer, ABA, 1994.

designar um legado, uma herança cultural e material que lhe confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar específico”<sup>26</sup>.

O processo de ressemantização do termo quilombo se justifica, para Anjos e Silva (2004, p. 28), pelas seguintes razões:

[...] o termo quilombo ou as atividades correlatas às quais ele confere sentido, em termos contemporâneos, vêm assumindo novos significados, uma vez que ainda que tenha um conteúdo histórico, o mesmo vem sendo ressemantizado para designar a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos do Brasil.

A ressemantização, a abrangência do termo *quilombo*, segue uma orientação da ABA (Associação Brasileira de Antropologia/1994) no sentido de que seja feita uma aplicação mais justa do Artigo 68 das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988; essa orientação também foi oriunda de discussões promovidas por Associações de comunidades afro-brasileiras Rurais por acreditarem que

[...] o conceito de quilombo, tal como vem sendo utilizado, por prender-se a um fato do passado (o confronto armado, direto, violento e espacialmente localizado – o refúgio), uma das possibilidades apenas de opor-se ao regime escravocrata, conceito este enfatizado pelo senso comum como possibilidade única, exatamente pela sua maior visibilidade, esquece e escamoteia toda uma gama variada e matizada de situações sutis mas concretas, que fizeram face a esse processo injusto. [...] acaba por desviar nossa atenção de uma série de outras situações de resistência, nas quais os negros exercem papéis que não o de refugiado armado, tornado visível pela historiografia oficial, mas outros papéis de um confronto relativizado, na sua aparência atenuado, em relação à sociedade escravista ou recém pós escravista do Brasil do final do século XIX e inícios do século passado (ANJOS; SILVA, 2004, p. 29).

Território remanescente de quilombo é território cuja presença afrodescendente é presença, principalmente, da ancestralidade; a vida em quilombos é costurada à ancestralidade porque ela é um “tecido produzido no tear africano. Na trama do tear está o horizonte do espaço; na urdidura do tecido está a verticalidade do tempo. Entrelaçando os fios do tempo e do espaço cria-se o tecido do mundo que articula a trama e a urdidura da existência” (OLIVEIRA, 2007, p. 245).

Para Rubert, o avanço nas pesquisas sobre comunidades quilombolas do RS é nítido

As duas últimas décadas foram marcadas por importantes inflexões nas narrativas produzidas sobre a contribuição dos diversos segmentos étnicos na formação da sociedade sulina. A revisão crítica de obras historiográficas, folcloristas e socioantropológicas que exaltam a suposta democracia racial dos pampas foi e tem sido taxativa em apontar a relevância do trabalho escravo na formação econômica, política e cultural do Brasil Meridional e, concomitantemente, apontar para a

<sup>26</sup> José Milton Garcia publicado em *Quilombos em São Paulo: tradições, direitos e lutas*, org. Tânia Andrade (1997:47).

invisibilidade e silenciamento, nas narrativas oficiais, da participação afro-descendente na composição da sociedade gaúcha (RUBERT, 2009, p. 165).

As pesquisas e estudos realizados nas últimas duas décadas no Rio Grande do Sul apontam claramente para situações diferenciadas de inserção das comunidades quilombolas nas sociedades locais, em razão tanto da especificidade econômico-produtiva de cada região onde estão localizadas, quanto das fronteiras simbólico-políticas negociadas com outros segmentos étnicos com os quais interagem cotidianamente. Neste sentido, baseamo-nos em Rubert (2009, p. 170-173) e Altenhofen; Klassmann (2011) para a escolha das regiões onde se encontram as comunidades quilombolas. (ver cap. 2, seção 2.6.1)

### **1.3.2 Comunidades quilombolas no espaço brasileiro**

As pesquisas e descrições sobre as comunidades afro-brasileiras no Brasil foram evoluindo conforme a maior visibilidade que elas iam adquirindo e conseqüentemente aumentando de número. Clovis Moura (1988), afirma que o “quilombo” foi a unidade básica de resistência do escravizado. Segundo o pesquisador, poderíamos afirmar que Palmares, como o maior de todos os quilombos, foi e é a unidade básica simbólica desta resistência contra o regime servil. Por outro lado, o afro-brasileiro, como afirma “era o elemento que, como sujeito do próprio regime escravocrata, negava-o material e socialmente, solapando o tipo de trabalho que existia e dinamizava a estratificação social existente”. No “quilombo”, o agente fundamental do processo histórico passava de escravizado a “quilombola”, pois, “quer no seu sentido econômico quer na sua significação social, o escravizado fugido era um elemento da negação da ordem estabelecida” (MOURA, 1988, p. 269-271).

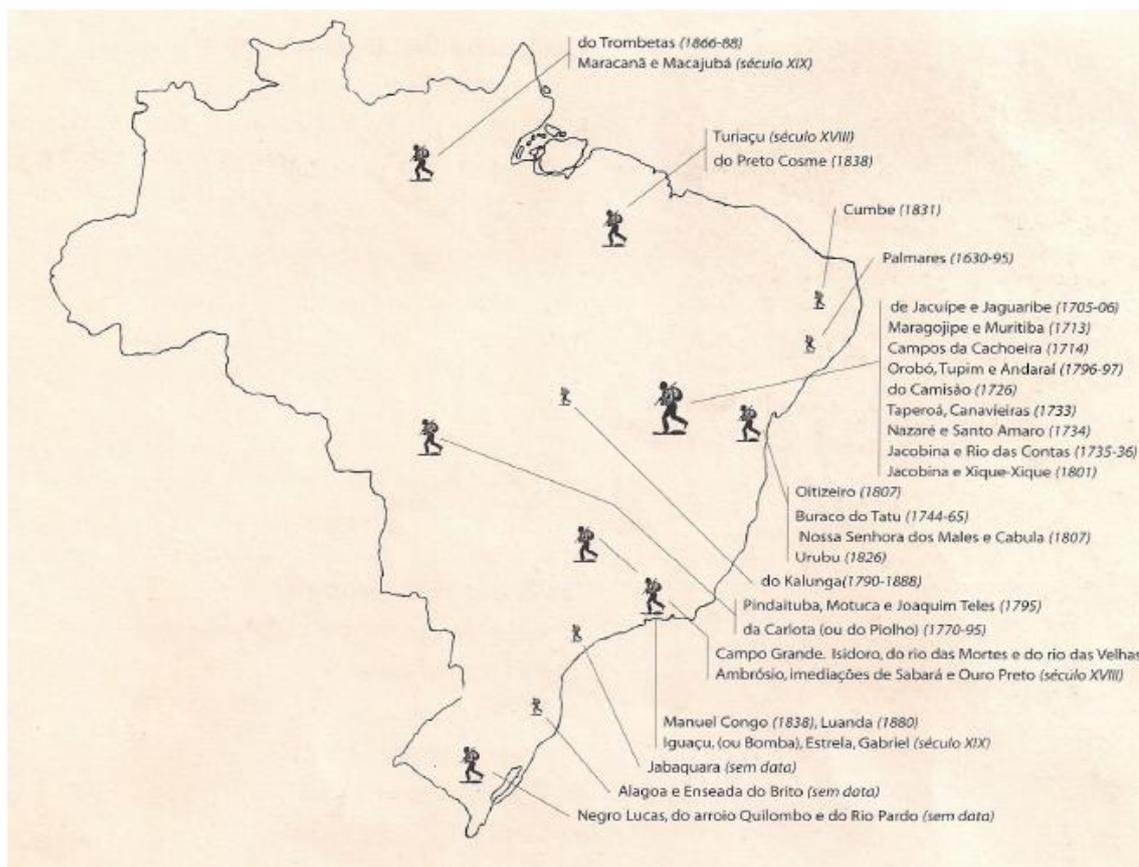


Figura 6: Quilombos e insurreições (MOURA; SCHWARCZ; HAMBURGER, 1996).

Podemos observar na Figura 5 acima que em sua obra Clóvis Moura ainda não tem conhecimento do grande número de Quilombos que iria surgir no decorrer do tempo. No entanto o Professor Kabengele Munanga descreve da seguinte maneira esta obra numa sinopse

[...] foi a primeira obra na historiografia brasileira a tratar da questão das rebeliões negras de maneira sistemática, mostrando com fatos históricos o alastramento desse fenômeno em todo o território brasileiro. [...] Ele foi sem dúvida o pioneiro e o primeiro a desmistificar a ideia do negro submisso que não se importava com sua situação de cativo e a colocar em pauta a questão de sua participação no processo abolicionista e libertário, habilitando-o como sujeito de sua história e da história do Brasil e tirando-o da posição de mero objeto de pesquisa acadêmica (MUNANGA, 1995/1996, p. 62).

Já na década de 90 (1995-1996), vemos na Figura 6 abaixo que os nomeados “quilombos e insurreições” da figura 5 acima passaram a ser chamados “quilombos contemporâneos”. Esta descrição presente no mapa ainda carece de comunidades quilombolas, mas já podemos identificar no RS os Quilombos de Mostardas, Rio Pardo,

Santa Vitória do Palmar, Palmares do Sul, Tavares, Tapes, Santa Maria e Aguapé (MOURA; SCHWARCZ; HAMBURGER, 1996, p. 34).

Os Quilombos em geral eram conhecidos por seus eventos festivos que remetiam a uma visão de mundo particular e a uma cultura diferenciada. Estes acontecimentos ordenavam o cotidiano dessas comunidades, onde a interação entre as influências africana, portuguesa e indígena se revelavam na superposição dos rituais religiosos, no preparo das comidas, na divisão do trabalho, no som dos tambores e nos gestos dos corpos dançando. Seus habitantes vivem um processo dinâmico de criação e recriação de sua identidade étnica em torno da cultura da festa Aguapé (MOURA; SCHWARCZ; HAMBURGER, 1996, p. 33).



Figura 7: Quilombos Contemporâneos. (MOURA; SCHWARCZ; HAMBURGER, 1996, p. 34).

Na década seguinte a partir do ano 2000 especialmente com o Anjos (2000), a sistematização dos dados obtidos revelou panoramas regionais bastantes distintos (ver Figuras 7 e 8 abaixo). Nesta época, o RS ainda apresentava apenas 9 registros de Comunidades Remanescentes, uma quantidade não muito diferente das década anterior (ANJOS, 2005, p. 45)

**REGIÃO SUL**

<i>NUMERAÇÃO</i>	<i>ESTADO</i>	<i>COMUNIDADE</i>	<i>MUNICÍPIO</i>
1	SC	CAFUSOS	VITOR MEIRELES
2	SC	CAFUSOS	JOSÉ BOITEUX
3	SC	RIO NEGRINHO	RIO NEGRINHO
4	SC	SERTÃO DE VALONGOS	PORTO BELO
5	SC	NEGRO DA CORREDEIRA	CAMPOS NOVOS
<i>NUMERAÇÃO</i>	<i>ESTADO</i>	<i>COMUNIDADE</i>	<i>MUNICÍPIO</i>
1	RS	ÁGUA PÉS	OSÓRIO
2	RS	LIMOEIRO	OSÓRIO
3	RS	PALMARES DO SUL	OSÓRIO
4	RS	MOSTARDAS	MOSTARDAS
5	RS	RIO PARDO	RIO PARDO
6	RS	SANTA MARIA	SANTA MARIA
7	RS	STA. VITÓRIA DO PALMAR	STA. VITÓRIA DO PALMAR
8	RS	TAPES	TAPES
9	RS	TAVARES	TAVARES
<i>NUMERAÇÃO</i>	<i>ESTADO</i>	<i>COMUNIDADE</i>	<i>MUNICÍPIO</i>
1	PR	PAIOL DA TELHA	GUARAPUAVA

Figura 8: Quadro das comunidades remanescentes de antigos quilombos no Brasil – 2000 – primeira sistematização. Fonte: (ANJOS, 2000, Mapa Temático 8)



Em consequência dos estudos antropológicos da Fundação Cultural Palmares (FCP), as comunidades afro-brasileiras do Rio Grande do Sul a partir do ano de 2005 receberam a denominação de “remanescente de quilombos”, o que significa, conforme o art. 2 do decreto federal nº 4887, de 20 de novembro de 2003: “grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”.

Segundo Lobo e Bertussi (2010, p. 205-206), no Rio Grande do Sul, tendo em vista dispositivos legais que visam assegurar direitos garantidos, ressaltam-se a Lei Estadual n.º 11.731, que em 09 de janeiro de 2002 promulga:

Art. 1º - Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras no Estado do Rio Grande do Sul será reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Poder Público emitir-lhes os títulos respectivos e providenciar seu registro no Registro de Imóveis correspondente. Parágrafo único - O Poder Público indenizará, na forma da lei, as pessoas e comunidades que venham a ser atingidas pela implementação do direito previsto neste artigo.

As mesmas pesquisadoras afirmam que

Ainda que inúmeros entraves políticos impeçam a Lei Estadual vigorar, em novembro de 2009, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) titula dois territórios quilombolas no estado do Rio Grande do Sul: a comunidade Família Silva, no município de Porto Alegre, e a comunidade de Chácara das Rosas, no município de Canoas. No mesmo estado, restam pelo menos 69 processos com vistas à titulação que tramitam pelas instâncias burocráticas do INCRA. Não resta dúvida que tais dispositivos legais fortalecem toda uma gama de sujeitos e demandas que se organizam em torno do pleito pelo reconhecimento identitário e territorial. (LOBO; BERTUSSI, 2010, p. 205-206),

Não apenas por compartilharem características físicas comuns (como a cor da pele e diferentes graus de parentesco), mas também, e sobretudo, por suas práticas culturais tradicionais, as comunidades afro-brasileiras do Rio Grande do Sul são comunidades que se auto-identificam com os territórios de que são parte integrante.

Vale observar, por esse prisma, que Poutignat e Fenart (1998, p. 189) ressaltam que “os grupos étnicos são categorias de atribuição e identificação realizadas pelos próprios atores e, assim, têm a característica de organizar a interação entre as pessoas”.

Dessa forma, os modelos culturais podem ser constantemente reelaborados, com base nas origens, tradições e culturas comuns ao grupo. Em outras palavras, as manifestações culturais tanto se originam do grupo, quanto dão forma a esse mesmo grupo.

Amorim (1998) ressalta que as comunidades remanescentes de quilombos desenvolveram, ao longo de sua formação, uma identidade que se define pelas experiências vividas e compartilhadas em relação às suas trajetórias históricas. Assim, a identidade tem o território como referencial determinante como ponto de articulação da existência e da memória coletiva.

Nos Quilombos visitados, as pesquisas revelam que os membros das comunidades valorizam em alto grau a base familiar e os laços de amizade. A organização das atividades desempenhadas, muitas vezes, depende da cooperação mútua. Tal fato pode ser explicado pela relação de coexistência harmoniosa entre os membros mais antigos e mais jovens, com permanente legado de histórias, tradições e experiências.

De acordo com o movimento social quilombola, temos de 4 a 5 mil comunidades afro-brasileiras no país. Dos quilombos de outrora espalhados por todo território nacional, hoje, temos numerosos vestígios que são as comunidades de afrodescendentes; a maioria na área rural, outras já estão incorporados em áreas periurbanas e urbanas. As duas grandes concentrações de comunidades estão nos Estados do Maranhão e da Bahia. O levantamento nos revelou a existência de comunidades afro-brasileiras em todas unidades políticas do Brasil, exceto Roraima, Acre e Distrito Federal.

Na Figura 9 abaixo o RS já aparece estatisticamente com aproximadamente 40 comunidades quilombolas.

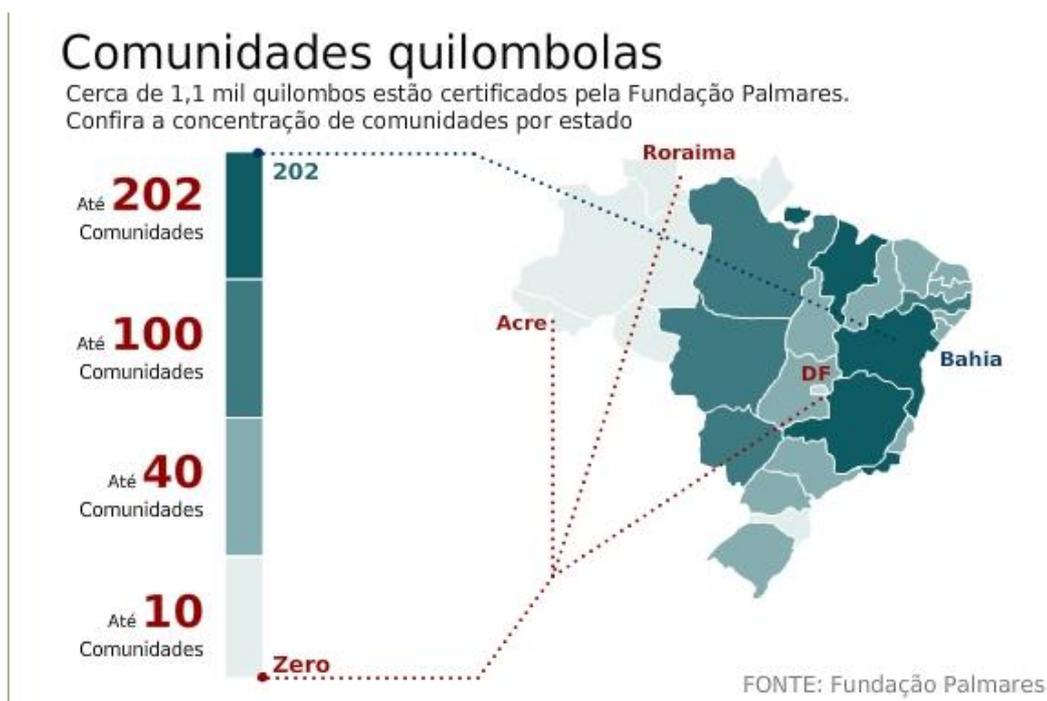


Figura 10: Comunidades quilombolas segundo a Fundação Palmares.

No tocante à Titulação das Comunidades, conforme reza a Constituição Federal (1988), Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias: “Aos remanescentes das comunidades de quilombos que esteja ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. A titulação das comunidades segue um rito processual (ver Figura 10):

- a) Abertura do processo;
- b) Caracterização da comunidade (autodefinição);
- c) Produção do RTID (Relatório técnico de identificação e delimitação);
- d) Publicidade e consulta a órgãos e entidades;
- e) Julgamento das contestações e manifestações;
- f) Portaria do presidente do INCRA;
- g) Envio para o Governo Estadual;
- h) Diferentes situações = diferentes caminhos: desapropriação, anulação de títulos viciados (grilagem), reassentamento de posseiros, envio para o SPU.
- i) Demarcação física;
- j) Outorga do título;
- k) Registro em cartório.

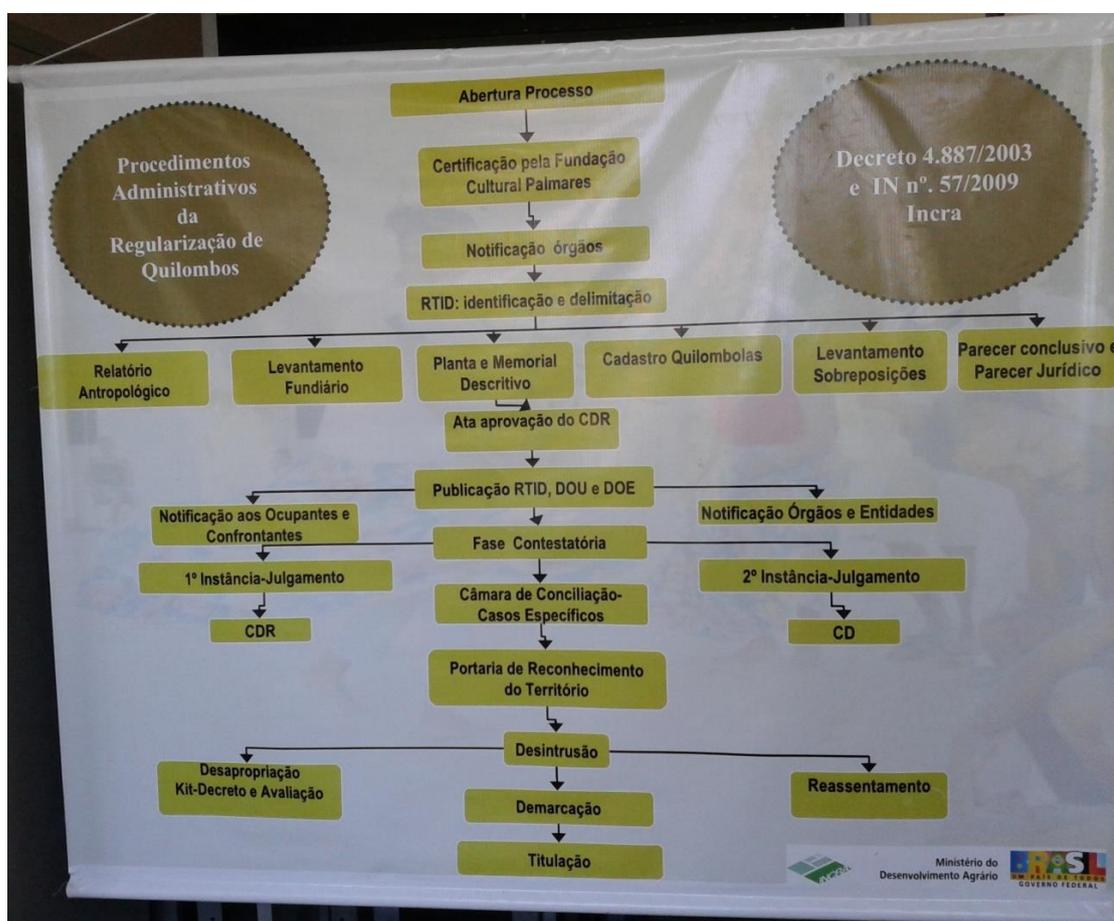


Figura 11: Procedimentos administrativos da regularização de quilombos. Fonte: Incra/RS

A demora no processo de titulação se deve ao despreparo dos órgãos públicos para tratar da matéria e, ainda, há resistência dos interesses antagônicos. O Governo permanece preso às amarras burocráticas e às pretensas discussões jurídicas que emperram o andamento dos processos. A exigência de um estudo complexo, custoso e demorado para todos os processos – mesmo aqueles que não envolvam maiores conflitos ou contestações – não parece se justificar ou se enquadrar na boa gestão pública.

Oficialmente em 2013 (ver Figura 11 abaixo), existem 2.408 comunidades remanescentes de quilombos identificadas no País, mas acredita-se que há de 4 a 5 mil, com uma população estimada de 2 milhões de pessoas.

PALMARES FUNDAÇÃO CULTURAL		Ministério da Cultura		GOVERNO FEDERAL BRASIL PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA									
QUADRO GERAL DE COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS (CRQs)													
Nº	UF	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	TOTAL DE CERTIDÕES	Nº CRQs
1	ACRE	0	0	0	0	0	0	0	0	0		N/A	N/A
2	ALAGOAS	0	10	8	3	1	27	14	1	0		64	65
3	AMAZONAS	0	0	1	0	0	0	0	0	0	5	6	6
4	AMAPÁ	0	4	7	0	0	2	11	3	0	6	33	33
5	BAHIA	28	52	113	27	35	21	48	91	8	73	494	584
6	CEARÁ	2	4	7	2	1	3	7	5	7	4	42	44
7	DISTRITO FEDERAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	N/A	N/A
8	ESPIRITO SANTO	1	6	20	0	0	0	2	0	1	0	30	39
9	GOIÁS	1	3	9	3	3	3	1	0	0	3	26	37
10	MARANHÃO	6	43	25	29	44	6	51	48	45	72	369	533
11	MINAS GERAIS	9	29	41	11	15	7	20	13	23	17	185	224
12	MATO GROSSO DO SUL	0	11	2	2	1	0	1	3	1	1	22	22
13	MATO GROSSO	0	56	0	5	0	1	2	1	0	1	66	71
14	PARÁ	20	8	38	17	0	0	10	7	5	58	161	213
15	PARAÍBA	1	6	14	1	3	3	2	2	0	1	33	36
16	PERNAMBUCO	5	45	11	19	11	3	6	7	1	4	112	121
17	PIAUI	2	7	22	2	0	5	4	1	21	1	65	66
18	PARANÁ	0	6	24	4	0	0	0	0	0	1	35	37
19	RIO DE JANEIRO	3	5	6	1	2	2	5	1	2	29	29	29
20	RIO GRANDE DO NORTE	2	2	6	5	0	2	4	0	0	1	22	22
21	RONDÔNIA	1	2	3	1	0	0	0	0	0		7	7
22	RORÁIMA	0	0	0	0	0	0	0	0	0		N/A	N/A
23	RIO GRANDE DO SUL	9	5	13	9	6	7	33	2	5	5	94	95
24	SANTA CATARINA	3		1	2	0	3	2	0	0	1	12	12
25	SERGIPE	2	4	8	1	0	0	0	7	3	2	27	33
26	SÃO PAULO	1	15	14	10	3	0	0	1	1	1	46	50
27	TOCANTINS	1	1	13	0	1	3	8	0	0		27	29
TOTAL POR ANO:		95	324	404	154	126	98	228	197	122	259	2.007	2.408

Informações atualizadas até 25/10/2013

Figura 12: Quadro geral de Comunidades Remanescentes de Quilombos – 2013. Fonte Fundação Cultural Palmares.

As palavras de Arruti (2006) definem bem o momento vivido pelos quilombos Brasil afora:

Categoria social relativamente recente representa uma força social relevante no meio rural brasileiro, dando nova tradução àquilo que era conhecido como comunidades negras rurais (mais ao centro, sul e sudeste do país) e terras de preto (mais ao nordeste e norte), que também começa a penetrar o meio urbano, dando nova tradução a um leque variado de situações que vão desde antigas comunidades negras rurais atingidas pela expansão dos perímetros urbanos até bairros no entorno dos terreiros de Candomblé e Umbanda (ARRUTI, 2006, p. 26).

### **1.3.3 Comunidades afro-brasileiras no Rio Grande do Sul**

Os “quilombos” surgiram como forma de resistência à escravidão por toda parte onde havia escravizado. No Brasil os primeiros “quilombos” surgiram desde o início do período colonial, quando o país era colônia de Portugal, e o trabalho escravizado foi usado como mão de obra compulsória nas lavouras de cana, na extração da borracha e do ouro, na produção do açúcar, fumo, algodão e charque conforme a região do Brasil.

Esta pesquisa parte do pressuposto básico de que as comunidades afro-brasileiras a serem pesquisadas apresentam uma configuração sócio-histórica distinta não apenas entre si, no Rio Grande do Sul, mas também em relação a outras comunidades desse tipo espalhadas pelo país.

Há indícios de que a maioria das comunidades afro-brasileiras formou-se após a Abolição da Escravidão (1888). Quando o decreto foi expedido, grande parte dos afrodescendentes não tinha mais onde ficar, não havia trabalho e não havia perspectiva de integração à sociedade brasileira. Algumas comunidades afro-brasileiras são continuidades de “quilombos” formados nos períodos colonial e imperial, com a fuga de escravizados que se rebelaram contra a ordem escravista. Após a abolição, muitas famílias dirigiram-se para áreas onde já existiam “quilombos”, migraram para os grotões, para as terras desabitadas ou para as margens das fazendas.

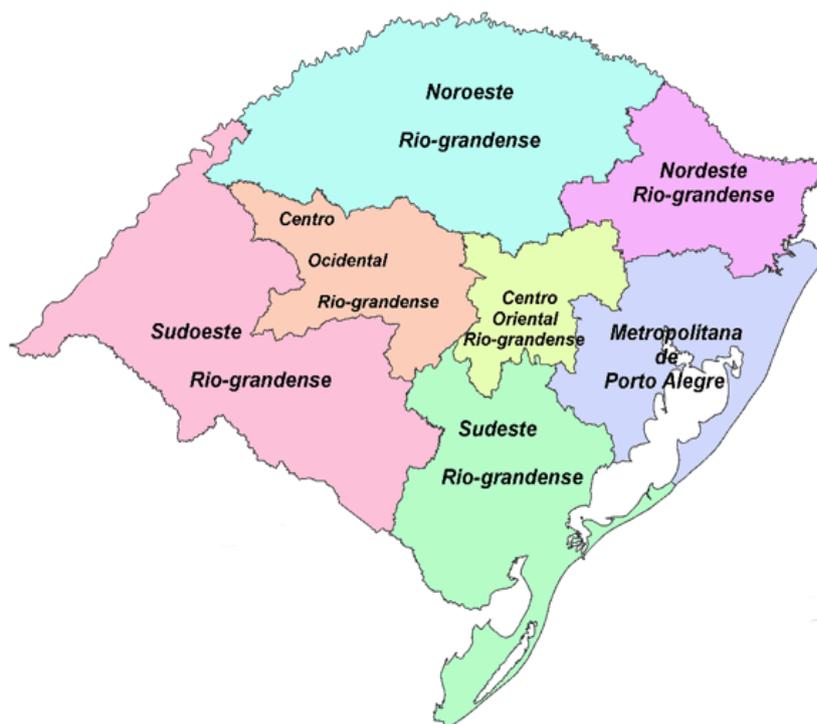


Figura: 13: Mapa do Estado do Rio Grande do Sul dividido em regiões (Fonte: [http://img.radios.com.br/mapas/brasil\\_riograndesul.gif](http://img.radios.com.br/mapas/brasil_riograndesul.gif)).

No mapa acima o Estado do Rio Grande do Sul está dividido em Regiões, onde encontramos duas comunidades na Região Metropolitana de Porto Alegre; uma comunidade no Sudeste Rio-grandense; uma comunidade no Sudoeste Rio-grandense; uma comunidade Centro Ocidental Rio-grandense; uma comunidade no Centro Oriental Rio-grandense; e uma comunidade na Região Noroeste Rio-grandense (Fig. 12).

No entanto, usaremos, para identificar as localizações das comunidades afro-brasileiras em estudo, a classificação de Rubert (2009), que destaca cinco Regiões:

- 1) Região do Litoral/Lagunas por ser a primeira região do estado a ser ocupada por portugueses, especialmente de origem açoriana; onde houve inicialmente a instalação de sesmarias que forneciam a infra-estrutura necessária para os caminhos das tropas, além de assegurarem a posse territorial diante das constantes investidas dos espanhóis. Nas primeiras décadas do século XX acorrem para aquela região os descendentes de imigrantes italianos e alemães, coincidindo com o estabelecimento de grandes lavouras de arroz irrigado. É possível observar, atualmente, o grande avanço da agroindústria da celulose, com vastas áreas sendo ocupadas por plantações de pinus, acácia negra e

eucalipto, empregando a mão-de-obra afrodescendente no seu manejo. É nesta região que se situa o Quilombo de Morro Alto.

- 2) Região Metropolitana e Serrana são regiões, nas quais originalmente se instalaram as primeiras levadas de colonos alemães e italianos, formando um amplo segmento de produtores parcelares que dinamizaram a economia por meio da produção de excedentes e liberação, no transcorrer das gerações, de mão-de-obra para o desenvolvimento da indústria, proporcionando um acelerado processo de urbanização que acentuou a especulação imobiliária. A ocupação principal da mão de- obra cativa na esfera doméstica (meio urbano) e na pecuária intercalou-se, desde cedo, com o trabalho em empreendimentos de processamento de alimentos e bens de infraestrutura, como atafonas, olarias, serrarias, alambiques e produção de melado/rapadura, dentre outros. Por ser uma região de relevo íngreme, possibilitava refúgio para escravizados fugidos, encontrando-se alguns dados em documentos históricos sobre a formação de esconderijos de escravizados (MAESTRI, 2002; MOREIRA, 2003). Por razões óbvias, nessas regiões encontram-se as principais referências aos quilombos urbanos. Na região metropolitana de Porto Alegre encontramos o Quilombo da Família Fidelix.
- 3) Região dos Pampas e Antigas Charqueadas são duas áreas historicamente dotada de uma matriz produtiva assentada na pecuária de corte, impulsionou o surgimento das charqueadas no século XIX, empreendimento industrial que requeria uso intenso de mão-de-obra escrava. A localização das charqueadas nas proximidades da Serra do Sudeste (ou Serra dos Tapes) foi um fator facilitador para a constituição de refúgios de escravizados e/ou futuro apossamento de terras inicialmente não valorizadas. A posterior ocupação desta região serrana por imigrantes alemães tornou mais tensa as relações étnico-raciais, tendo em vista que as áreas de relevo acidentado também passaram a ser cobiçadas para o desenvolvimento de atividades agropecuárias em propriedades de pequeno e médio porte. As comunidades localizadas mais ao sul e na fronteira oeste se encontram em acelerado processo de desagregação devido às alterações na matriz produtiva tradicional: a expansão da soja e da fruticultura em escala industrial reduz os já escassos postos de trabalho oferecidos pela pecuária. Além disso, são as comunidades destas regiões as que menos usufruem de acesso a bens e serviços públicos básicos, como estradas, saúde, educação, energia elétrica, etc. (RUBERT, 2005). Observa-se a presença significativa, nestas regiões, de ascendentes

indígenas e “castelhanos” junto às comunidades afro-brasileiras. Nesta região encontramos o Quilombo de Palmas no município de Bagé e o Quilombo de Maçambique no município de Canguçu.

- 4) Região da Depressão Central que foi colonizada inicialmente por portugueses, que estabeleceram sesmarias onde predominava a atividade de pecuária, a região passou a ser ocupada por levas de colonos europeus – principalmente italianos – nas últimas décadas do século XIX. Com esta segunda ocupação introduziu-se a rizicultura, tornando a terra um bem de produção muito disputado, além de inicialmente requerer um grande contingente de mão-de-obra disponível e, portanto, destituída de meios próprios de produção. Os conflitos pela apropriação das terras passíveis de mecanização, bem como o marcante grau de segregação racial propiciada pela entrada de imigrantes de ascendência européia, ocasionaram uma forte tendência à expropriação territorial das comunidades afro-brasileiras situadas nesta região. Nesta região encontramos o Quilombo Cerro do Formigueiro no município de Formigueiro.
- 5) Região das Missões que constituiu a última fronteira agrícola a ser ocupada no estado, foi intensamente disputada entre indígenas (principalmente Kaigangs), lavradores nacionais (também denominados de caboclos) e migrantes europeus, resultando em um processo de expropriação das duas primeiras categorias em prol da terceira. A integração econômica desta região ao restante do estado foi mediada, originalmente, pela coleta e comercialização da erva-mate. A historiografia tradicional aponta esta região como a que menos fez uso de mão-de-obra escrava, tendo em vista que originalmente a geografia era pouco propícia ao desenvolvimento da atividade pecuária devido à presença de cobertura florestal. Pesquisas recentes apontam, no entanto, a presença significativa de contingentes de escravizados nos primeiros núcleos populacionais – principalmente no município de Cruz Alta (ZARTH, 2002, p. 122; DARONCO, 2006), além de indicarem o uso da mão-de-obra escrava no cultivo e preparo da erva-mate, informação até então inédita (BORTOLLI, 2003). Assim como a região da Depressão Central, esta foi uma das mais atingidas pelo processo de modernização na agricultura, com a predominância da sojicultura, o que pode ter intensificado os processos de expropriação de territórios afro-brasileiros localizados em áreas propícias à produção mecanizada. Nesta região encontramos o Quilombo Correa no município de Giruá.

A tipologia apresenta variações conforme a necessidade de sobrevivência aliada aos costumes da região e área (urbana – rural) onde está inserida a comunidade. A maioria é de pequena e média dimensões. Constatei nas visitas do trabalho de campo a existência de casas de alvenaria, de paredes de tijolinhos, tijolo furado, telhas de amianto, cerâmica colonial, janelas de madeira ou basculantes, muros de tijolos.

No tocante à consciência de ser Afro-brasileiro no Rio Grande do Sul, a grande maioria dos entrevistados não conhece a sua região de origem familiar na África, sendo ainda que é imprecisa a ideia de que seus antepassados foram trazidos do Continente Africano. Melhor dizendo, eles não sabiam que eram “afrodescendentes” ou **de origem** africana. Esse fato corrobora com Oliven (1996) que trata da invisibilidade do afrodescendente no Rio Grande do Sul, perpetuada pela historiografia tradicional que num primeiro momento aceita existência de escravizados, mas em pequeno número. Depois, o uso das estatísticas provou que sempre existiram amplos contingentes demográficos de cativos, mas a historiografia defendia que existiam, mas estariam concentrados em pequenas propriedades e nas cidades, e eram mais bem tratados do que no restante do país. Finalmente, nos últimos anos, a historiografia regional tem aceitado o fato da abundante presença de escravizados no RS e do seu uso em praticamente todos os ofícios, incluindo os rurais, como campeiros, peões etc. Somente no município de Canguçu já foram reconhecidas 13 comunidades afro-brasileiras (v. Anexos C e D)

#### **1.4 Afrodescendentes no contexto das línguas minoritárias**

Língua minoritária pode ser entendida como toda e qualquer língua falada por uma minoria num estado nacional. Partindo deste princípio, o Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística do Brasil (GTDL), em Seminário realizado no ano de 2006, começou a discutir acerca da Criação do Livro de Registro das Línguas.

Segundo o Livro de Registro de Línguas do IPHAN, no Brasil, além da Língua Portuguesa, temos mais de 200 línguas sendo faladas. As nações indígenas do país falam cerca de 180 línguas (chamadas de *autóctones*), e as comunidades de descendentes de imigrantes cerca de 30 línguas (chamadas de línguas *alóctones*). Além disso, usam-se pelo menos duas línguas de sinais de comunidades surdas, línguas afro-brasileiras, e práticas linguísticas diferenciadas nos “quilombos”, muitos já reconhecidos pelo Estado, e outras comunidades afro-brasileiras. Finalmente, há uma ampla riqueza de usos, práticas

e variedades no âmbito da própria língua portuguesa falada no Brasil, diferenças estas de caráter diatópico (variações regionais) e diastrático (variações de classes sociais) pelo menos. Somos, portanto, um país de muitas línguas, tal qual a maioria dos países do mundo (em 94% dos países são faladas mais de uma língua).

No tocante a herança linguística africana, as línguas que aqui aportaram não se estabeleceram por vários motivos que não vem a propósito nesta pesquisa. A variedade dialetal falada em comunidades afro-brasileiras é designada pelo GTDL como *línguas de comunidades afro-brasileiras*. Essa definição se baseou na manifestação de usos específicos, seja como línguas rituais (por exemplo, as usadas nos cultos afro-brasileiros), seja como línguas secretas que identificam afrodescendentes como a Gira da Tabatinga fruto de remanescentes de uma das duas famílias de Bom Despacho/MG detentoras da tradição linguístico-cultural africana.

Essa língua de comunidade afro-brasileira é composta por um português rural do Brasil-Colônia e por línguas do grupo Bantu, com predomínio do quimbundo e umbundo, faladas até hoje em Angola. A língua praticada na Comunidade Afro-brasileira da Tabatinga é considerada uma língua minoritária de base africana, reconhecida por sua riqueza, sua função histórica e sua legitimidade. Mas ainda está longe o dia em que as línguas minoritárias, como indígenas e africanas, passarão a ser “línguas naturais” e não “dialetos” marginalizados e estigmatizados pela cultura dominante.

Porém, esse uso de uma língua de comunidade afro-brasileira, realizada somente pela prática oral perde cada vez mais espaço para a língua escrita, principalmente por sua prática nas escolas etc., e como critério de inserção social; colocando em desuso as línguas minoritárias. Está em jogo a questão do prestígio da escrita em relação as línguas africanas. A resistência para tratar de questões relativas às línguas africanas no Brasil começa, antes de tudo, pelo prestígio atribuído à escrita em detrimento da oralidade, a partir de uma pedagogia vigente no mundo ocidental, que sempre privilegiou o ler e o escrever diante da não menos importante e mais antiga arte do falar e do ouvir.

O plurilinguismo é uma característica que ocorre na grande maioria dos países e no Brasil não é diferente. Só que aqui, devido às repressões, os falantes oriundos da África, passaram obrigatoriamente a usar a língua portuguesa; deixando o uso de suas línguas ou códigos em grupos específicos, como a linguagem-ritual usada nos cultos de origem afro e afro-brasileiro, e também como língua secreta, usadas, por exemplo, nas atuais comunidades afro-brasileiras, ou seja, as referidas representações linguísticas existentes hoje estão em grupos pequenos e com um número de léxico bastante reduzido:

I— Os cultos de tipo —candomblé das diferentes —nações (nagô-quetu, jeje, angola) utilizam diversas línguas: iorubá, em todos os cultos e principalmente na nação nagô-quetu; ewe-fon, nos cultos jeje; quimbundu e quicongo, no candomblé de Angola. No Maranhão, no tambor de mina, há um misto de língua mina-nagô.

II— Nos cultos de umbanda — religião brasileira formada do encontro de cultos africanos e tradições indígenas com o espiritismo e o catolicismo — fala-se português brasileiro popular, com vocabulário, semantismo e traços morfossintáticos particulares, próprios da entidade incorporada pelo médium no estado de transe (BONVINI; PETTER, 1998, p. 78).

III— Por comunidades negras rurais, como forma de resistência cultural foi registrado por duas obras: uma sobre a linguagem do Cafundó, em São Paulo (Vogt; Fry, 1996) e outra a respeito da linguagem da Tabatinga, em Minas Gerais (Queiroz, 1998). Em Minas Gerais há menções sobre situação semelhante no povoado de Milho Verde e em Capela Nova (QUEIROZ, 1998, p. 32).

IV— [...] Vogt; Fry relatam a existência em Patrocínio (MG), de uma língua<sup>6</sup> identificada como calunga, com um léxico bastante semelhante ao do Cafundó, mas com um uso bastante distinto: ela é falada por brancos e negros, indistintamente (VOGT; FRY, 1996, p. 234-255).

No Brasil, a realidade do plurilinguismo existente desde os tempos coloniais ainda sustenta-se no consenso de que todos os brasileiros se entendem de norte a sul do país, porque falam Português (OLIVEIRA, 2006). Esta tem sido uma situação que altera-se no dia a dia, especialmente diante das reivindicações de movimentos sociais, crescimento de questões étnicas, regionais, de fronteira e culturais, bem como diante daquilo que já se ouve em diversos fóruns de discussão pertinentes aos estudos linguísticos.

## Capítulo 2

### MACROANÁLISE PLURIDIMENSIONAL E CONTATUAL: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLOGIA DA PESQUISA

#### 2.1 Antecedentes da Dialetoologia Pluridimensional

Estudar a língua, tomar conhecimento de suas variedades, analisar sua relação com o aspecto geográfico, é introduzir-se no campo da dialetologia. É por meio da língua que o homem se expressa, ao longo das gerações, valendo-se de suas estruturas e variações. O estudo dessas variações, no âmbito geográfico, iniciou-se no século XIX, com investigações *in loco*, desenvolveu-se e continua crescendo até a atualidade.

Linguistas comparatistas visaram reconstruir a língua primitiva do indo-europeu. Estabeleceram comparações de famílias e subfamílias de línguas, do que resultou o interesse pelos dialetos. As teorias das variações linguísticas destacaram-se, principalmente, na Alemanha, Itália e na França, contribuindo para o progresso dos estudos linguísticos e para a expansão das pesquisas dialetais.

A presente tese tem por principais objetivos entender a relação entre o espaço geográfico e os fatos linguísticos; visualizar a evolução da língua portuguesa falada. Justifica-se em função da sua importância, na compreensão das mudanças linguísticas, ocorridas ao longo do tempo e da comprovação dos fenômenos linguísticos *in loco*. Toda língua é um conjunto de variedades e essas variedades constituem-se em objeto de investigação; a sociolinguística estuda a relação entre a língua e a sociedade e a dialetologia analisa a relação existente entre a língua e o espaço geográfico.

Fica difícil estabelecer uma precisa diferença entre dialeto e falar, tanto que alguns linguistas questionam os critérios em que se baseiam tais diferenciações. Mesmo que se encontre dificuldade, para estabelecer a diferenciação na prática, a tendência é de empregar o termo dialeto em sentido mais amplo, ou seja, considerar qualquer variedade linguística como dialeto. Isso possibilita denominar de dialetos tanto a variante falada numa região do país quanto as usadas por cada um dos segmentos que formam a população, desde que existam traços de particularidades.

A dialetologia é o estudo da língua, através de uma perspectiva espacial-geográfica, ou seja, estuda as peculiaridades linguísticas existentes na língua de diferentes regiões de um mesmo país.

O termo “dialetologia” deriva de dialeto, que é a nomenclatura tradicional dada às línguas regionais. A análise desses traços linguísticos é a principal razão dos estudos dialetológicos. O estudo sobre os dialetos nasceu por volta do século XIX. A partir dessa época, a dialetologia deixou de ser vista apenas como um estudo, passou a ser vista como uma ciência. Foi aprimorada, visto que até então só havia sido objeto de estudo de diletantes, ou seja, de estudo com natureza não científica, amadora. Dessa forma, o interesse pelos dialetos surgiu através da vontade dos próprios linguistas em registrar e descrever essas diferentes variedades linguísticas regionais e da tendência dos eruditos pelas manifestações da cultura local ou regional.

O método mais usual dentro dos estudos dialetológicos é a geografia linguística, parte da dialetologia que analisa as variações linguísticas, através de um estudo cartográfico. Seu objeto de estudo são os dialetos. Esse estudo tem origem na Gramática Comparada. Camara Jr. (1981, p. 94) diz que a geografia linguística é a técnica mais moderna de pesquisa, na área da dialetologia, e que isso consiste no levantamento de mapas da distribuição geográfica de cada traço linguístico dialetal.

Coseriu (1987, p. 79) tem outra definição:

O método dialetológico e comparativo que pressupõe o registro em mapas especiais de um número relativamente elevado de formas linguísticas (fônicas, lexicais ou gramaticais), comprovadas mediante pesquisa direta e unitária numa rede de pontos de determinado território, ou que, pelo menos, tem em conta a distribuição das formas no espaço geográfico correspondente à língua, às línguas, aos dialetos ou aos falares estudados.

A geografia linguística é a propulsora da dialetologia, no momento em que é estudada em conjunto com os fenômenos de diferenciação dialetal. A dialetologia, para desenvolver seu trabalho, faz intervir razões políticas, socioeconômicas, socioculturais e geográficas, o que permite verificar que essas barreiras, muitas vezes, impõem inovações ao linguajar.

A geografia linguística é considerada método e não ciência. Entende-se como ciência o conjunto de conhecimentos sistematizados, relativos a uma ordem de fenômenos que permitem um saber resultante da posse de informações sobre variados assuntos. Considerando que a ciência é a posse de conhecimentos, método é, então, a maneira de ordenar a ação. Assim, a geografia linguística apresenta-se como método, porque

organiza a pesquisa em dialetologia, e esta, sim, é ciência. A geografia linguística é, apenas, uma maneira, um modo de sistematização.

Quanto à nomenclatura há divergências. Parte dos investigadores a nomeiam de geografia linguística e outra, de geografia dialetal, sendo a primeira a mais usual. Observa-se que os alemães empregam ambas as designações, enquanto que os franceses optaram pela designação de geografia linguística, assim como os italianos, espanhóis e outros investigadores românicos.

## 2.2 Espaço e sociedade na relação entre sociolinguística e dialetologia

Conforme observa Altenhofen (2014), fronteiras políticas e fronteiras linguísticas dificilmente coincidem. Neste estudo, ao tratar desta temática percebemos que mesmo os quilombos dentro das áreas determinadas diferem linguisticamente. As línguas variam internamente e de *status*, podendo ser a) língua majoritária ou minoritária, b) central ou periférica, ou ainda c) língua oficial ou marginal”. As línguas que foram trazidas para o Brasil pelo escravizados nunca teve um status de majoritária, portanto, sempre fora considerada minoritária.

Isso faz com que línguas muito distintas ocupem territórios e constituam territorialidades

Por *territorialidade* entendo, aqui, o espaço de uso real ou potencial de uma variedade ou variante linguística. O *território* é, em contrapartida, a base físico-geográfica, a área onde se constituem territorialidades distintas. Consequentemente, a territorialização refere-se à ação de ocupar territórios e definir aí territorialidades, que, como veremos, podem ocorrer em diversos níveis, desde o situacional até o geográfico (ALTENHOFEN, 2014, p. 73).

A situação que se apresenta no Rio Grande do Sul é de contato português com várias outras línguas dentre elas com línguas indígenas num primeiro momento, línguas africanas num segundo momento, e por último, línguas de imigração (alóctones) vindas a partir da segunda metade do século XIX. O que está ocorrendo a partir do contato destas línguas é o que Altenhofen (2014) denomina de *territorialização horizontal*, ou seja, territorialidades com menor densidade de ocupação de espaço. Pesquisas atuais dão conta de que desde o séc. XIX passou-se ao processo de *territorialização vertical*, através do qual o português vem substituindo a territorialidade das línguas as quais entrou em

contato (PONSO, 2003; MARGOTTI, 2004; LEÃO, 2007; PERTILE, 2009; DÜCK, 2011; HORST, 2014).

### **2.3 Configurações do espaço pluridimensional**

Na base do trabalho e da organização desta Tese está Harald Thun (RADTKE; THUN, 1996; THUN, 1998) e Cléo V. Altenhofen (ALTENHOFEN, 2008). De modo geral, utilizaremos não só a nomenclatura, bem como o enfoque teórico pluridimensional apresentado por Harald Thun e demais trabalhos. Radtke e Thun (1996) combinam a análise diatópica com a diastrática que por si só amplia as dimensões de uma análise numa comunidade de fala. Combinando a dimensão diageracional (variação de faixa etária) com a diatópica, poderemos ter uma visão diacrônica de fenômenos de mudança em curso no espaço geográfico. Teremos assim, ampliadas as dimensões de variação, que subdividirão a dimensão diastrática e criarão novas dimensões de análise a partir da necessidade de descrição de determinados fenômenos, como o contato linguístico e o plurilinguismo.

Utilizaremos melhor os enfoques como a dimensão contatual ou dialingual, para situações de contato línguas autóctones e línguas alóctones; a dimensão diastrática, que passa a ser específica para distinguir comunidades afro-brasileiras rurais de urbanas; a dimensão diageracional, que divide os falantes segundo sua faixa etária, onde se evitarão as exclusões prévias da estatística; a dimensão diassexual, que divide homens e mulheres; a dimensão diafásica, que opõe linguagem informal e formal ou outras variantes situacionais, como em rituais religiosos de matriz africana; e por fim, a dimensão diarreferencial, que opõe a fala objetiva à fala metalinguística, ou ainda, aos julgamentos que os falantes fazem da língua.

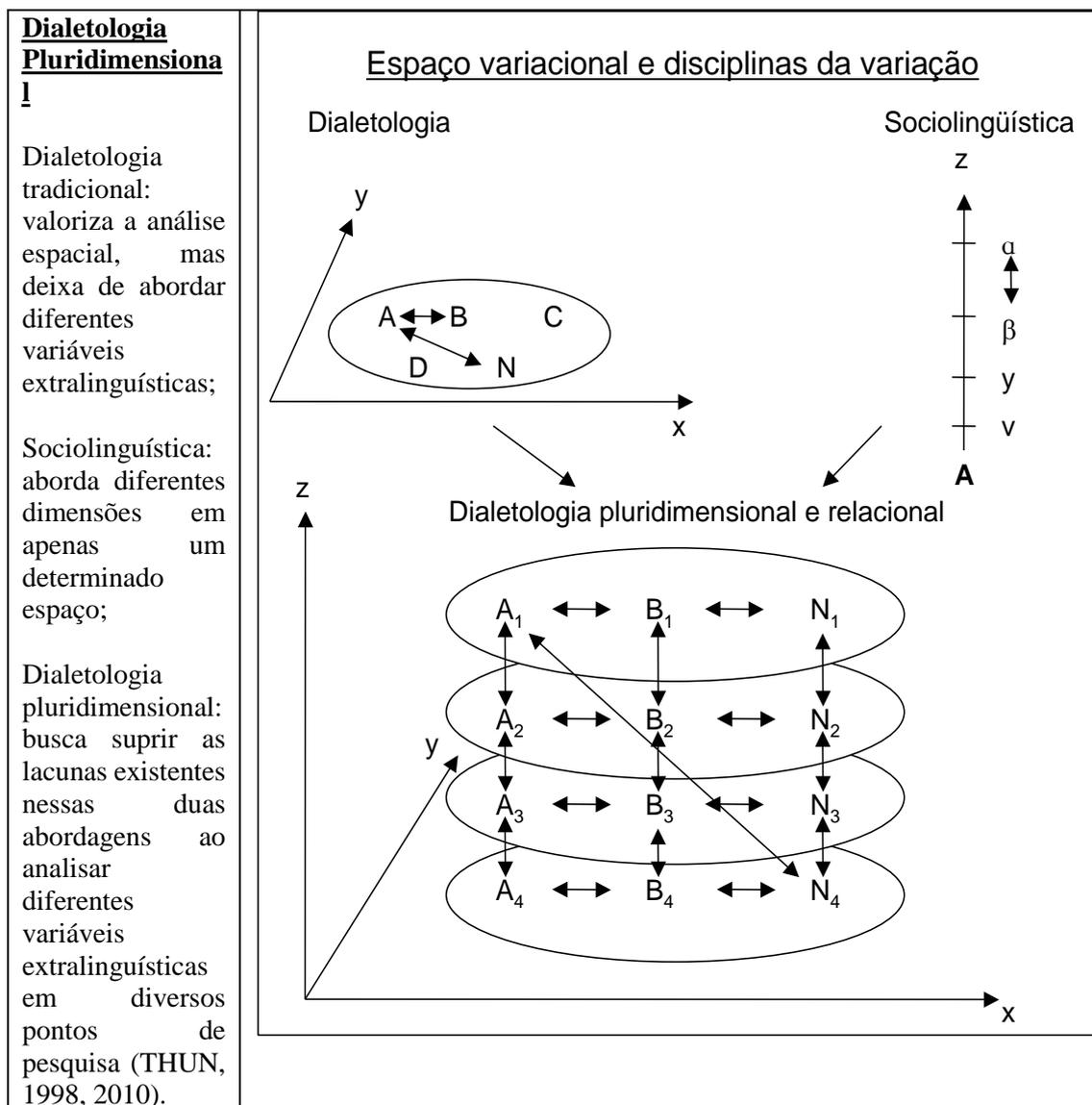


Figura 14: Modelo da dialetologia pluridimensional e relacional, segundo o esquema de Thun (1998, p. 705)

O que a pluridimensionalidade pretende é evitar as conclusões perigosas da dialetologia monodimensional da suposta uniformidade e ausência de variabilidade lingüística. O estudo – a observação da variação orienta-se por um conjunto de dimensões de análise, através das quais se busca organizar o “caos aparente” da variação lingüística e captar os aspectos centrais que caracterizam o comportamento lingüístico em determinada área de estudo.

O quadro a seguir dá uma visão geral das dimensões consideradas no ALMA. No cap. 2, explicitamos aquelas dimensões que efetivamente serão tratadas neste estudo.

<b>Dimensão</b>	<b>Parâmetro</b>	<b>Critério</b>
<b>diatópica</b>	<b>topostático</b> (informantes em um domicílio fixo)	41 pontos de inquérito
<b>diatópica-cinética</b>	<b>topodinâmico</b> (mudança de domicílio – mobilidade espacial)	Em grande parte, relação entre colônias velhas (matriz de partida) e colônias novas (matriz de chegada)
<b>diatrática</b>	<b>Ca</b> = classe (socioculturalmente) alta <b>Cb</b> = classe (socioculturalmente) baixa	Ca (com formação universitária parcial ou completa) Cb (até ensino médio + profissão que não exija o uso da escrita)
<b>diageracional</b>	<b>GII</b> (geração velha) <b>GI</b> (geração jovem)	= acima de 55 anos = 18 a 36 anos
<b>diagenérica</b>	<b>Ho</b> = homens <b>Mu</b> = mulheres	
<b>dialingual</b>	<b>hrs</b> = hunsriqueano (Hunsrückisch) <b>hdt</b> = alemão-padrão (Hochdeutsch) <b>pt</b> = português <b>sp</b> = espanhol	Esta dimensão é complementada com dados dos atlas linguísticos do português (ALERS e ALiB), para o português
<b>diafásica</b>	<b>Resp</b> = respostas ao questionário <b>Leit</b> = leitura <b>Tx</b> = conversa livre (etnotextos)	Três estilos de uso da língua.
<b>diarreferencial</b>	<b>Lg</b> = fala “objetiva“ <b>MLg</b> = fala metalinguística	Esta dimensão é estimulada pela <i>técnica de entrevista em três tempos</i> : perguntar (resposta espontânea) – insistir – sugerir
<b>diarreligiosa</b>	<b>Cat</b> = católico <b>Lut</b> = evangélico-luterano	Tipo de localidade conforme as confissões religiosas presentes
<b>diamésica</b>	<b>Escr</b> = língua em meio escrito vs. <b>Fal</b> = meio falado	coleta de dados em áudio e vídeo (oralidade) e em meio escrito (p.ex. impressos, cartas de imigrantes, inscrições [p.ex. em estabelecimentos comerciais, placas, topônimos, sepulturas])

Quadro 1: Dimensões de análise consideradas pelo ALMA-H (cf. ALTENHOFEN, 2013b)

Como se vê, cada dimensão engloba mais de um parâmetro a ser contrastado, geralmente em uma relação binária. Não quer dizer, porém, que todas as dimensões tenham que ser consideradas em um estudo. Cada situação determina as dimensões ou a dimensão que deve necessariamente ser considerada, conforme os objetivos estabelecidos. Por exemplo, a dimensão dialingual implica entrevistas com falantes das diferentes línguas ou variedades em contato. A dimensão diatópico-cinética abarca o efeito das migrações, entrevistando migrantes no domicílio atual e no de partida/origem, para comparação. Assim, por exemplo, Thun (1996) compara a fala de montevidianos em Rivera com a de riverenses em Montevideo, para identificar mudanças de comportamento linguístico e de variação.

Na seção 2.6 definiremos essas questões para a situação dos quilombolas no RS. A cartografia é um procedimento central da análise pluridimensional. Será abordada na seção 2.8.

### **2.3.1 Ampliação da noção de “espaço”**

Como vimos na introdução deste capítulo, a Dialectologia é considerada a ciência geral da variação linguística, inserida nesta encontramos a dialectologia pluridimensional que propõe aumentar o campo de observação tradicional em vários sentidos que incluem espaço e tempo. Para tanto, percorre-se a variação nas superfícies em direção a variação no espaço linguístico.

A geolinguística clássica é monodimensional e diz respeito às variáveis extralinguísticas. A Dialectologia Pluridimensional combina a tradicional geolinguística de superfícies (areal) com diferentes dimensões sociais, criando desta forma o modelo conceitual de um espaço tridimensional de níveis areais superpostos (ver Figura 13: Modelo da dialectologia pluridimensional e relacional).

Ao contrário da dialectologia monodimensional ou geolinguística areal, a dialectologia pluridimensional devido à extensão da base de observação de um lado para muitos lugares, supera a limitação normal de análise sociolinguística a uma única localização, que é preferencialmente de caráter urbano. Do ponto de vista da sociolinguística, a dialectologia tradicional é uma má sociolinguística, pois reduz as inúmeras variáveis sociais para a uma única. Do ponto de vista da dialectologia tradicional, a sociolinguística é uma má dialectologia porque reduz a dimensão de área a um ponto.

A dialectologia pluridimensional tenta superar esse inconveniente e pretende tornar-se, simultaneamente, uma melhor geolinguística e uma sociolinguística aceitáveis. A síntese de geolinguística monodimensional e sociolinguística é justificada pelo fato de que ambas as disciplinas tratem com os fenômenos sociais relacionados com o espaço étnico e geográfico.

A análise geolinguística tradicional baseia-se no comportamento linguístico dos indivíduos que vivem em um espaço ampliado (superfície reduzida artificialmente), enquanto a sociolinguística concentra o seu interesse em grupos socialmente diferenciados vivendo em um espaço compacto (reduzido artificialmente a um ponto).

A geolinguística monodimensional é caracterizada por um mínimo de variáveis extralinguísticas (na verdade, só uma) e por um máximo de variáveis linguísticas (os vários tipos representados pelos itens do questionário). A Sociolinguística é caracterizada por um máximo de variáveis extralinguísticas (sexo, idade, escolaridade, profissão, etc) e um mínimo de variáveis linguísticas. A dialetologia pluridimensional tem que arcar com o ônus auto-imposto de muitas variáveis extralinguísticas e muitas variáveis linguísticas.

O informante único por localidade protege, é verdade, a geolinguística contra a inundação de dados. Mas, uma vez que, nem todos os fatos linguísticos são sempre imediatamente descartáveis ou atingem o nível de conhecimento consciente, um único informante pode de maneira nenhuma dar a garantia de que a resposta dada espontaneamente por ele é a representação de toda a sua comunidade.

A teoria pluridimensional de Thun sugere tentarmos participar da entrevista, pelo menos, dois informantes que compartilham as mesmas características e se conheçam mutuamente. A pluralidade de informantes não só aumenta a representatividade no sentido quantitativo, tem efeitos qualitativos também.

A presença de vários informantes estimula discussões entre eles e cria uma alternativa para o diálogo entre o investigador que vem de fora e os informantes locais. Comentários metalinguísticos dos informantes constituem, juntamente com e em contraste com expressões que se referem ao mundo extralinguístico ou apresentam formas linguísticas, o que chamamos de dimensão diarreferencial que opõe a fala objetiva à fala metalinguística, ou ainda, aos julgamentos que os falantes fazem da língua.

### **2.3.2 Conceito de “ilha linguística”**

No Brasil, em particular no RS, o termo “ilhas linguísticas” ganha outras acepções. Na Europa, o conceito de ilha linguística não é fácil de definir. A definição mais aceita entre os linguistas europeus afirma que as ilhas linguísticas são localidades linguísticas relativamente pequenas e fechadas situadas numa grande área onde outra língua é usada (AUER; SCHMIDT, 2010, p. 332). No Brasil, como a língua oficial é a Língua Portuguesa, enquadra-se nesta definição todas as línguas indígenas, as línguas de imigração e, por extensão, a língua portuguesa falada nos quilombos do RS. Em alguns

casos, além da língua portuguesa, estas ilhas estão cercadas por línguas de imigração, como é o caso do Quilombo São Roque.

O termo “ilhas linguísticas” é mais amplo na Europa, onde existem questões espaciais e étnicas envolvidas. Os linguistas europeus utilizam tais critérios específicos para definir como, por exemplo, a distinção entre as comunidades rurais ou urbanas, ou seja, não há localidades linguisticamente e etnicamente homogêneas. Muitas localidades, no entanto, são caracterizadas por constelações multiétnicas e são principalmente definidas em termos de redes sócio-comunicativas bastante fechadas e uma consciência da diferença étnica.

Outro aspecto a se destacar é o fator "isolamento " o que fez com que a língua majoritária tivesse um contato mínimo com essas comunidades de fala. Em outras palavras, no entorno das comunidades quilombolas, a priori, é praticada a variedade padrão da língua majoritária e as comunidades são linguística e culturalmente isoladas.

O conceito de Ilhas linguísticas deve ser colocado em outro aspecto, o sociolinguístico. Uma ilha linguística é uma comunidade linguística que se desenvolve como resultado de uma interrupção ou problemas na assimilação cultural linguística. Cercadas por culturas linguísticas e / ou étnica dominantes, essa minoria linguística que se tornara separada, fora de suas raízes originais foi mantida separada e à parte da cultura da maioria com qual mantém contato tangencial.

Edwards (1990 *apud* AUER; SCHMIDT, 2010, p. 333) distingue entre três tipos diferentes:

- (i) as minorias que são exclusivos dentro de uma nação ( Bretões );
- (ii) as minorias não-únicos dispersos em vários estados ( catalães , bascos );
- (iii) as minorias não-locais, que são minorias em um cenário, mas uma parte da maioria noutro local.

De acordo com esta tipologia, ilhas linguísticas podem ser definidas como "minorias não-local, não-adjacente". Eles têm de ser distinguido principalmente de dois outros tipos de minorias (cf. Riehl, 2004, p. 55-57, *apud* AUER; SCHMIDT, 2010, p. 333):

1. minorias étnicas sem pátria (por exemplo, Sorbs , Ladinians ou bretões ), que são definido como exclusivo e não- adjacente. Eles são assentamentos antigos que

foram excluídos dos processos de construção da nação e, portanto, não têm uma pátria linguística que oferece uma variedade padrão e tradição literária. Consequentemente, eles têm que codificar a sua própria variedade como língua escrita (cf. Pusch, 2005). Por comparação, a ilha linguística pode usar um padrão externo e pode até convergir em direção a ela. Elas são influenciadas pela evolução da linguagem na pátria e por sua política de língua (por exemplo, o apoio de um sistema escolar minoritário).

2. as chamadas "minorias de fronteira" (por exemplo, as minorias de língua alemã ao longo do Alemão-Romântico fronteira linguística e as minorias húngaras localizados em vários países na fronteira com a Hungria, Romênia, Croácia). Eles são definidos como não-local e ao lado e têm contato constante com a pátria. Como resultado, eles podem estabelecer redes de comunicação através das fronteiras.

Esses itens acima podem ter sido o motivo de não haver se perpetuado línguas crioulas e línguas africanas no Brasil; visto que o africano escravizado aqui chegou perdeu toda a sua referência linguística de origem, não podendo renovar seu repertório falado. Nas novas gerações que seguiram o que se vê é o simples uso de algumas palavras ou termos ancestrais. Já na língua portuguesa escrita o que restou foi somente palavras isoladas do seu contexto africano. O que corrobora para esta tese é o fato de que quanto mais isolada o Quilombo mais léxico de língua africana foi retido (vide "Cupópia" – Quilombo do Cafundó/SP e "Gira da Tabatinga" – Bom Despacho/MG), línguas minoritárias de base africana (Umbundo, Quimbundo) que perderam totalmente sua conexão visível com a África.

Em suma, temos que com relação às diversas comunidades quilombolas existentes no Brasil, o que as faz se enquadrar no conceito de "ilhas linguísticas" é a sua peculiar forma de isolamento espacial, seu espaço linguístico descontínuo e, principalmente, a sua disposição "sócio-psicológica" ou até mesmo sua "consciência de ser diferente" (MATTHEIER, 1996, p. 815 *apud* AUER; SCHMIDT, 2010, p. 334).

Os quilombos históricos foram verdadeiros enclaves em solo brasileiro, onde estas ilhas linguísticas iam do uso de línguas africanas ao uso de variedades da língua portuguesa; no RS deve ter existido questões bem mais *sui generis* por conta da população que ali se estabeleceu a partir do começo de século XIX, ou seja, uma ilha linguística cercada por outras ilhas linguísticas, ou melhor, por variedades minoritárias e uma língua majoritária.

## 2.4 Comunidade de fala e comunidade de prática

É necessário pontuar que o conceito de comunidade de fala evoluiu, mas sua definição não possui um consenso entre os linguistas. As definições que os diversos linguistas apresentam “se articulam em torno de diferentes aspectos, como os sociais (Dell Hymes e Gumperz), psicológicos/identificatórios (La Page e Wardhaugh) e linguísticos (Guy)” (SEVERO, 2008, p. 5)

Primeiramente, Hymes prioriza os aspectos sociais da comunidade de fala, defendendo sua heterogeneidade e “admitindo que um indivíduo participa de diferentes comunidades de fala, o que torna a relação entre indivíduo e comunidade bastante fluida” (FIGUEROA, 1994 *apud* SEVERO, 2008. p. 2). Hymes define comunidade de fala como “uma comunidade que compartilha regras para a conduta e interpretação da fala, e regras para a interpretação de pelo menos uma variedade linguística” (FIGUEROA, 1994, p. 57 *apud* SEVERO, 2008. p. 2). Segundo, Gumperz corrobora com a opinião de Hymes, quando este se refere à heterogeneidade da comunidade de fala, uma vez que um indivíduo pode participar de uma variedade de redes de socialização. Por essa razão, o linguista defende a noção de rede social como unidade de análise, ao invés da comunidade de fala.

Quanto à análise das comunidades de fala sob a perspectiva dos processos identificatórios e psicológicos e, corroborando com a visão heterogeneizante (das comunidades de fala) dos linguistas acima citados, Ronald Wardhaugh delimitou a comunidade de fala pelos aspectos individuais, já que o sujeito circula por diversas comunidades de fala e pode pertencer a diversas delas, identificando-se com uma ou outra, conforme as circunstâncias. Diz o autor que o grupo social pode existir de maneira temporária ou quase-permanente e seus propósitos podem mudar (WARDHAUGH, 2010, p. 119). De maneira que, para o autor, há uma relação entre o processo identificatório de um indivíduo e sua comunidade de fala.

Também se deve acrescentar à análise de Wardhaugh a hipótese de Le Page “segundo a qual a variação linguística é uma função da pertinência de grupo” (BORTONI-RICARDO, 2011, p.137). Segundo Le Page, o comportamento linguístico está permanentemente sujeito a múltiplas fontes de influências relacionadas a diferentes aspectos da identidade social, tais como sexo, idade, antecedentes regionais, ocupacionais, religiosos e grupos étnicos. Há que se observar também a teoria da acomodação, postulada pelos psicólogos sociais Giles e Powesland que diz que “as

peças são motivadas a ajustarem sua fala, ou a acomodarem-se, a fim de expressarem valores, atitudes e intenções em relação a outras” (BORTONI-RICARDO, 2011, p. 106). Os falantes se esforçam para se tornarem mais semelhantes àqueles com quem estão interagindo. Por causa dessa flexibilidade e fluidez da transição do sujeito pelas comunidades de fala, o processo metodológico de sistematização da fala numa pesquisa seria dificultoso, já que os sujeitos estão em constante processo de identificação.

Quanto aos aspectos eminentemente linguísticos da análise de comunidade de fala, uma comunidade de fala é formada por falantes que compartilham traços linguísticos que distinguem seu grupo de outros, comunicam-se mais entre si do que outros e partilham normas e atitudes diante do uso da linguagem. Para Guy, em assuntos de variação linguística, “diferenças entre comunidades de fala correspondem a diferenças gramaticais, ou seja, diferenças em efeitos contextuais” (GUY, 2001, p. 8 *apud* SEVERO, 2008, p. 4). No entanto, diferenças entre indivíduos dentro da mesma comunidade de fala devem ser de natureza não gramática, ou seja, diferenças no nível geral de usar ou não um fenômeno variável. Segundo Severo (2008), para Guy, a comunidade de fala se constitui a partir de três critérios: (i) os falantes devem compartilhar traços linguísticos que sejam diferentes de outros grupos; (ii) devem ter uma frequência de comunicação alta entre si; (iii) devem ter as mesmas normas e atitudes em relação ao uso da linguagem.

Percebe-se então que há um certo consenso em que os membros de uma comunidade de fala devem compartilhar normas linguísticas e atitudes sobre as variedades da língua, mas se a realidade conflitiva dos vários falares dos indivíduos de uma mesma comunidade for considerada, a noção de comunidade de fala é abstrata e frágil e, assim, o nível de rede social e comunidade de prática se faz mais palpável para uma análise metodológica.

Uma comunidade de prática é aquela que contém grupos nos quais seus participantes se envolvem em alguma atividade ou empreendimento comum e intenso o suficiente para se criar práticas sociais compartilhadas. Ela, ao contrário de uma comunidade de fala, é definida internamente, já que seus membros devem estar suficientemente engajados. A partir das concepções centradas nas comunidades de prática, “verifica-se que seus membros, engajados no compartilhamento de tarefas desenvolvidas através de atividades comunicativas, constroem tanto um senso deles mesmos quanto um senso comum do grupo ao qual pertencem” (TORMA, 2011, p. 10)

As comunidades de prática não são algo novo. “As comunidades de prática, com a presença física das pessoas, existem desde os tempos de Roma onde eram concebidas

como corporações de diversos profissionais, também na Idade Média constituíam corporações” (MOSER, 2010, p. 211). As comunidades de prática proliferaram e tornaram-se objeto de estudo e pesquisa. Dentre os vários pesquisadores que se dispuseram a estudar essa área (da teoria social da aprendizagem), pode-se citar Jean Lave e Etienne Wenger, cuja obra “Situated Learning: Legitimate peripheral participation” de 1991 é pioneira. No ano seguinte, Eckert e McConnell-Ginet introduz o termo nas pesquisas sociolinguísticas entre linguagem e gênero e define comunidade de prática como:

An aggregate of people who come together around mutual engagement in an endeavor. Ways of doing things, ways of talking, beliefs, values, power relations - in short, practices - emerge in the course of this mutual endeavor. As a social construct, a CofP is different from the traditional community, primarily because it is defined simultaneously by its membership and by the practice in which that membership engages (1992, p.464 *apud* HOMES; MEYERHOFF, 1999, p. 174).<sup>27</sup>

Segundo Holmes e Meyerhoff (1999), Wenger determinou três dimensões para a concepção do termo:

- a) Os membros de uma comunidade de prática precisam estar juntos para engajarem-se em suas práticas compartilhadas;
- b) Os membros compartilham de algum empreendimento negociado em comum, ou seja, eles se unem por causa de um propósito;
- c) O repertório compartilhado em uma comunidade de prática é o resultado cumulativo de negociações internas.

O engajamento mútuo implica em uma interação regular, que é a base das relações que tornam a existência de uma comunidade de prática possível. O empreendimento negociado implica em um objetivo comum e implica também um envolvimento de relações complexas que se tornam parte da prática da comunidade, de maneira que as contribuições e negociações de seus membros refletem a compreensão das regras da comunidade. Por fim, o repertório compartilhado implica em recursos linguísticos, tais como uma terminologia especializada, discursos, rotinas linguísticas, gestos etc., que se tornam parte da comunidade de prática.

---

<sup>27</sup> Um agregado de pessoas que se juntam em torno de um empreendimento mútuo, modos de fazer coisas, modos de falar, crenças, valores, relações de poder- em resumo, práticas, que emergem no curso de um esforço mútuo. Como um construto social, a comunidade de prática é diferente da comunidade tradicional, basicamente porque é definida simultaneamente pelos seus membros e pela prática na qual seus membros se engajam. (Tradução nossa)

A comunidade de prática é um agregado de pessoas que se dispõem a realizar uma atividade que os identificam de certo modo, pois, ao escolher pertencer à determinada comunidade, o indivíduo compartilha repertórios de práticas sociais, inclusive as práticas linguísticas, de modo que, as variantes linguísticas assumiriam significação social e estabeleceriam uma relação com a identidade. Portanto, o processo identificatório, também, está intimamente relacionado à comunidade de prática. Além disso, os repertórios linguísticos são dinâmicos, pois se modificam de acordo com o uso e as negociações dentro da comunidade.

Segundo Holmes e Meyerhoff (1999) os laços de associação do indivíduo a uma comunidade de prática são similares aos laços de uma rede social, ou seja, multiplex/uniplex e densidade, no entanto, a comunidade de prática requer uma interação regular e mutuamente definida por parte dos sujeitos. Sintetizando, pode-se dizer que tanto as redes sociais quanto as comunidades de prática podem ser diferenciadas pela natureza do contato, no entanto, a rede social requer quantidade de interação e a comunidade de prática requer qualidade de interação.

Em suma, é preciso identificar as interações significantes e socialmente representativas e os processos de negociação de objetivos compartilhados para uma real análise etnográfica e das relações nas comunidades de prática.

## **2.5 Variação e mudança linguística**

Diante dos processos que atuam na configuração de uma língua em contato com outras variedades, fica a questão sobre o escopo de análise da variação linguística que nos contatos linguísticos se reveste de uma complexidade ainda maior.

O modelo que escolhemos para dar conta dessas relações é o da análise pluridimensional e relacional, que busca combinar a dimensão diatópica com dimensões sociais. Segundo Thun (2004), essa junção de geolinguística e sociolinguística, entre espaço e sociedade, amplia as perspectivas de análise e de observação de situações linguísticas. A perspectiva bidimensional adotada pela dialetologia tradicional e o eixo vertical da sociolinguística formam o espaço variacional tridimensional da dialetologia pluridimensional e relacional (ver. Figura. 13).

Dessa forma, a dialetologia pluridimensional procura analisar todos os planos e todas as relações existentes. O foco desloca-se, além disso, da ênfase em dialetos puros

para a análise de variedades vistas como mistas, incluindo os fenômenos de contato entre línguas de minorias e majorias, e entre formas regionais e o comportamento variável de diferentes grupos em contato.

Para a concretização desse “casamento” entre geolinguística e sociolinguística, Thun desenvolveu uma série de procedimentos metodológicos para a análise da variação e dos contatos linguísticos nas diferentes dimensões.

## 2.6 Dimensões de análise

De acordo com os objetivos propostos para esta pesquisa, serão controladas três dimensões e parâmetros da amostra, segundo o Quadro 2 a seguir.

Além dos parâmetros elencados no Quadro 2 consideramos o critério de ter nascido e vivido sempre ou a maior parte de sua vida na comunidade onde mora.

<b>DIMENSÃO</b>	<b>PARÂMETRO</b>	<b>CRITÉRIO</b>
<b>diatópica</b>	<b>Topostático</b> (informantes não trocam de quilombo) quilombo rural – quilombo urbano	Sete localidades de pesquisa: RS01 Região do Litoral/Lagunas –Morro Alto (Osório). RS02 Região Metropolitana – Família Fidelix (Porto Alegre). RS 03 Região dos Pampas e Antigas Charqueadas – Maçambique (Canguçu). RS04 Região da Campanha – Quilombo de Palmas (Bagé) RS05 Região da Depressão Central – Cerro Formigueiro (Formigueiro). RS06 Serrana /Imigração – São Roque (Arroio do Meio). RS07 Região das Missões –Comunidade Quilombola Correa (Giruá).
<b>diatrática</b>	<b>Se:</b> Sem Escolaridade <b>Ce:</b> Com Escolaridade	<b>Se:</b> Sem Escolaridade <b>Ce:</b> Com Escolaridade NÃO será considerada, pois um dos critérios para a entrevista era escolaridade preferencialmente inferior a Ensino Médio.
<b>diageracional</b>	<b>GII</b> (geração velha) <b>GI</b> (geração jovem)	<b>GII:</b> idade acima de 55 anos <b>GI:</b> idade entre 18 e 36 anos Foram realizadas entrevistas separadas com os mais velhos e os mais jovens.
<b>diassexual</b>	<b>H:</b> Homens <b>M:</b> Mulheres	A variação diassexual será observada apenas de forma qualitativa, por meio da pluralidade

		simultânea de informantes, que reúne homens e mulheres de mesma geração e perfil sócio-cultural na mesma entrevista.
<b>diafásica</b>	<b>Resp:</b> respostas ao questionário <b>Tx:</b> conversa livre (etnotextos)	NÃO será considerada, apesar da atenção a dados de entrevista com questionário e conversa livre, porém de forma qualitativa.
<b>diarreferencial</b>	<b>Lg:</b> fala “objetiva” <b>MLg:</b> fala metalinguística	Análise qualitativa de dados obtidos por meio da técnica de entrevista em três tempos: perguntar – insistir - sugerir
<b>diareligiosa</b>	<b>Mafri:</b> cultos de matriz africana <b>Crist:</b> cristão (católico, evangélico etc)	NÃO será considerada, será dada atenção à religião, porém de forma qualitativa.
<b>dialingual (contatual)</b>	<b>Conta:</b> monolíngues e/ou contato com língua alóctones <b>Lafri:</b> praticantes de línguas ritualísticas de religiões de matriz africana	NÃO será considerada, porém será dada atenção para situações de contato línguas autóctones e línguas alóctones e para praticantes de línguas ritualísticas de religiões de matriz africana.

Quadro 2 – Dimensões e parâmetros de análise da pesquisa

### 2.6.1 Dimensão diatópica: rede de pontos

A coleta de dados para a presente pesquisa foi realizada em sete municípios (pontos de realização das entrevistas) caracterizados pela presença de comunidades quilombolas. Na seleção dos pontos (ver Mapa 1), decidimos também verificar que os mesmos estivessem incluídos dentre os pontos do Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil (ALERS), para possibilitar eventuais correlações e comparação com a língua portuguesa praticada no entorno dos quilombos.

As comunidades escolhidas para investigação linguística são até certo ponto desconhecidas pela comunidade acadêmica em geral, com descendentes diretos de escravizados e de donos das antigas fazendas com escravizadas. Os pontos estão numerados de acordo com a presença de escravizados no RS seguindo os relatos de povoamento, indo do mais antigo para o mais recente. Participaram da pesquisa as

comunidades localizadas no estado do Rio Grande do Sul e previamente identificadas no trabalho de Rubert (2009, p. 170-173) que são:

- RS01 Região do Litoral/Lagunas – Morro Alto (Osório).
- RS02 Região Metropolitana – Família Fidelix (Porto Alegre).
- RS 03 Região dos Pampas e Antigas Charqueadas – Maçambique (Canguçu).
- RS04 Região da Campanha – Quilombo de Palmas (Bagé)
- RS05 Região da Depressão Central – Cerro Formigueiro (Formigueiro).
- RS06 Serrana /Imigração – São Roque (Arroio do Meio).
- RS07 Região das Missões – Comunidade Quilombola Correa (Giruá).

Por meio da leitura dos RTID<sup>28</sup>, observou-se entre as comunidades acima listadas a presença viva na memória dos atuais moradores da ancestralidade escrava, além de inúmeros indícios que comprovam a constituição de territórios étnicos (ilhas linguísticas) no transcorrer do regime escravocrata e após a abolição.

A limitação a sete pontos distribuídos no Estado do Rio Grande do Sul, foi orientada pelo tempo previsto para a realização da pesquisa e pela meta de se obter uma amostra representativa da variedade do português de contato falado em comunidades afro-brasileiras. A descrição do português contatual se fez numa perspectiva pluridimensional macrozoneada, levando-se em conta a pluralidade de pontos bem como a pluralidade de informantes, visando garantir uma maior representatividade dos dados.

A seguir apresentamos uma síntese histórica e cultural das comunidades quilombolas incluídas na pesquisa. Nos textos sobre cada um dos pontos, procuramos evidenciar aquelas informações que julgamos mais relevantes para a análise e compreensão dos fatos linguísticos.

---

<sup>28</sup> O Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) apresenta informações históricas, antropológicas, socioeconômicas, fundiárias, cartográficas, ambientais e ocupacionais, que compõem a instrução dos Processos Administrativos que tratam das regularizações fundiárias das terras ocupadas tradicionalmente pelas Comunidades Remanescentes de Quilombos.

O RTID é constituído pelas seguintes PEÇAS:

I. Relatório Antropológico de caracterização Econômica, Histórica e Sócio-Cultural;

II. Planta e Memorial Descritivo;

III. Cadastro das famílias remanescentes da comunidade de quilombo;

IV. Cadastro dos demais ocupantes e presumíveis detentores de título de domínio relativos ao território pleiteado;

V. Parecer Conclusivo.

O Relatório Técnico é elaborado pelo Grupo de Trabalho instituído por Ordem de Serviço, com o auxílio do corpo técnico dos servidores do INCRA. (Fonte: INCRA/RS)

### 2.6.1.1 RS01 (Morro Alto, Osório)

A presença inicial do afrodescendente no litoral norte gaúcho data do ano de 1719, quando a expedição de João de Magalhães transitou pelo litoral norte do Rio Grande do Sul e pelos campos de Viamão. Esta expedição partiu da cidade catarinense de Laguna. O capitão-mor de Laguna requereu-se para si um conjunto de terras entre o rio Tramandaí e o Rio Grande.

No tocante à origem e história do quilombo de Morro Alto temos que no ano de 1852, na localidade denominada Capão Alto, um pouco ao norte de Capão da Canoa (cujo nome antigo era Capão da Negrada) desembarcou um navio negreiro. Os africanos apreendidos deste navio eram em sua totalidade do Congo. Este episódio é considerado por muitos como a origem do quilombo do Morro Alto.

Morro Alto era o nome de uma das fazendas de Conceição do Arroio, que pertencia as famílias Marques da Rosa e Nunes da Silveira. Em meados do século XIX essas famílias foram acumulando propriedades em Conceição do Arroio, primeiro nome da Cidade de Osório.

Nos anos de 1883 e 1884, provavelmente os escravizados desta fazenda tenham sido todos alforriados de várias maneiras. Um inventário feito nesta fazenda doou a alguns escravizados partes da fazenda do Morro Alto.

Antes da construção da estrada as relações comunitárias se expressavam por meio do uso dos caminhos que cruzavam os morros. Essas trilhas pelo meio do mato são lembrados como contato entre as senzalas, por onde vinham os escravizados para as suas festas.

O distrito de Morro Alto, que já pertenceu à Osório, faz parte atualmente de Maquiné (RS), litoral norte do Rio Grande do Sul, e que fica aproximadamente 120 km de Porto Alegre. A população desta comunidade, com aproximadamente 500 habitantes, é na sua maioria formada etnicamente de afrodescendentes. A agricultura, pecuária e extração de basalto são as principais fontes de renda do local. Apesar do decorrer dos tempos não ocorreu um grande desenvolvimento do local. Há apenas uma escola de 1º grau, um posto de saúde e o comércio local não é diversificado.

Desde a década de 60 a população afrodescendente de Morro Alto vem lutando pela sua afirmação de identidade, regularização fundiária e pela atenção das ações políticas públicas em relação aos direitos do afro descendentes no Brasil. No ano de 2001, a comunidade apresentou sua demanda de regularização das terras ocupadas e a

recuperação daquelas perdidas de diversas formas, inclusive pelo atual projeto de duplicação da BR 101.

A Associação Rosa Marques, criada pela comunidade afro-brasileira de Morro Alto emergiu no contexto de realização de reuniões sistemáticas na comunidade, a partir da realização das atividades do projeto de reconhecimento implementado pelo Convênio Governo do Estado/Fundação Cultural. Esse processo iniciou em setembro de 2001. A constituição da Associação incrementou seu movimento reivindicatório pelo reconhecimento de suas terras. As reuniões realizadas estão reunindo inúmeras pessoas que mostram-se bastante interessadas nos diferentes assuntos que as dizem respeito.

#### **2.6.1.2 RS02 (Família Fidélis, Porto Alegre)**

A Família Fidélis é como se denomina a comunidade localizada na região do bairro Cidade Baixa, na Rua Otto Ernest Maier, limitada por um lado pela Rua Sebastião Leão e pelo outro lado pelo Hospital de Porto Alegre. Com 32 famílias, na sua maioria egressa da cidade de Santana do Livramento, a comunidade foi fundada há cerca de 25 anos, na década de 1980.

Os fundadores Sérgio Ivan Fidélis, Milton Waldir Teixeira Santana e Hamilton Correa Lemos vieram para Porto Alegre nesta mesma década. Encontravam-se nos mesmos lugares de lazer, um bar situado na Rua Lima e Silva (as casas desta rua têm seus fundos voltados para a Rua Otto Ernest Maier), e acabaram ocupando o espaço que, segundo seus relatos, era um “mato só”. Quando referem-se a este espaço e seu entorno no passado, remetem-se a outro território na memória da cidade de Porto Alegre, a Ilhota do qual se dizem legatários.

A Ilhota remonta ao início do século, mas precisamente ao ano de 1905, quando o Intendente José Montauray, no intuito de aumentar a vazão do Riacho, determinou que os dois extremos destes caminhos irregulares fossem ligados por um canal, formando uma ilha. Situava-se nas imediações da atual Praça Garibaldi, estendendo-se até a Rua Arlindo (atual Barão do Teffé), limitada pelas ruas Olavo Bilac, José do Patrocínio, Sebastião Leão, Lima e Silva e Av. Getúlio Vargas. Recebia esta denominação em função das águas do Arroio Dilúvio que com as chuvas subiam formando um círculo e no meio da bacia ficava a Ilhota. Área sujeita a inundações, e por isso mesmo ocupada por moradores muito

pobres, deixou sua marca na memória da cidade, sobretudo nas crônicas de carnaval, samba e batuque.

Seu crescimento deu-se na década de 1940. O Projeto Renascença (que propunha um renascimento de um novo lugar apagando sua desorganização e pobreza), executado na década de 1970, canalizou o Arroio Dilúvio, formando a Avenida Ipiranga, e parcelando a área em lotes comercializados pela especulação imobiliária. Sua população na maioria foi retirada para a área da Restinga Velha. Parte desta área, no final da década de 1970, foi cedida para a construção do Hospital de Porto Alegre, vinculado inicialmente ao funcionalismo municipal.

O entorno foi então ocupado pelos integrantes da Comunidade Família Fidélis, que paulatinamente construía suas moradias, nas décadas posteriores 1980 e 1990, constituindo lugares de lazer como o campo de futebol. Fortaleceram os laços de compadrio e de vizinhança, ampliando o espaço de atuação política com a fundação da associação de moradores e quilombola para as demandas sociais e o pleito de regularização da terra.

### **2.6.1.3 RS03 (Maçambique, Canguçu)**

Segundo dados atuais sobre a formação étnica do Rio Grande do Sul – RS, presentes na Tabela “População residente por cor ou raça e religião” (IBGE, 2010), o município de Canguçu apresenta cerca de 1000 pessoas pardas e 4000 pretas, mostrando aproximadamente 5000 afro-descendentes. Além disso, considera-se Canguçu o município com maior número de minifúndios do Brasil – propriedades com 12 a 15 hectares – responsáveis por sua economia predominantemente agropastoril, atividade que significa 68% da renda envolvendo 80% da população do município.

A comunidade Quilombola de Maçambique localiza-se na fronteira entre Canguçu e Encruzilhada do Sul, na Serra dos Tapes, e fica aproximadamente 75 Km distante da Sede do Município que apresenta limite geográfico com outros municípios: Encruzilhada do Sul, Amaral Ferrador e Cristal ao norte, com Cerrito ao Sul, com Morro Redondo, Pelotas e São Lourenço do Sul ao leste e com Piratini a oeste. Canguçu é cortado pela BR 392, rodovia que liga os municípios de Pelotas e Santa Maria e sua distância da capital Porto Alegre é de 310 km, enquanto que 55 km de Pelotas. O município possui extensão

territorial de 3.251 km<sup>2</sup>, sendo 7,86 km<sup>2</sup> de área urbana, 05 distritos e 120 localidades, 8000 km de estradas vicinais e 250 km de estradas intermunicipais.

Esta comunidade já vem se auto-declarando quilombola desde 2004 (Rubert, 2005), e foi certificada pela Fundação Cultural Palmares em 2009. Atualmente a Associação Quilombola possui como membros 56 famílias, distribuídas em uma distância aproximada de 13 km de terras. O território não é ocupado de forma contínua, pois as residências das famílias quilombolas são intercaladas por residências de famílias não quilombolas. As casas localizam-se em um terreno íngreme, nos topos das serras ou no interior de pequenos vales, a uma altitude de aproximadamente 240 m do nível do mar.

O Quilombo de Maçambique situa-se na denominada “regiões das charqueadas”, áreas onde no passado houve grande concentração de mão-de-obra escravizada. Canguçu foi povoado por índios, portugueses açorianos e espanhóis, estes últimos disputavam as terras com Portugal, afrodescendentes que trabalhavam na Real Feitoria e imigrantes europeus como os franceses, italianos e alemães vindos principalmente da Pomerânia. Estes contribuíram para a formação dos cinco Distritos que compõem o município atualmente.

Segundo Gutierrez (1993) a rotina dos escravizados das charqueadas dividia-se entre a salga da carne e as atividades nas olarias, exigindo planteis que chegavam a até 80 escravizados, na grande maioria, homens. É nas áreas mais altas desta região que se concentra grande parte das comunidades, fato que leva a crer que eram áreas de difícil acesso no passado que serviam como ponto de resistência afrodescendente. Somente em Canguçu há 13 comunidades, são elas: Armada, Estância da Figueira, Cerro das Velhas, Redenção do Manoel do Rego, Iguatemi, Favila, Passo do Lourenço, Cerro da Vigília, Cerro da Boneca, Quilombo do Faxinal, Boqueirão, Potreiro Grande e Maçambique localizadas nas Serras dos Tapes.

O início do povoamento de Canguçu teve como marco a instalação, entre 1783 e 1788, em Canguçu velho, a Real Feitoria do Linho Cânhamo do Rincão de Canguçu. A principal economia da região se dava em função dessa atividade e da pecuária. Bento (1976) ressalta que

Na real Feitoria, além do Linho era produzido estopa para vestir os escravos, milho, feijão, abobora e mandioca. A última passou grande parte a ser transformada em farinha. A pecuária teve grande impulso adjacente aos atuais locais de Canguçu e Canguçu-Velho, tendo seu rebanho em 1788, apesar do elevado desfrute, atingido 3.031 bovinos e 105 cavalos e muares (BENTO, 1976, p. 23).

O trabalho na feitoria era feito por afrodescendentes, os quais somavam, nos primórdios do empreendimento, em torno de 70 escravizados, advindo de regiões variadas. Aqui já não se pode afirmar a origem étnica africana:

- 43 transferidos do atual estado de Guanabara da antiga Feitoria de Santa Cruz, dos quais 28 escravos homens e 15 mulheres.  
-29 provenientes da interceptação de um contrabando a Montevidéu, dos quais 16 homens e 13 mulheres (BENTO, 1976, p. 97).

Em 1788, a Real Feitoria do Linho Cânhamo de Canguçu, foi deslocada para São Leopoldo, em um local atualmente chamado de Feitoria, onde funcionou até 1824. No entanto, a região da Serra dos Tapes não era favorável a criação de gado, devido ao terreno montanhoso e a mata densa. Eram locais pouco habitados e possuíam abundância de caça, água e madeira para a construção de casas, além de boas terras para a agricultura. A historiografia aponta que é justamente nesta região que se formavam quilombos, sendo que grande parte eram itinerantes, ou seja, não tinham um paradeiro fixo e não apresentavam um número grande de cativos. Viviam basicamente da agricultura de subsistência e da pilhagem. O mais famoso quilombo da região da Serra dos Tapes foi o de Manuel Padeiro, cuja formação teria se dado em 1834. Esse quilombo era pequeno, constituído de poucos integrantes que se organizavam da seguinte forma:

[...] Manuel Padeiro, general do quilombo; João Juiz de paz; Alexandre Moçambique, capitão; pai Mateus; Mariano crioulo; Antonio mulato; Antonio cabinda; ou cabinda; pai Francisco, congo; Francisco Moçambique; Benedito Moçambique João, cozinheiro e africano; e a mulata rosa [...] (MAESTRI, 1996, p. 307).

O grupo era conhecido por saquear algumas das chácaras da região e negociar os produtos com comerciantes, desenvolvendo também o plantio de algumas roças. Algumas narrativas que emergem do diálogo com as pessoas mais velhas da comunidade quilombola de Maçambique estabelecem um elo entre a origem da comunidade e esta tradição de resistência escrava referida na historiografia. A comunidade leva este nome em razão do enterramento no topo da serra, em um local em que antigamente havia mata, de um escravizado de nome Maçambique que encontrava-se em situação de fuga.

O local onde este ancestral escravizado foi enterrado no passado, hoje é um dos principais marcos simbólicos que legitima a territorialidade da Comunidade, e se constitui hoje em um cemitério comunitário de toda aquela localidade, embora predomine o

enterramento de pessoas afrodesdentes. O local onde presumidamente está enterrado Maçambique tornou-se um ponto de referência para a manifestação da espiritualidade das famílias afrodesdentes, como indicam as práticas de visitas e acendimento de velas observadas no local.

Algumas pessoas que possuem mais idade (faixa etária dos 70 e 80 anos) afirmam terem conhecido apenas o neto e os bisnetos de Maçambique, o que indica a antiguidade da presença da escravidão no lugar. Não há, porém nenhum descendente atualmente na comunidade, eles teriam migrado para cidades há aproximadamente duas décadas atrás.

As narrativas sobre o escravizado Maçambique, somadas ao topônimo de um dos serros denominado localmente de “serro do quilombo” ou “serrinho do quilombo”, evocam formas de resistência em que se destaca o confronto aberto com a ordem escravocrata.

#### **2.6.1.4 RS04 (Palmas, Bagé)**

A Comunidade Quilombola de Palmas situa-se ao norte do município de Bagé. A região onde se insere o município é denominada de Campanha. Tem os seguintes limites municipais: ao norte, os municípios de Lavras do Sul e Caçapava do Sul; ao sul, a República Oriental do Uruguai; a leste, os municípios de Pinheiro Machado, Hulha Negra e Candiota; e a oeste o município de Dom Pedrito e a República Oriental do Uruguai. As principais vias de acesso ao município são as estradas BR 153, BR 293 e BR 290.

A Comunidade Quilombola de Palmas constitui-se de 4 núcleos territoriais – Coxilha das Flores/Rincão dos Alves, Rincão da Pedreira/Campo da Rita, Rincão da Pedreira/Campo de Ourique e Rincão do Inferno –, articulados/unidos por uma identidade comum que remete a relações sociais e históricas do período final da escravidão bem como a uma trajetória comum, práticas e saberes no pós-abolição e atualidade. Destaca-se o fato dos relatos dos membros da Comunidade de Palmas sobre suas origens remeterem de forma unânime ao período final do sistema escravista e aos rearranjos ocorridos no pós-abolição, sobrepostos a contextos de conflitos e guerras, popularmente chamadas de ‘revoluções’.

Partindo para a escala do local, o Rincão dos Alves, o Rincão da Pedreira, o campo do Seu Ourique e o Rincão do Inferno situam-se ao norte do município de Bagé, ao sul do rio Camaquã e a leste do arroio Palmas e a oeste da BR 153. Seu acesso ocorre pela

rodovia BR 153, passando a ponte do rio Camaquã, em direção ao sul do RS, entrando à direita na primeira estrada vicinal. São aproximadamente 295 km de Porto Alegre até a entrada da estrada vicinal, mais 14 km até a entrada na porteira que dá acesso ao Rincão dos Alves.

O Quilombo de Palmas localiza-se a 70 quilômetros da Sede do município de Bagé. Ele é constituído por toda uma área ocupada por uma comunidade remanescente de quilombo, que teve sua gênese a partir dos afrodescendentes das senzalas das grandes sesmarias da região, dos afrodescendentes que se agregaram num contexto de desestabilização política ocasionada pelas sucessivas guerrilhas, guerras ou revoluções.

A noção de área ocupada corresponde aquelas que foram apontadas pelos quilombolas da Coxilha das Flores, também conhecido como Rincão dos Alves; Rincão das Pedreiras e Rincão dos Infernos. As três comunidades mantêm secularmente laços sociais de parentesco, compadrio e matrimoniais, sendo que as duas primeiras possuem uma estreita ligação por meio de trilhas internas, enquanto que o Rincão dos Infernos está situado em uma área descontínua, embora todas elas configurem uma mesma unidade social e cultural, e origem comum.

As terras de Palmas estão localizadas em uma zona rural, constituída de 30 a 40 famílias. Esta microrregião fronteiriça possui um solo litólico, bastante pedregoso e irregular, uma área íngreme, cujas características quanto mais se adentra ao quilombo e nos aproximarmos do Rincão do Inferno, estas características são acentuadas quando se está mais próximo ao vale do Rio Camaquã-Chico. Depreende-se daí, o fato de os afrodescendentes ter obtido concessões para ocupar estas áreas ou, então, de adquiri-las, uma vez que elas são áreas consideradas impróprias para a prática de uma agricultura extensiva ou familiar, bem como para a pecuária.

A Comunidade Quilombola de Palmas, de acordo com várias narrativas, teve início com a concessão de terras, por parte dos proprietários ou dos descendentes da Sesmaria dos Simões Pires para a ex-escrava Margarida Sabóia; outra versão dá conta de que a ex-escrava teria vindo da Banda Oriental, mais precisamente do Uruguai, talvez empreendendo uma “viagem de volta” ao território afro-brasileiro, ao término da Revolução Federalista (1893-1895).

As famílias afrodescendentes ligadas, por descendência, aos troncos fundadores do Quilombo de Palmas, tais como Margarida Sabóia e Antonico Alves; Procópio e Balbino Soares e Adriana Sabóia e outros, acabaram criando roças cultivadas pelos

afrodescendentes, onde plantavam e colhiam verduras, legumes e hortaliças em função de uma economia de aprovisionamento.

O Rincão dos Alves – Um primeiro núcleo da comunidade é identificado como Coxilha das Flores ou Rincão dos Alves. As narrativas sobre a origem da ocupação familiar da área remetem ao casal Antonico Maria Alves e Margarida Sabóia, ancestrais mais antigos que a comunidade tem conhecimento. Os relatos de seus descendentes afirmam que Antonico teria se fixado na região de Palmas oriundo da Banda Oriental (Uruguai).

O Rincão da Pedreira – Outro núcleo da comunidade Quilombola de Palmas denomina-se Rincão da Pedreira, onde reside o tronco familiar originário de Rita Soares de Freitas e mais remotamente de seus pais Procópio Soares de Freitas e Baldino Soares de Freitas, conhecido atualmente como tronco dos Soares. Em data não conhecida Procópio constituiu família com Balbino Soares de Freitas, e adquiriu em 1893 uma área de terras.

O campo do Seu Ourique – A ocupação da região conhecida como o campo do Seu Ourique está relacionada com a trajetória de seus pais Assunção Ribeiro e Dona Tila. De forma semelhante a muitos descendentes de escravizados que não possuíam terras, este casal passou muitos anos trabalhando em fazendas, estâncias e chácaras. Há cerca de 65 anos receberam autorização para ocupar o fundo de fazenda então pertencente ao casal Maria do Carmo e Antenor Simões Pires. Antes de se fixarem nas atuais terras ocupadas por Ourique, seus pais já possuíam vínculos com a família de Maria do Carmo e Antenor Simões Pires. Assunção Ribeiro prestava serviços para este casal, além de ter arrendado por um tempo terras dos mesmos.

O Rincão do Inferno – As narrativas sobre a ocupação do Rincão do Inferno remetem à trajetória de instabilidade de um casal de afrodescendentes e a um contexto de dificuldades por eles vividas no pós-abolição, antes do estabelecimento na referida área. Nélio Marques Franco e Maria Conceição Marques Franco, não possuindo terras próprias, viviam da prestação de serviços em fazendas em diversas localidades, trabalhando de forma precária e complementando a renda com corte de lenha e sua transformação em carvão. Sua filha Onélia Franco, 70 anos e residente no Rincão do Inferno, rememora a vida de seus pais antes do estabelecimento nesta localidade. O Rincão do Inferno caracterizava-se como uma área não habitada, porém pertencente à família Franco.

### 2.6.1.5 RS05 (Cerro Formigueiro, Formigueiro)

Podemos dizer que a origem do território do município de Formigueiro é missioneira. Nesta região estava localizada a Estância de San Juan destinada à criação de gado para abastecimento das Reduções Jesuíticas. Era, portanto, território pertencente à Espanha. Depois, com os sucessivos tratados entre Espanha e Portugal a fronteira Portuguesa foi sendo estendida para oeste até os limites atuais. Com o desenvolvimento do lugar e as sucessivas divisões territoriais do Rio Grande do Sul, Formigueiro pertenceu inicialmente ao grande município de Rio Pardo que abrangia ao redor de 2/3 de todo território gaúcho.

Posteriormente pertenceu a Cachoeira do Sul e depois ao território de São Sepé. Foi elevado a Distrito em 15 de Novembro de 1827, portanto quase 8 anos antes do início da Revolução Farroupilha e emancipou-se em 9 de Outubro de 1963. Seus primeiros moradores, após a Estância de San Juan, foram pequenos agricultores e soldados que deram baixa das diversas guerras que ocorriam. A eles foram se juntando artesões que aqui encontraram mercado para suas atividades. Em 1857 chegaram os primeiros imigrantes alemães e em 1910 os italianos.

A Comunidade Quilombola Cerro Formigueiro situa-se no município de Formigueiro, região central do RS, distante a 283 km de Porto Alegre, com acesso pelas vias BR 392, ERS 149, VRS 808 e ainda BR 287 via Restinga Seca. Formigueiro possui como contornos as seguintes municipalidades: São Sepé, Restinga Seca e Santa Maria. Possui como um de seus pontos extremos o rio Vacacaí, delimitação geopolítica que divide o município de Formigueiro de Santa Maria e de Restinga Seca. Outra baliza é um afluente do rio Vacacaí que reparte o município de Formigueiro e de São Sepé.

No que concerne a Formigueiro, o Quilombo Cerro Formigueiro se localiza entre três outras comunidades quilombolas: Timbaúva, Cerro do Louro e Estância do Meio. Do mesmo modo que em Cerro do Formigueiro, nessas outras comunidades há significativos agrupamentos de famílias afrodescendentes disseminadas em pequenos núcleos.

Percorri outros espaços com o intuito de seguir territorialidades, a escolha deste “espaço artificialmente delimitado” (ANJOS, 2008, p. 55) com algumas fronteiras demarcadas se deve simplesmente ao acaso. Um dos funcionários do Hotel em Santa Maria onde fiquei hospedado nasceu e foi criado nas vizinhanças dos Quilombolas do município de Formigueiro.

Na Comunidade Quilombola de Cerro Formigueiro moram cerca de 25 famílias em pequenos núcleos bastante fragmentados e distanciados fisicamente. Os contornos destas quatro comunidades de fato extrapolam os limites de representação gráfica, pois as redes de relações de parentesco, de afinidade, de reciprocidade, políticas e de compadrio se estendem a essas comunidades. E não somente, visto que essas redes acabam por interligar todas elas distantes especialmente da cidade de Formigueiro e de outras comunidades quilombolas que se situam em lado geograficamente oposto a essas. São relações que interligam Formigueiro, São Sepé e Restinga Sêca através das Comunidades quilombolas Passo dos Maias, Bairro Scherer, Faxinal da Eugênia, Passos do Brum Formigueiro e São Sepé, 3º Distrito (São Sepé), São Miguel e Rincão dos Martinianos (Restinga Sêca).

Nesta região, segundo Anjos (2004), estrategicamente, ao serem libertos formalmente, a maior parte dos escravizados da região foi surpreendida com outras modalidades de trabalho forçado, desde o século XIX distendendo pelo século XX (ou mesmo XXI), onde ex-escravizados foram mantidos como agregados às antigas fazendas (ANJOS, 2004, p. 34).

Em 1780 a Vila de Formigueiro teve com o um de seus primeiros estabelecimentos a Fazenda São João. Em 1815 a estância São João sob forma de concessão, foi repassada através de heranças e acordos para descendentes da família Simões Pires. Algumas das famílias das comunidades quilombolas da Timbaúva, do Cerro Formigueiro, do Cerro do Louro e da Estância do Meio são descendentes diretos de escravizados que trabalhavam na fazenda São João. De acordo com Rubert (2005) um dos troncos fundadores do território afro-brasileiro do Cerro Formigueiro faz referência ao ancestral comum chamado Lisbão Gonçalves, filho de uma escrava com um dos estancieiros da família Simões Pires. Por esse motivo teria recebido uma deixa de herança, e assim Lisbão Gonçalves casou com a escrava Maria Paula (RUBERT, 2005).

Também cativos nas estâncias da família Simões Pires, Marcos, Maria Seberina e Lino Paula são ancestrais escravizados que configuram o tronco familiar dos Câmara. As terras foram compradas através do trabalho em fazendas da região como capataz e com a venda de cabeças de gado. A Chácara dos Faria é uma pequena porção de terra que foi doada por parte do Capitão Afonso Faria ao seu ex-escravizado Manuel, que seguiu trabalhando, e que carregam o sobrenome do estancieiro Faria. A ex-escravizada da Estância do Meio Ambrosina da Silva teve quatro filhos, ascendentes diretos de alguns moradores mais velhos nesse território afro-brasileiro mais amplo, formado pelo Cerro

Formigueiro, Timbaúva, Estância do Meio e Cerro do Louro. Após a abolição, Ambrosina trabalhou nas casas e roças de colonos alemães e italianos que se fixaram em algumas dessas fazendas com incentivos estatais sob a forma de loteamento.

#### **2.6.1.6 RS06 (São Roque, Arroio do Meio)**

O município de Arroio do Meio localiza-se às margens do Rio Taquari. Situa-se a 115 km da capital Porto Alegre, tem acesso pela rodovia RS 453, entre os municípios de Lajeado e Encantado. A primeira exploração do território ocorreu no ano de 1653 por Padres Jesuítas. Em 1853, o capitão Francisco Silvestre Ribeiro, descendente de portugueses, inicia a colonização da margem direita do Rio Taquari, a qual foi conhecida como Fazenda São Caetano. Estas terras pertenciam ao município de Taquari. Em 1860, João Gerhardt e seus filhos, imigrantes germânicos compraram a fazenda São Caetano e se estabeleceram. Logo após chegaram as famílias Brentano e Korb. No entanto, somente no ano de 1870 iniciou-se o povoamento atual.

Em 1872 chegam mais colonos no município, a sua maioria de origem alemã, mas também de outras etnias, como italianos, portugueses e remanescentes de africanos, desencadeando assim o processo de colonização. Os italianos estabeleceram-se nas partes mais altas, que correspondem aos atuais municípios de Pouso Novo, Travesseiro, Capitão e Nova Bréscia.

Com a chegada dos imigrantes, o povoado de Nossa Senhora do Auxílio de Arroio do Meio começa a crescer. Pelo decreto 5.759 de 28 de novembro de 1934, Arroio do Meio se torna município autônomo, desmembrando-se do município de Lajeado e tendo a sua instalação em 02 de janeiro de 1935.

O Morro do Gaúcho e o Morro de São Roque se destacam pelos seus mais 600 metros acima do nível do mar. Do topo vistoriam-se a cidade de Arroio do Meio bem como cidade vizinhas como Lajeado, Roca Sales e Colinas. O local era um dos pontos de referência dos tropeiros, que descansavam ao pé do morro. E é no Morro de São Roque que encontramos a Comunidade Quilombola de São Roque.

Como vimos, numa região em que destacam-se as comunidades colonizadas por alemães e italianos, a Comunidade Quilombola São Roque chama a atenção. Localizada no distrito de Palmas entre os Morros dos Gaúchos e São Roque na altitude descrita, um grupo de cerca de oitenta pessoas, descendentes de escravizados africanos, convivem com

costumes atuais, mas ainda preservam tradições de seus antepassados como a hospitalidade e o acolhimento aos visitantes além da gastronomia como os doces de Pau, ralado e de Coco e paçoca.

A Comunidade Quilombola São Roque foi criada por um ex-escravizado, conhecido como Vovô Theobaldo. Theobaldo da Silva era um escravizado que muito jovem decidiu alforriar-se no alto do morro São Roque. Ali ele criou um “quilombo” que desenvolveu o plantio de milho, mandioca, feijão, amendoim e hortaliças. A comunidade também preservou os costumes da cultura africana nas danças, cantos, religiosidade e culinária.

Na entrevista que realizei com a dona Araci da Silva, filha de Alcides Geraldo da Silva, o vovô Theobaldo teria feito parte de um quilombo denominado Moçambique. Deixando este quilombo, ele teria se radicado por um período em Estrela, seguindo mais tarde para a localidade de São Roque, onde viveu até os 112 anos. Segundo informações do INCRA/RS, a comunidade foi certificada pela Fundação Cultural Palmares em 17 de novembro de 2005. Os integrantes da Associação Cultural vovô Theobaldo, Ângela Maria da Silva, Loni Maria da Silva, Cristina Aparecida da Silva, Rejane Maia da Silva, Marcolino Francisco Gomes, Daiane Aparecida da Silva Gomes e a matriarca Araci da Silva (então com 76 anos), relatam o dia da comunidade e lembram costumes perdidos com o tempo como almoços a base de pirão de farinha de mandioca reforçado com ossos de porco, que fortaleciam quem trabalhava na roça, além dos cantos entoados pelas mulheres enquanto lavavam roupas no arroio das proximidades.

De acordo com elas, a maioria da comunidade professa a religião católica, frequentando as Missas realizadas no salão comunitário. Numa pequena sala da residência de Araci da Silva, que também é benzedeira, e uma espécie de conselheira, pois em casos de discussões, ela dá a palavra final, existe o espaço para orações. Num altar estão imagens como Nossa Senhora Imaculada Conceição, a protetora da família e outros Santos. A Umbanda também faz parte da religiosidade local através do Centro Oxum de Ogum.

Embora residam longe da cidade, a maioria trabalha na cidade, assim como os jovens que estudam na Escola Itororó em Palmas ou em Arroio do Meio. Nas terras íngremes e com muitas pedras, a dedicação para o cultivo de aipim, feijão, batata, milho e hortaliças. Ovos, frangos e produtos coloniais são comercializados na cidade. Algumas famílias trabalham com reciclagem de lixo. Para manter os jovens no local a esperança é de que através de um trabalho de assessoria que a Emater/RS-Ascar realiza seja implantada uma agroindústria.

Água potável e luz elétrica estão presentes em todas as residências. A miscigenação com imigrantes alemães nas proximidades já resultam em namoros e

casamentos, por isso, além dos Silvas, Borbas, Gomes, das Almas, aparecem na comunidade sobrenomes como Watcher.

As festas que ocorrem no salão comunitário resgatam um pouco das tradições com destaque para a gastronomia com rapadura, pão de milho, sucos e chás, além de apresentação de capoeira, artesanato de palha e de pano e umbanda. São tradicionais as festas do padroeiro São Roque, da Imaculada Conceição e do dia da Consciência Negra. Comunidade pacífica e ordeira, onde as propriedades não têm muro ou cercas de divisão. “Cada um sabe onde começa e termina sua terra, vivemos em perfeita harmonia”, afirmaram os moradores.

Por tudo isso a Comunidade Quilombola de São Roque é um ponto *sui generis* para a pesquisa. Eles ainda desenvolvem projetos que propõem o desenvolvimento de ações de valorização da cultura afro-brasileira por meio de oficinas de música e dança, como maculelé e capoeira, além de oficinas de teatro. Outra ação que se desenvolve é a reativação da memória oral por meio de oficinas de recordação e de narrativas da história da comunidade, artes visuais, artesanato em fibras naturais e de culinária afro-brasileira.

#### **2.6.1.7 RS07 (Comunidade Quilombola Correa, Giruá)**

A Comunidade Quilombola Correa está localizada na região Noroeste do RS em São Paulo das Tunas, pertencente ao município de Giruá<sup>29</sup>; e suas terras estão habitadas desde 1910 pela família denominada Correa. Numa área de seis hectares rodeadas de riachos e lavouras e que abriga 25 afrodescendentes de oito famílias. O seu reconhecimento oficial como uma Comunidade Quilombola trouxe proteção jurídica, social e cultural da Fundação Cultural Palmares.

A história com lembranças ainda resquícias pelos integrantes da família, revela que, na década de 1910, João Batista Correa teria chegado naquela região e ali nascido o patriarca da família que formou a comunidade: Alzemiro Batista Correa. Cleusa Maria Correa Segelski, de 46 anos, filha de Alzemiro, diz que não se lembra do avô, e que a história da chegada de João Batista Correa e sua origem ainda é desconhecida pelos familiares. Os filhos acreditam que Alzemiro teria sido um dos únicos filhos de João que

---

<sup>29</sup> O nome Giruá provém de uma vegetação muito peculiar do Rio Grande do Sul: as matas de butiazeiros. O butiá (butiá jataí / Butia yatay) é uma pequena fruta amarela de cachos dourados e que os indígenas chamavam de J'erivá. Fonte: Wiki.

teria permanecido na região. Casado com Eloína Luisa Correa teria escolhido o local como forma de esconder-se da discriminação e sofrimento do trabalho escravo sofrido por seus pais, antes de chegar nestas terras. Lembranças dos familiares trazem ainda a hipótese de que Alzemiro teria ganhado esta terra, rejeitada por agricultores devido ao relevo, que dificultava a lida no campo. Ao receber a terra, o casal mudou-se com seus filhos de uma área de São Paulo das Tunas para esta, próxima, onde hoje é a Comunidade Quilombola, na década de 1950. O casal patriarca deixou 11 filhos, destes, oito vivos, que ainda residem na Comunidade, e 17 netos e três bisnetos.

Para desvendar e preservar a história desta família que a administração municipal de Giruá trabalhou na busca do reconhecimento do local como uma Comunidade Quilombola, para intensificar o trabalho de pesquisa e investigação da história, na luta por melhores condições de vida desta população.

O reconhecimento de Comunidade Quilombola veio no final do mês de junho de 2012. O reconhecimento do local até então conhecido como Rincão dos Morenos, agora, como Comunidade Quilombola Correa, foi publicada no Diário Oficial da União no dia 30 de junho de 2012.

Para sua certificação foram reunidas fotografias, documentos pessoais, reportagens de jornais e revistas da região que abordavam a história dos quilombos, ou seja, uma documentação que pudesse atender as exigências da legislação que reconhece um local como comunidade quilombola. A escritura permanece no nome de Alzemiro Batista Correa, patriarca já falecido.

Segundo relatos históricos concernentes a história da colonização na região Noroeste do Estado, a família teria chegado até a região no início do século XX, oriundos da cidade de Cruz Alta, onde na época havia trabalho escravo. Até a data das entrevistas, a Comunidade Quilombola Correa é a única de que temos conhecimento na região Noroeste do RS.

A única profissão aprendida e exercida pelos Correa que ainda vivem na localidade é a agricultura. O relevo das terras e a falta de recursos não permitem a entrada de máquinas na lavoura. Hoje o trabalho ainda é feito manual, com o uso de animais na lavoura para lavrar a terra. Hoje os irmãos, filhos de Alzemiro Batista Correa, plantam milho, mandioca e batata-doce, além de criar animais para a produção do leite e carne. Apenas saem das terras para a cidade, de ônibus, a cada 15 dias, para buscar algum alimento ou mantimento que ainda para as casas, mas é das terras que tiram seu sustento.

Nada é comercializado. Toda produção é para consumo próprio. O modo antigo de se viver no interior segue nas terras da família Correa.

Apesar de ter recebido oficialmente sua certificação como Comunidade Quilombola, a vida da família Correa na comunidade pode estar ameaçada. Lá vivem apenas os mais velhos. A maioria dos netos e bisnetos do precursor da família não moram mais lá. Vivem em Santa Rosa, município vizinho de Giruá, onde foram na busca de melhores condições de vida. A humildade deste povo é reconhecida pela timidez ou falta de conhecimento ao falar de sua história.

Já no INCRA/RS, os antropólogos me afirmaram que em breve eles estarão visitando a Comunidade Quilombola Correa para que lá comece a confecção do Relatório antropológico de caracterização histórica, econômica, ambiental e sócio-cultural da área quilombola identificada.

### **2.6.2 Dimensão diageracional e diassexual: perfil dos informantes**

Um dos aspectos mais importantes para esta macroanálise pluridimensional da variação do português é a idade dos informantes. Para tanto, confrontamos a fala de indivíduos de uma geração mais velha (acima de 55 anos) com a fala de indivíduos de uma geração mais jovem (18 a 36 anos).

Ao incluirmos ambos os sexos (dimensão diassexual) na amostra de informantes objetivamos fazer correlações entre o desempenho linguístico e o sexo.

## 2.7 Coleta dos dados

Para a coleta de dados visitamos sete comunidades quilombolas em sete Regiões distintas do RS (conforme item 1.2.3). Nossa intenção era entrevistar num primeiro momento, um homem e uma mulher da geração mais velha juntos; e num segundo momento, um homem e uma mulher da geração mais nova; não necessariamente nesta ordem. A boa vontade em participar da pesquisa fez com que em algumas comunidades houvesse uma pluralidade de entrevistados. Nestes pontos houve a presença de informantes, como segue:

Ponto	Comunidade	GIIm	GIIf	GIm	GIf	Total
RS01	Morro Alto	2	1	0	0	3
RS02	Família Fidelix	1	1	1	1	4
RS 03	Maçambique	1	2	1	2	6
RS04	Quilombo de Palmas	1	2	1	1	5
RS05	Cerro Formigueiro	1	1	1	2	5
RS06	São Roque	1	2	2	1	6
RS07	Comunidade Quilombola Correa	1	2	1	1	5
		8	10	7	8	
<b>Total Geral</b>						<b>34</b>

Quadro 3: Número de informantes.

Os deslocamentos se fizeram de automóvel próprio apropriado para os terrenos que se iriam encontrar de acordo com o perfil das comunidades afro-brasileiras Rurais do Brasil. Comunidades com característica de rural, em semi-isolamento e de difícil acesso; onde encontramos afrodescendentes de diversas idades, inclusive acima de 80 anos. Esses fatos por si só são de suma importância para esta pesquisa.

Para a realização das entrevistas, confeccionamos e utilizamos um questionário-base elaborado a partir do questionário do ALERS e ALiB, com adoção de perguntas comuns, para comparações entre variedades encontradas.

Esta pesquisa tem um caráter inovador, uma vez que fizemos uma macroanálise pluridimensional e relacional do português falado por afrodescendentes de comunidades afro-brasileiras do Rio Grande do Sul situadas em sete pontos distintos entre si.

Para tanto, tivemos de elaborar um novo instrumento para a coleta de dados que resultasse numa cartografia de mapas linguísticos pluridimensionais. O Questionário para comunidades afro-brasileiras do Rio Grande do Sul (v. Apêndice). Estudo inovador de uma parcela da população sul riograndense, o questionário além de incluir palavras de origem africana (ALKMIN; PETTER, 2009, p. 145-177; LAYTANO, 1936 e ALKMIN, s/d), serviu também para propiciar a obtenção mais precisa possível da fala desta minoria linguística, que são os afrodescendentes do Rio Grande do Sul, a fim de fornecer uma visualização adequada das macroestruturas do espaço variacional com as seguintes partes:

### **Questionário para as Comunidades Afro-brasileiras do Rio Grande do Sul – Parte Pluridimensional**

Parte A – Identificação sociológico-linguística dos informantes (10 perguntas)

Parte B – Pequena descrição da localidade (25 perguntas)

Parte C – Parte linguística (58 perguntas)

Fonético-Fonológico – QFF (24 perguntas)

Semântico-Lexical – QSL (30 perguntas)

Morfossintático – QMS (4 perguntas)

Parte Etnotextos – Tx (10 perguntas – conversa livre)

Esta Tese seguiu o modelo teórico da dialetologia pluridimensional e contatual desenvolvido pelo Projeto ALMA – H<sup>30</sup>, por ser a sua metodologia aplicável a este trabalho. O princípio básico que norteia esse modelo é o princípio da pluridimensionalidade da análise da variação linguística, pelo qual se busca combinar a dimensão diatópica (horizontal), interesse primordial da dialetologia tradicional, com dimensões sociais (verticais), tradicionalmente enfocadas pela sociolinguística. O esquema de Thun (1998, p. 705) visto anteriormente na Fig. 13 (p. XX), ilustra o propósito implícito nesse trabalho.

---

<sup>30</sup> O Atlas Linguístico-Contatual das Minorias Alemãs na Bacia do Prata (ALMA) é um macroprojeto desenvolvido em conjunto pelas áreas de Romanística (da Christian-Albrechts-Universität de Kiel, Alemanha) e Germanística (do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil), sob a coordenação de Harald Thun (Kiel) e Cléo V. Altenhofen (Porto Alegre). (<http://www.ufrgs.br/projalma/>)

As dimensões de análise da variação do português falado em comunidades afro-barsileiras, elencamos no Quadro 2 (p. 92-93). Na terminologia de H. Thun (2005) uma dimensão envolve mais de um parâmetro, por exemplo a dimensão diassexual engloba, neste trabalho, os parâmetros <homem> e <mulher>. Elas equivalem às mesmas dimensões de outros trabalhos (por exemplo, Projeto ALMA e o ALERS).

Mantém-se, portanto, para o levantamento sistemático dos dados, o mesmo paradigma das entrevistas com as mesmas dimensões (diassexual e diageracional) e sua representação em cruz no mapa. Aliás, o número de no mínimo duas entrevistas parece ter-se consolidado nesta pesquisa, adaptada do modelo pluridimensional, como o mais praticável. O ALiB (Atlas Linguístico do Brasil) em sua metodologia, entrevista um único informante. O modelo seguido nesta Tese considera como inspiração o Projeto ALMA por apresentar a pluralidade de informantes que tem um papel fundamental, visto que no nosso entender, propicia por meio da técnica de entrevista em três tempos (perguntar-insistir-sugerir) uma clareza maior sobre o conjunto de relações linguísticas e sociais em jogo para determinada variável, permitindo um aprofundamento maior das demais dimensões, inclusive para pesquisas futuras. O objetivo é aumentar o poder de explanação dos dados e o controle sobre o significado social e linguístico do espectro de variantes.

A obtenção de dados para cada uma das dimensões da Tese orienta-se, como podemos ver, por critérios distintos: 1) da entrevista sistemática para posterior comparação (dimensões diassexual, diageracional e diatópica) e 2) análise de dados não-sistematicamente levantados (para o caso, por exemplo, da dimensão diassexual, em que define a posteriori, a partir das entrevistas realizadas, os dados de ambos os parâmetros) e 3) o contraste por meio de instrumentos de coleta de dados distintos. Para a dimensão diafásica, abordada qualitativamente neste trabalho de tese, mas poderá inspirar novas análises, consideram-se, por exemplo, entrevistas de conversa livre (etnotextos) e resposta a questionário. Por fim, cabe mencionar a dificuldade, nos levantamentos de dados do contexto em estudo.

O Quadro 3 (p. 110) acima apresenta os critérios de escolha dos informantes para os dois grupos de fala que se pretende contrastar: na dimensão diageracional, as gerações GII (velhos) e GI (jovens).

Para as entrevistas semidirigidas, é aplicado um questionário-base que se divide em partes distintas, englobando atitudes linguísticas e caracterização do contexto e dos informantes; léxico; fonologia; morfossintaxe.

Ressaltamos que, na constituição de cada grupo de entrevista, seguimos o critério da pluralidade de informantes, preferencialmente a pluralidade simultânea de no mínimo dois informantes (cf. Radtke & Thun 1996), um homem e uma mulher, a fim de permitir análises ao menos parciais de variações diassexualmente condicionadas. Não obtivemos sucesso em todas as comunidades pela razão de não ter reunido os informantes, pois eu dependia da disponibilidade dos mesmos. Por conta disso, fizemos uso da pluralidade sucessiva de informantes com mesmo perfil, a fim de não comprometer o levantamento como um todo. Em média, uma entrevista completa teve a duração de aproximadamente 35 minutos.

Na realização das entrevistas, é preciso destacar a colaboração dos informantes em particular que, com interesse e atenção dedicaram um período de seu dia para ajudar na gravação de entrevistas. A eles, agradecemos de modo muito especial.

A coleta de dados em cada um dos sete pontos de inquérito da Tese dividiu-se em três frentes de trabalho simultâneas:

- 1) O levantamento dos aspectos extralinguísticos incluiu: a) uma descrição da evolução histórica da localidade e circunvizinhança (ocupação e formação da localidade, idade do ponto, períodos e duração do contato linguístico, composição étnica etc.); b) em determinado espaço geográfico (condicionado a fatores como distribuição da população, áreas de ocupação, vias de comunicação, etc.).
- 2) A coleta de etnotextos oferece um quadro representativo de elementos da cultura local, visando tanto subsidiar a análise sociológica do estado da língua na localidade, quanto servir de amostra suplementar para o controle dos dados das entrevistas através de questionário, na medida em que apresentam elementos da língua, sobretudo da sintaxe, em um estilo de conversa livre. Foram selecionados pontos coincidentes com a rede de pontos do ALERS no tocante ao Rio Grande do Sul.
- 3) Em cada ponto de inquérito da Tese, realizei de uma a quatro entrevistas semidirigidas com os dois grupos de informantes definidos para a variação diassexual e diageracional (GIIm, GIIf e GIm, GIIf). Essas entrevistas seguiram um questionário-base, já descrito acima. A técnica de formulação das perguntas do questionário, sobretudo na parte relativa ao léxico, segue o modelo de entrevista dos demais Atlas consultados para esta pesquisa (ADDU e ALGR realizados por Harald Thun), ou seja, o qual prevê três etapas coleta do dado: 1º)

eu perguntava e aguardava a resposta espontânea; 2º) insistia, para obter espontaneamente variantes coexistentes na comunidade. Esta etapa foi acompanhada muitas vezes de comentários metalinguísticos espontâneos ou estimulados por perguntas do tipo “quem fala assim?”; por fim, 3º) eu sugeria novas variantes, de uma lista de “sugêrências” levantadas a partir de estudos prévios. Para cada pergunta, o questionário fornece já uma lista de variantes esperadas. No caso das sugêrências, são esperadas respostas do tipo “não conheço/nunca ouvi falar”, “conheço e uso”, “já ouvi falar, mas não uso” (conhecimento passivo).

Cabe ressaltar que a opção por tal técnica de entrevista amplia o grau de explanação sobre determinado fenômeno ou variável, na medida em que possibilita uma visão sobre um espectro mais amplo de variantes em jogo e de suas conotações e valor social, na comunidade de fala. A pluralidade de informantes favorece ainda mais esse objetivo, beneficiando, sobretudo, a análise da variação diarreferencial, na medida em que estimula a ocorrência de comentários metalinguísticos convergentes ou divergentes entre os informantes.

Paralelo às entrevistas com o questionário-base, o trabalho reúne um corpus de etnotextos sobre os mais variados temas, nos quais os estilos de uso da língua presente é o mais coloquial. Além de fornecer um painel dos aspectos culturais da comunidade de fala, esses textos servem tanto para fins de comparação e controle das entrevistas quanto para estudos suplementares futuros, como por exemplo, analisar a dimensão diafásica (comparando estilos de entrevista e conversa livre).

A transcrição fonética dos dados seguiu o Alfabeto Fonético Internacional (IPA).

### **2.7.1 Entrevistas com questionário**

O questionário (Apêndice A) foi dividido em quatro partes:

a) a Parte A - Dados Sociológicos / Informante – serviu de base para a identificação dos informantes, de aspectos da constituição familiar, de aspectos (meta)linguísticos, de caracterização das comunidades de pesquisa e de hábitos culturais dos entrevistados;

b) a Parte B - Dados Sociológicos / Quilombola – serviu para uma melhor caracterização do ponto escolhido; obtendo-se dados acerca da toponímia; localização da localidade, breve história do quilombo, origem dos escravizados e/ou descendentes, etnias na região, dados demográficos, escolarização, identificação territorial, atividades desenvolvidas e hábitos culturais no quilombo.

c) a Parte C – Dados Linguísticos – dividiu-se em 3 questionários:

- i) Questionário Fonético-Fonológico (QFF) – com palavras extraídas basicamente do ALiB e ALERS contendo 24 perguntas;
- ii) Questionário Semântico-Lexical (QSL) – com palavras extraídas do ALiB e ALERS mesclando-se com palavras de origem lexical africana (ALKMIN, s/d e LAYTANO, 1936) ou que levasse o entrevistado a inferir uma palavra de origem africana; este questionário contém 30 perguntas;
- iii) Questionário Morfossintático (QMS) – as perguntas deste questionário foram baseadas no ALERS e no ALiB contendo 4 perguntas.

d) a Parte Etnotextos (Tx) - Temas de Conversa Livre – abordamos os seguintes temas: formação da Comunidade, convívio com os avós e seu comportamento linguístico, conhecimento de músicas e cantigas transmitidas oralmente, festividades, relacionamento com o entorno, culinária, simpatias, linguagem do chimarrão e melhorias previstas para a comunidade.

Utilizamos na aplicação do questionário a técnica em três tempos que facilitou quando houve uma pluralidade de informantes. Por meio da apresentação de sugestões de possíveis variantes retiradas da observação e conhecimento; essa técnica extraída do Projeto ALMA foi de grande utilidade e aproveitamento.

Após a etiquetagem dos dados, investigamos ponto por ponto como se constituiu e constitui a variedade local das comunidades quilombolas, buscando descobrir se elas mantêm ou substituíram variantes de origem africana ou mais arcaicas, ou seja, se configuram uma variedade mais conservadora ou mais contemporânea. Em seguida verificamos se a variedade local do português convergia ou divergia do português do entorno; por fim, se se distancia ou aproxima do standard/substandard do português do Brasil, ou melhor, se, mostram uma variedade mais normatizada ou mais popular, levando-se em conta os traços característicos:

[+ peculiar]	[+ nivelamento]
[+ conservador/ arcaico]	[+ mudança linguística]
[+ africano]	[+ substituição linguística]
[+ popular]	[+ normatização]

Essa identificação serviu de base para a cartografia e análises quantitativas. Cada entrevista durou, em média, 1 hora. Os dados coletados serão arquivados para futuras análises.

### 2.7.2 Observações em campo

Com relação à pesquisa de campo, realizei em média duas idas a cada comunidade exceto no Quilombo Correa em Giruá e Cerro Formigueiro em Formigueiro; as entrevistas nestes dois quilombos transcorreram de forma técnica e organizada, pois todos os informantes estavam à disposição. O motivo é simples, eles residem todos na comunidade e por ali perambulam, dificilmente saindo para outras localidades.

Nas demais cinco comunidades eu tive de retornar duas ou mais vezes, o que não foi nada mal. Particpei de festas, comemorações eventos em geral que envolvia os quilombos visitados. Aos quilombos de Morro Alto em Osório, Família Fidelix em Porto Alegre estive por mais de quatro vezes; já no Quilombo São Roque em Arroio do Meio estive em três oportunidades. Nos quilombos de Palmas em Bagé e Maçambique em Canguçu, realizei duas visitas.

Recolhi dados a respeito da origem étnica e histórica das comunidades além da aplicação do questionário, realizando no total 1993 min e 54 seg ou 33:13:54 horas de gravações, muitas horas de fala espontânea, além da grata surpresa de os habitantes fornecerem-me materiais de apoio a pesquisa sobre seus quilombos. Foi assim em Canguçu, Porto Alegre e Osório. Grata surpresa foi entrevistar os membros mais idosos das Comunidades São Roque (Arroio do Meio), Rincão do Inferno – Palmas (Bagé) e Correa (Giruá).

Confesso, no início eu estava apreensivo com a ida a campo, no entanto tudo se revelou muito prático a partir da confecção do **Questionário** e definição da rede de pontos, mesmo com os imprevistos e improvisos.

O meu intuito primordial com esta pesquisa é chamar a atenção para a importância do estudo da fala das comunidades afro-brasileiras, pois este trabalho pode oferecer

importantes indícios sobre a relevância dos processos de contato entre línguas na formação do português do Brasil. Além de que esses fatos podem contribuir para uma melhor caracterização da realidade linguística no RS e no Brasil.

### **2.7.3 Análise documental**

Um ponto comum em todas as sete comunidades afro-brasileiras visitadas neste trabalho, é que todas tinham a sua sócio-história muito bem clara em suas memórias. Daí surge a necessidade de que novos pesquisadores demandem trabalhos de pesquisa que englobe a Análise Documental e História Oral. Com certeza teremos como resultado trabalhos fascinantes. Por conta da escassez de tempo eu me dediquei às fontes históricas sobre a população afrodescendente no RS e, principalmente, nos Relatórios Sócio, Histórico e Antropológico das Comunidades Quilombolas do Rio Grande do Sul ou RTID (Relatório Técnico de Identificação e Delimitação), gentilmente cedidos pelo INCRA/RS para esta pesquisa. Como já dissemos acima em 2.6.1, este é um relatório técnico produzido por uma equipe multidisciplinar do INCRA, criada por Ordem de Serviço. Sua finalidade é identificar e delimitar o território quilombola reivindicado pelos remanescentes das comunidades dos quilombos. O RTID aborda informações cartográficas, fundiárias, agronômicas, ecológicas, geográficas, socioeconômicas, históricas e antropológicas, obtidas em campo e junto a instituições públicas e privadas, sendo composto pelas seguintes peças:

- 1) Relatório antropológico;
- 2) Levantamento fundiário;
- 3) Planta e Memorial descritivo do perímetro da área reivindicada pelas comunidades remanescentes de quilombo, bem como mapeamento e indicação dos imóveis e ocupações lindeiros de todo o seu entorno e, se possível, a indicação da área ser averbada como reserva legal, no momento da titulação;
- 4) cadastramento das famílias remanescentes de comunidades de quilombos, utilizando-se formulários específicos do INCRA;
- 5) levantamento e especificação detalhada de situações em que as áreas pleiteadas estejam sobrepostas a unidades de conservação constituídas, a áreas de segurança nacional, a

áreas de faixa de fronteira, terras indígenas ou situadas em terrenos de marinha, em outras terras públicas arrecadadas pelo INCRA ou Secretaria do Patrimônio da União e em terras dos estados e municípios; e

- 6) parecer conclusivo da área técnica e jurídica sobre a proposta de área, considerando os estudos e documentos apresentados.

Após a sua conclusão, o mesmo deve ser aprovado pelo Comitê de Decisão Regional – CDR e ser publicado na forma de Edital, por duas vezes consecutivas nos Diários Oficiais do Estado e da União, assim como afixado em mural da Prefeitura.

É a partir dos vestígios preservados pelo tempo que a história das comunidades quilombolas do RS é construída/reconstruída. A relação do pesquisador na área de ciências humanas com as fontes é uma das bases sobre as quais se edifica a pesquisa sociolinguística em comunidades quilombolas do Brasil, pois as fontes são a matéria-prima básica do sociolinguísta numa pesquisa de campo deste gênero, indispensáveis para a reconstituição do passado histórico dos quilombos. Como não poderia deixar de ser, essa é uma construção do historiador, do sociólogo, do antropólogo e do linguista.

O ponto de partida de uma pesquisa não é a análise de um documento, mas a formulação de um questionamento. A problematização das fontes é fundamental porque elas não falam por si, são testemunhas, vestígios que respondem a perguntas que lhes são apresentadas. A título de exemplificação, o trabalho de historiadores e antropólogos ao investigarem os quilombos na região da cidade de Santa Maria/RS descobriram uma rede de parentesco que ligam os quilombos da região entre si (ANJOS, 2004; RUBERT, 2005).

As perguntas que o pesquisador formula ao documento são tão importantes quanto o próprio documento. São as perguntas que o sociolinguista faz ao documento que lhe conferem o sentido. O documento é resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu e também das épocas sucessivas durante as quais continuou a existir. O documento é monumento, resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro determinada imagem de si própria. O documento é produto da sociedade, que o fabricou segundo as relações de forças que nela detinham o poder. O que transforma o documento em monumento é a sua utilização pelo poder.

Atualmente, a história transforma os documentos em monumentos e apresenta uma massa de elementos que é preciso isolar, reagrupar, tornar pertinentes, ser colocados

em relação, constituídos em conjunto. Os historiadores têm ampliado o uso das fontes, incorporando a ideia de que a história se faz por qualquer traço ou vestígio deixado pelas sociedades passadas. Daí a utilização de diversas fontes para a escrita da história.

Como já foi dito anteriormente, o ponto de partida da pesquisa é o estabelecimento de um problema de pesquisa, pois é ele que vai nortear a escolha e a seleção das fontes. Ao partirmos para essa seleção, precisamos ter em mente que uma seleção já foi feita por aqueles que produziram o material, pelos que o conservaram ou deixaram um rastro de uma destruição intencional ou não, por aqueles que organizaram o acervo e pelo próprio tempo.

O historiador recorre aos arquivos onde estão guardados e preservados os testemunhos do passado. Pode-se pensar nas pessoas como arquivos vivos de sua própria memória, testemunhas de seu tempo; na história, como um grande arquivo da civilização, da sociedade, de uma época; no arquivo, como um espaço físico, lugar destinado a guardar memórias e vestígios de nossa existência. Sem falar naquele tipo de arquivo que desafiou a materialidade de seus suportes e se transformou em uma sequência de sinais eletrônicos, em um espaço virtual.

Nestes termos, destacamos a importância da pesquisa e da análise documental para a escrita da história. A pesquisa documental é uma técnica decisiva para a pesquisa em ciências sociais e humanas; é indispensável porque a maior parte das fontes escritas – ou não – são quase sempre a base do trabalho de investigação; é aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos. A pesquisa documental deve muito à História e, sobretudo, aos seus métodos críticos de investigação sobre fontes escritas.

A análise documental constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema. Utiliza-se de materiais que não receberam tratamento analítico e vive muito da crítica histórica. Assim, o nosso objetivo se traduz em explicar a teoria e a prática da pesquisa e análise documental, por meio da análise de documentos, bem como a escrita da história, a partir dos dados retirados de diversas fontes documentais.

## 2.8 Cartografia e análise dos dados

Para a cartografia dos dados, recortou-se a área em estudo em um mapa-base cujo formato se aproxima muito de um cartograma. Nele jogou-se informações básicas do contexto e que poderiam ser relevantes na interpretação dos dados, além da cruz utilizada já por outros atlas linguísticos pluridimensionais, em especial pelo ADDU e pelo ALMA-H (v. THUN 2010).

A disposição dos resultados em forma de cruz<sup>31</sup>, conforme fig. 17 abaixo, possibilita comparar os dados de falantes Homens (**m** em cima) e Mulheres (**f** embaixo) e da geração velha (**GII** à esquerda) para a geração jovem (**GI** à direita), seguindo o eixo do tempo.

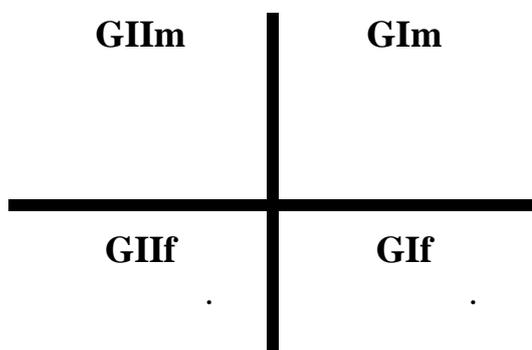
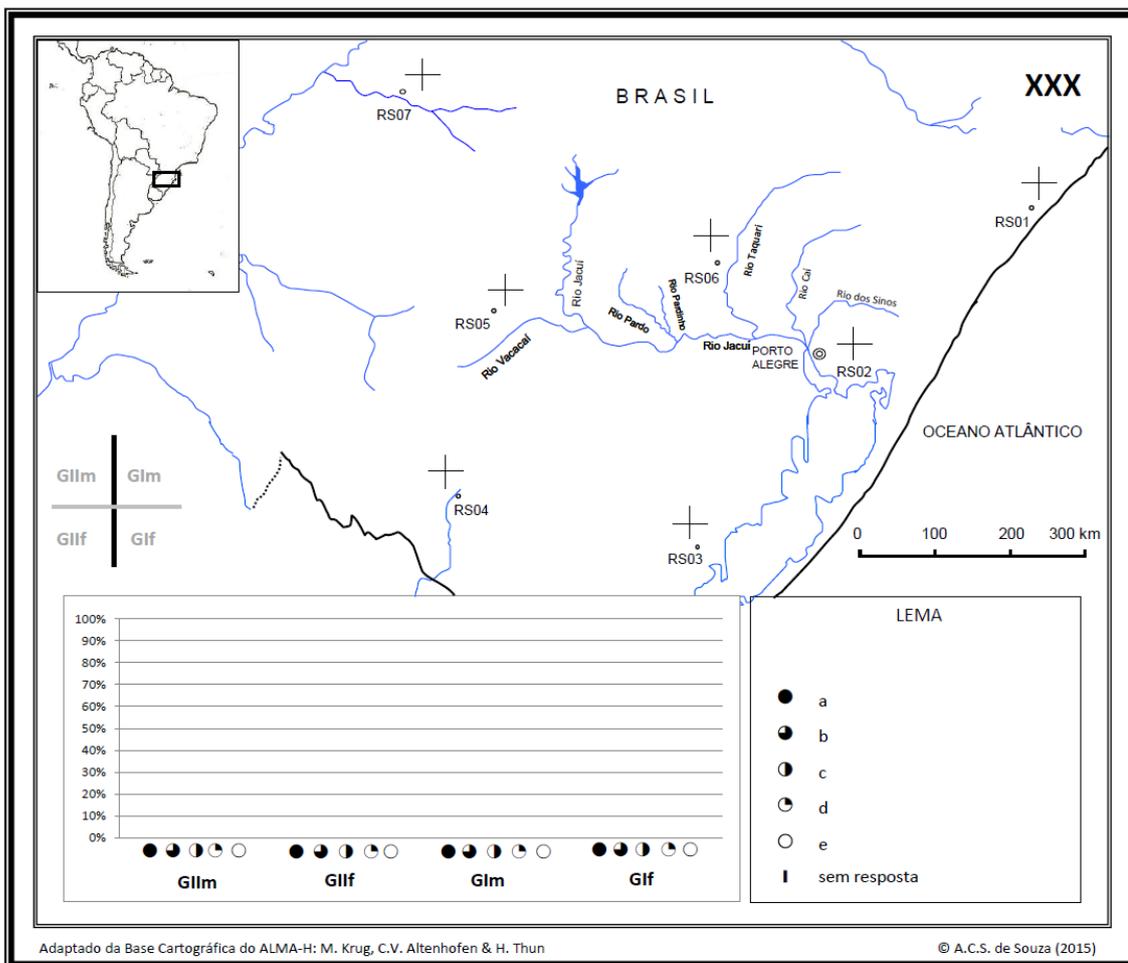


Figura 15: Grupos de informantes entrevistados e representados em cruz, conforme Thun (2010)

Para a identificação das variantes coletadas com sua posição no contínuo standard/substandard apresentado na legenda, elaborou-se uma escala de símbolos; esses símbolos fazem parte da fonte Kiel símbolos, desenvolvida pelo ALMA-H, para a cartografia de dados do atlas. A seguir, apresentamos o mapa-base com a escala de símbolos.

<sup>31</sup> A cruz não significa que são quatro entrevistas, apenas que se observa qualitativamente se homem e mulher GII ou homem e mulher GI, entrevistados juntos, convergem ou divergem na fala.



Adaptado da Base Cartográfica do ALMA-H: M. Krug, C.V. Altenhofen & H. Thun

© A.C.S. de Souza (2015)

© C.V. Altenhofen & H. Thun 2007

Figura 16: Mapa-base com a rede de pontos da pesquisa

**Capítulo 3**  
**ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS:**  
**MARCAS DE AFRICANIDADE NO TEMPO E NO ESPAÇO**  
**PLURIDIMENSIONAL**

**3.1 Foco da análise e características dos contextos estudados**

Para um estudo que busca uma macroanálise pluridimensional da variação do português falado em pontos geográficos diferentes, que se assemelham a ilhas linguísticas étnica e socialmente delimitadas em meio a um “mar” de domínio da língua portuguesa majoritária, a cartografia, como já se enfatizou, constitui o instrumento por excelência de análise e interpretação dos dados. Neste sentido, toda a argumentação que se fizer neste capítulo, visando responder às perguntas de pesquisa colocadas na introdução, se pauta nos dados cartografados em 22 mapas do QFF e 54 mapas do QSL, apresentados no ANEXO B – Lista de Mapas Elaborados para a Tese. Como um médico que “lê o que uma radiografia revela sobre o estado de saúde de um paciente”, assim o dialetólogo “lê e interpreta o que os mapas linguísticos revelam sobre o estado da língua”. Como se trata de mapas<sup>32</sup> linguísticos pluridimensionais, a complexidade aumenta, porque é como se analisássemos e comparássemos radiografias de órgãos e pacientes distintos”, para nessa comparação descobrir as causas ou razões de um estado de saúde e outro. O que no entanto não se pode perder de ista é que se trata de uma análise qualitativa e interpretativa da distribuição de variantes sobre uma superfície/território/rede de pontos (comunidades afro-brasileiras selecionadas), considerando adicionalmente falantes de perfis sociais distintos, equivalentes neste estudo a informantes da GII (mais velhos) e da GI (mais jovens), homens e mulheres (ver 2.6.2 e Fig. 17).

Feita essa observação, cabem antes de tudo algumas considerações sobre o foco de análise da pesquisa e as características dos contextos estudados que precisam ser

---

<sup>32</sup> Como já se assinalou, apesar de reconhecer a diferença entre os termos *carta* e *mapa*, na geografia, opto pelo termo *mapa* por julgá-lo mais claro e menos ambíguo no contexto de análise em que está sendo empregado.

levadas em conta na interpretação dos dados.

Quando se fala em “herança linguística de origem africana”, o que temos, no contexto atual das comunidades afro-brasileiras pesquisadas, equivale, sobretudo na crença do senso comum, a um conjunto de palavras, em que muitas vezes os próprios afrodescendentes perderam a noção do étimo do vocábulo. Nossa pesquisa, dentre outros propósitos, serviu indiretamente, por meio das entrevistas realizadas, como um ato político linguístico de conscientização das comunidades visitadas acerca do acervo linguístico herdado dos antepassados.

Com a diáspora africana, chegaram ao Brasil muitas línguas empregadas naquela época na África. Muitos vocábulos dessas línguas foram incorporados ao léxico da língua portuguesa falada no Brasil que foi enriquecida e modificada substancialmente ao ponto de o senso comum perder a noção de sua origem africana. É exemplo de palavras como *caximbo*, *bunda*, *caçula*, entre outras.

O procedimento central de leitura/análise dos mapas de variáveis lexicais consiste em verificar, antes de tudo, onde predominam variantes [+ **afro**] e onde se impôs uma variante [- **afro**] do português do entorno. Essa ocorrência, de acordo com a “técnica de entrevista em três tempos” que inclui os passos perguntar (obter resposta espontânea) + insistir (ampliar o leque de variantes conhecidas espontaneamente) + sugerir (obter a aprovação de conhecimento [passivo] ou desconhecimento de uma variante ainda não mencionada espontaneamente) – pôde-se registrar diferentes graus de manutenção ou perda parcial e total de variantes associadas a uma marca linguística [+ **afro**].

Um outro ponto que é preciso levar em conta é o que diz respeito à distinção de Thun (1998), que divide a diatopia em dimensão diatópica e diatópico-sinética, esta última ainda em topostática e topodinâmica, sendo a topostática reservada ao estudo grupos fixos e a topodinâmica a ao estudo de grupos móveis. Os contextos – e isso já é parte da análise – representam contextos de ordem mais topostática. Sendo os afrodescendentes das comunidades estudadas grupos de fala mais **topostáticos**, portanto fixos e circunscritos a um espaço descontínuo/delimitado, muitas vezes situado à margem da sociedade circundante, é de se esperar que aí se observe uma sedimentação de estruturas antigas. Ou seja, a reclusão em ilhas linguísticas que, por muito tempo, funcionaram como refúgio, pode ter contribuído para uma manutenção maior do acervo linguístico original. Em suma, nosso estudo trata de estruturas historicamente arraigadas (topostáticas), principalmente no que diz respeito ao léxico. Essa é, pelo menos, a hipótese

que temos *a priori*.

Nos trabalhos sobre grupos de fala oriundos do RS em que os contextos foram topodinâmicos, como no caso de contatos intervaretais entre gaúchos (teuto-gaúchos e ítalo-gaúchos) e outras variedades regionais (cf. BARROS, 2014; FIGUEIREDO, 2014), havia formas concorrentes, ou seja, o foco dos pesquisadores era identificar o comportamento linguístico dos membros daquela espacialidade com características móveis tendendo a uma abertura para fora (orientação centrífuga); já, nossa pesquisa com esse grupo linguístico fixo, de cunho mais conservador, tende a seguir uma orientação mais centrípeta (para dentro da comunidade). Novamente, esta é pelo menos a hipótese inicial.

Corroborando com essa perspectiva, Pinheiro (2014) analisa como uma *coiné* se impõe e domina, no caso a Região de Colonização Italiana (RCI), e quais as chances de variedades menores (paduano, bergamasco, milânes, trentino, friulano dentre outras) sobreviverem a essa avalanche da variedade comum, a *coiné*. Segundo Altenhofen (2014, p. 3) a resposta a este questionamento é que essas variedades menores criaram focos de resistência; o mesmo pode ter ocorrido com as comunidades afro-brasileiras do RS que podem ser vistas, assim, como focos de resistência à língua portuguesa imposta pelos colonizadores portugueses.

No caso da RCI, as variedades só sobreviveram frente à avalanche da *coiné* vênето-sul-rio-grandense, base do talian, porque se recolheram (condição de reclusão) em territorialidades menores, nas quais podiam ser usadas em comunidade, que é uma condição para uma língua se manter e, ao mesmo tempo, estar mais protegida da influência externa. Algo parecido poderia ser visto em relação às comunidades afro-brasileiras, até de forma mais extrema. Resistência e reclusão constituem mecanismos de defesa e proteção dessas comunidades, decorrentes ou por experiências de discriminação, como no caso dos afrodescendentes deste estudo, ou por motivo de identidade do grupo, como no caso dos imigrantes italianos falantes de uma variedade específica.

Esta caracterização dos contextos de pesquisa da presente Tese não significa, porém, que haja uma uniformidade de comportamento linguístico e social por parte das sete comunidades afro-brasileiras. A tipologização dos sete pontos serve para pôr em evidência determinados fatores extra-linguísticos presentes no entorno que precisamos ter em mente na análise e interpretação dos mapas elaborados a partir dos dados do QFF e do QSL (v. anexo B). Relembrando: Região do Litoral/Lagunas (doravante RS01),

Região Metropolitana (doravante RS02), Região dos Pampas e Antigas Charqueadas (doravante RS03), Região da Campanha (doravante RS04); Região da Depressão Central (doravante RS05), Região Serrana /Imigração (doravante RS06) e Região das Missões (doravante RS07).

A análise dos dados cartografados, portanto, além de considerar o caráter topostático das comunidades afro-brasileiras pesquisadas, precisa controlar as características do entorno onde se situam, porque, se no contexto topostático – por conta da reclusão e resistência – o comportamento linguístico se mostra mais centrípeto (isto é, voltado para dentro ou mais fechados), pelo contrário nos contextos de ordem topodinâmica, como os estudados por Barros (2014) e Figueiredo (2014) no norte de Mato Grosso, esse comportamento tende a seguir uma ordem mais centrífuga, ou seja, voltada para novos territórios e, portanto, mais aberta e mais propensa à influência de fora, dada a necessidade de integração para fora e de negociar com outras variedades e grupos regionais a gerência dos novos espaços.

Nesse sentido, a tipologia de comunidades afro-brasileiras que foi escolhida, bem como as respectivas influências esperadas, representa um ponto central que refina, no nosso modelo teórico, a dimensão diatópica, garantindo, por meio da comparação entre espaços descontínuos equivalentes a ilhas linguísticas, um maior controle das variáveis sociais em jogo.

No plano social, seguindo o princípio da pluridimensionalidade da análise da variação linguística, a dimensão diageracional assume importância singular para verificar em tempo aparente, na comparação entre a fala de velhos (GII) e de jovens (GI), a mudança em progresso de um comportamento por exemplo mais próximo à origem afro-brasileira a um mais inovador. Isto é, tem-se de um lado o comportamento linguístico mais conservador, que teoricamente seria da GII, e de outro a fala da GI, que teoricamente seria mais propensa a inovações, entendendo inovações como incorporação de marcas do entorno do português geral ou como perda de marcas [+ **afro**] e incorporação de marcas [- **afro**].

Com isso, a dimensão diageracional permite acompanhar em tempo aparente a evolução do português destas comunidades. Este nível de abstração da mudança em tempo aparente equivale à microcronologia da língua, nas palavras de Thun (2009). Evidentemente, como o próprio modelo prediz, é preciso um tratamento relacional da comparação entre GII e GI com a diatopia, da comparação entre contextos

sociogeográficos distintos representados aqui pelas sete localidades de pesquisa. Com exceção do ponto RS01, em todos os demais pontos de pesquisa conseguiu-se realizar entrevistas distintas com falantes das duas gerações, GII e GI.

Estas duas dimensões de análise, a diatópica e a diageracional, constituem o fio condutor da análise dos dados. A elas se soma a dimensão diassexual, porém de forma qualitativa, na medida em que informantes homens e mulheres da mesma geração foram em grande parte reunidos na mesma entrevista, seguindo o princípio da pluralidade simultânea de informantes de mesmo perfil. Essa incorporação da dimensão diassexual em uma mesma entrevista não constitui a solução ideal; é antes um “mal necessário”, não apenas devido às dificuldades de realização das entrevistas com informantes do mesmo sexo, nos contextos pesquisados, mas também devido a multiplicação do número de entrevistas que poderia comprometer a exequibilidade da pesquisa.

Em suma, o interesse deste estudo centra-se no comportamento linguístico dos falantes no que tange à conservação ou perda de marcas de africanidade (leia-se também incorporação de marcas [- **afro**] do português contemporâneo ou reincorporação/reintegração de marcas [+ **afro**] via português brasileiro). Ao lado desse interesse nas variáveis sociais, temos que inquirir, enfim, sobre diferenças em relação às variáveis linguísticas, que nesta Tese se restringiram aos níveis fonético-fonológico (QFF) e léxico-semântico (QSL), apesar de o questionário também contemplar uma parte morfosintática (QMS). Essa restrição deveu-se às condições de realização da pesquisa de Doutorado que, de modo algum, teve a pretensão de se esgotar todas as possibilidades do objeto de estudo.

Temos, assim, dois planos de análise: o plano de análise das variáveis sociais com foco nas dimensões diageracional e diatópica, além da dimensão diassexual, na comparação entre contextos topostáticos distintos; e o plano das variáveis linguísticas, visando entender onde a língua como sistema oferece mais resistência ou abertura, respectivamente à manutenção ou perda de marcas [+ **afro**] / [- **afro**].

O instrumento básico da análise dos dados que correlaciona variação e distribuição de variantes no espaço, como se disse, são os mapas linguísticos<sup>33</sup>. Estes mapas encontram-se em anexo numerados de forma contínua, e já configuram uma seleção de variáveis identificadas como mais significativas a partir do questionário igualmente em anexo. A seção a seguir discute alguns critérios e motivações na definição

---

<sup>33</sup> Cf. nota 32.

das variáveis a serem consideradas na análise, a partir das perguntas dos questionários QFF e QSL.

### **3.2 Variáveis linguísticas: pontos de suscetibilidade à variação e mudança**

O interesse na análise das variáveis linguísticas repousa não tão fortemente, embora sim, na identificação de quais variáveis linguísticas se mostram mais propensas à manutenção ou perda de marcas de africanidade, e sim onde a língua apresenta pontos mais suscetíveis a essa perda ou manutenção. Um primeiro olhar recai sobre a suscetibilidade da perda ou manutenção de marcas da origem no nível fonético-fonológico ou léxico-semântico. Ou seja, qual destes níveis é mais resistente e qual destes níveis é mais identificado com marcas de africanidade?

Uma primeira resposta que qualquer um, mesmo o mais leigo em estudos afro-brasileiros vai dizer, é que o léxico constitui o ponto mais evidente de identificação com a africanidade. Esta percepção parece predominar no senso comum dos brasileiros. Ela é reforçada pelo papel do léxico nos ritos afro-brasileiros (religiões de matriz africana), em que uma série de palavras de origem africana ainda permanece em uso e, não só isso, conferem autenticidade ao discurso religioso. A influência das línguas africanas e sua variação dialetal foram, além disso, determinantes na formação de muitos substantivos, verbos e adjetivos de uso corrente no Brasil.

Mas o que dizer de níveis não tão perceptíveis, como o fonético-fonológico e o morfossintático? Ao falar de marcas de africanidade, a questão identitária certamente desempenha um papel relevante, mas se pensarmos em comportamento linguístico também como o que não é de origem africana, mas equivale a um comportamento de falantes de origem africana distinto do que se constata em falantes de outras origens, então essas variantes podem igualmente ser interpretadas como indícios de algo que foi influenciado pela africanidade.

Interessa, por isso, aqui, investigar de que maneira essa fala de grupos topostáticos, especificamente dessas comunidades afro-brasileiras, constituem sua língua coletivamente. A diferença entre o léxico e as variáveis fonéticas e morfossintáticas é que estas compartilham, de modo geral, traços comuns com outras variedades presentes no entorno. Por exemplo, a palatalização da oclusiva dental, ou a realização de [r]

intervocálico estão presentes de modo qualidades distintas em línguas diferentes, mas não equivalem a uma variante específica da língua dos afrodescendentes, ou dos teuto-brasileiros, ou dos ítalo-brasileiros, ou dos luso-brasileiros, por extensão. Quer dizer, são variáveis mais difusas, não se restringem a uma língua, como o léxico, que não possui correlato nas outras línguas. Isso, no entanto, não impede que a escolha de determinada variante fonética ou morfossintática seja induzida por algum traço da africanidade.

Neste sentido, chamaria atenção que os membros de uma comunidade afro-brasileira utilizassem, por exemplo, a fricativa velar enquanto que o entorno de uma comunidade de imigração utilizasse majoritariamente o tepe em posição intervocálica. Por esta razão, vale a pena, e é imprescindível para um estudo que busca captar esses processos, ter consciência da complexidade dessas relações. Vejamos como isso se dá, então, nestes níveis mais difusos da variação fonética.

Além desse ponto, deu-se atenção especial ao grau de estabilidade da fala afro-brasileira dessas comunidades selecionadas, o que implicou verificar se o comportamento linguístico dos membros de uma comunidade afro-brasileira específica é mais ou menos variável, ou mais ou menos homogêneo. Espera-se, por se tratar de contextos topostáticos que já apresentam certa historicidade, um comportamento interno mais estável da variedade do português, portanto, mais homogêneo; em outras palavras, mais convergente ou divergente.

Na sequência, passaremos à análise propriamente dita dos dados cartografados, iniciando por considerações preliminares e seguindo com a análise dos mapas das variáveis no nível fonético-fonológico e, em seguida, das marcas de africanidade presentes no uso do léxico. Os dados foram obtidos de 34 informantes nos sete pontos da pesquisa de sete regiões sócio-culturais e geográficas distintas do RS.

### **3.3 Análise dos dados cartografados**

A partir do questionário utilizado nas entrevistas nos sete pontos de pesquisa descritos em 2.6.1, foram elaborados mapas das variáveis que numa primeira filtragem se mostraram mais relevantes para os objetivos da Tese. Do QFF (questionário fonético-fonológico) resultaram 22 mapas linguísticos. Do QSL (questionário semântico-lexical), resultaram em contrapartida 54 mapas linguísticos. O número maior de mapas produzidos

com dados do léxico não reflete necessariamente o número maior de variáveis léxico-semânticas, e sim decorre da técnica em três tempos que possibilita várias leituras e recortes a partir de uma única pergunta. Neste sentido, os mapas do QSL foram de três tipos básicos:

- 1) Mapas das respostas espontâneas;
- 2) Mapas de ocorrência de uma variante/forma específica (inclui ocorrência como resposta espontânea e como sugestão);
- 3) Mapas da sugestão de uma variante comum conhecida/não conhecida pelo falante.

Passamos à análise de cada um desses mapas em particular. Nessa primeira etapa de análise, procurou-se identificar tendências e hipóteses que serão aprofundadas na seção seguinte 3.4, quando se irá analisar especificamente os mapas sintéticos, buscando correlacionar a variação linguística, ou melhor, a ocorrência de variantes linguísticas com fatores extralinguísticos, nas diferentes dimensões consideradas (dimensão diatópica, dimensão diageracional, dimensão diassexual). As tendências e hipóteses observadas nesta primeira etapa de análise serão resumidas em 3.3.3.

### **3.3.1 Mapeamento de variáveis do QFF**

Conforme se assinalou acima, foram selecionadas do QFF 22 perguntas que incluem as seguintes variáveis:

- a) vibrante em posição intervocálica;
- b) vibrante em início de sílaba;
- c) vibrante em coda silábica;
- d) lateral dental em coda silábica;
- e) lateral dental em posição tônica;
- f) lateral palatal em posição pós tônica;
- g) palatalização da oclusiva dental/inclinada em posição tônica;
- h) palatalização da oclusiva dental/inclinada em posição pós tônica;

- i) realização da vogal diante de sibilante (ditongação);
- j) ditongo nasal [ɔ̃w];
- l) realização de ['mũrtɔ];
- m) palatalização da sibilante [s]/inclinada.

Iniciemos a análise pela variável (a), que engloba os **mapas 001 a 003**. De modo geral, chama a atenção o forte predomínio da fricativa velar, contrariamente à expectativa de maior presença da vibrante múltipla que não se confirmou. Por exemplo, nas comunidades RS04 (de Pampa) e RS03 (de Charqueadas), a vibrante múltipla como marca gaúcha era esperada. Sua ocorrência se sobressai no ponto RS07, das Missões, sobretudo no grupo GII, mas também em GI. Há, nesse ponto, uma leve tendência a sua substituição pela fricativa [x], em especial entre falantes mulheres. A mesma influência do português do entorno ocorre no ponto RS06, de imigração, entre os jovens, tanto homens como mulheres, porém na direção do tepe, característico do português de contato dos falantes de língua de migração alemã e italiana. O comportamento linguístico observado em relação à vibrante em posição intervocálica levanta, por fim, uma pergunta instigante, se a fricativização da vibrante não seria uma influência da fala afro-brasileira, já que a fala luso-gaúcha, sobretudo na Campanha e nas áreas mais rurais, ou por exemplo em músicas gauchescas e na linguagem de CTG, costuma ser associada com a vibrante múltipla? Considerando o caráter topostático dessas comunidades, seria improvável que o uso da fricativa se deva a uma influência crescente da norma urbana do português, já que ocorre inclusive entre os falantes GII. Mesmo que a fricativa também apareça no português riograndense (v. mapas QFF45 e QFF47 do ALERS, cartas fonéticas e morfossintáticas, 2011), o que surpreende é que a fricativa é generalizada em posição intervocálica nos pontos RS01, RS02, RS03, RS04 e RS05, tanto entre falantes mais velhos quanto mais jovens.

A mesma tendência observada em posição intervocálica se reflete em início de sílaba, como mostra o **mapa 004** referente à cartografia da variação de [R]evólver (QFF15). Valem, aqui, as mesmas considerações anteriores. Já os **mapas 005** (Co[r]da - QFF20) e **006** (Fe[r]vendo - QFF21), que cartografam a vibrante em coda silábica, refletem um comportamento mais distinto. O tepe se impõe com mais força, porém na variável *Co[r]da* registram-se curiosamente entre as mulheres, e sintomaticamente nos três pontos mais ao norte (RS01, RS06 e RS07), ocorrências de /r/ retroflexo. Seria esta uma influência paulista, tendo em vista sua proximidade maior com o contato gaúcho-

paulista registrado por meio das rotas de tropeiros no século XIX?

Vale acrescentar que o /r/ retroflexo aparece, além disso, nos **mapas 012 e 013**, neste caso em virtude do rotacismo de [l] em coda silábica. Sua ocorrência se dá nos mesmos três pontos (RS01, RS06 e RS07), o que reforça a sua associação com os pontos mais a norte. O rotacismo se estende, além disso, a RS03 (informante GIIf) e, na variável *Ca[l]ça*, inclusive ao ponto RS05. Sua ocorrência em RS05 reforça a explicação de provável influência paulista; no ponto RS03 (de Charqueada), no entanto, permanece uma certa incógnita. Diferentemente, os pontos RS01 (litorâneo) e RS06 (de imigração), assim como RS07, resistem no uso da lateral como forma mais conservadora na pronúncia de *Ca[l]ça*. Na variável *Bicic[l]eta* (QFF11), a ocorrência de rotacismo ocorre apenas em dois contextos: RS02 e RS03 de falantes mais velhos, da GII. De resto, predomina a lateral.

A análise da lateral em coda silábica, por sua vez, mostra uma mudança em curso da preservação da lateral na GII em direção a sua vocalização na GI. Essa tendência é praticamente geral, sendo que em RS02 (urbano) e RS 07 (missioneiro) a vocalização se estende, inclusive, à GII. Tanto no **mapa 007**, quanto nos **mapas 012 e 013**, a vocalização de /l/ em coda silábica é generalizada entre os jovens. Esse resultado surpreende, na medida em que novamente, tal como na realização da vibrante múltipla, não se confirma a manutenção de /l/ nessa posição característica da fala tradicional gaúcha. Em se tratando de comunidades topostáticas confinadas a espaços descontínuos, mais ou menos se configurando como ilhas linguísticas com mais ou menos isolamento, se esperaria ainda mais que aí ocorresse um comportamento mais conservador. Esse não é o caso. Os jovens dessas comunidades afro-brasileiras estão claramente adotando a fala do entorno, do português brasileiro mais geral.

Nos **mapas 009, 010 e 011**, foi esperado um índice maior de ocorrência de ieísmo que, no entanto, não se confirmou, a não ser entre falantes da GIIf de pontos mais marginais (RS03, de Charqueada; RS04, de Pampa; RS07, missioneiro) e, assim mesmo, especialmente na variável *Mi[lh]aral* (QFF23). Este resultado surpreende, porque normalmente se associa a fala de comunidades afro-brasileiras, como de muitas outras comunidades rurais mais isoladas, com pronúncias mais populares, como em ['vejo], ['ɔjo], [mu'je]. Nos dados levantados nos sete pontos desta Tese, a palatal se impõe diatopicamente em todos os pontos de pesquisa. Não se registra nenhum caso de ieísmo

entre os falantes jovens; pelo contrário, [ʎ] se impõe de forma genérica. Como comenta um informante GIm de RS05: “Nós conhecemos aqui como zóio”, pode ter havido pronúncias com iésmo no passado, mas que já cedo foram substituídas pela respectiva lateral palatal característica do português riograndense. A mesma tendência em direção a variantes “novas/mais recentes”, na fonética, registra-se com relação à vocalização de [i] em coda silábica.

Nos **mapas 014, 015, 016**, coloca-se a pergunta sobre a palatalização das oclusivas dentais /t, d/ em posição tônica, como em *men[tʃ]ira* (QFF06). Os mapas mostram que a palatalização de /t/ é generalizada, tanto diatópica quanto diageracional e diassexualmente. Ninguém diz “men[t]ira”, nem mesmo nos pontos com influência de imigração, RS06 e RS07. Já em posição pós-tônica, ocorrem em todos os pontos pelo menos uma ocorrência de não palatalização, mas sobretudo no ponto RS07 (das Missões), onde todos os grupos de informantes pronunciam as palavras *noi[ti]* e *tar[di]* sem palatalização. Isso chama a atenção. Este comportamento reflete novamente a influência do português regional do entorno, das Missões. Nos demais pontos, são sempre informantes da GII, portanto mais velhos, que mantêm a pronúncia tradicional sem palatalização. Na dimensão diassexual, os homens mais velhos tendem a ser os mais conservadores, pelo menos no que diz respeito à palatalização da oclusiva dental em posição pós-tônica. Uma exceção é uma resposta em RS03 de uma GIf. Com exceção desta uma ocorrência, constata-se de modo geral, entre os jovens, a palatalização da dental em posição pós-tônica, mesmo em pontos como RS04, em que o entorno do português regional poderia contribuir para uma manutenção da dental sem palatalização.

Os **mapas 017, 018 e 019** cartografam a pronúncia da vogal diante de sibilante /s/. Contrariamente ao que se esperava, ocorrem aqui casos de ditongação, sobretudo em relação à vogal média [e], na variável *Tr[ês]* (QFF10). O que mais surpreende é que essa ditongação ocorre predominantemente na GII, entre os mais velhos, especialmente nos pontos RS01, RS03, RS05 e RS06. Em alguns casos, se estende inclusive aos mais jovens. É o que se observa em RS02, ponto mais urbano (**mapa 018 e 019**) e em RS05 e RS06 (**mapa 017**). Chama a atenção que a pronúncia [eis], no ponto RS06, ocorre em todos os grupos entrevistados. Cabe aqui uma pergunta de interpretação: Se são falantes mais velhos que ditongam, será a ditongação da vogal diante de sibilante uma influência africana no português brasileiro?

Na comparação diageracional, o que se observa de modo geral, com relação à vogal diante de consoante sibilante, é uma mudança em curso na adequação do português dessas comunidades afro-brasileiras ao português regional rio-grandense, que se caracteriza pela não ditongação (v. mapas QFF10, QFF26 do ALERS: cartas fonéticas e morfossintáticas, 2011).

Tendência similar se observa com respeito à palatalização da sibilante em contextos como da palavra *Qua[s]e* (QFF22). Como mostra o **mapa 022**, a palatalização ocorre na fala de informantes GII dos pontos mais interioranos (RS04, RS05, RS06, RS07), porém desaparece totalmente na fala dos mais jovens (GI). A palatalização de /s/ é, aparentemente, uma forma mais arcaica e mais rural. O que novamente chama a atenção é que as mulheres tendem muito mais à inovação, como mostra este mapa; já os falantes GIIf abrem mão da palatalização, ou seja, da pronúncia [ʒ].

Por fim, os **mapas 020 e 021** não apresentam variação. Diferente do que ocorre com o tepe em posição intervocálica, em que se observou a influência da língua de imigração alemã e/ou italiana, não se registra o mesmo comportamento com relação ao ditongo nasal [õw̃]. Ou seja, não foi observado nenhum caso de pronúncia da variante [õ], e a pronúncia de ['mũrto] também não revelou nenhuma variante que desviasse da pronúncia do português mais geral.

Passemos, agora, à análise dos dados cartografados a partir do QSL. Diferentemente das variantes fonéticas, que não necessariamente carregam uma marca identitária mais clara, como se dá no caso do tepe em posição intervocálica, no português de contato com línguas de imigração, o léxico se mostra mais suscetível a marcas dessa identificação com o grupo de fala afrodescendente. Vejamos como isso se reflete nos mapas elaborados.

### 3.3.2 Mapeamento de variáveis do QSL

De um total de 20 perguntas selecionadas do Questionário Semântico Lexical (QSL), foram elaborados 54 mapas para verificar, primordialmente, o grau de manutenção de marcas de africanidade no português das comunidades afro-brasileiras analisadas ou, pelo contrário, de perda dessas marcas.

O critério fundamental da seleção dessas perguntas foi que no contínuo de respostas fosse possível contrapor variantes [+ **afro**] com variantes do que chamamos provisoriamente de português mais geral. Nesta etapa de análise, cabe primeiramente analisar de forma particularizada cada um dos mapas produzidos, a exemplo do que se fez em relação aos mapas do QFF.

O primeiro desses mapas, o **mapa 023**, tem a particularidade de colocar em destaque os pontos RS01 e RS02 como pontos que possivelmente tem uma relação mais próxima no âmbito da dimensão diatópica. Antecipando a análise, verificamos que haverá mais mapas em que esses dois pontos mostram certas similaridades. A suspeita é que pontos, nos quais a atuação de movimentos negros está bastante articulada, conseqüentemente se espera uma consciência identitária mais acentuada. Outra tendência apontada por esse mapa que cartografa o conhecimento das variantes de origem africana *banzé, auê e fuá*, é que na GI parecem ser mais conhecidas que na GII. Como mostram, por exemplo, os pontos RS05, RS07 e até mesmo RS04, parece que os jovens conhecem até mais essas formas; mas essa diferença é muito sutil, de modo que é preciso encontrar mais comprovações. Seria, mesmo assim, um caso de reintegração de formas novas, provavelmente por meio do contato com o português mais geral.

Os **mapas 024a e 024b** referem-se às variantes para *corcunda* (QSL03). Nas respostas espontâneas, pode-se verificar uma ocorrência maior da variante *cacunda* na GII. Essa variante está ausente nos pontos RS02 e RS03, que são pontos mais ligados à urbanidade (Porto Alegre e Pelotas) e portanto mais sujeitos à influência da norma urbana do português. Já na sugestão da forma *corcova*, esses dois pontos se salientam juntamente com RS05. Vale lembrar que são três pontos muito próximos de grandes centros urbanos (Porto Alegre – RS02, Pelotas – RS03 e Santa Maria – RS05). Essa parece ser, enfim, uma forma provinda do português mais geral. Como é de se supor, nos contatos intervaretais a oralidade desempenha um papel central para a transmissão e difusão de variantes.

Passando aos **mapas** seguintes **025a, 025b e 025c**, que cartografam as variantes para *menino* (QSL04), verifica-se a ocorrência da forma *guri*, novamente com uma certa similaridade, entre os pontos RS01 e RS02, onde aparece como forma espontânea, portanto de conhecimento ativo. O mesmo ocorre, no plano diatópico, nos pontos RS04 e RS05 (v. **mapa 025a**). Já a forma arcaica *gibi* tem pouca representatividade, sendo reconhecida apenas em RS01 por uma informante GIIf (v. **mapa 025b**). A forma *moleque*

se destaca como variante mais usada pelos jovens, tanto GIf como GIm, no ponto RS03. De resto, chama atenção que o ponto RS05 apresenta duas ocorrências em que tanto GIIIf, quanto GIm não conhecem essa forma amplamente presente no português brasileiro de modo geral.

Os **mapas** seguintes **026a**, **026b** e **026c** concentram-se nas variantes *fuzuê* e *furdunço* [+ **afro**] para a designação de “*desordem*” (QSL10). Tanto a forma *fuzuê* como *furdunço* são conhecidas em todas as sete localidades de pesquisa. No **mapa 026a**, os pontos RS03 e RS05 são os únicos que apresentam desconhecimnto da variante *fuzuê* e curiosamente os mais velhos. A aceitação da sugestão por falantes jovens é reflexo da reintegração desta palavra provavelmente em virtude do movimento negro. O mesmo fenômeno de desconhecimento na GII e conhecimento da forma [+ **afro**] na GI é ainda mais nítido no **mapa 026b**, nos pontos RS03, RS04, RS05, RS06 e RS07. Em todos esses pontos, os falantes mais velhos não conhecem a forma *furdunço*, diferentemente dos jovens. Novamente, os pontos RS01 e RS02 mostram uma consciência maior do vocabulário que se associa à identidade étnica, porque tanto GI como GII conhecem a forma *furdunço*. Ao reunir os dois mapas em um único **mapa 026c**, observa-se essa mesma tendência.

As mesmas variantes *fuzuê* e *furdunço* aparecem como denominação para “*confusão*” (QSL11), como mostram os **mapas 027a**, **027b**, **027c** e **027d**. Repete-se, aqui, a mesma situação de conhecimento e até mesmo uso ativo das formas [+ **afro**] entre os mais jovens e desconhecimento entre mais velhos. Isso provavelmente é reflexo da consciência identitária do grupo, que vai se acentuando em virtude de novas configurações sócio-políticas. No **mapa 027b**, chama a atenção que na comunidade afro-brasileira de Porto Alegre (RS02), tanto velhos quanto jovens são os que mais formas conhecem (*bololô*, *forrobodó*, *muvuca*, *quizumba*) para a designação de “*confusão*”. Seguem-se os pontos RS03, RS04 e RS06. Evidentemente, essa constatação precisa ser complementada. Não se pode tirar essa conclusão a partir de um único mapa e uma única variável. Como sugere o mapa, o isolamento não é um fator determinante, visto que, no contexto urbano, se torna mais difícil a noção de isolamento. No caso do **mapa 027b**, trata-se de variantes não tão presentes no português brasileiro de modo geral. São de fato formas muito específicas, típicas do que poderíamos chamar de um etnoleto afro-brasileiro. No **mapa 027c**, tentou-se acompanhar, mais especificamente, a ocorrência da variante *bololô* que ocorre apenas nos dois pontos RS01 e RS02, novamente; em RS04,

ocorre entre todos os falantes da GII. Trata-se, portanto, de uma variante mais arcaica em processo de perda, pois não é mais conhecida pelos jovens. A ocorrência da variante *quizomba*, por outro lado, mostra uma maior abrangência; ela só não é conhecida pelo menos por algum informante, nos pontos RS05 e RS07, de resto aparece reconhecida inclusive por informantes jovens de RS02 e RS03, mas nos demais pontos é exclusiva da GII.

Os **mapas 028a, 028b, 028c e 028d** ocupam-se com a variável que se associa mais intimamente ao terreno em que os africanismos tradicionalmente se mantiveram de forma mais contundente, que é o terreno da religiosidade. As variantes para designação de “feitiço” (QSL12) incluem formas como *mandinga, caborge, bentinho, amuleto, ebó, mandraque, mandraca, milonga, urucubaca, saravá e macumba*; aparecendo ainda nas respostas espontâneas as formas *feitiçaria, bruxaria, patuá, miudinha, trabalho, despacho, serviço, magia, batuque, oferenda, descarrego e abre-caminho*. No **mapa 028a**, buscou-se verificar se existe uma polarização entre *saravá* e *macumba*. O resultado é que *macumba* é a forma mais representativa dos pontos mais ao norte (RS01, RS06 e RS07), repetindo alguma similaridade que já observamos no QFF, da proximidade de contatos com paulistas, mas que não necessariamente tem explicação idêntica. O ponto mais fronteiro (RS04) é o que mais apresenta como resposta espontânea, exclusivamente, a forma *saravá*. Já os pontos mais ao centro que formam o triângulo RS02, RS03 e RS05, próximos aos centros urbanos, como já se assinalou, têm as duas formas misturadas, inclusive no mesmo grupo GI. O que podemos hipotetizar é que, diatopicamente, há uma proximidade entre três áreas ao norte (RS01, RS06 e RS07), ao centro (RS02, RS03 e RS05) e na fronteira (RS04). Cabe verificar essa tendência em mais mapas. Com relação à forma *mandinga* (**mapa 028b**), ela é conhecida em todos os pontos, ocorrendo inclusive como forma espontânea em RS04 e RS06. O mesmo vale para as formas sugeridas *mandraque* e *mandraca* que, no entanto, são desconhecidas no ponto fronteiro (RS04). Este ponto, aliás, parece tender a uma forma mais regional e ao comportamento homogeneizante em torno de uma forma. Não obstante, *mandraque* e *mandraca* estão em processo de perda linguística nos pontos RS02, RS03 e RS05, onde não são mais formas conhecidas dos falantes mais jovens.

Com relação à sugestão de *ebó*<sup>34</sup>, no **mapa 028d**, temos que corresponde a uma palavra yorubá e não bantu. Talvez tenha sido este o motivo de somente o ponto RS02 ter conhecimento desta forma, por conta da frequência de seus moradores em cultos afros. Este comportamento peculiar de RS02 reforça a hipótese já mencionada de que, provavelmente, neste ponto a consciência identitária contribui para a conscientização do léxico associado à identidade do grupo em virtude também do movimento negro ali pulsante. Surpresa foi o ponto RS06 desconhecer esta forma, pois ali se pratica desde o início da comunidade a religião de matriz afro. Uma razão pode ser o grau de isolamento relativo a outras comunidades.

Na cartografia das variantes para “mexerico” (QSL13), encontramos um conjunto de formas [+ **afro**] que podem igualmente dar pistas sobre o grau de africanidade no português de cada uma das comunidades. O **mapa 029a** não diz nada de mais relevante a não ser que, novamente em RS02, aparece de forma contundente, mas em todos os pontos a forma *mexerico* foi aceita e identificada. O mesmo comentário vale para a ocorrência de *fuxico*, como se verifica no **mapa 029b**. No **mapa 029c**, chama a atenção novamente o desconhecimento de uma forma [+ **afro**] no ponto RS05. Vale destacar que não é a primeira vez nem a última que, neste ponto, se registra o desconhecimento de formas [+ **afro**]; ocorre aqui o oposto do que se observa em RS02, por exemplo. Ao reunir num mesmo mapa a sugestão de *candongá*, *futrica* e *zunzunzun* (**mapa 029d**), os pontos RS05 e RS07 são os que menos formas conhecem. Nos demais pontos, pelo menos duas variantes são, de modo geral, conhecidas. Não é possível, no entanto, uma conclusão mais clara da cartografia desta variável.

O **mapa 030**, igualmente, não mostra variação relevante a não ser que novamente os pontos RS05 e RS07 são os que registram respostas de não conhecimento da forma sugerida *quenga*. Ao contrário do que se observa em RS01 e RS02, de uma consciência identitária mais acentuada, nestes dois pontos RS05 e RS07 preomina, aparentemente, uma consciência menos desenvolvida acerca das marcas africanas no léxico. Os movimentos negros, podemos considerar, se iniciaram predominantemente pelos grandes

---

<sup>34</sup> **EBÓ** (kwa) 1.(°PS) -s. **despacho**, oferenda propiciatória a **Exu** e às divindades, que em geral é deixada em alguma encruzilhada, dentro de um prato de barro onde se cola, entre outras coisas, uma garrafa de cachaça, farofa de **dendê**, charutos, velas, dinheiro, fitas vermelhas ao lado de um galo preto, vivo ou não. Quando feito com **bicho-de-quatro-pé(s)** canta-se sete cantigas, com galo (**aquicó**), apenas quatro. Cf. **aquirijebó**, **elebó**. Fon vɔ/ Yor. *ɛbo*

2. (LP) -s.m. (p.ext) pessoa, coisa indesejável.

3. (°BA) -s.m. bruxaria, feitiçaria.

centros urbanos e capitais. É provável que esse fato seja um indício, visto tratar-se de pontos mais interioranos e afastados do(s) centro(s) de irradiação.

O **mapa 031** registra a ocorrência da forma *cafundó* (QSL15) para designar um “lugar distante”. Aqui, como é possível observar no gráfico, *cafundó* aparece como forma espontânea (uso ativo) nas respostas de informantes mais jovens, sobretudo GIm. Mais uma vez se está diante de uma forma de português geral de volta para a comunidade afro-brasileira, ou de reforço/reuso ou até mesmo reintegração de uma forma [+ afro].

Passando para a variável “moradia” (QSL16), tem-se um leque de variantes, a saber: *mocambo*, *mocó*, *senzala*, *biboca*, *cafofo*, *moquiço/muquifo*. Com relação à forma *biboca*, novamente RS05 se destaca na dimensão diatópica por desconhecer essa forma, pelo menos no sentido de moradia. Mas o desconhecimento dessa variante também se registra em outros pontos. No **mapa 032b**, verifica-se uma ocorrência menor para a forma *cafofo*; novamente, ela ocorre em RS02, provavelmente pela consciência negra identitária mais acentuada. Em outros pontos como RS03, RS05 e RS06 são os jovens que conhecem *cafofo*, porém de forma passiva quando sugerido pelo entrevistador.

No caso de *mocó*, observa-se uma distribuição diatópica clara, sendo que essa forma é conhecida de todos os grupos entrevistados dos pontos RS01, RS02 e RS06; é, ao contrário, não conhecida nos pontos mais interioranos. Os pontos RS05 e RS07, de qualquer maneira, são os pontos que menos formas conhecem pelo que se vem observando nesta etapa da análise. Por fim, ao cartografar a sugestão de quatro formas lexicais [+ afro] – *mocambo*, *mocó*, *cafofo* e *moquiço/muquifo* – observa-se novamente um maior conhecimento nestes três pontos (RS01, RS02 e RS06), como no caso de *mocó*; RS01 e RS02 já vínhamos associando como pontos com consciência identitária mais acentuada; RS06 normalmente segue a mesma tendência talvez para marcar a diferença com o grupo imigrante alemão.

Em relação às variantes para “moringa” (QSL18) apresentadas nos **mapas 033a** e **033b**, confirma-se mais uma vez o desconhecimento da forma [+ afro] nos pontos RS05 e RS07, acompanhados desta vez pelo ponto RS06. Em contrapartida, os pontos RS01 e RS02, acompanhados desta vez pelos pontos RS03 e RS04, registram o maior conhecimento dessa forma. A forma *moringa* aparece em RS02 e RS03, mas a forma mais frequente é *talha* var. *taia*, presente nos pontos RS01, RS03 e RS04. Mais uma vez ocorre o desconhecimento aparentemente maior da forma [+afro] entre as mulheres.

O **mapa 034a** cartografa as variantes para “montículo” (QSL20). Como resposta espontânea, *muchão*, *munchão* e *monchão* se impõem nos pontos mais sententrionais, ficando a forma *camaleão* e suas variantes fonéticas *carramanchão*, *camaião*, *canalhão*, *camalhão*, *carvalhão* – reservadas aos pontos RS03 e RS04, sendo portanto típicas do português riograndense de fronteira com o Uruguai. Há aqui uma influência regional clara no português das comunidades afro-brasileiras, ou seja, o português dos afro-brasileiros reflete fortemente o português do entorno. Sintomático é, neste mapa, o comportamento registrado em RS07, que ainda agrega outra forma – *verga* –, tanto entre GII quanto entre GI.

O **mapa 034b** cartografa uma forma [+ **afro**] de grande interesse aqui – *morundum/molundum*. Esta ocorre nos pontos mais ao norte (RS01, RS06 e RS07), mostrando novamente um exemplo de similaridade entre estes três pontos como pontos provavelmente mais influenciados por um contato com paulistas através das rotas de tropeiros no século XIX. Uma incógnita é que, em RS06 e RS07, são os jovens que conhecem essa forma; como e de onde? Nos demais pontos a influência regional foi mais acentuada.

No **mapa 035**, relativo à sugestão da variante [+afro] *marafó/malafó* para designar “aguardente” (QSL21) (v. mapa 354 do ALERS – cartas semântico-lexicais, 2011), observa-se igualmente sua ocorrência mais ao norte, porém em uma área tradicionalmente mais próxima à área de produção de aguardente que tem Santo Antônio da Patrulha como um centro produtor. Os pontos RS01, RS02 e RS03 são também as localidades onde estão mais presentes as religiões de matriz africana. Destacam-se os pontos RS02 e RS06 por manterem a herança africana mais latente, pois frequentam terreiros. Em RS06 há um local para benzimento e culto aos ancestrais. A benção é passada de geração em geração, sendo o informante de GIIm o atual benzedor da comunidade. Apesar da não realização da entrevista com GI no ponto RS01, podemos afirmar que esta localidade se destaca neste quesito, haja visto que o casal mesmo pertencendo na atualidade à religião evangélica guarda suas tradições, demonstrando muito conhecimento nos vocábulos originais de léxico africano. Diatopicamente, porém, está ausente nos demais pontos com exceção de uma ocorrência na GIIf do ponto RS04.

No **mapa 036a**, a variante *bodega* (QSL22) aparece como forma espontânea apenas nos pontos RS01 e RS03, porém em todos os demais pontos é conhecida quando o entrevistador a sugere aos informantes. Chama atenção a sua perda em RS04 e RS07,

onde os mais jovens não a conhecem mais. Mais frequente como forma espontânea é a variante *boteco*, que se poderia julgar como forma mais depreciativa, ela predomina, no entanto em todos os sete pontos (v. **mapa 036b**). Diferentemente, a variante *boliche/bolicho* (v. **mapa 036c**), típica do português riograndense (v. mapa 355 do ALERS, cartas semântico-lexicais, 2011b), aparece, sobretudo, como resposta espontânea dos homens mais velhos (GIIm). Não é de se surpreender que em RS01 seja desconhecida porque é uma forma mais próxima da fronteira. Ao reunir as ocorrências de *bodega* e *boteco* (v. **mapa 036d**), vê-se que *bodega* ocorre como resposta espontânea exclusivamente entre falantes GII, mais velhos, sendo *boteco* mais comum na fala de mais jovens. O gráfico reforça essa constatação.

No **mapa 036e**, chama a atenção que *biboca* como designação para “bodega” é aceita na sugestão apenas por informantes mais velhos, com exceção, curiosamente de dois casos de GI, respectivamente nos pontos RS02 e RS03.

Nos **mapas 037a** e **037b**, buscou-se averiguar não o grau de manutenção de marcas de africanidade na língua, mas sim o oposto que é o grau de influência do entorno, haja vista que a variável para a designação de “geleia” (QSL24) é preenchida por variantes como *chimia*, *geleia*, *doce* entre outras, como *marmelada*, *figada* e assim por diante. A ocorrência de *chimia* (v. **mapa 037b**) difunde-se por toda a área do português rio-grandense. Sua ocorrência nas comunidades afro-brasileiras não reflete portanto diretamente uma influência alemã mas do português mais geral falado no RS, como mostra o **mapa 037b**. O que chama a atenção é que *geleia* ocorre com certa frequência, sobretudo nos pontos RS03, RS04 e RS05, o que se pode explicar como forma mais antiga, tendo *chimia* surgido posteriormente. Conforme mostra o mapa 357 do ALERS: cartas semântico-lexicais (2011b), RS03 e RS04 localizam-se diretamente na rota da forma *geleia*. Com isso, novamente, observamos que essas comunidades afro-brasileiras não ficaram alheias às influências externas, mas sim mantiveram um contato permanente com o português mais geral falado no seu entorno. O que se deve acrescentar é que o papel da oralidade deve ter sido mais significativo do que propriamente o da escrita. Ou seja, muitas variantes, em períodos históricos anteriores, entraram pela oralidade, pelo contato direto face a face.

No mapeamento da ocorrência de *bufunfa* para designar “dinheiro” (QSL25), registra-se, nos pontos RS02, RS05 e RS06, um comportamento de reintegração desta forma entre os mais jovens. Em RS04 e RS05, um informante GIIm inclusive desconhece

essa forma de origem africana (v. **mapa 038a**). Já a forma *tutu*, que aparece apenas nas sugestões sugerindo um conhecimento mais passivo, tem uma distribuição mais ampla, sobretudo entre os informantes femininos (v. **mapa 038c**). Interessante é a ocorrência de *dindin*, novamente nos pontos RS01 e RS02, porém também entre os jovens dos pontos RS03 e RS05. Vale lembrar que equivalem aos pontos mais próximos de grandes centros urbanos (Porto Alegre, Pelotas e Santa Maria)

No **mapa 039a**, temos dois conjuntos de variantes: um [+ **afro**] – *tresolho*, *caolho*, *zarolho*, *mirolho* – e outro, ao contrário, mais luso – *torto (de um olho)*, *cego de um olho*. Nos pontos RS04 e RS05, os mais velhos usam como forma espontânea a forma *torto de um olho*, em princípio portanto uma forma [- **afro**]. Nos demais pontos, ocorre *caolho* como forma mais difundida. O ponto RS04 tem mostrado um comportamento linguístico que lembra marcas da variedade do português de fronteira. A distribuição da forma *zarolho* (v. **mapa 039b**) é conhecida em praticamente todas as comunidades, com exceção justamente de RS04, que parece ser um ponto de influência regional forte que acabou bem cedo incorporando o português do entorno. Com relação ao **mapa 039c** chama atenção que nos pontos RS03 e RS04 se verifica um contraste diageracional que remete a uma mudança em curso, mas também, ao mesmo tempo de reintegração, na medida em que os jovens tendem a usar a forma *caolho* como forma espontânea. Nos pontos RS01, RS02 e RS06, novamente a forma [+ **afro**] parece ser mais consciente e ocorre em todos os grupos. O **mapa 039d** mostra claramente uma mudança em curso, em que a forma sugerida *mirolho* é conhecida apenas por informantes mais velhos, da GII.

Nos **mapas 040a, 040b e 040c** observa-se a abrangência do uso das variantes para “calcanhar” (QSL28). Os entrevistados dos sete pontos analisados conhecem a forma *garrão* e a usam de forma espontânea e/ou como variante sugerida. Os pontos RS03 e RS06 foram os únicos pontos a responderem espontaneamente a forma *calcanhar*. No **mapa 040b**, está demonstrado que *calcanhar* é uma forma do português mais geral; está presente em cinco pontos (RS01, RS02, RS03, RS04 e RS07), sendo que em RS02 e RS04 é usada efetivamente como forma espontânea entre falantes tanto de GII quanto de GI; aliás, somente em RS06 os jovens usam a forma *carcanha*. As informantes femininas também parecem desconhecer a forma *carcanha*, que aparentemente é forma mais arcaica, visto que ocorre apenas nas respostas de falantes da GII. O **mapa 040c** indica que a sugestão *carcanha* é conhecida em todos os sete pontos de pesquisa, tanto por GII quanto por GI, tendo que os homens conhecem mais essa forma que as mulheres.

O **mapa 041a** aborda a resposta espontânea para “morrer” (QSL29). A forma “morrer” só é usada ativamente nos pontos RS01 e RS06 pela GII; já os mais jovens preferem a variante *falecer* que se impõe como forma mais polida, dominante especialmente na fala dos homens GII. Talvez isso indique o motivo do domínio dessa variante *falecer* em quatro pontos (RS02, RS03, RS04, e RS05).

O **mapa 041b** aborda a sugestão [+ **afro**] da expressão *ir para o beléleu*. Causa surpresa que 100% dos entrevistados nos sete pontos de pesquisa conheça esse africanismo. Essa forma é conhecida principalmente entre a GIIm, porém também é usada pelos mais jovens, indicando uma polarização diatópica e diageracional. A sugestão da forma *ir para o beléleu* só não é conhecida entre os homens dos pontos RS03 e RS04.

Por fim, os **mapas 042a, 042b e 042c** abordam o uso das variantes para “tocaio” (QSL30). *Tocaio* é variante conhecida na maioria dos pontos pesquisados, mas é em RS01 e RS03 que ela é mais veiculada. Lembro-me que durante a entrevista com GII e GI, no ponto RS05, os entrevistados estranharam a pergunta, mas na sugestão demonstraram já ter ouvido falar em “tocaio”. Nos pontos RS01, RS02, RS03, RS04, RS06 e RS07, parece haver uma tendência ao uso/conhecimento de “tocaio” pelos homens. Isso explicaria o motivo pelo qual dificilmente uma mulher iria dizer que uma outra mulher teria um (uma) “tocaio”. O mesmo vale para a forma *xará*, como pode ser comprovado nos **mapas 042a e 042c**, observando os pontos RS03, RS06 e RS07.

### 3.3.3 Resumo de macrotendências observadas

A análise particularizada de cada um dos mapas elaborados para a presente Tese permitiu observar algumas macrotendências que confirmam ou rebatem expectativas formuladas no início da pesquisa:

a) No plano diatópico, pode-se destacar as seguintes tendências:

- 1) RS01 (litorâneo) e RS02 (urbano) são os pontos que mais conhecem a forma [+afro]. Por extensão, parecem ser os pontos com maior consciência das marcas de africanidade (v. **mapas 023, 024, 025, 026, 028, 030, 032, 036, 038** que provam isso);

- 2) RS03 (charqueadas) e RS04 (pampas) sugerem um comportamento fortemente convergente e assimilável ao português do entorno. Têm, por isso, um comportamento regional próprio (cf. **mapas 028b, 029a, 029b, 034a, 036a, 036b, 040a, 041a**). RS04 parece ser o ponto mais conservador, mesmo que muitas vezes predomine uma variante que poderia ser não exclusiva da influência afro;
  - 3) por fim, RS05 (região central) constituiu um ponto à parte, com um comportamento de perda acentuada, como em parte também RS07;
  - 4) os pontos RS02, RS03 e RS05 muitas vezes compartilham comportamentos que parecem sinalizar uma influência dos centros urbanos em torno (Porto Alegre, Pelotas e Santa Maria);
  - 5) O ponto RS06 (de imigração) parece ser o ponto que mais reflete a influência do contato com língua imigração, ao lado do ponto RS07 (missioneiro) que também possui influência de imigração, pelo menos na variação fonética (cf. **mapas 001-003, 015, 016**).
  - 6) Os pontos situados mais ao norte (Litoral – RS01, Imigração – RS06, Missões – RS07) e, em posição intermediária, RS05, levantam a hipótese de influência paulista de um português popular de base caipira, provavelmente em virtude das rotas de tropeiros, por exemplo, na ocorrência de /r/ retroflexo. c ompartilham igualmente marcas que parecem contrastar com o português rio-grandense de influência paulista e de imigração
  - 7) Os pontos RS05 e RS07 são os que menos conhecem a forma [+afro] (cf. **mapas 024b, 025b, 027c, 027d, 028d, 029c, 030, 032a, 032c, 033a, 033b, 034b, 035, 039d**).
- b) Na dimensão diasssexual, evidencia-se, de modo geral, que as mulheres, mesmo as GII, tendem a um comportamento de maior adesão às inovações ou às variantes do português do entorno, de fora das comunidades afro-brasileiras. Isso pode se explicar pelo papel social das mulheres que mantinham um contato maior com falantes lusos, tendo em vista sua atividade como servindo os senhores/os donos.
- c) Os falantes homens GII, em contrapartida, parecem constituir o grupo mais conservador. Entre os jovens, é também primordialmente o grupo GIIm que mais mantém variantes [+afro] no português (v. **mapa 022**).

d) A análise da variação lexical do português das comunidades afro-brasileiras analisadas no RS sinaliza fortemente uma mudança em curso em dois sentidos:

- 1) de um lado constata-se, através dos dados cartografados (**mapas 023 a 042**), uma perda significativa de variantes [+ **afro**] da GII para GI. Uma série de mapas (v. **mapa 022** – QFF e **mapas 036a e 041a** – QSL etc.) apontam para esta tendência;
- 2) de outro lado, verifica-se no sentido contrário uma reintegração de formas [+ **afro**], provavelmente resultantes em grande parte do português geral falado no entorno destas comunidades tanto de/quanto de uma consciência identitária acentuada por meio do movimento negro; a comparação diageracional permite levantar essa hipótese que será retomada na seção 3.4.2.

### **3.4 Sínteses: o que a variação linguística sinaliza sobre os condicionamentos sociais nas comunidades afro-brasileiras**

Durante a pesquisa de campo, as entrevistas ocorreram sempre de forma espontânea e extrovertida. Não houve nenhum momento de tensão ou recusa ao trabalho que estava sendo construído. Sim, construir foi o lema das abordagens com os informantes. Construir uma identidade linguística pertinente às comunidades envolvidas na pesquisa. Cada comunidade tinha o conhecimento das outras envolvidas. E a curiosidade saltava aos olhos discretamente. Tanto que no ponto RS04, de difícil acesso, o nosso guia afrodescendente daquela comunidade afro-brasileira teve a seguinte impressão de nosso trabalho, dialogando com um outro morador:

Deixa eu acompanhá o homi, vou perdê o cara

(Risos)

E a cachorrada vai atrás

Este cara estuda linguística, ele quer saber do . . . ele quer saber de conversa. Como o pessoal dos outros quilombos tratam as coisas . . . abóbora, mandioca . . . é . . . como é que nós chamemos aqui . . . como é que o pessoal chama em outros lugares. É bobagem . . . eu achei bobagem.

(Risos)

A mãe passou a tarde dando entrevista lá

É é

Pior que muda de um lugar pro outro . . .

É claro

como é que o pessoal fala as coisa . . . muda

Mandioca mesmu . . . A maioria do pessoal fala que aqui

Aipim é . . . exatamente . . . ele disse que mandioca é outra coisa  
 É é  
 É é (Gravação espontânea – RS04)

Podemos observar que os falantes das comunidades afro-brasileiras têm conhecimento de sua modalidade de fala; o que eles não têm sempre presente é a consciência da amplitude desta língua que eles possuem. Considerando que a percepção dos membros dessas comunidades de falantes essencialmente topostáticos se orienta primordialmente no sentido centrípeto, dentro dos limites da comunidade, é de se esperar um uso mais convergente da fala e um desconhecimento relativo de formas que se situam para além do entorno de contato mais direto. Mas “se Maomé não vai à montanha, a montanha vai a Maomé”. Quer dizer, de um modo ou de outro o português rio-grandense, o português regional do entorno, ou mesmo a norma urbana do português e os discursos do movimento negro chegam às comunidades de um modo que varia conforme os fatores que regulam os contextos pesquisados. No plano diatópico, já observamos algumas tendências e hipóteses, às quais cabe retornar para uma apreciação mais conclusiva. Vejamos, por isso, a seguinte seção.

### **3.4.1 Dimensão diatópica: condicionamentos sócio-geográficos**

Um fato em especial ficou óbvio na pesquisa desenvolvida nas sete comunidades afro-brasileiras selecionadas: cada ponto se distingue linguisticamente do outro, isto é, a variação diatópica é inegável e reflete muitas vezes a variação do próprio português rio-grandense. Cada comunidade teve, além disso, uma gênese, formação e desenvolvimento totalmente diversos. Definir as comunidades afro-brasileiras do RS como uma territorialidade linguística homogênea não seria, por isso, adequado, pois a variação observada e a ser analisada se espalha para além das espacialidades a que estão restritos/confinados os falantes.

Ficou claro, neste estudo, mesmo que reduzido a poucos pontos, que essas ilhas linguísticas estão cada vez mais em contato dialetal com seu entorno. O que facilita isso hoje em dia são as aberturas de estradas que chegam até as comunidades mais isoladas, como é o caso de RS01, RS03, RS04, RS05, RS06 e RS07. Estes pontos viveram de duas décadas para cá uma experiência contatual intensa, onde só tinham vizinhos próximos, passaram a ter contato com os demais moradores de suas regiões e, principalmente, a presença do Estado.

Em termos linguísticos, a proximidade com “as cidades” fez com que o contato linguístico acrescentasse e substituísse vocábulos, influenciasse na norma gramatical; mas isso não impediu que essas comunidades mantivessem ao menos uma parcela de sua genuidade étnico-linguística obtida por herança ou transmissão diageracional. A fala dos afrodescendentes observada nas comunidades afro-brasileiras do RS representa uma variedade linguística de cunho popular que se insere no português mais geral falado no Estado e no Brasil. Não se constitui somente em uma variedade geograficamente delimitada, mas também numa variedade social; como preceitua Juliete Garmadi (1983)

[...] a variedade popular é, por conseguinte, não só uma variedade geográfica como também uma variedade social, pelo menos na origem. [...] uma vez que ... a variedade popular só existe em situações verdadeiramente unilíngues integrando-se, tanto pela história como pelo jogo dos registros em sincronia, no sistema de variedades que constitui a chamada língua comum (GARMADI, 1983, p. 56).

No Rio Grande do Sul, atestamos a existência do que podemos chamar de *etnoleto afro-brasileiro*, mesmo que esteja em processo de perda de suas marcas africanas no conjunto dos pontos de pesquisa, como evidenciou a análise dos dados cartografados (cf. 3.3). Esse etnoleto, pode-se dizer, formou-se pela confluência da língua portuguesa falada no Brasil com as línguas africanas que chegaram aqui com os escravizados. A interferência histórica no falar dos sete pontos visitados incentivou-nos desde o início a encontrar uma covariação entre a formação dessas comunidades afro-brasileiras e a língua adotada por elas. Não temos dados sobre a presença/influência de africanismos nas comunidades do entorno, mas temos a certeza da origem das marcas [+afro] no português das comunidades de fala afro-brasileiras.

Os resultados apontados pela análise dos mapas de variáveis do QFF e do QSL evidenciam a atuação de diferentes fatores sócio-históricos e geográficos na constituição da variedade do português de cada uma das comunidades. Entre esses fatores cabe salientar os seguintes:

- 1º) localização geográfica próxima a um centro urbano;
- 2º) localização geográfica próxima a uma área de contato histórico;
- 3º) localização geográfica distante dos centros de irradiação;
- 4º) localização geográfica nas proximidades de contato com demais grupos de fala minoritários;
- 5º) localização geográfico no âmbito de uma subárea de variação do português

- como língua supraregional;
- 6º) origem da população que ocupa a comunidade;

Como se vê, a variação diatópica não surge da simples localização em determinado ponto do espaço, mas muito mais decorre da constelação de fatores sócio-históricos que configuram e moldam esse espaço ao qual a língua e seus falantes pertencem.

### **3.4.2 Dimensão diageracional: mudanças em tempo aparente**

Constatamos, na análise dos mapas linguísticos elaborados para esta Tese, uma mudança em curso bastante genealizada, entre o português de falantes da GII, mais conservadores, e os jovens, da GI. Não é exagero admitir que essa é uma tendência observável na maioria dos contextos de uso de línguas minoritárias. O que não era esperado ao início da pesquisa foi a reincorporação ou reintegração de elementos de origem africana, como reflexo de processos de ressemantização em andamento no interior das comunidades através de movimentos sociais e políticas públicas. Essa tendência até ponto nova – presente sobretudo em pontos mais próximos justamente de centros urbanos – tem sua origem, ao meu ver, nas políticas recentes de inclusão e reconhecimento da cidadania pelos afrodescendentes. A política de cotas é um exemplo desse novo quadro social. Sua repercussão sobre a escolaridade e as relações de poder certamente também valem para o âmbito linguístico. Os jovens são neste sentido o grupo mais atingido por essas mudanças.

Enquanto os falantes da GII por muito tempo mantiveram o contato linguístico apenas por convivência com o entorno, assim mesmo em uma postura de resistência e reclusão motivada pela discriminação e opressão social, a GI passou a abandonar uma posição meramente topostática e a entrar em contato com o entorno, originando casamentos interraciais (RS06); agricultura familiar (RS01, RS03 e RS07); rural/urbanização (RS02); presença do Estado (RS04); presença do Estado e proximidade com grande centro urbano (RS05).

Essas mudanças drásticas e muito aceleradas que afetaram inclusive a GII, que se manteve por vezes isolada no interior das comunidades de fala, fez com que a GI encarasse a modernidade social com mais interesse. Em termos linguísticos, essas

mudanças sociais causaram e continuam a exercer uma força centrífuga nas comunidades que explica em grande parte as mudanças em tempo aparente observadas na análise dos mapas linguísticos do anexo B.

Embora a presente pesquisa se centre na perspectiva sincrônica, o olhar diacrônico propiciado pela comparação diageacional, em tempo aparente, possibilitou uma série de respostas principalmente vinculadas à expressão de marcas de africanidade no léxico. No entanto, observamos que o uso de algumas variantes fonético-fonológicas ocorreram predominantemente entre os informantes da GII, enquanto outras são muito mais frequentes na GI. Da mesma maneira, verificamos variações com maior frequência no gênero feminino que no gênero masculino, como explicitaremos na seção seguinte.

### **3.4.3 Dimensão diasssexual: a fala de homens e mulheres**

Para a constituição do *corpus* e para posterior análise, durante a pesquisa de campo, tivemos a preocupação de manter um equilíbrio no número e perfil dos informantes para gravação da fala de homens e mulheres. Tínhamos sete pontos, portanto deveríamos ter no mínimo sete mulheres e sete homens de cada geração, totalizando no mínimo vinte e oito informantes. No entanto, esta meta pode ser atingida apenas parcialmente, visto que se obteve dezoito informantes mulheres e quinze informantes homens para este trabalho, sendo que em pontos como RS01 não se conseguiu, infelizmente, dados da GI, nem de homens, nem de mulheres. Para nossa grata surpresa mais pessoas se dispuseram a conceder entrevistas, muitas vezes juntos. Ou seja, em três entrevistas (RS03, RS05 e RS06) houve três informantes na GI. Nas entrevistas da GII, muitos preferiam participar como casal (RS01, RS02, RS03, RS04), nos demais pontos ou se entrevistou duplas, de irmãos ou mãe e filho, ou ainda em entrevistas individuais. Em resumo, na maioria das entrevistas conseguiu-se, conforme previsto, a pluralidade simultânea de informantes homens e mulheres. A pluralidade simultânea de informantes permitiu medir o nível de conhecimento compartilhado, principalmente na GI, em que um informante se lembrava e o outro confirmava.

De maneira geral, os resultados expressos pela cartografia do QFF e do QSL apresentam um resultado equilibrado, com ligeiro caráter inovador por parte das mulheres, de maior aproximação às marcas linguísticas do português mais geral. A razão é simples, como pude observar durante as saídas para a pesquisa de campo; na maioria

das comunidades, as entrevistas foram inicialmente marcadas com as mulheres; sendo a recepção feita por mulheres e os informantes que primeiro se prontificavam a conceder entrevista, as mulheres. De modo geral, portanto, as mulheres estão à frente das entrevistas realizadas nas comunidades afro-brasileiras deste estudo. Exceção se faz aos pontos RS02 e RS04 que possuem lideranças masculinas, porém com mulheres à frente. Esse fato permite observar que não há diferenças significativas entre homens e mulheres. No nível fonético-fonológico, as variações aparecem equilibradas entre homens e mulheres. No nível semântico-lexical, as variantes [+ **afro**] tendem a partir das mulheres acompanhadas pelos homens. Ou seja, as mulheres dos sete pontos pesquisados detêm marcas [+afro] tanto no nível do léxico quanto no fonético-fonológico, apesar de equilibrado neste último. O que se evidenciou nos mapas, no entanto, denota um comportamento linguístico mais aberto às inovações provenientes do português do entorno.

Em suma, historicamente os homens afrodescendentes podem até ter estabelecido os primeiros contatos com o português do entorno, porém com o equilíbrio visto nos dias de hoje, conclui-se que os homens estão mais isolados no interior das comunidades afro-brasileiras do RS e são as mulheres que entram mais em contato com o português do entorno, de características mais gerais. Ao mesmo tempo, são elas que preservam com mais ênfase, segundo as observações feitas *in loco* nas comunidades, suas heranças linguísticas.

### **3.5 Português afro-brasileiro ou português dos afro-brasileiros?**

A pesquisa sobre o português falado nas comunidades afro-brasileiras do RS desde o início foi engajada. Enfrentamos no início a questão histórica sobre o negro no RS que, apesar de excelentes pesquisas históricas e antropológicas realizadas no Estado, ainda carecem de estudos de cunho pragmático-linguístico-cartográfico. A questão do contato entre línguas na formação da realidade linguística sul-riograndense foi o nosso mote, mais especificamente a observação da fala das comunidades afro-brasileiras.

Muitas dessas comunidades têm a sua origem em antigos quilombos ou se formaram em torno de antigas propriedades rurais de seus senhores após a abolição da escravidão. Desde essa época, o português falado pelos mais velhos vem sendo transmitido de geração em geração no interior das comunidades. Esse processo foi lento

e duradouro, mas corre o risco de se perder no esquecimento das gerações mais novas. O que alguns pesquisadores costumam denominar de “transmissão linguística irregular” (GUY, 1981 e 1989; BAXTER, 1992 e 1995; LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO 2009) – teria dado origem a uma variedade linguística do português muito diferente do português falado pelos colonos portugueses. E, devido ao isolamento em que essas comunidades de descendentes de escravos viveram no interior do Brasil até pelo menos a primeira metade do século XX, essa variedade bastante alterada do português foi sendo passada de geração em geração sem maiores alterações, até sofrer a crescente influência do português mais geral, principalmente nas últimas décadas; influência essa que se reflete nos padrões de variação e mudança linguística que se observam hoje, como se viu neste estudo, nas comunidades afro-brasileiras do RS.

O processo de transmissão linguística irregular pode produzir mudanças significativas na estrutura da língua dos dominadores, que é assimilada, nesse tipo de contexto histórico, pelos povos dominados. Esse segundo caso se ajusta melhor à história sociolinguística das comunidades afro-brasileiras do RS. Ou seja, o contato entre o português e as línguas africanas no RS promoveu uma série de mudanças nas variedades da língua portuguesa falada no transcorrer da história linguística do RS, sobretudo, nas que se mantiveram em semi-isolamento na zona rural. O resultado mais notável de todo esse processo é o amplo e profundo quadro de variação no uso das regras fonético-fonológicas, algumas observadas nesta Tese, que diferencia o português mais geral do português empregado nessas comunidades, onde, ao que tudo indica, a língua se mantém estável no que diz respeito a esse aspecto, com exceção onde os contatos linguísticos foram mais intensos e duradouros.

O fato empírico que fundamenta tal análise é o de que, em todas as situações em que ocorre o contato maciço entre línguas, se observa uma redução/eliminação do componente lexical do lado mais vulnerável, neste caso, os afrodescendentes. Portanto, seria muito improvável a ampla variação no uso do português contatual no RS. Através da macroanálise da variação do português falado nas comunidades afro-brasileiras foi possível identificar, na “dança social” das variantes que formam o repertório linguístico dessas comunidades, as mudanças no comportamento linguístico de seus membros, considerando a origem histórica e os contatos linguísticos a que se encontram submetidos nos respectivos territórios/ilhas linguísticas (cf. ALTENHOFEN, 2014).

Todavia, somente o estudo dessas comunidades de fala não é suficiente para se esgotar a questão no RS. Para demonstrar que o português falado em cada uma das

comunidades afro-brasileiras pesquisadas nesta Tese se desdobra em variedades locais específicas dentro do cenário mais amplo do português sul riograndense, seria necessário proceder a um estudo contrastivo dessas variedades do português de afro-brasileiros com o que Lucchesi; Baxter; Ribeiro (2009) concebem como português afro-brasileiro e, não apenas isso, adicionalmente com outras variedades do português falado no RS, que incluem mais genericamente as variedades da fronteira, das áreas bilíngues de imigração e do nordeste do RS (cf. ALTENHOFEN, 2008). Se for constatado que o nível de variação é mais elevado nas comunidades afro-brasileiras do que em outras comunidades existentes, a hipótese da relevância do contato entre línguas fica reforçada, já que se espera que os efeitos do contato entre línguas sejam mais evidentes nas comunidades de fala afro-brasileira, em cuja formação o processo de transmissão linguística irregular teria sido mais intenso (JEROSLOW, 1975; GUY, 1981; BAXTER, 1992; VOGT; FRY, 1996; CARENO, 1997; SOUZA, 1999; SOUZA, 2000; PETTER, 2001; BONVINI, 2002; LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009). Daí a importância de se realizar estudos mais amplos nas comunidades encontradas no RS, cotejando essas comunidades de fala afro-brasileiras com outras comunidades marcadas etnicamente.

Como se vê, mesmo que se tenha buscado, ao longo da análise, privilegiar um enfoque sincrônico do português e afro-brasileiros em comunidades quilombolas, sempre “escorregamos” para o terreno da ampliação do conhecimento acerca da história linguística do português, com ênfase ao RS. Os padrões de fala que se observam em uma mesma região, contudo, podem revelar o ritmo da difusão de padrões de comportamento linguístico no RS e em regiões fronteiriças, em última análise.

As línguas africanas que chegaram ao RS deixaram marcas aparentemente “muito tênues” nas comunidades de fala afro-brasileiras, predominantemente de resquícios esparsos que tratamos como “marcas linguísticas de africanidade”. Por meio do princípio da pluridimensionalidade, foi possível entender melhor a dinâmica da manutenção, perda e reincorporação/reposição dessas marcas de africanidade no português falado nessas ilhas linguísticas. Chegamos à conclusão de que os padrões linguísticos seguem o mesmo destino das línguas minoritárias de modo geral, qual seja de idas e vindas na perda do patrimônio linguístico herdado frente à influência da língua oficial da cultura majoritária. Daí a tentativa de abordagem do português dos afro-brasileiros nos mesmos moldes do estudo da variação e do contato do português falado por outras comunidades de fala minoritárias.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão, vale destacar ao menos dois pontos relevantes que serviram de motivação à finalização deste estudo. Primeiro, tratar-se da linguagem de um tipo de minoria cuja linguagem não se encontra em um processo de obsolescência no que diz respeito à espacialidade sul-riograndense. Temos plena certeza que com ele, pelo menos parte de nossa riqueza linguística fica registrada. Em segundo lugar, o estudo tem seu valor como registro da fala regional brasileira, especificamente do RS; afinal, o que as comunidades afro-brasileiras estudadas falam é uma variedade do português.

A análise minuciosa de variantes do português falado em comunidades afro-brasileiras do RS colocou em evidência os fatores socioculturais envolvidos na formação e desenvolvimento desses grupos minoritários, em sua integração social e na sua situação atual. A pesquisa desenvolvida reflete o estreito e indissolúvel vínculo existente entre a língua e a cultura de uma sociedade, permitindo aguçar nossa compreensão da realidade étnica, social, cultural e linguística desse tipo de organização de um grupo minoritário em ilhas linguísticas, no RS.

Durante o desenvolvimento deste trabalho de pesquisa, alguns questionamentos conduziram de certa forma todas as etapas de elaboração, produção e finalização da Tese. Os primeiros questionamentos dizem respeito à realização do trabalho de campo, já que uma das principais dificuldades de realização de uma pesquisa com comunidades afro-brasileiras é justamente o trabalho de campo. Juntamente com nossos questionamentos sobre a dinâmica de realização da pesquisa de campo, levantamos algumas questões de natureza epistemológica que também perpassam as diversas etapas da pesquisa. A delimitação do objeto de estudo, entre uma variedade afro-brasileira e uma variedade do português de afro-brasileiras, assim como a definição dos parâmetros de análise e interpretação dos dados como fatos sincrônicos suscitaram uma mudança de paradigma no enfoque da variação linguística nessas comunidades.

As forças sociais interferiram, com maior ou menor intensidade, na modalidade linguística utilizada pelos afrodescendentes das comunidades visitadas, o que contribuiu significativamente para a variação da língua. O levantamento e análise dos dados empíricos propiciou, neste sentido, uma visão mais clara da realidade étnica, sócio-cultural e linguística do RS. Para tanto, foi necessário desapegar-se do garimpo exclusivo

por dados históricos sobre as formas originais da língua, para concentrar-se no fato sincrônico desprezioso e real, sem exceder a capacidade e o alcance deste estudo. No entanto, com o auxílio dos Laudos Antropológicos constantes nos Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação, conseguimos destacar situações sociais que possivelmente influenciaram a linguagem falada nas comunidades afro-brasileiras:

- a) A formação das próprias comunidades com elementos portugueses e escravizados (que constituem a maioria absoluta dos moradores dessas comunidades);
- b) Os fatores político-econômico-administrativos (por exemplo, a abertura de estradas - BR 101, como no ponto RS01);
- c) A amálgama e modos de fala regionais ou sociais com a vinda de imigrantes (como se observou no ponto RS06), e a saída das comunidades dos homens mais velhos e dos jovens (RS01, RS02, RS04, RS07), além dos conflitos/disputas e invasões dos seus territórios (no caso do RS01, RS 02, RS04);
- d) O efeito nivelador dos meios de comunicação de massa (televisão e rádio);
- e) A difusão de novos sistemas de ideias religiosas, com a propagação de igrejas evangélicas no seio das comunidades (a exemplo de RS01<sup>35</sup> e RS03<sup>36</sup> que estão perdendo sua identidade [+ **afro**] manifestada culturalmente por meio de congadas e maçambique).

A elaboração desta Tese foi um trabalho muito árduo e sofrido. Suas contribuições compensam, todavia, as dificuldades enfrentadas e constituem um estímulo a novos estudos. O ponto-chave foi a elaboração de uma descrição da variação do português falado em comunidades afro-brasileiras do Rio Grande do Sul, tomando por base diferentes dimensões de análise, em especial de ordem diatópica, diageracional e diassexual. Com isso, procurou-se medir o impacto de condicionamentos sócio-históricos distintos, entre os quais o grau de isolamento; a localização rural ou urbana; a microrregião sócio-cultural; a presença de línguas imigração no entorno; a antiguidade da comunidade e a característica topostática da população.

---

<sup>35</sup> Ver o excelente trabalho de PRASS, Luciana. *Maçambiques, Quicumbis e Ensaios de Promessa*: um reestudo etnomusicológico entre quilombolas do sul do Brasil. Tese (Doutorado em Música) – Programa de Pós Graduação em Música. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

<sup>36</sup> O casal GII entrevistado notadamente estava influenciado por ideias evangélicas que pregam a demonização do culto aos ancestrais praticados nas religiões de matriz africana que ora era praticado em RS03 antes da chegada da denominação evangélica.

Os pontos RS04 e RS07 foram de longe as localidades de mais difícil acesso. Inclusive, o nome de um dos núcleos chamado de Rincão do Inferno (RS04) tempos atrás devia fazer jus ao nome, pois se hoje em dia é de difícil acesso, quem dirá há 100 anos atrás. Nos demais pontos do interior do RS, o acesso era difícil, mas não impossível. Em resumo, o grau de dificuldade de acesso às comunidades variou de ponto a ponto.

O ponto RS06, por razões óbvias, foi o que mais refletiu a característica do português do entorno e é também o ponto mais aprazível em termos de população afrodescendente e do entorno. O ponto é cercado por descendentes de imigrantes alemães e italianos e com esses compartilham as dificuldades e felicidades de uma localidade do interior do Brasil. O que mais nos chamou a atenção foram os casamentos interétnicos e a religiosidade. Como a comunidade possui um centro de benção, todos do arredor sem distinção de etnia ou credo o frequentam para curar suas enfermidades, sejam elas quais forem. Esse foi o primeiro ponto a ser visitado e enfatizo as características dele porque foi assim que pude verificar *in loco* a diversidade que me esperava nas demais comunidades. Valeu o aprendizado.

Nenhum dos sete pontos de pesquisa pode ser enquadrado, literalmente, como “quilombo histórico”; essas comunidades foram formadas após a abolição da escravatura no Brasil. No entanto, as pessoas que ali vivem sempre estiveram naquele espaço, confirmando sua condição topostática.

Nas análises dos dados cartografados, verificamos que todas as comunidades mantêm marcas de africanidade que distinguem a variedade do seu português com a do português falado no seu entorno, porém verificamos também está ocorrendo uma acelerada transferência de variantes linguísticas do entorno para o português dessas comunidades. Em resumo, o comportamento linguístico dos membros dessas espacialidades linguísticas tende a ser por um lado mais conservador, na fala da GII; por outro lado, o futuro indica uma tendência de abertura para fora (orientação centrífuga), fazendo com que as comunidades gradativamente percam/abandonem as marcas de africanidade que os distinguem.

No tocante à relação entre língua e espaço, fica confirmada a hipótese de que as comunidades afro-brasileiras do RS formam um tipo de ilha linguística, isto é, de espaços geograficamente descontínuos com presença de afrodescendentes, identificados por sua etnicidade, historicidade e marcas sociais e linguísticas.

Como resultado do contato linguístico a que foram submetidos no decorrer de sua formação (urbana e/ou rural) do RS, pode-se dizer que o português das comunidades afro-brasileiras pesquisadas teve a sua variedade local, caracterizada pelo “insulamento” em um território delimitado, paulatinamente afetada por diferentes fatores sócio-históricos tanto internos (da comunidade) quanto externos (de seu entorno). Portanto, nunca é demais reafirmar que, mesmo mantendo variantes de origem africana, muitas delas arcaicas, outras contemporâneas ou arcaizadas, o que se observa de modo geral é uma mudança em curso no sentido da perda de variantes [+afro] em favor da incorporação e aproximação ao português “geral” (cf. **mapas 022 - QFF e 025b, 027c, 027c, 041b - QSL**).

A análise dos 22 mapas do Questionário Fonético-Fonológico (QFF) e das 20 perguntas selecionadas do Questionário Semântico Lexical (QSL), com as quais confeccionamos 54 mapas analíticos; mostrou que a variedade local do português das comunidades afro-brasileiras pesquisadas converge com o português do entorno mais geral, mantendo apenas em parte os africanismos [+ afro], evoluindo enfim na direção da variedade mais normatizada da língua. Sem dúvida, a ampliação do acesso à educação e mais recentemente à Universidade, com o sistema de cotas, desempenha um papel nesse processo, como se comprova nos pontos RS01, RS02, RS03, RS04, RS05 e RS06.

Apesar de termos incluído no questionário as questões morfossintáticas e realizado as respectivas entrevistas, não tivemos a oportunidade de analisar esse nível linguístico na fala das comunidades afro-brasileiras, tendo em vista as limitações inerentes a uma Tese de Doutorado. A quantidade de dados escolhidos para o QFF e o QSL se mostrou elevada demais, superando nossas expectativas. Isso comprometeu em parte os resultados, mas não os invalida. Estudos futuros podem completar essas lacunas

São significativos, ao meu ver, os resultados alcançados na análise dos mapas elaborados para a pesquisa. As macrotendências observadas nos dados respondem a pergunta central da Tese que teve por objetivo fundamental descrever em que medida se mantêm ou perdem na fala de velhos e jovens (GII e GI), qualitativamente de homens e mulheres, de sete comunidades afro-brasileiras situadas em diferentes microrregiões culturais do Rio Grande do Sul as marcas derivadas da herança africana no português desses indivíduos. Os resultados foram os seguintes:

a) O comportamento linguístico dos membros dessas comunidades com respeito à manutenção ou perda das marcas de africanidade no português varia entre

- 1) uma variedade mais conservadora, mais presente entre os falantes mais velhos,
  - 2) uma adequação ao português regional ou geral falado no entorno dessas comunidades e, por fim,
  - 3) uma reintegração de marcas de africanidade em virtude de uma consciência étnica e identitária crescente que pode ser associada à própria constituição e reconhecimento dessas comunidades quilombolas;
- b) Na dimensão diageracional, observou-se, portanto, uma mudança em curso geral, em toda a rede de pontos da pesquisa, na direção tanto da perda de variantes [+ **afro**] da GII para GI, conforme uma série de mapas (v. **mapa 022** – QFF e **mapas 036a e 041a** – QSL etc.), quanto no sentido contrário uma reintegração de formas [+ **afro**], provavelmente resultantes em grande parte do português geral falado no entorno destas comunidades tanto de/quanto de uma consciência identitária acentuada por meio do movimento negro.
- c) na dimensão diasssexual, pudemos evidenciar através dos dados que, de modo geral, as mulheres, mesmo as GII, tenderam a um comportamento de maior adesão às inovações ou às variantes do português do entorno, de fora das comunidades afro-brasileiras. Isso se explica pelo papel social das mulheres que mantinham um contato maior com falantes lusos, tendo em vista sua atividade como servindo os senhores/os donos. Com relação aos homens GII, em contrapartida, parecem constituir o grupo mais conservador. Entre os jovens, é também primordialmente o grupo GI<sub>m</sub> que mais mantém variantes [+afro] no português (v. **mapa 022**).
- d) no plano diatópico, o conjunto dos pontos de pesquisa se distingue entre uma adesão maior ou menor a determinadas variantes [+/- **afro**], sendo que se pode visualizar as seguintes tendências nos mapas:
- 1) o comportamento linguístico dos afro-brasileiros nos pontos RS01 e RS02 parece refletir uma consciência étnica e identitária maior, provavelmente como reflexo de ações do movimento negro (v. **mapas 023, 024, 025, 026, 028, 030, 032, 036, 038** que comprovam essa tendência). Estes pontos do litoral e metropolitano são os que mais conhecem formas [+**afro**].
  - 2) RS02, RS03 e RS05 como pontos mais próximos de grandes centros urbanos (Porto Alegre, Pelotas e Santa Maria) compartilham, ao mesmo tempo, influências que sugerem uma aproximação ao português brasileiro mais geral. Essa tendência,

no entanto, carece de uma descrição mais clara.

- 3) RS05 (de Depressão Central) e RS07 (das Missões) são os pontos que apresentam mais perdas de marcas [+afro] no português. São, ao mesmo tempo, os pontos mais distantes do litoral.
- 4) RS06 e RS07 são os pontos que, ao menos na variação fonética, apresentam mais influências do português de contato com línguas de imigração (alemã e italiana). RS07 se destaca, aliás, pela resistência a formas inovadoras do português brasileiro (cf. **mapas 001-003, 015, 016**).
- 5) Os pontos situados mais ao norte (Litoral – RS01, Imigração – RS06, Missões – RS07) e, em posição intermediária, RS05, levantam a hipótese de influência paulista de um português popular de base caipira, provavelmente em virtude das rotas de tropeiros, por exemplo, na ocorrência de /r/ retroflexo. Compartilham igualmente marcas que parecem contrastar com o português rio-grandense de influência paulista e de imigração. Coincidentemente, verificamos que os pontos RS05 e RS07 foram os que menos conheciam a forma [+afro] (cf. **mapas 024b, 025b, 027c, 027d, 028d, 029c, 030, 032a, 032c, 033a, 033b, 034b, 035, 039d**).
- 6) os pontos ao sul do estado, RS03 (charqueadas) e RS04 (pampas) sugeriram um comportamento fortemente convergente e assimilável ao português do entorno; uma maneira de expressão regional bem própria (cf. **mapas 028b, 029a, 029b, 034a, 036a, 036b, 040a, 041a**), sendo que RS04 apresentou-se como o ponto mais conservador, mesmo que muitas vezes predomine uma variante que poderia ser não exclusiva da influência afro. No ponto RS03 no entanto apresenta um comportamento mais variável (não tão estável como na Região dos Pampas) que oscila entre uma influência anterior regional e uma influência recente mais geral do português brasileiro.
- 7) Em suma, os comportamentos linguísticos dos membros das comunidades afro-brasileiras pesquisadas, no Rio Grande do Sul, convergem de modo geral para uma orientação centrífuga, que se contrapõe à noção de isolamento que tradicionalmente se associa a esse tipo de contexto, visto que a perda de marcas de africanidade e adoção de marcas da variedade do português brasileiro e regional do entorno é uma constante.

Certamente, muitos outros estudos poderão ser realizados a partir da pesquisa que apresentamos nesta Tese: outros recortes, outras perspectivas, novas conclusões, visto que, em momento algum, acreditamos na possibilidade de esgotarmos o assunto. Só temo suma ressalva, que estes estudos sejam realizados o mais brevemente possível, tendo em vista que a geração mais velha está se indo e com ela um “modo de falar” está se perdendo.

No estágio atual da pesquisa, a maior motivação desta Tese foi a tentativa de romper paradigmas. Com todas as deficiências e lacunas que reconhecemos neste trabalho – e a pesquisa com os dados levantados deve continuar com certeza, visto que há ainda muitos dados por analisar no *corpus* levantado – se o presente estudo proporcionou um olhar e uma perspectiva diferente de estudo das relações entre língua e sociedade em comunidades afro-brasileiras do Brasil, em toda a sua diversidade representada, neste recorte do Rio Grande do Sul – litoral, metrópole, charqueada, pampa, imigração, planalto central e Missões (colônias novas) – ENTÃO este autor, que se considera parte dessa história, já se dará por satisfeito pela contribuição prestada. Entender como se constitui ou desconstitui a língua de um grupo humano é, aliás, o primeiro passo para a afirmação de sua identidade.

A realização deste estudo permitiu, enfim, **entender um pouco melhor a dinâmica de formação do português em comunidades desse tipo, historicamente segregadas em virtude de sua condição de opressão, porém não descontextualizadas, tampouco tão isoladas que só se possa pensar em formas arcaicas.** Um ponto central que não se pode esquecer é que essas comunidades se constituíram, acima de tudo, “em situações de contato linguístico” com a sociedade do entorno. **O português dos afro-brasileiros**, nos dias atuais, é essencialmente o resultado dos contatos linguísticos desses grupos de fala com o português da sociedade e cultura dominante em que estão inseridos.

## REFERÊNCIAS

- ALERS, 2011a** = KOCH, Walter; ALTENHOFEN, Cléo V. & KLASSMANN, Mário (Orgs.). *Atlas Lingüístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil (ALERS): Introdução, Cartas fonéticas e morfossintáticas*. 2ª. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Florianópolis: Editora da UFSC, 2011. 512 p.
- ALERS, 2011b** = ALTENHOFEN, Cléo V. & KLASSMANN, Mário (Orgs.). *Atlas Lingüístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil (ALERS): Cartas Semântico-Lexicais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Florianópolis: Editora da UFSC, 2011. 960 p.
- ALKMIN, Tânia. *Questionário de palavras/termos de origem africana*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas (Instituto de Estudos da Linguagem), s/d.
- ALKMIN, Tânia; PETTER, Margarida Maria Taddoni. Palavras da África no Brasil de ontem e de hoje. IN: FIORIN, José Luiz; PETTER, Margarida Maria Taddoni. *África no Brasil – a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 145-177.
- ALMEIDA, Alessandra Preussler de. *A concordância verbal na comunidade de São Miguel dos Pretos, Restinga Seca, RS*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Letras/UFRGS, 2006.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (org.) *Quilombos. Identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV/ ABA, 2002.
- ALTENHOFEN, Cléo V. Os contatos linguísticos e seu papel na realização do português falado no sul do Brasil. In: ESPIGA, Jorge; ELIZAINCÍN, Adolfo. (Org.). *Español y portugués: um (velho) novo mundo de fronteiras e contatos*. Pelotas, 2008, v., p. 129-164.
- ALTENHOFEN, Cléo V. Interfaces entre dialetologia e história. In: MOTA, Jacyra; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino (orgs.). *Documentos 2: Projeto Atlas Lingüístico do Brasil*. Salvador : Quarteto, 2006. p. 159-185.
- ALTENHOFEN, Cléo V. Os estudos de variação linguística e de línguas em contato com o português: raízes históricas da pesquisa no Instituto de Letras da UFRGS. In: MITTMANN, Solange & SANSEVERINO, Antônio Marcos Vieira (orgs.). *Trilhas de investigação: a pesquisa no I.L. em sua diversidade constitutiva*. Porto Alegre: Instituto de Letras / UFRGS, 2011. p.17-31.
- ALTENHOFEN, Cléo V. Bases para uma política linguística das línguas minoritárias no Brasil. In: NICOLAIDES, Christine et al. (orgs.). *Política e políticas linguísticas*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013a. p. 93-116.
- ALTENHOFEN, Cléo V. Migrações e contatos linguísticos na perspectiva da geolinguística pluridimensional e contatual. In: Revista de Letras Norte@mentos, Sinop, n. 12, v. 6, p. 19-43, 2013b. Acessível em: <<http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/norteamentos /issue/view/73>>.
- ALTENHOFEN, Cléo V. O “território de uma língua”: ocupação do espaço pluridimensional por variedades em contato na Bacia do Prata. In: FERNÁNDEZ, Ana Lourdes da Rosa Nieves; MOZZILLO, Isabella; SCHNEIDER, Maria Nilse & CORTAZZO, Uruguay (orgs.). *Línguas em contato: onde estão as fronteiras?* Pelotas: Editora UFPel, 2014. p. 69-103.
- ALTENHOFEN, Cléo Vilson; KLASSMANN, Mário Silfredo. (Orgs.) *Atlas Lingüístico-etnográfico da Região Sul do Brasil – ALERS: cartas semântico-lexicais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Florianópolis, Ed. UFSC, 2011.

- AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira*. 3. ed. São Paulo: HUCITEC; Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976. [1920]
- AMARAL, Marisa Porto do. *Mapas mentais de variações linguísticas no Rio Grande do Sul*. (Manuscrito) Rio Grande : S.d.
- AMORIM, C. R. (org.). *Negros do Ribeira: reconhecimento étnico e conquista do território*. São Paulo: ITESP, 1998.
- ANDRADE, Tânia (Org.). *Quilombos em São Paulo: tradições, direitos e lutas*. São Paulo: IMESP, 1997.
- ANJOS, José Carlos Gomes dos, SILVA, Sérgio Baptista da. *São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade negra e direitos territoriais*. Porto Alegre: Ed. da URGs, 2004.
- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. *Coleção África-Brasil*. Cartografia para o Ensino-Aprendizagem. Brasília: Editora Mapas Consultoria, 2000.
- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. *Territórios das Comunidades Remanescentes de Antigos Quilombos no Brasil: primeira configuração espacial*. 3. ed. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2005.
- ARENDS, J.; MUYSKEN, P.; SMITH, N. *Pidgins and creoles: an introduction*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1995.
- ARRUTI, José Maurício Andion. A emergência dos “Remanescentes”: Notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. In: *Mana*. Estudos de Antropologia Social. PPGAS -UFRJ. Rio de Janeiro: PPGAS, 1997.
- ARRUTI, José Maurício Andion. Direitos étnicos no Brasil e na Colômbia: notas comparativas sobre hibridação, segmentação e mobilização política de índios e negros. In: Horizontes Antropológicos. UFRGS. IFCH.PPGAS . Ano 6, n.º 14. Porto Alegre: PPGAS, 2000.
- ARRUTI, José Mauricio. *Mocambo: antropologia e história no processo de formação quilombola*. Bauru: Edusc, 2006.
- AUER, Peter; SCHMIDT, Erich (eds.). *Language and space: An International Handbook of Linguistic Variation*. Vol. 1: Theories and methods. Berlin: De Gruyter Mouton, 2010.
- BANTON, Michael. *A idéia de raça*. São Paulo: Edições 70 / Martins Fontes, 1977.
- BARROS, Fernando Hélio Tavares de. *Migração e territorialização do alemão e do português como línguas de (i)migração em Porto dos Gaúchos - MT: configurações do multilinguismo em fronteira de Amazônia*. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Letras) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.
- BATTESTINI, Simon. *Ecriture e texte*. Contribution africain. Quebec / Paris: Université Laval/ Presence Africaine. 1997.
- BAXTER, A. N. A contribuição das comunidades Afro-Brasileiras Isoladas para o Debate sobre a Crioulização Prévia: um exemplo do Estado da Bahia. *Actas do colóquio sobre “Crioulos de Base Lexical Portuguesa*. ed. by Ernesto d’Andrade e Alain Kihm, 7-35. Lisboa: Colibri, 1992.
- BAXTER, Alan N. *Transmissão geracional irregular na história do português brasileiro – divergências nas vertentes afro-brasileiras*. In: Revista Internacional de Língua Portuguesa 14. [Número especial]. Lisboa, dez. 1995. p. 72-90.

BENTO, Claudio Moreira. *O negro descendência na sociedade do Rio Grande do Sul (1635 – 1975)*. Porto Alegre, Grafosul, Instituto Nacional do Livro, 1976.

BONVINI, Emilio. Línguas africanas e português falado no Brasil. IN: FIORIN, José Luiz; PETTER, Margarida Maria Taddoni. *África no Brasil – a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 15-62.

BONVINI, Emilio. Palavras de origem africana no português do Brasil: do empréstimo à integração. In: NUNES, J. H. *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP: Pontes, 2002.

BONVINI, E.; PETTER, M. M. T. Portugais du Brésil et Langues Africaines. *Langages*, 130, Paris: Larousse, 1998.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Do campo para a cidade: um estudo sociolinguístico de migração e redes sociais*. Tradução de Stella Maris Bortoni-Ricardo, Maria do Rosário Rocha Caxangá. São Paulo: Parábola Editoria, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

BUNSE, Heinrich A. W. *São José do Norte - aspectos lingüístico-etnográficos do antigo município*. 2. ed. Porto Alegre : Mercado Aberto; Instituto Estadual do Livro, 1981.

BUNSE, Heinrich & KLASSMANN, Mário S. *Estudos de dialetologia no Rio Grande do Sul (problemas, métodos, resultados)*. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia, UFRGS, 1969.

CALLOU, D. M. I. Um estudo em tempo real em dialeto rural brasileiro: questões morfossintáticas. In: GROBE, Sybille e ZIMMERMAN, Klaus. *Substandard e mudança no português do Brasil*.(eds.) Frankfurt am Main: TFM, 1998, pp. 255-272.

CAMARA Jr., Joaquim Mattoso. *Dicionário de Linguística e Gramática*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional. O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARENO, M. F. do. *Vale do Ribeira: a voz e a vez das comunidades negras*. São Paulo: Arte & Ciência/UNIP, 1997.

CARNEIRO, E. *O Quilombo dos Palmares*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1958.

Comitê Nacional do Projeto ALiB (Brasil). *Atlas linguístico do Brasil: questionário 2001*. Londrina: Ed. UEL, 2001.

COSERIU, Eugênio. *O homem e sua linguagem*. Rio de Janeiro: Presença, 1987.

COUTO, Hildo Honório do. *O que é Português brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

CUNHA JUNIOR, Henrique. *O Etíope: Uma escrita africana*. Revista Educação Gráfica. 2007. Vol. 11, pp. 1-10.

CUNHA, A. S. de A.; SOUZA, A. C. S. de.(1997). A Variação da Concordância de Gênero na Linguagem do Cafundó. In: *Anais do XLIV Seminários do GEL*. Taubaté: Universidade de Taubaté, 1997.

ELIA, Silvio. *O problema da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: INL, 1979.

- FERNANDES, Márcio Luiz; KUTASSI, Adriano Dídimo. Análise fenomenológica dos ritos celebrativos na cultura banto. In: SANCHES, M. A. (Org.) Congresso de Teologia da PUCPR, 9., 2009, Curitiba. Anais eletrônicos. Curitiba: Champagnat, 2009. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/congressoteologia/2009/>.
- FERREIRA, C.; CARDOSO, S. A. M. *A dialetologia no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.
- FERREIRA, Carlota. Remanescentes de um falar crioulo brasileiro. In: FERREIRA, Carlota et al. *Diversidade do português do Brasil*. Salvador: EDUFBA, 1984.
- FIGUEIREDO, Carla Regina de Souza. *Topodinâmica da variação do português gaúcho em áreas de contato intervietal do Mato Grosso do Sul*. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.
- FILHO, Aderval Costa. Quilombos e povos tradicionais. Disponível em [http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/geral/anexos/txt\\_analitico/COSTA\\_FILHO,\\_Aderval\\_Quilombos\\_e\\_Povos\\_Tradicionais.pdf](http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/geral/anexos/txt_analitico/COSTA_FILHO,_Aderval_Quilombos_e_Povos_Tradicionais.pdf). Último acesso em 5.2.2013
- FINNEGAN, Ruth. *Oral literature in Africa*. Londres: Oxford University Press, 1983.
- GARMADI, Juliette. *Introdução à sociolinguística*. Lisboa: Dom Quixote, 1983.
- GRUPO DE TRABALHO DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA DO BRASIL (GTDL). Relatório de Atividades (2006/2007). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=840>
- GUTIERREZ, Ester J.B. *Negros, charqueadas e Olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. Pelotas: EDUFPEL/Mundial, 1993.
- GUY, G. R. *Linguistic Variation in Brazilian Portuguese: Aspects of Phonology, Syntax and Language History*. PhD dissertation, University of Pennsylvania. Ann Arbor: University Microfilms, 1981.
- GUY, G. R. On the nature and origins of Popular Brazilian Portuguese. In: *Estudios sobre Español de América y Lingüística Afroamericana*. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1989.
- HEIDEMANN, Maria. Os Kikongo: a religião tradicional como desafio à inculturação. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Goiás: Goiânia, 2004.
- HOLM, J. Creole influence on Popular Brazilian Portuguese. In: Gilbert, Glen (ed.). *Pidgin and Creole Languages*. Honolulu: University of Hawaii Press, 1992. p. 406-429.
- HOLMES, Janet; MEYERHOFF, Miriam. *The Community of Practice: Theories and methodologies in language and gender research*, *Language en Society*, n. 28, p.173-183, Cambridge University Press, 1999.
- HORST, Aline. *Variação e contatos linguísticos do vestfaliano rio-grandense falado no Vale do Taquari*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Programa de Pós-Graduação em Letras, 2014.
- IBGE = Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro : Serviço Gráfico do IBGE, 2010.
- JAHN, Janheinz. *Muntu: las culturas neoafricanas*. México-Buenos Aires: F. de Cult. Econ., 1963.
- JEROSLOW, H. M. *Creole characteristics in Rural Brazilian Portuguese*. Comunicação apresentada a Conferência Internacional sobre Línguas Pidgins e Crioulas. Universidade do Havaí, 1975.

- KAGAME, Aléxis. *La philosophie Bantu – Rwandaise de l'Être*. 1956.
- KAGAME, Aléxis. *La philosophie Bantu comparée*. Paris: Présence Africaine, 1976.
- KEMPF, Catherine B. Os brasileirismos de “origem desconhecida” e as lexias e expressões de origem africana num levantamento do léxico de “nordestinos pioneiros em Guajará-Mirim”. *PAPIA 19*, p. 123-140, 2009.
- LAUAND, Luiz Jean. Tomás de Aquino e a Metafísica das Línguas Bantu e Tupi. *Notandum - FEUSP*. Ano III, nº. 6, jul-dez 2000. Disponível em: <http://www.hottopos.com/notand6/jean.htm>
- LAYTANO, Dante. *Alguns aspectos da história do negro no RS*. In: RS – Imagem da terra gaúcha. Porto Alegre, 1942.
- LAYTANO, Dante. *História da República Riograndense (1835-45)*. Porto Alegre: Globo, 1936.
- LAYTANO, Dante. *Os africanos no dialeto gaúcho*. Revista nº. 62 do IHG do RS. Porto Alegre, 1936.
- LEITE, Ilka Boaventura . Territórios Negros em Área Rural e Urbana - Algumas Questões. Textos e Debates, NUER/UFSC, v. 2, 1991.
- LEITE, Ilka Boaventura. Classificações étnicas e as terras de negros no sul do Brasil. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). Terra de quilombos. Rio de Janeiro: ABA, 1995.
- LOBO, Janaina Campos; BERTUSSI, Mayra Lafoz. O Legal e o Local: Relações de Poder, Conflitos e a Titulação da Terra na Comunidade Quilombola de Palmas/ Bagé-RS. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. (Orgs) et al. *Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos*. (Vol. 01, nº. 02. ). Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2010. pp. 205-208.
- LOPES, Nei. *Novo dicionário Banto do Brasil*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.
- LUCCHESI, Dante. A contituição histórica do português brasileiro como um processo bipolarizado: tendências atuais de mudança nas normas culta e popular. In: GROË, S.; ZIMMERMANN, K. (Ed.) “*Substandard*” e mudança no português do Brasil. Frankfurt am Main: TFM, 1998.
- LUCCHESI, Dante. *A variação na concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-brasileira: novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil*. Tese (Doutorado em Linguística) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.
- LUCCHESI, Dante. Variação e norma: elementos para uma caracterização sociolinguística do português do Brasil. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*. Lisboa, 12: 17-28, 1994.
- LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza. *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009.
- MAESTRI FILHO, Mario José. *O escravo no Rio Grande do Sul: a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho*. Caxias do Sul: EDUCS, 1984
- MAESTRI FILHO, Mario José. *Quilombos e quilombolas em terras gaúchas*. Porto Alegre/Caxias do Sul: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/Universidade de Caxias, 1979.

- MAESTRI, Mário. Pampa Negro: Quilombos no Rio Grande do Sul in. REIS,J.J; GOMES, F. dos S. *Liberdade por um fio: história dos Quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 307
- MARGOTTI, Felício Wessling. *Difusão sócio-geográfica do português em contato com o italiano no sul do Brasil*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul; PPG-Letras, 2004.
- MARROQUIM, Mário. *A língua do Nordeste*. São Paulo: Nacional, 1945.
- MELLO, Heliana; NARO, Anthony J.; SCHERRE, Maria Marta P. *Sobre a noção de transmissão linguística irregular nos estudos de línguas pidgins e crioulas*. In: PAPIA, São Paulo, v. 13, n. 1, 2003, p. 230.
- MELLO, Heliana; ALTENHOFEN, Cléo V.; RASO, Tommaso (orgs.). *Os contatos linguísticos no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- MELO, Gladstone Chaves de. *A Língua do Brasil*. Rio de Janeiro : Padrão, 1981.
- MENDONÇA, R. *A influência africana no português do Brasil*. Rio de Janeiro: Sauer, 1933.
- MORAES, Fabiana. No país do racismo institucional: dez anos de ações do GT Racismo no MPPE. 1. ed. Recife: Procuradoria Geral de Justiça, 2014.
- MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Os cativos e os homens de bem*. Experiências negras no espaço urbano. Porto Alegre: EST Edições, 2003.
- MOSER, Alvino. *Formação docente em comunidades de prática*. Revista Intersaberes, Curitiba, a. 5, n.10, p. 210-244, jul./dez. 2010.
- MOURA, Clóvis. *Rebeliões de senzala: quilombos, insurreições e guerrilhas*. 4 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988, p. 269 e 271.
- MOURA, Glória; SCHWARCZ, Lilia K. Moritz; HAMBURGER, Ernst W. *Navio Negreiro; Batuque Quilombo*. São Paulo: Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP, 1996.
- MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo na África. *Revista USP*, São Paulo (28):56-63, Dezembro/Febrero 1995/1996. Disponível em: <http://www.usp.br/revistausp/28/04-kabe.pdf>.
- MUSSA, A. B. N. *O papel das línguas africanas na história do português do Brasil*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1991.
- NARO, Anthony J.; SCHERRE, Maria Marta P. *Sobre as origens do português popular do Brasil*. In: D.E.L.T.A., São Paulo, v. 9, n. especial, 1993, p. 437-454.
- NASCENTES, Antenor. *O idioma nacional*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1960.
- NASCENTES, Antenor. *O linguajar carioca*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953.
- O'DWYER, E. C. (org.). *Quilombos*. Identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV/ABA, 2002.
- OLIVEIRA, Eduardo. *Filosofia da ancestralidade: corpo e mito na filosofia da educação brasileira*. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2007.
- OLIVEIRA, Klebson. *Negros e escrita no Brasil do século XIX: sócio-história, edição filológica de documentos e estudo linguístico*. Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

- OLIVEN, R. G. A invisibilidade social e simbólica do negro no Rio Grande do Sul. In: LEITE, I. B. *Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.
- PACHECO DE OLIVEIRA, J.; O'DWYER, E. C. *Documento do grupo de trabalho sobre comunidades negras rurais*. Encontro da ABA (Associação Brasileira de Antropologia)/Rio de Janeiro, 17 e 18 de outubro de 1994.
- PADILHA, Laura. *Entre a voz e Letra*. O lugar da ancestralidade na ficção angolana do século XX. Niterói / Rio de Janeiro: EdUFF / Pallas, 2007.
- PESSOA DE CASTRO, Yeda. A matriz africana no português do Brasil. In: CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra & MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Orgs.). *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006. p. 81-116.
- PESSOA DE CASTRO, Yeda. *Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001. p. 25-47.
- PESSOA DE CASTRO, Yeda. *Os falares africanos na interação social dos primeiros séculos*. In: Sociedade, cultura e língua: Ensaio de sócio e etnolinguística. Org. por Linalda de Arruda Mello. João Pessoa : Shorin, 1990. p. 91-113.
- PETTER, M. M. T. Africanismos no português do Brasil. *História das idéias linguísticas: Construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Eni P. Orlandi (org.). Campinas: Pontes; Cáceres: Unemat Editora, 2001.
- PETTER, M. M. T. Termos de origem africana no léxico do português do Brasil. In: NUNES, J. H. *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP: Pontes, 2002.
- PETTER, M. M. T.; FIORIN, J. L. *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2009.
- PINHEIRO, Luciana Santos. *Processos de territorialização de variedades dialetais do italiano como línguas de imigração no nordeste do Rio Grande Sul*. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.
- PONSO, Letícia Cao. “As línguas não ocupam espaço dentro de nós”: práticas, atitudes e identidades linguísticas entre jovens moçambicanos plurilíngues. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2014.
- POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FERNART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*. Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.
- PRASS, Luciana. *Maçambiques, Quicumbis e Ensaio de Promessa: um reestudo etnomusicológico entre quilombolas do sul do Brasil*. Tese (Doutorado em Música) – Programa de Pós Graduação em Música. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.
- PREVITALLI, Ivete Miranda. *Minkisi e inquices: cosmovisão banta e ressignificação no candomblé angola*. Anais da Associação Brasileira de História das Religiões. Vol. 13, 2012.  
Disponível em:  
<http://www.abhr.org.br/plura/ojs/index.php/anais/article/viewFile/529/368>. Acessado em 15/09/2014.

QUEIROZ, Amarino Oliveira de. *As inscricuras do verbo: dizibilidades performativa da palavra poética africana*. Recife: Tese de doutoramento. UFPE, 2007.

RAIMUNDO, J. *O elemento afro-negro na língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Renascença, 1933.

RENK, Arlene. *Etnicidade e itinerários de grupos étnicos no Sul do Brasil*. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/anpocs/renk.rtf>. Acessado em: 22/09/2014.

RUBERT, Rosane A. Comunidades negras no RS: o redesenho do mapa estadual. In: SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antônio dos; CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha (Orgs.). *RS Negro – Cartografias sobre a produção do conhecimento*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

RUBERT, Rosane A. *Comunidades Negras rurais do RS: um levantamento sócio-antropológico preliminar*. Porto Alegre: RS RURAL; Brasília: IICA, 2005.

SEVERO, Cristine Gorski. *A comunidade de fala na sociolinguística laboviana: algumas reflexões*, Revista Voz das Letras, Santa Catarina, n. 9, p. 1-17, 2008.

SILVA NETO, S. da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Presença, 1986.

SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antônio dos; CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha (Orgs.). *RS Negro – Cartografias sobre a produção do conhecimento*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

SILVA, José Graziano da. *A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira*. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 1997.

SILVA, Renata Souza da. *Boaventura Cardoso, um (re)inventor de palavras e tradições*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

SOUZA, A. C. S. de. *A concordância de gênero entre o sujeito e o predicativo na fala da comunidade quilombola da Caçandoca*. Dissertação de Mestrado em Semiótica e Linguística Geral. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2000.

SOUZA, A. C. S. de. *A variação da concordância de gênero entre o sujeito e o predicativo na linguagem do Cafundó*. *Estudos Linguísticos XLVI. Seminários do GEL*. Bauru: Universidade do Sagrado Coração, pp. 208-214, 1999.

TAVARES DOS SANTOS, José V. *Crítica da sociologia rural e a construção de uma outra sociologia dos processos sociais agrários*. In: *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: ANPOCS/Vértice, 1991.

THUN, Harald. *A geolinguística pluridimensional, a história social e a história das línguas*. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade (org.). *Para uma história do português brasileiro, volume VII: vozes, veredas, voragens*. Londrina: EDUEL, 2009. Tomo II, p. 531-558

THUN, H. *La géographie linguistique romane à la fin du XXe. Siècle*. CONGRÈS INTERNATIONAL DE LINGUISTIQUE ET DE PHILOLOGIE ROMANES, 22., 1998, Bruxelas. Actes... v. 3. *Vivacité et diversité de la variation linguistique*. Tubingen: Niemeyer, 2000, p. 367-388.

THUN, Harald. *La geolinguística como linguística variacional general (com ejemplos del Atlas lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay)*. In: International Congress of

Romance Linguistics and Philology (21. : 1995 : Palermo). *Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza*. Org. Giovanni Ruffino. Tübingen : Niemeyer, 1998. v. 5, p. 701-729, incluindo resumo dos tópicos principais da seção 5, p. 787-789.

THUN, Harald. Metasprache, “fake-language” und Objektsprache. Dia diareferentielle Dimension im Atlas linguístico Guaraní-Románico. Sociología(ALGR-S).In: LENZ, Alexandra N.; RADTKE, Edgar; ZWICKL, Simone (Hrsg.). *Variation im Raum / Variation in space*. Frankfurt a.M. : Peter Lang, 2004. p. 133-161.

THUN, Harald. *Movilidad demográfica y dimensión topodinámica. Los montevideanos en Rivera*. In: RADTKE, Edgar; THUN, Harald [orgs.]. *Neue Wege der romanischen Geolinguistik: Akten des Symposiums zur empirischen Dialektologie*. Kiel : Westensee-Verl., 1996. p. 210-269.

THUN, Harald. Pluridimensional cartography. In: LAMELI, Alfred; KEHREIN, Roland; RABANUS, Christian (eds.). *Language mapping*. Berlin: de Gruyter Mouton, 2010. p. 506-523.

THUN, Harald. Variation im Gespräch zwischen Informant und Explorator. In: LENZ, Alexandra N.; MATTHEIER, Klaus J. (Hrsg.). *Varietäten – Theorie und Empirie*. Frankfurt a. Main [u. a.] : Lang, 2005. p. 97-127.

THUN, Harald. Variety complexes in contact: A study on Uruguayan and Brazilian Fronterizo. In: AUER, Peter; SCHMIDT, Erich (eds.). *Language and space: An International Handbook of Linguistic Variation. Vol. 1: Theories and methods*. Berlin: De Gruyter Mouton, 2010. p. 706-723.

TORMA, Kathy Rejane Pestana. *Comunidades de Prática: uma sociolinguística responsável para o ensino aprendizagem da língua franca Inglês como língua adicional*. In: III Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional Discurso Identidade e Sociedade, Campinas, São Paulo, p. 1-16, 2011.

UKWATCHALI, José Adriano. O fenómeno religioso na cultura Umbundu como processo do desenvolvimento de Angola. Angola: Seminario del Buen Pastor, s/d. Disponível em: [www.sandamaso.es/uploaded\\_files/ukwatchali1.doc](http://www.sandamaso.es/uploaded_files/ukwatchali1.doc).

VERGER, Pierre. *Fluxo e Refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos*. Salvador: Currupio, 1987, p. 12.

VOGT, C.; FRY, P. *Cafundó – A África no Brasil*. 1. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O “lugar” dos rurais: o meio rural no Brasil moderno. Paper apresentado no 35º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Natal /RN: agosto de 1997.

WARDHAUGH, Ronald. Speech Communities. In: WARDHAUGH, Ronald. *An introduction to sociolinguistics*. 6. ed. Sussex: Wiley-Blackwell, 2010.

ZARTH, P. A. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Ed. UNIJUI, 2002.

## APÊNDICES

APÊNDICE A – **Questionário para as Comunidades Afro-brasileiras do Rio Grande do Sul**

**QUESTIONÁRIO  
PARA AS COMUNIDADES AFRO-BRASILEIRAS DO RIO  
GRANDE DO SUL**

Programa de Pós-Graduação em Letras / UFRGS  
Tese de Doutorado: Antonio Carlos Santana de Souza  
Orientador: Cléo V. Altenhofen

PONTO:

.....

...

Nº DO PONTO:

.....

INFORMANTES/ENTREVISTAS: Nome (idade)

<p><b>mGII</b> Data: .....</p>	<p><b>mGI</b> Data: .....</p>
<p><b>fGII</b> Data: .....</p>	<p><b>fGI</b> Data: .....</p>

**mGII** = 02 homens, geração velha (acima de 55 anos)

**fGII** = 02 mulheres, geração velha (acima de 55 anos)

**mGI** = 02 homens, geração jovem (18 a 36 anos)

**fGI** = 02 mulheres, geração jovem (18 a 36 anos)

**Critérios gerais:** a) afrodescendentes nascidos ou vivendo 3/4 da vida na comunidade  
b) escolaridade preferencialmente inferior a 2º grau  
c) não ter morado fora por muito tempo  
d) gostar de conversar

## PARTE A - DADOS SOCIOLÓGICOS / INFORMANTE

<b>A) IDENTIFICAÇÃO DOS INFORMANTES</b>				
Entrevista:	<input type="checkbox"/> mGII	<input type="checkbox"/> fGII	<input type="checkbox"/> mGI	<input type="checkbox"/> fGI
<p><b>Nome do Informante 1:</b></p> <p>.....</p> <p>Data de Nascimento: ..... Idade: .....</p> <p>.....</p> <p>Onde nasceu? <input type="checkbox"/> na comunidade    <input type="checkbox"/> em outra localidade. Qual?</p> <p>.....</p> <p style="padding-left: 40px;">Há quanto tempo mora na localidade?</p> <p>.....</p> <p>Escolaridade:</p> <p>.....</p> <p>..</p> <p>Trabalho/Ocupação:</p> <p>.....</p> <p>Religião:</p> <p>.....</p> <p>.....</p> <p>Endereço (se quisermos enviar uma carta?):</p> <p>Autoriza o uso dos dados para a pesquisa?    <input type="checkbox"/> sim            <input type="checkbox"/> não</p>				
<p><b>Nome do Informante 2:</b></p> <p>.....</p> <p>Data de Nascimento: ..... Idade: .....</p> <p>.....</p> <p>Onde nasceu? <input type="checkbox"/> na comunidade    <input type="checkbox"/> em outra localidade. Qual?</p> <p>.....</p> <p style="padding-left: 40px;">Há quanto tempo mora na localidade?</p> <p>.....</p> <p>Escolaridade:</p> <p>.....</p> <p>..</p> <p>Trabalho/Ocupação:</p> <p>.....</p> <p>Religião:</p> <p>.....</p> <p>.....</p> <p>Endereço (se quisermos enviar uma carta?):</p> <p>Autoriza o uso dos dados para a pesquisa?    <input type="checkbox"/> sim            <input type="checkbox"/> não</p>				
<p>Outro(s) participante(s):</p>				

## PARTE B - DADOS SOCIOLÓGICOS / AFRO-BRASILEIRO

<b>B) LOCALIDADE DA PESQUISA</b>	
<b>1</b>	<b>TOPONÍMIA</b>
1.1	Nome da localidade onde mora o informante:
1.2	Nomes anteriores:
1.3	Esse(s) nome(s) ainda é/são usado(s)?
1.4	Origem do nome da Comunidade Afro-brasileira?
1.5	As pessoas da comunidade usam um nome para identificar-se? Qual?
2	Observações sobre a <b>localização</b> da localidade (distância de cidade próxima, tipo de estrada, mobilidade etc.)
3	Breve <b>história</b> da Comunidade Afro-brasileira.
4	<b>Origem</b> dos afrodescendentes
5	<b>Etnias</b> na região (pessoas de outras origens, observar designações)
<b>6 DADOS DEMOGRÁFICOS</b>	
6.1	População Total
6.2	Número de famílias afrodescendentes
6.3	Número de famílias brancas (se houver)
6.4	Número de casas na comunidade
7	Posto médico
<b>8 ESCOLARIZAÇÃO</b>	
8.1	Se houver escola na comunidade, a partir de quando foi posta à disposição da comunidade?
8.2	Como foi a escola dos mais velhos e como é hoje em dia para os mais jovens?
9	Como aconteciam os casamentos na comunidade? Se de fora da comunidade, qual a origem do noivo(a)? Eram permitidos uniões entre parentes (primos, etc.)?

10 IDENTIFICAÇÃO TERRITORIAL
10.1 Qual o caráter jurídico das terras da comunidade?
10.2 Área atualmente ocupada?
10.3 Área originalmente ocupada?
10.4 Há conflitos (ou houve)?
11 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS
11.1 Na agricultura
11.2 Tipo de organização do trabalho (individual, familiar etc.)
12 HÁBITOS CULTURAIS
12.1 Quais as expressões culturais mantidas pela comunidade?
12.2 A comunidade se dedica a alguma festividade religiosa ou de outro tipo? Em caso afirmativo, qual o tipo e época do ano?
OUTRAS OBSERVAÇÕES

**PARTE C – DADOS LINGUÍSTICOS**  
**QUESTIONÁRIO FONÉTICO-FONOLÓGICO (QFF)**

<b>1</b>	<b>FÓSFORO</b> (ALiB QFF 015; ALERS 574; carta 338) Aquilo que usa (mímica) para acender o fogo?
<b>2</b>	<b>VARRER</b> (ALiB QFF 018) Para limpar o chão, o que é que é preciso fazer (mímica)?
<b>3</b>	<b>ARROZ</b> (ALiB QFF 021) O que se come no almoço, uns grãozinhos brancos que podem acompanhar o feijão, a carne?
<b>4</b>	<b>COLHER</b> – subst. (ALiB QFF 025) A carne se come com garfo e faca. E a sopa, com que se toma? [O que é que se usa para tomar sopa?]
<b>5</b>	<b>SAL</b> (ALiB QFF 028) O que é preciso colocar na carne para temperar?
<b>6</b>	<b>MENTIRA</b> (ALiB QFF 106; ALERS QFF 012; cartas 18 e 29 ) Se na é verdade, então é...?
<b>7</b>	<b>ÁRVORE</b> (ALiB QFF 039; ALERS QSL 109; carta 054 e 055) O que é que dá sombra nas ruas, no campo / para o gado nos pastos?
<b>8</b>	<b>NOITE</b> (ALiB QFF 055) Quando fica tudo escuro e as pessoas vão dormir é a . . . ?
<b>9</b>	<b>TARDE</b> (ALiB QFF 062) Qual é o contrário de cedo?
<b>10</b>	<b>TRÊS</b> (ALiB QFF 063; ALERS QMS 6.3; carta 03) O que é que vem depois do dois?
<b>11</b>	<b>BICICLETA</b> (ALiB QFF 071) Aquilo que tem duas rodas grandes que se senta e sai pedalando?
<b>12</b>	<b>MUITO</b> (ALiB QFF 077; ALERS QFF 011; carta 26) Qual é o contrário de pouco?
<b>13</b>	O <b>OLHO</b> / <b>OS OLHOS</b> – subst. (ALiB QFF 112; ALERS QSL 237, carta 163) Isto? (Apontar) E se são os dois? (Pl.)
<b>14</b>	<b>COMPADRE</b> (ALERS QFF 005; carta 19) Se a mulher é comadre, o homem é...

<b>15</b>	<b>REVÓLVER</b> (ALERS QFF 009; cartas 39, 44, 54; cartas 37/39 (a), 37/39 (b), 37/39 (c), carta 37/38/39) Qual é a arma de fogo com uma peça que gira e se maneja com uma mão só? Quais são as armas de fogo que conhece?
<b>16</b>	<b>PROCISSÃO</b> (ALERS QFF 025; cartas 12, 22) Nas festas de igreja, que nome tem a caminhada que o povo faz levando uma imagem de um ponto a outro?
<b>17</b>	<b>CRUZ</b> (ALERS QFF 026; carta 02; carta 01/02) O que se põe nas torres das igrejas e nos túmulos com esta forma? (mímica)
<b>18</b>	<b>VELHO</b> (ALiB QFF 139) Um sapato que não é novo é . . . ?
<b>19</b>	<b>CARRO</b> (ALERS QFF 045; carta 46) O que se guarda na garagem? Que outro nome se dá ao automóvel?
<b>20</b>	<b>CORDA</b> (ALERS QFF 041; carta 51; carta 48-53; carta 44-46/51/53) Os fios do violão se chamam...
<b>21</b>	<b>FERVENDO</b> (ALERS QFF 016; carta 52; carta 48-53; carta 36) Quando a água da chaleira fica quente de soltar fumaça, a gente diz que ela está...
<b>22</b>	<b>QUASE</b> E se a água começa a chiar, ela está fervendo?
<b>23</b>	<b>MILHARAL</b> Uma plantação de milho é um...
<b>24</b>	<b>CALÇA</b> (ALERS QSL 617, carta 361) Que roupa os homens usam da cintura para baixo? Apontar.

24 perguntas

**QUESTIONÁRIO SEMÂNTICO-LEXICAL (QSL)**

<b>1</b>	<b>BARULHO (ALiB QFF 154)</b> Quando uma criança está dormindo, o que se diz para ela não acordar? “Fale baixo, não faça...” a) barulho; b) banzê; c) auê; d) fuá
<b>2</b>	<b>ORVALHO / SERENO (ALiB QSL 020; ALERS QSL 059; carta 032)</b> De manhã cedo, a grama geralmente está molhada. Como chamam aquilo que molha a grama? a) orvalho; b) sereno; c) cerração; d) neblina; e) nevoeiro
<b>3</b>	<b>CORCUNDA (ALiB QSL 107; ALERS QSL 312; carta 207)</b> A pessoa que tem um calombo grande nas costas e fica assim (mímica)? a) cacunda; b) costas; c) corcova
<b>4</b>	<b>MENINO / GURI / PIÁ (ALiB QSL 132; ALERS 443 e 444; carta 270 e 271)</b> Criança pequenininha, a gente diz que é bebê. E quando ela tem de 5 a 10 anos, do sexo masculino? a) moleque; b) jibi/gibi; c) guri; d) piá; e) menino; f) garoto; g) rapazinho
<b>5</b>	<b>NEGRO (ALERS QSL 366; carta 238)</b> As pessoas que têm pele bem escura? a) negro; b) preto; c) moreno
<b>6</b>	<b>SARARÁ (ALERS QSL 368)</b> O que entendem aqui por “sarará”? a) (nego) aço; b) sarará
<b>7</b>	<b>ÍNDIO / BUGRE (ALERS QSL 369; carta 240)</b> Aqui costumam dizer “índio” ou “bugre”? a) índio; b) bugre
<b>8</b>	<b>MULATO (ALERS QSL 367; carta 239)</b> As pessoas que são de pele um pouco escura, porque só a mãe ou só o pai é negro? [Negro] misturado com branco [etnia da região] dá filho... a) mulato; b)
<b>9</b>	<b>CABELO LOIRO (ALERS QSL 276 a; carta 193)</b> E o cabelo que é bem claro, tipo o de muitos alemães? a) loiro; b) louro; c) loro
<b>10</b>	<b>DESORDEM</b>

	Quando alguém põe tudo fora de ordem, faz o quê?
	a) bagunça; b) fuzuê; c) furdunço
<b>11</b>	<b>CONFUSÃO</b> Isso vira então o quê, que ninguém se acha ou se entende?
	a) bafafá; b) fuzuê; c) bololô; d) forrobodó; e) bagunça; f) muvuca; g) quizumba
<b>12</b>	<b>FEITIÇO (ALiB QSL 149/ ALERS QSL 507; carta 298)</b> O que certas pessoas fazem para prejudicar alguém e botam, por exemplo, nas encruzilhadas? Algumas pessoas usam para dar sorte ou afastar males?
	a) mandinga; b) caborge; c) bentinho; d) amuleto; e) ebó; f) mandraque; g) mandraca; h) milonga; i) urucubaca (azar? má-sorte?); j) saravá (significado?); k) macumba (significado?)
<b>13</b>	<b>MEXERICO / FOFOCA</b> Quando alguém gosta de falar da vida dos outros, faz o quê?
	a) fuxico; b) milonga; c) quelelê; d) candonga; e) futrica; f) zunzum/zunzunzum (significado?)
<b>14</b>	<b>PROSTITUTA (ALiB QSL 142; ALERS 467; carta 283)</b> A mulher que se vende para qualquer homem?
	a) quenga; b) biraia; c) prostituta; d) vadia; e) vagabunda; f) mulher da vida; g) puta
<b>15</b>	<b>LUGAR DISTANTE DE TUDO</b> Que nome dá a um lugar que fica longe de tudo e de todos?
	a) cafundó; b) jebejebe
<b>16</b>	<b>MORADIA</b> Quais nomes conhece para “casa”?
	a) mocambo; b) mocó; c) senzala; d) biboca; e) cafofo; f) moquiço/muquifo (lugar sujo?)
<b>17</b>	<b>POÇO (ALERS QSL 025; carta 016 e 017)</b> Que entendem aqui por “poço”? Se é mais de um?
	a) cacimba; b)
<b>18</b>	<b>MORINGA (ALERS QSL 599; carta 351)</b> Uma vasilha de barro de três a quatro litros, onde se guarda água para beber?
	a) moringue; b) moringa;
<b>19</b>	<b>CAPINAR (ALERS QSL 146, carta 107)</b> Limpar a plantação com a enxada?

	a) capinar; b) carpir
<b>20</b>	MONTÍCULO (ALERS QSL 156; carta 113) Que se faz, juntando a terra, para plantar batata-doce? a) morundum; b) mulundum; c) murundu; d) serrinha
<b>21</b>	AGUARDENTE (ALiB QSL 182; ALERS QSL 604, carta 354) A bebida alcoólica feita de cana-de-açúcar? a) cachaça; b) pinga; c) caninha; d) marafo/malafo
<b>22</b>	BODEGA / BAR / BOTEÇO (ALiB QSL 202; ALERS QSL 605; carta 355) Um lugar pequeno, com um balcão, onde os homens costumam ir beber aguardente e onde também se pode comprar alguma outra coisa? a) biboca; b) bodega; c) boteco; d) boliche
<b>23</b>	BOLINHA DE GUDE (ALiB QSL 156; ALERS 513; carta 302) As coisinhas redondas de vidro com que os meninos gostam de brincar? a) bolinha de gude; b) bolita
<b>24</b>	GELEIA (ALiB QSL 177; ALERS QSL 608; carta 357) A pasta feita de frutas para passar no pão, biscoito? a) schmier; b) chimia; c) geleia; d) doce de frutas; e) marmelada/figada/pessegada
<b>25</b>	DINHEIRO Quais os nomes conhece para (mostrar o dinheiro)? a) gimbo; b) moeda; c) tutu; d) bufunfa; e) cascaio; f) grana; g) conto; h) jabaculê; i) jimbo/jimbra/zimbro
<b>26</b>	CEGO DE UM OLHO (ALiB QSL 091; ALERS QSL 297, carta 200) A pessoa que tem só um olho? a) cego de um olho; b) caolho; c) torto de um olho; d) zarolho; e) mirolho; f) vesgo
<b>27</b>	MENSTRUACÃO (ALiB QSL 121; ALERS QSL 450) As mulheres perdem sangue todos os meses. Que nome se dá a isso? a) estar de boi; b) estar nos dias
<b>28</b>	CALCANHAR (ALiB QSL 119; ALERS QSL 266, carta 183 e 184) Como chamam isto? Apontar. a) calcanhar; b) carcanha; c) garrão
<b>29</b>	MORRER (designações para ~) (ALERS QSL 472, carta 284) Quando alguém morre, se diz que ele...

	a) (foi para o) beleléu; b) foi pra(s) cucuia(s); c) cufar;
<b>30</b>	TOCAIO/XARÁ (ALiB QSL 143; ALERS 491, carta 292) A pessoa que tem o mesmo nome da gente?
	a) xará; b) tocaio

30 perguntas

### QUESTIONÁRIO MORFOSSINTÁTICO (QMS)

<p><b>NÓS / A GENTE</b> O que vocês fazem no fim de semana?</p>
<p>a) nós; b) a gente</p>
<p><b>O SENHOR / O SINHÔ</b> O pai pergunta para os filhos: quem manda nessa casa? O que vocês responderiam?</p>
<p>a) o senhor; b) o sinhô (como diziam os antigos?)</p>
<p><b>TU / VOCÊ</b> (tratamento entre irmãos) Quando se vê um irmão(ã) saindo escondido dos pais, como é que se pergunta onde ele(a) vai?</p>
<p>a) tu; b) você (quem fala assim?); c) cê; d) vosmicê (os antigos?)</p>
<p><b>CONOSCO / COM NÓS</b> Quando nós dois estamos tomando café e queremos mais uma pessoa na mesa, dizemos que essa pessoa venha tomar café _____?</p>
<p>a) conosco; b) com nós; c) com a gente</p>

**PARTE Etnotextos (Tx) - TEMAS DE CONVERSA LIVRE**

1) Formação da Comunidade? (cf. parte B-06)
2) Conheceu seus avós? Eles falavam diferente?
3) Conhece cantigas, músicas, versos transmitidos oralmente pelos antigos na Comunidade?
Sugestão (a partir de entrevistas anteriores):
4) Quais festas há na localidade? Nas festas, ao falar, usam ou usavam palavras diferentes (cultos)?
5) Você vai muito à cidade? [Entrevistas do entorno: Costuma ir à Comunidade Afro-brasileira?] Eles falam diferente lá?
6) Além do português, que línguas fala? Se sim, poderia falar um pouco nessa(s) língua(s), p.ex. apresentar a si e à localidade onde mora?
7) Como prepara uma boa feijoada?
8) Conhece simpatias (p.ex. para tirar <b>verruca</b> )? Conhece quem as faz?
9) Costuma-se tomar chimarrão? Há uma linguagem do chimarrão? Como se prepara?
10) Quais são as melhorias previstas para a comunidade quilombola?

**ANEXOS**



27	Bimba	(i): ânus, traseiro ... tomar na bimba (ii): pênis de criança		
28	Bimbar	Copular		
29	Binga	(i): isqueiro (ii): objeto feito com a ponta do chifre do boi pra guardar tabaco ou pólvora (iii): chifre, corno, marido traído		
30	tampa de binga	pessoa baixinha		
31	Biraia	prostituta de baixa classe		
32	Bitelo	coisa grande ... o menino é um bitelo!		
33	Bobó	(i): comida (bobó de camarão) (ii): pessoa boba (iii): começo de gravidez		
34	Boboca	(i): bobo (ii): desdentado		
35	bocapiu	sacola de palha		
36	(estar de) boi, bode	menstruação		
37	bololô	confusão, conflito		
38	borocotó/brocotó	terreno esburacado, buraco aberto pela chuva		
39	boroxô	triste, desanimado		
40	bozó	Feitiço		
41	broco	(i) amalucado (ii): surdo		
42	brucutu	(i): homem forte, grande (ii): veículo policial		
43	budum/buzum	mau cheiro ( de corpo)		
44	(tomar uma) bumba	surra ... bumar: surrar		
45	bumba/bumbo	tambor ... bumar: bater o bumbo		
46	bunda			
47	bumbum			
48	cabaça			
49	quebrar a cabaça	ter a primeira menstruação		
50	cabaço	Hímem		
51	caborge	(i): feitiço (ii): bentinho, amuleto		
52	cabuletê	homem vagabundo		
53	caçamba	(i): balde preso em uma corda para tirar água de poço (a corda e a caçamba) (ii): qualquer balde (iii): caminhão-caçamba (iv): depósito (caçamba de lixo)		
54	(falar) caçange	português mal falado , ou mal escrito ... ele fala caçange		
55	cachaça			
56	cachimbo			
57	cacimba	poço, fonte de água		
58	caconde	Barranco		
59	caçote	sapinho, rãzinha		
60	caçuí	cesto de palha		
61	foi pra(s) cucuia(s)	desapareceu, morreu, acabou		
62	Caçula	o filho mais novo		
63	Cacunda	(i): costas (ii): corcova		

64	Cafofó	quarto ou recanto escondido, lugar com coisas velhas		
65	cafundó (do Judas)	lugar longe		
66	Cafuné			
67	Cafungar	resmungar pelos cantos		
68	Cafuringa	(i): menino negro e pequeno (ii): apelido para homens negros, magros		
69	cafute/fute	o diabo		
70	Cafuzo	mestiço de negro e índio, mestiço escuro		
71	Calango	tipo de lagarto		
72	Calombo			
73	(estar de) calundu	mau humor, amuado		
74	Calunga	(i): boneca (calunga de louça) (ii): bibelô (iii): ratinho		
75	Cambada	corja, agrupamento de gente		
76	Camundongo			
77	Candango	natural de Brasília, trabalhadores que construíram Brasília		
78	Candimba	coelho do mato		
79	(fazer) candonga	fuxico, falsidade		
80	Canga	(i): peça que se coloca no pescoço do gado (ii): saída de praia		
81	Cangaceiro			
82	Cangalha	cesto que se põe em lombo de animal		
83	Canguinha	pessoa pão-dura		
84	Capanga	(i): jagunço (ii): tipo de bolsa		
85	capenga			
86	carimbo			
87	catimba/catimbeiro	manha, astúcia		
88	catinga	mau cheiro		
89	catota	meleca		
90	caxingar	(i): mancar (ii): fazer as coisas devagar, retardar		
91	caxinguelê	pessoa magra		
92	caxixi	(i): peça do berimbau (o cestinho) (ii): miniatura de barro/cerâmica ... feira de caxixi		
93	caxumba			
94	(minha) caxuxa	termo afetivo para meninas		
95	chipanzé			
96	chuetar/chuetagem	zombar, ridicularizar		
97	cobé	feiticeiro		
98	cochilar/cochilo			
99	cocoroça/coroça	velho, caduco		
100	(dar ou levar um) coque	pancada na cabeça com o nó dos dedos		
101	corcunda			
102	cotó	quem tem braço ou perna mutilado		

103	cotoco	pedaço pequeno de alguma coisa ... cotoco de vela, de lápis		
104	creca	coceira ou doença de pele		
105	cuca	bicho-papão		
106	cufar	morrer		
107	curinga	(i): carta de baralho (ii): pessoa esperta		
108	curumba	mulher velha		
109	dengo/dengosa			
110	*diamba	maconha		
111	*dindim	clitóris		
112	dunga	homem valente, chefe, o maioral dungguinha: criança, pessoa sem importância		
113	ebó	feitiço		
114	empombar	ficar de mau humor		
115	encabular/encabulado			
116	encafifar/encafifado	(i): cismar / cismado (ii): amuar / amuado cafifa: má sorte, azar		
117	encafuar/encafuado	esconder-se / escondido cafua: esconderijo		
118	engangento/gangento	rabugento, mal-criado		
119	enquizilado	magro, doente, com quizila quizila: proibição, tabu, coisa proibida		
120	fifo	candeeiro		
121	*fiofó	ânus		
122	forrobodó	(i): confusão, algazarra (ii): arrasta-pé		
123	fuá	algazarra, folia		
124	fubá	farinha de milho fubazento: embolorado, coberto de pó, cor indefinida		
125	fuinha	pessoa pão-dura cara de fuinha: cara magra, fina		
126	(ficar) fulo	furioso ... fulo de raiva		
127	fungar	aspirar com ruído ... fungar o nariz		
128	furdunço	festança, desordem, barulho		
129	*furico	ânus		
130	*furunfar	(i): copular (ii): bater		
131	futrica	intriga, fuxico		
132	futucar	(i): remexer, mexer (ii): tocar com o dedo		
133	fuxico/fuxicar/fuxiqueiro	falar mal de alguém, fazer maledicência		
134	fuzarca	farra, folia, estardalhaço		
135	fuzuê	algazarra, confusão		
136	galalau/galapau	homem alto		
137	gangorra			
138	garapa	caldo de cana, bebida líquida		
139	gingar/ginga			
140	gogó	(i): pomo-de-adão (ii): pescoço de garrafa ele só tem gogó = só tem conversa		
141	gongo	centopéia		

142	gungunar	resmungar, falar sozinho		
143	inhaca/aca	(i): mau cheiro de corpo (ii): má sorte, azar, aborrecimento (iii): cachaça ruim		
144	indagar (> indaca)/fazer indaga/fazer indaca	(i): falar da vida dos outros, fuxicar (ii): conversa fiada, conversa de bêbado		
145	injiar	sentir frio ... ficar injiado de frio		
146	jabá	carne seca		
147	jabaculê	propina, gorgeta, dinheiro por fora		
148	fagunço			
149	jebejebe	lugar longe, isolado		
150	jibi/gibi	(i): revistinha infantil, quadrinhos (ii): negrinho, menino negro		
151	jimbo/jimbira/zimbro	dinheiro		
152	Lambada	golpe de chicote lamba: chicote		
153	Leguelé	(i): indivíduo reles, desprezível (ii): espião de polícia		
154	Lelé	maluco, bobão ... lelé da cuca		
155	Lengalenga	conversa fiada, comprida, enfadonha, palavrório		
156	liamba	maconha		
157	mabaço/mabaça	gêmeo ... banana mabaça=geminada		
158	macaco			
159	macaquear	imitar		
160	macaquice	fazer careta, palhaçada		
161	maconha			
162	macota	(i): chefe, o maioral (ii): lepra		
163	macuta/macuteiro	mentira / mentiroso		
164	mafuá	lugar bagunçado, lugar onde se guardam coisas velhas		
165	malungo	irmão de criação, irmão de leite		
166	mambembe	coisa de má qualidade, ruim ... circo mambembe=circo pequeno, de interior		
167	mandinga/mandingueiro	feitiço / feiticeiro		
168	mandraque	feiticeiro		
169	mandraca	bruxaria		
170	mandu	(i): um tipo de mascarado (ii): pessoa muito clara, quase albino ... menino mandu João é mandu = uma pessoa mascarada, falsa		
171	mangar	zombar, caçoar		
172	*manjuba	pênis grande		
173	maracutaia	trapaça, enganação		
174	marafó/malafo	cachaça		
175	marimbondo			
176	maromba	trapaça, esperteza (no Rio: marombado = homem musculoso, “fabricado” em academia de ginástica)		

177	meganha	polícia, soldado		
178	*mengar	(i): copular (ii): andar ou se mexer o corpo com movimentos eróticos		
179	*menga	esperma		
180	miçanga			
181	milonga/milongueiro	mexerico, feitiço		
182	minhoca			
183	mocambo	(i): choça, palhoça (ii): esconderijo		
184	mocó	(i): lugar escondido ... mocosar/ mocosado = esconder/ escondido (ii): saco de palha para transportar alimento		
185	mocotó	(i): tornozelo (ii): pata de boi/vaca ... comida feita com pata de boi/vaca		
186	molambo/esmolambado	trapo / com a roupa em molambo, mal vestido		
187	moleque	menino molecada: bando de menino (fazer uma) molecagem / molequeira: fazer papel de criança, agir irresponsavelmente		
188	mondronga	peessoa disforme, pessoa suja, desarrumada		
189	Moquiço/muquiço	casebre, lugar sujo		
190	moringa			
191	moamba/moambeiro	contrabando, fraude		
192	mucama			
193	muquirana	(i): pessoa vestida com mau gosto, cafona (ii): pessoa pão-dura		
194	murundu	(i): montículo de terra (ii): amontoado de coisas		
195	muvuca	(i): confusão, agitação (ii): festa familiar de improviso		
196	muxiba	pelanca		
197	muxila mochila	tipo de bolsa		
198	muxoxo			
199	pemba	pó branco, para uso mágico		
200	perrengue	(i): coisa difícil, complicada ... (foi um perrengue pra achar a casa) (ii): pessoa alta, magra com aparência doentia		
201	pisquilha / picuila	peessoa pequena e franzina		
202	pitoco	toco, cotoco		
203	pitombo	caroço na pele, resultado de pancada		
204	pongar/despongar	subir/descer em/de veículo em movimento		
205	quelelê	(i): mexerico, intriga, discussão (ii) cuscus de milho desmanchado no leite		
206	quenga	(i): prostituta (ii): ensopado de galinha		

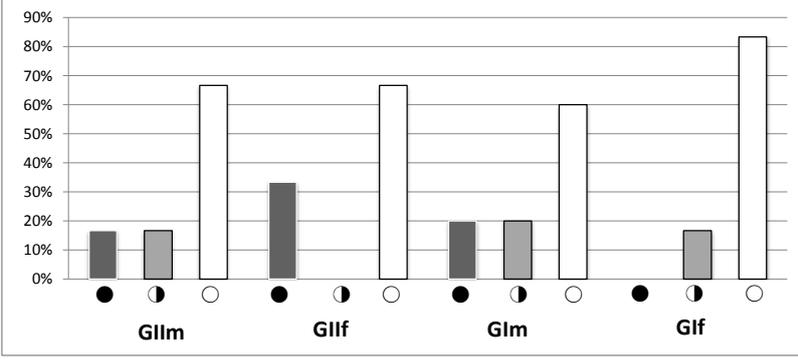
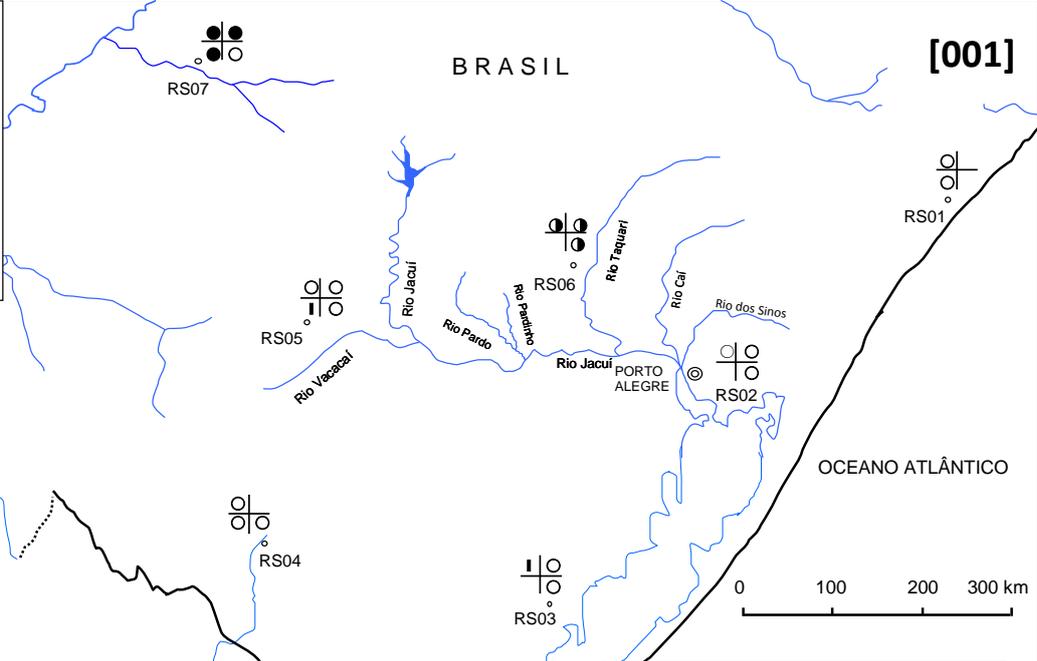
207	quengo	(i): cabeça ... levar um soco no quengo (ii): inteligência, esperteza ... esse menino tem quengo (iii): cuia de coco		
208	*quiiba	testículo		
209	quibebe	purê de abóbora, comida à base de abóbora		
210	quilombo			
211	quindim	(i): tratamento carinhoso, queridinho/a ... os quindins de iaia (ii): doce à base de ovos		
212	*quirica/crica	sexo feminino		
213	quitanda	(i): pequeno comércio de frutas e legumes (ii): tabuleiro de vendedor ambulante (iii): em Minas, doces, bolinhos, biscoitos		
214	quitute			
215	quizumba	briga, confusão		
216	*sacana/sacanagem/sacanear			
217	sambar			
218	sambado	gasto, usado ... esse sapato já está sambado		
219	senzala			
220	songamonga	(i): pessoa sonsa, fingida (ii): pessoa sem graça		
221	sunga	calção		
222	sungar	puxar para cima ... sungar a calça		
223	*tabaca/tabaco	sexo feminino tabacada: ato sexual tabacuda: termo ofensivo para mulher		
224	tanga	(i): peça inferior de vestuário, bem pequena (ii): tipo de calça de biquíni ficar de tanga: em péssima situação financeira		
225	tibum/tibuco	ruído de queda na água tibungar / tibungo: mergulhar / mergulho		
226	tipóia	(i): apoio para braço ou mão (ii): rede de criança		
227	tititar	tremer de frio		
228	títica	excremento, merda, porcaria títica de galinha: coisa sem valor		
229	toba	ânus		
230	tribufu/trubufu	pessoa feia		
231	tungar	(i) teimar (ii) bater, dar pancada levar uma tungada: levar pancada		
232	tutu	(i) bicho-papão tutu-marambá (ii) comida/tutu de feijão (iii) o manda-chuva ... ele é o tutu do bairro (iv) dinheiro ... preciso de tutu		

233	urucubaca	má-sorte, azar		
234	Vuvuvu	pressa em fazer alguma coisa ... ele chega aqui e vuvuvu ... resolve tudo		
235	Xacoco	sem graça, desajeitado ter um andar xacoco		
236	*xereca	sexo feminino		
237	xibiu	(i) sexo feminino (ii) diamante pequenino		
238	*xibungo	homossexual		
239	ximbica	(i) pessoa pequena (ii) carro pequeno, vagabundo		
240	xingar	ofender alguém verbalmente, usar palavra pesada		
241	xixilado	sem vergonha, descordo		
242	xodó			
243	*xoxota	sexo feminino		
244	zangar/zangado/zanga			
245	zanzar	andar sem rumo		
246	ziquizira	doença indefinida		
247	zozzo			
248	zumbi	(i) alma penada, morto-vivo ele parece um zumbi		
249	zunzum/zunzunzum	(i) boato (ii) ruído, barulho		

ANEXO B

**LISTA DE MAPAS ELABORADOS PARA A TESE**

[001]



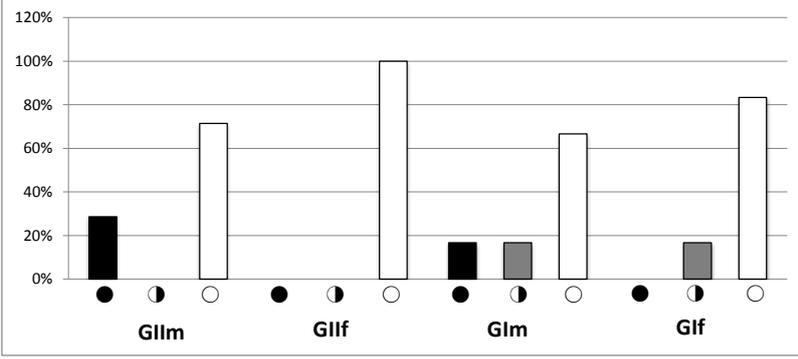
Mapa 001 - Va[rr]er (QFF02)

- [r]
- ◐ [r]
- [x]
- sem resultado

[002]



BRASIL



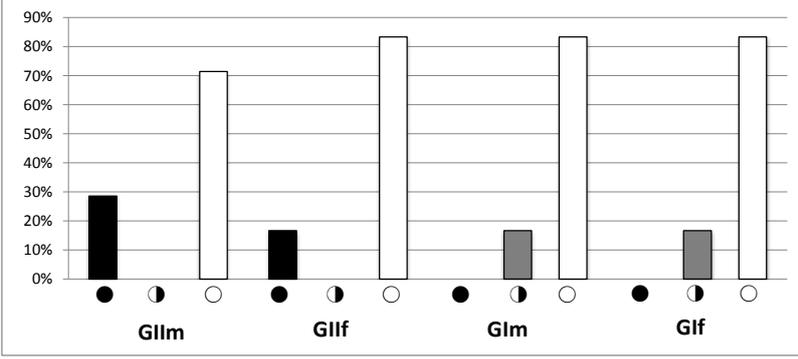
Mapa 002 - A[rr]oz (QFF03)

- [r]
- ◐ [r]
- [x]
- sem resultado

[003]



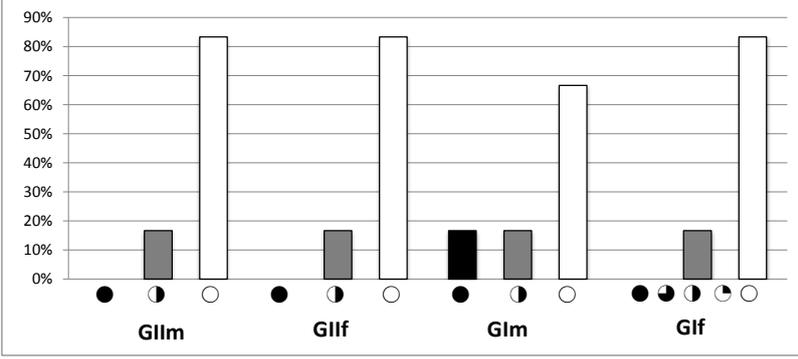
BRASIL



Mapa 003 - Ca[rr]o (QFF19)

- [r]
- ◐ [r]
- [x]
- sem resultado

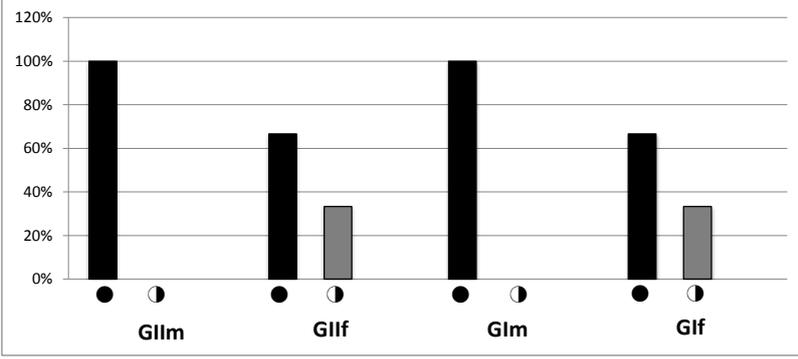
[004]



Mapa 004 - [R]evólver (QFF15)

- [r]
- ◐ [r]
- [x]
- sem resultado

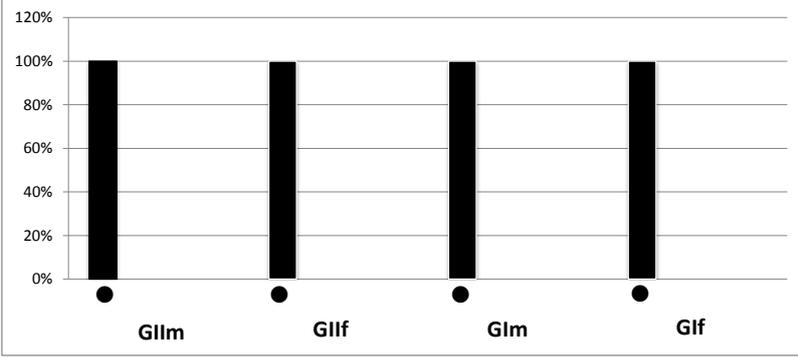
[005]



Mapa 005 - Co[r]da (QFF20)

- [r]
- ◐ [.]
- | sem resultado

[006]



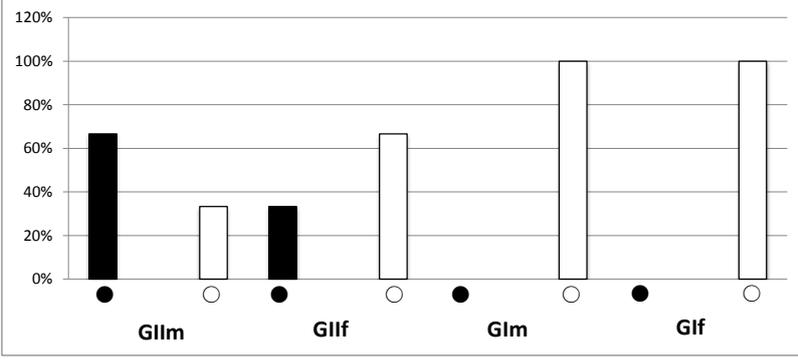
Mapa 006 - Fe[r]vendo (QFF21)

● [r]

[007]



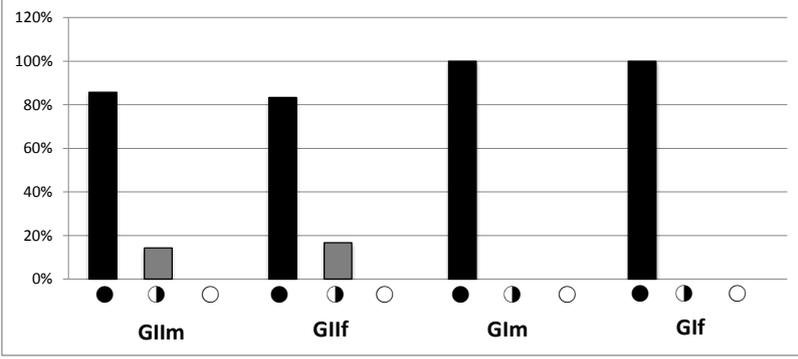
Gllm	Glm
Glf	Glf



Mapa 007 - Sa[1] (QFF05)

- [t]
- [w]
- ▮ sem resultado

[008]



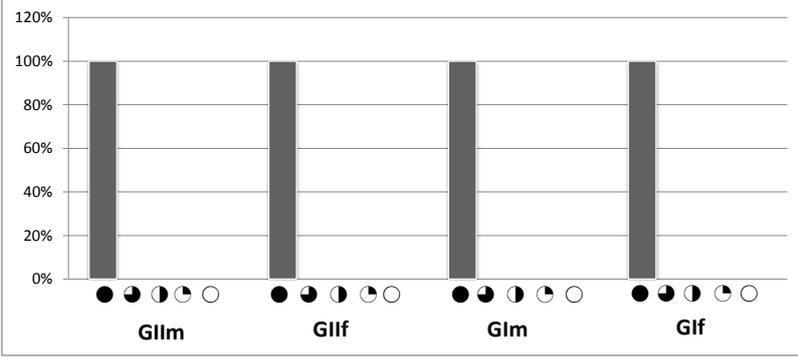
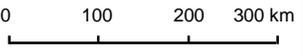
Mapa 008 - Bici[ ]eta (QFF11)

- [ ]
- [r]
- | sem resultado

[009]



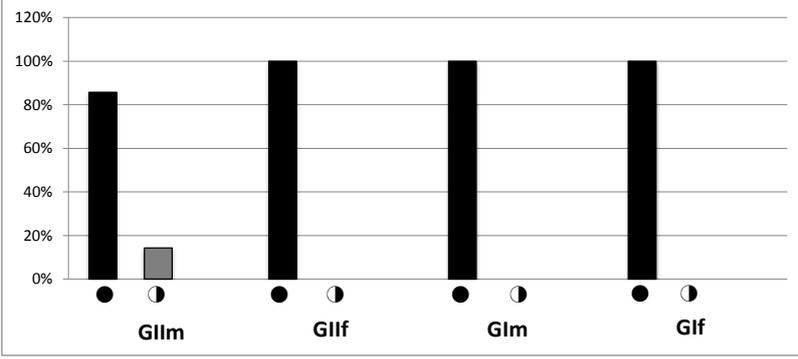
Gllm	Glm
Glf	Gif



Mapa 009 - O[lh]o (QFF13)

- [A]
- ◐ [j]
- ◑ (\*) "nós conhecemo aqui como zóio"
- ▮ sem resultado

[010]



Mapa 010 - Ve[lh]o (QF18)

- [Λ]
- [j]
- sem resultado

[011]



BRASIL

RS07

RS01

RS05

RS06

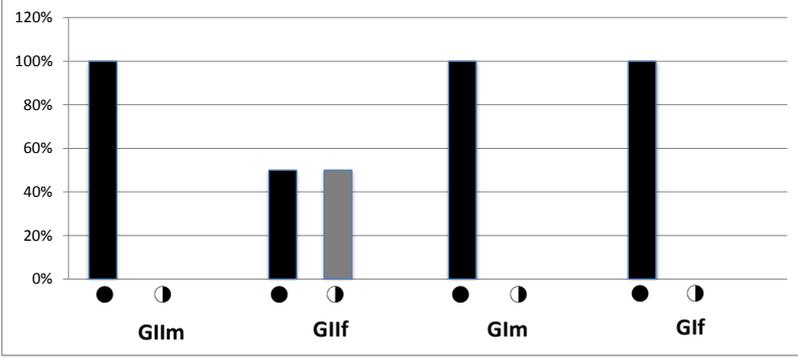
RS02

RS04

RS03

PORTO ALEGRE

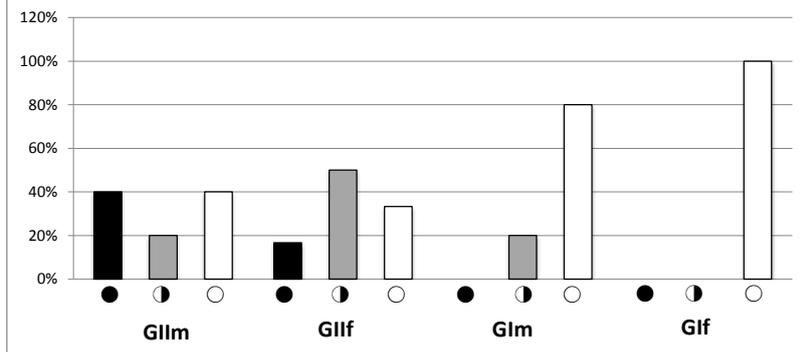
OCEANO ATLÂNTICO



Mapa 011 - Mi[lh]aral (QFF23)

- [Λ]
- [j]
- ▮ sem resultado

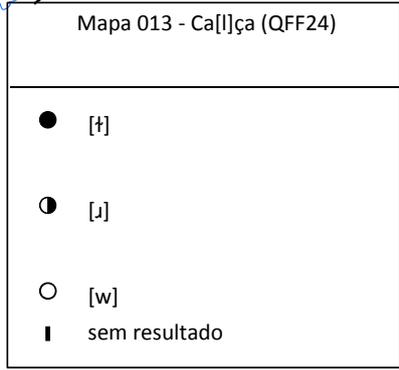
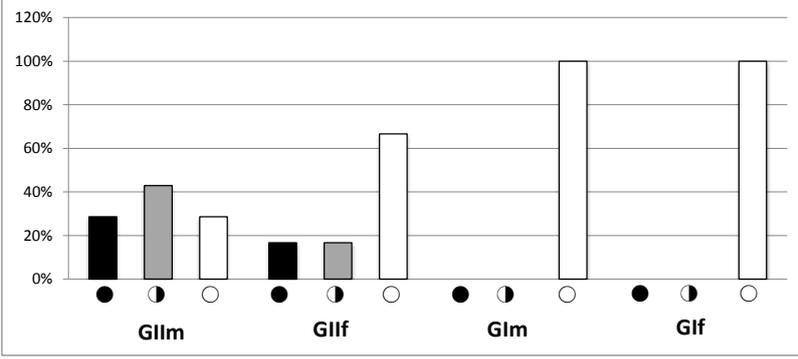
[012]



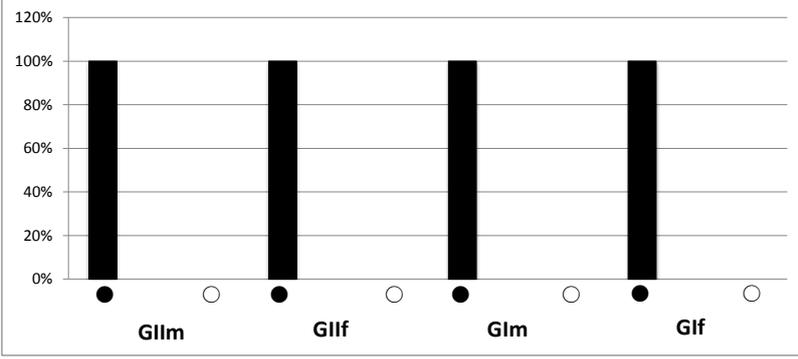
Mapa 012 - Revóliver (QFF15)

- [t]
- ◐ [u]
- [w]
- sem resultado

[013]



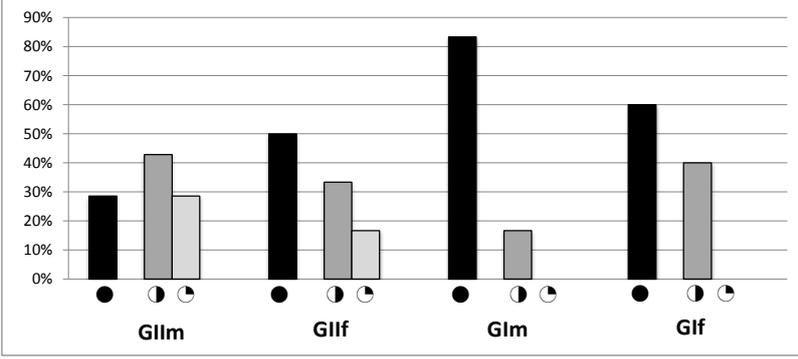
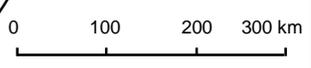
[014]



Mapa 014 - Men[t]ira (QFF06)

- [tj]
- [t]
- | sem resultado

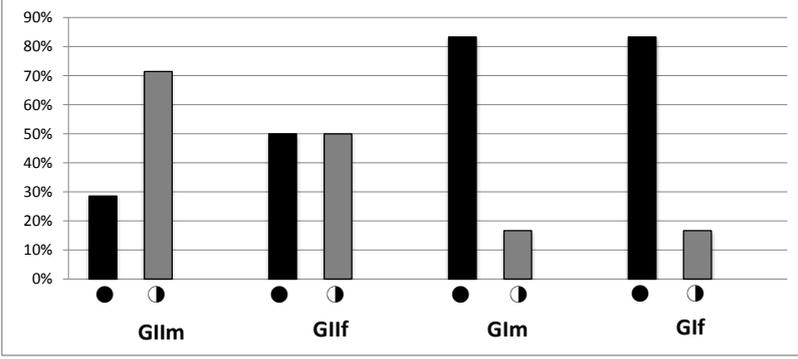
[015]



Mapa 015 - Noi[t]e (QFF08)

- [t̪ɪ], [t̪i]
- ◐ [tɪ]
- ◑ [te]
- | sem resultado

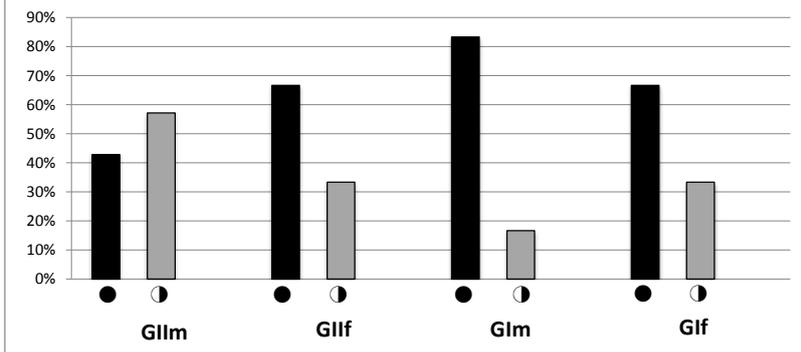
[016]



Mapa 016 - Tar[de] (QFF09)

- [d3i]
- [dI]
- | sem resultado

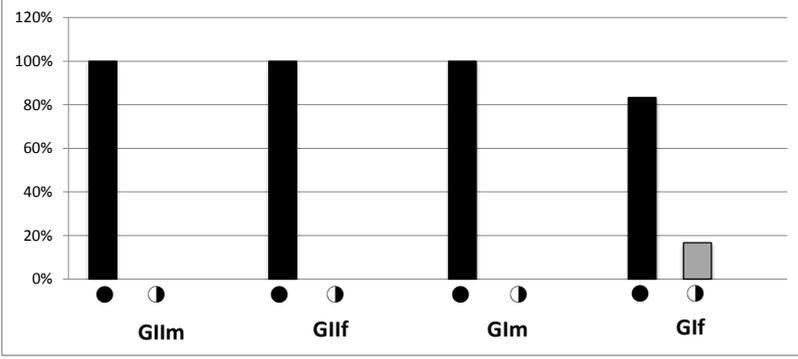
[017]



Mapa 017 - Tr[ês] (QFF10)

- [es]
- ◐ [eis]
- | sem resultado

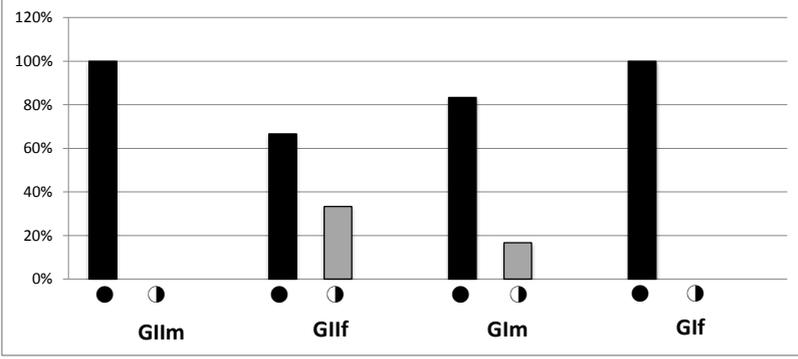
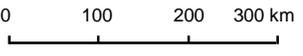
[018]



Mapa 018 - Cr[uz] (QFF17)

- [us]
- ◐ [uis]
- ▮ sem resultado

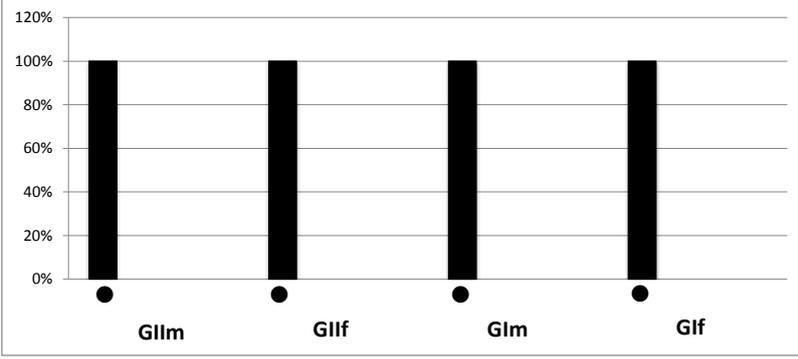
[019]



Mapa 019 - Arr[oz] (QFF03)

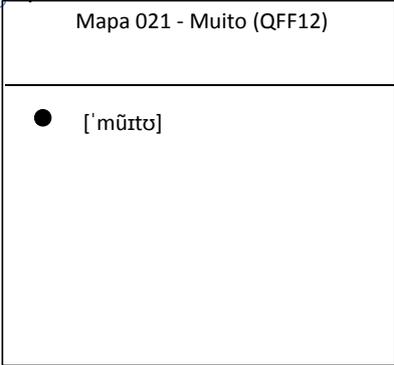
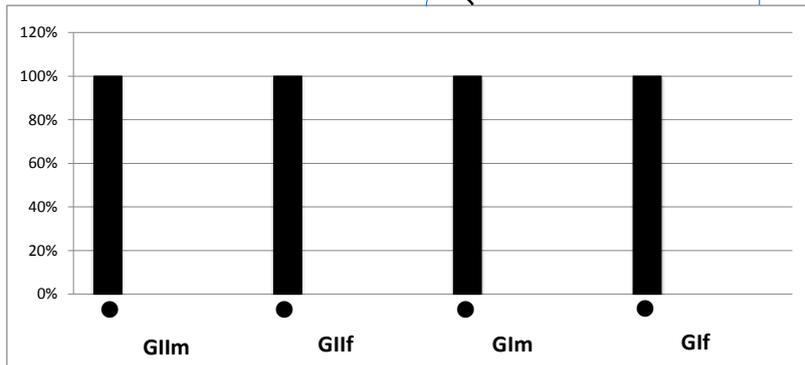
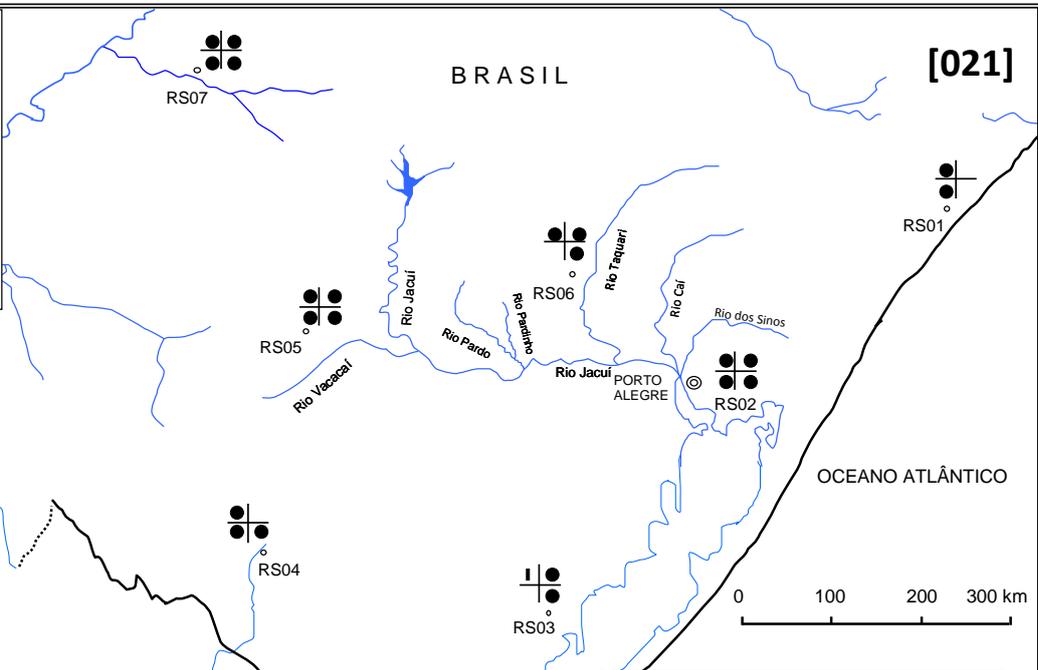
- [os]
- ◐ [ois]
- sem resultado

[020]

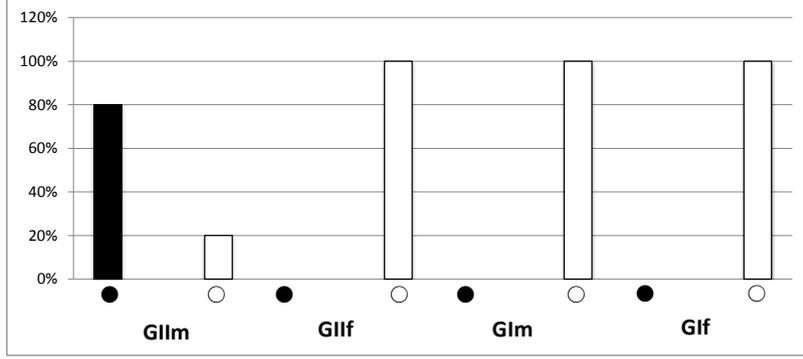


Mapa 020 - Prociss[ão] (QFF16)

- [ḡw]
- [ō]
- | sem resultado



[022]



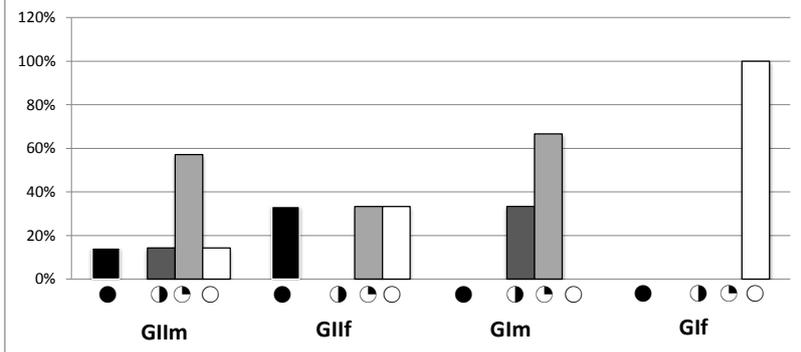
Mapa 022 - Qua[s]e (QFF22)

- [3]
- [z]
- sem resultado

[023]



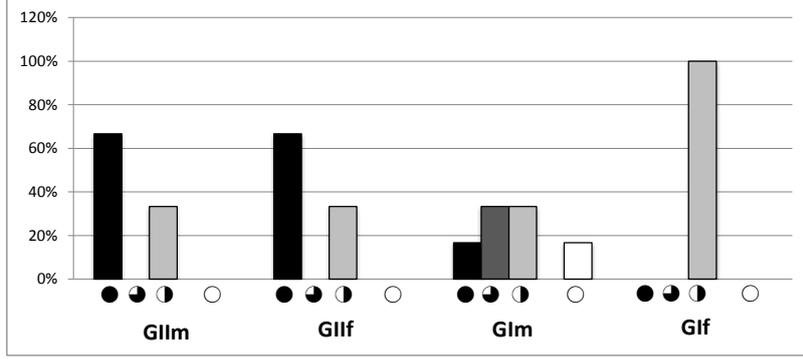
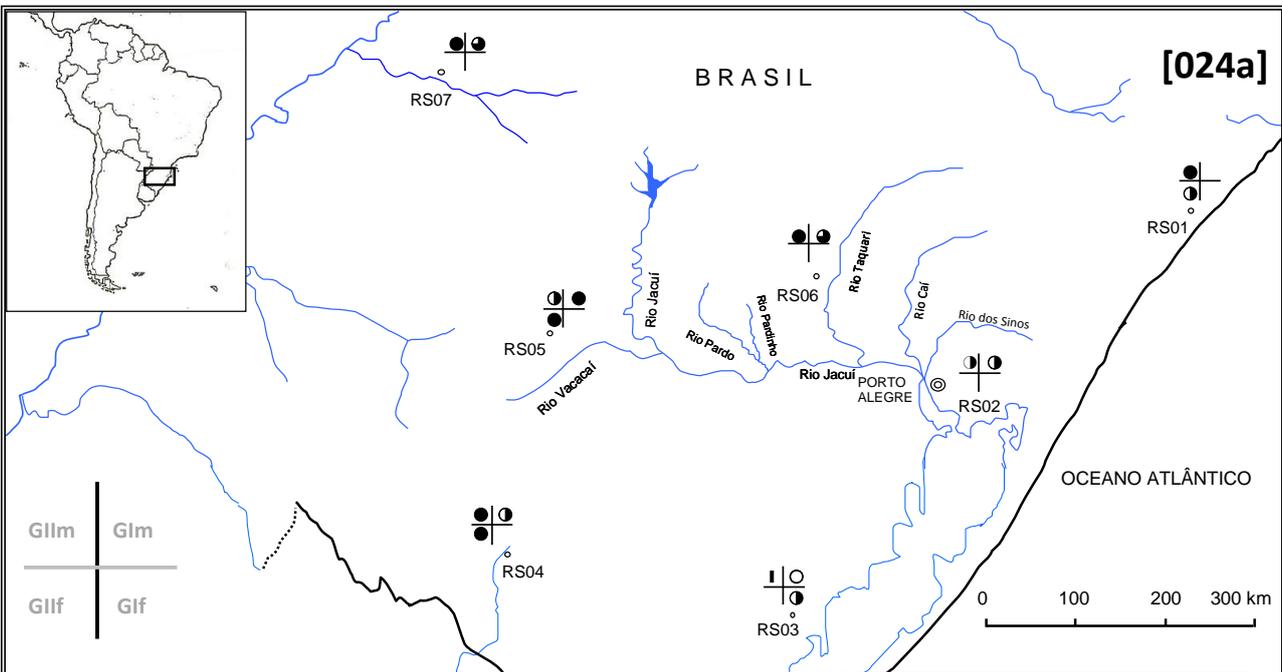
Gllm | GIm  
 GIf | GI



Mapa 023 - Barulho (QSL01)  
 Sugerência de *banzé, auê, fuá*

- 03 formas conhecidas
- ◐ 02 formas conhecidas
- ◑ 01 forma conhecida
- nenhuma forma conhecida
- | sem resultado

[024a]

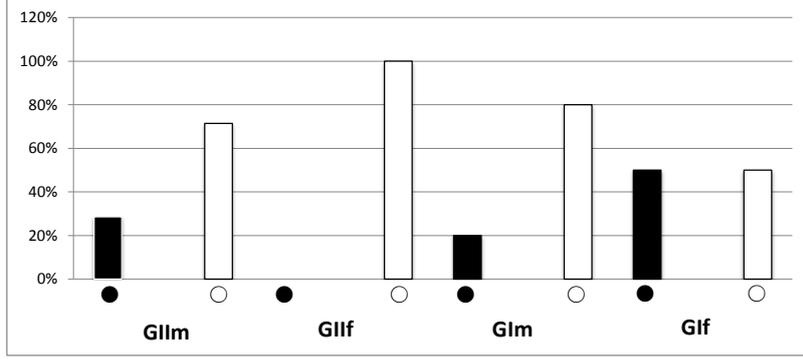


Mapa 024a - Corcunda (QSL03)

Resposta espontânea

- cacunda
- ◐ carcunda
- corcunda
- outra

[024b]

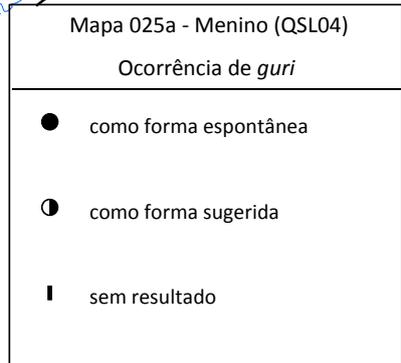
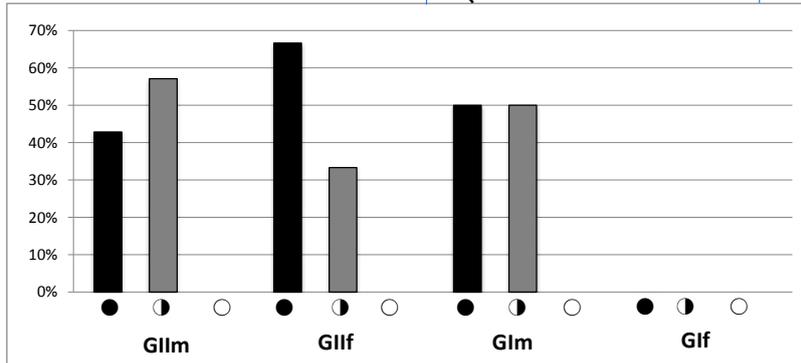
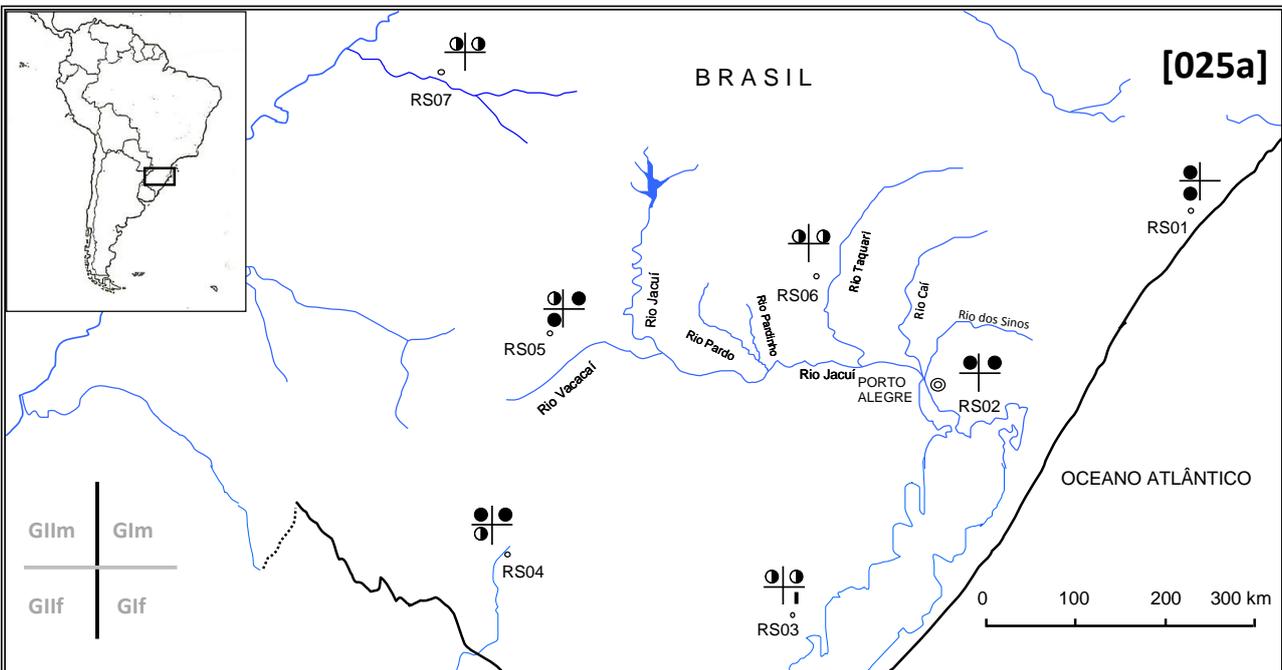


Mapa 024b - Corcunda (QSL03)

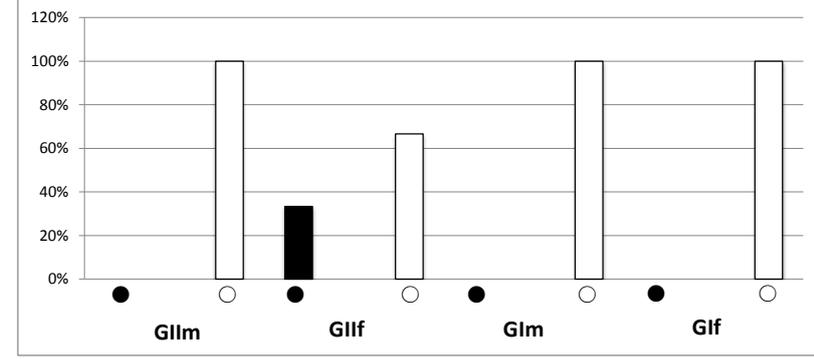
Sugestão de *corcova*

- forma conhecida
- forma não conhecida/não usada
- ▮ sem resultado

[025a]



[025b]

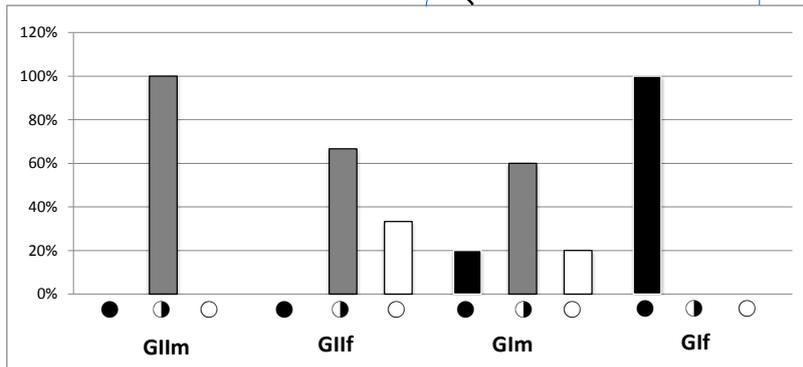
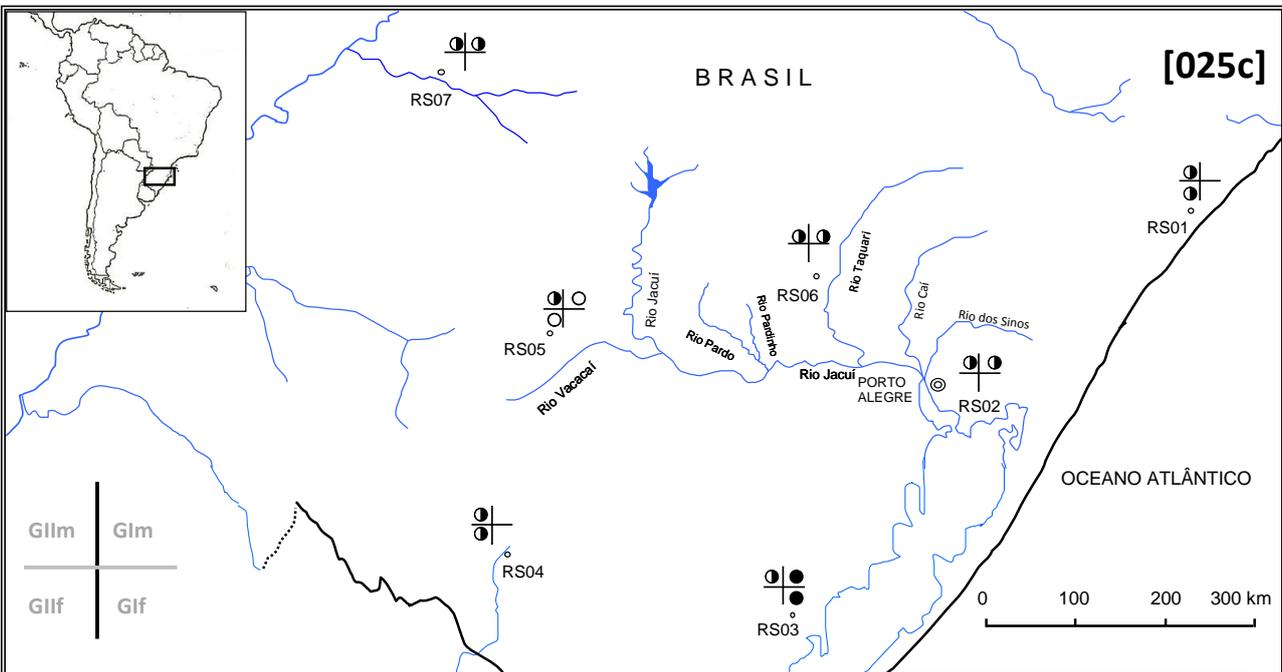


Mapa 025b - Menino (QSL04)

Sugestão de *gibi*

- forma conhecida
- forma não conhecida
- | sem resultado

[025c]

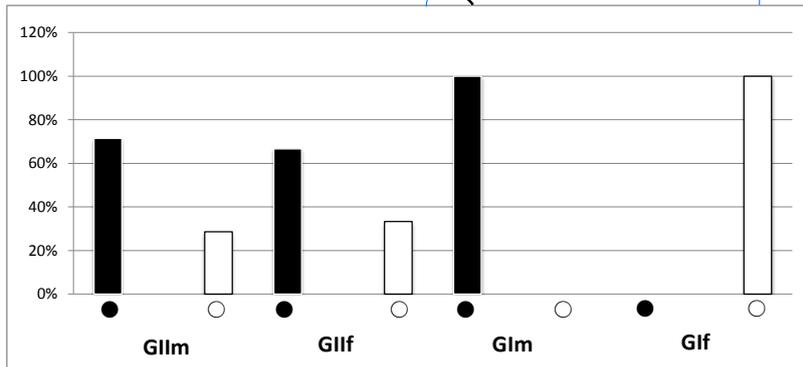
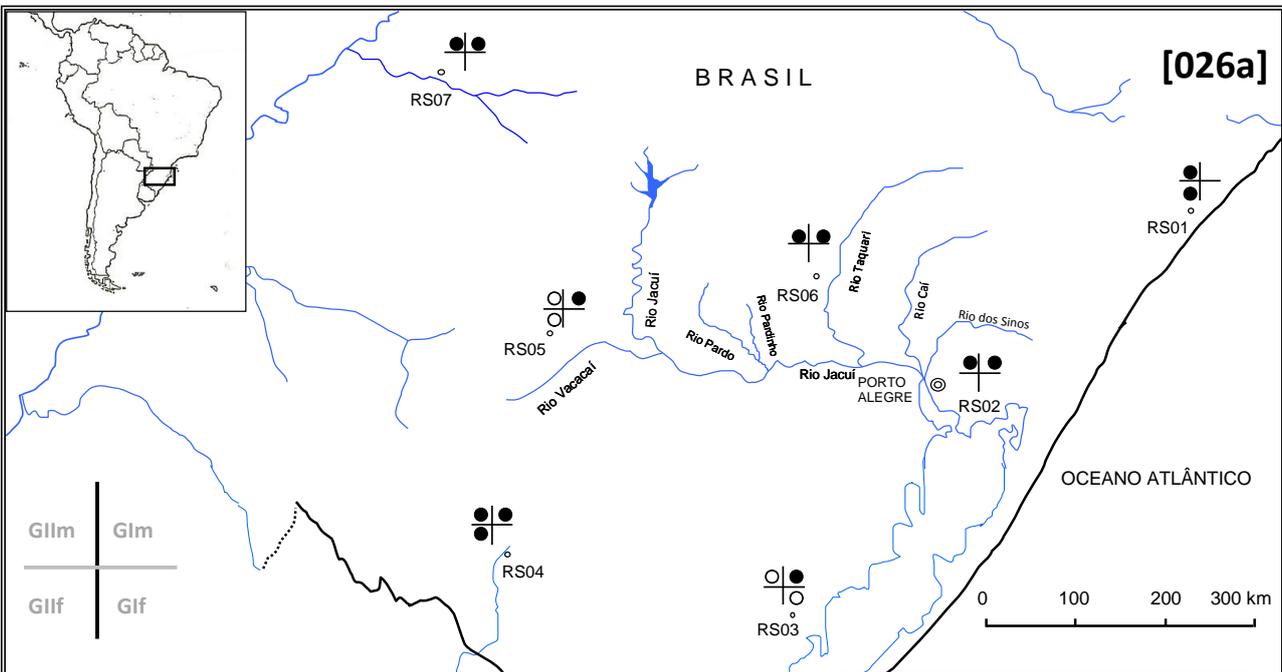


Mapa 025c - Menino (QSL04)

Ocorrência de moleque

- forma espontânea
- ◐ forma sugerida conhecida
- forma sugerida não conhecida
- ▬ sem resultado

[026a]



Mapa 026a - Desordem (QSL10)

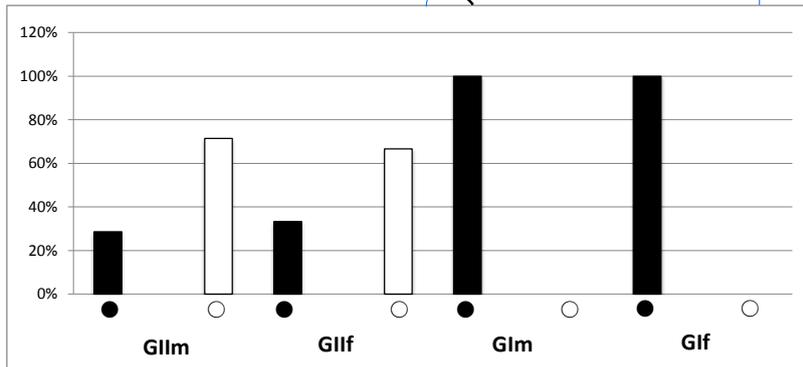
Sugestão de *fuzuê*

- forma conhecida
- forma não conhecida
- | sem resultado

[026b]



Gllm	Glm
Glf	Glf

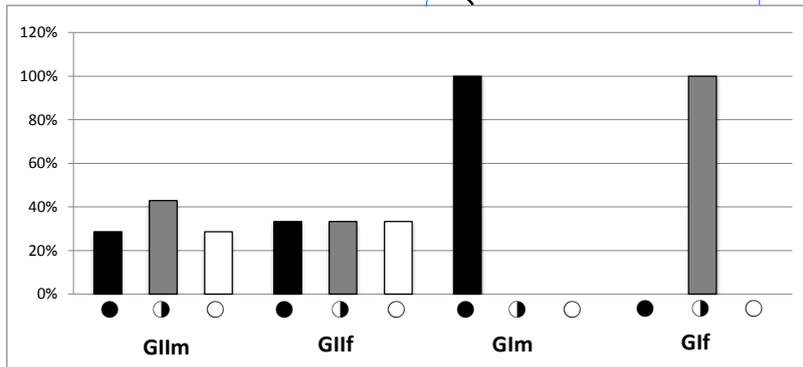
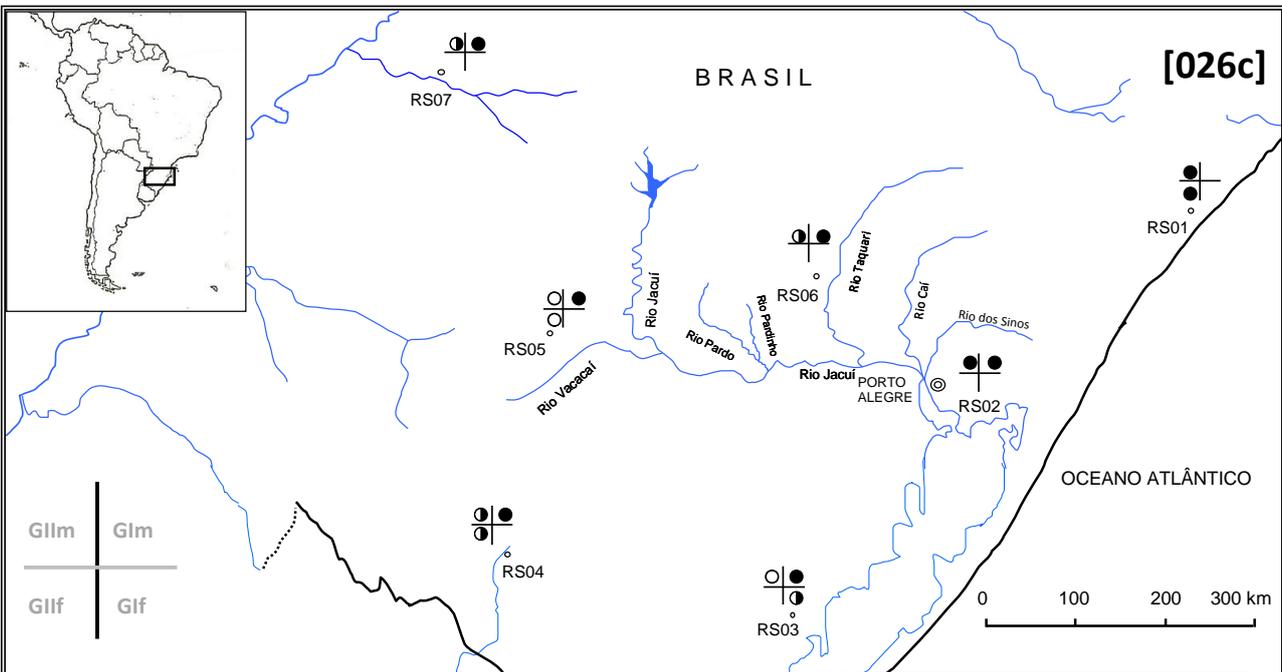


Mapa 026b - Desordem (QSL10)

Sugestão de *furdução*

- forma conhecida
- forma não conhecida
- ▮ sem resultado

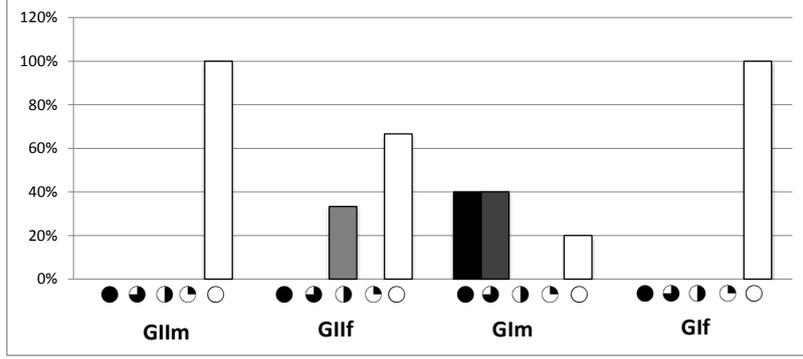
[026c]



Mapa 026c - Desordem (QSL10)  
Sugestão de *fuzê* e *furdunço*

- 02 formas conhecidas
- ◐ 01 forma conhecida
- nenhuma forma conhecida
- sem resultado

[027a]

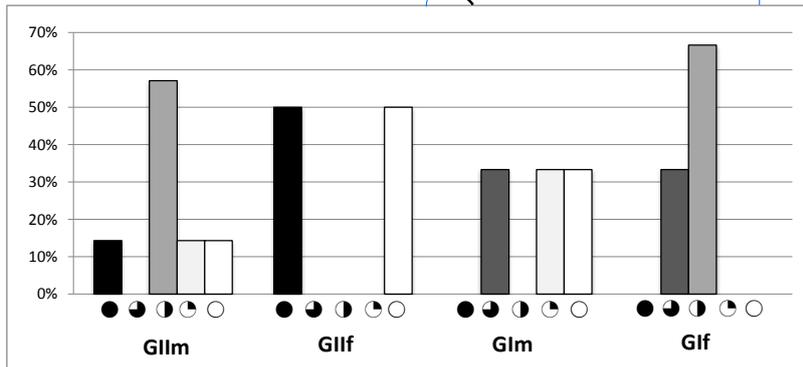
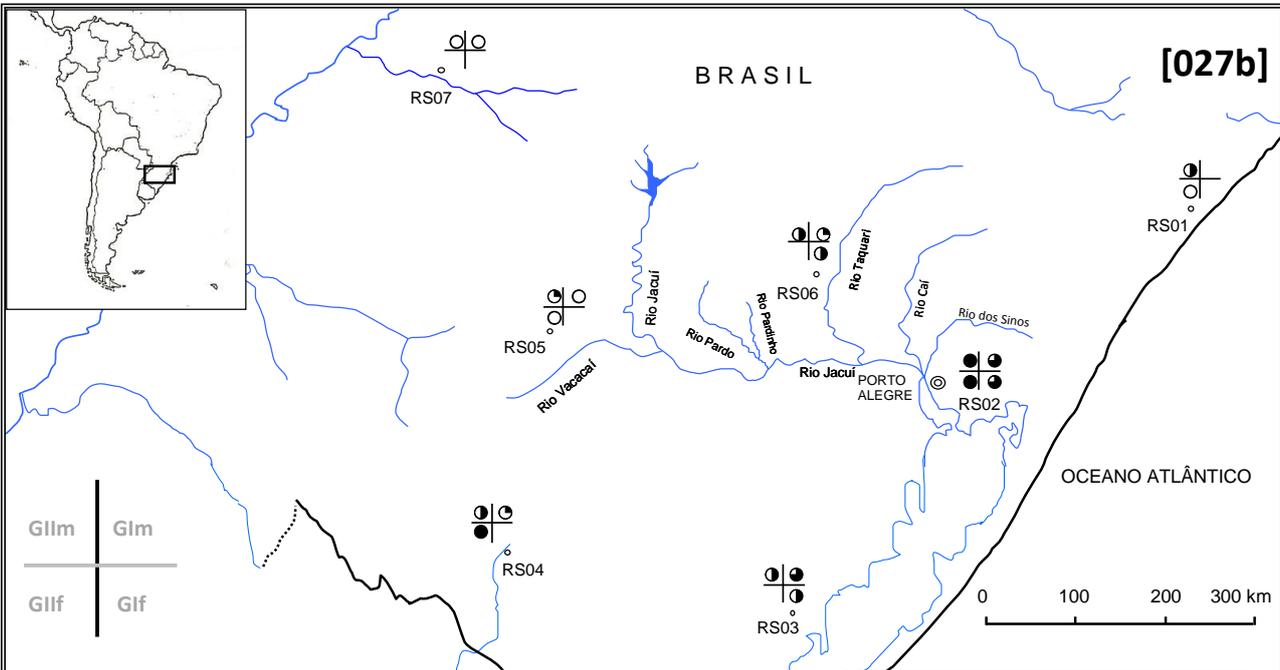


Mapa 027a - Confusão (QSL11)

Resposta espontânea

- fuzuê
- ◐ furdunço
- ◑ banzé
- ◒ auê, fuxico
- forma geral (bagunça, baderna etc.)
- I sem resultado

[027b]



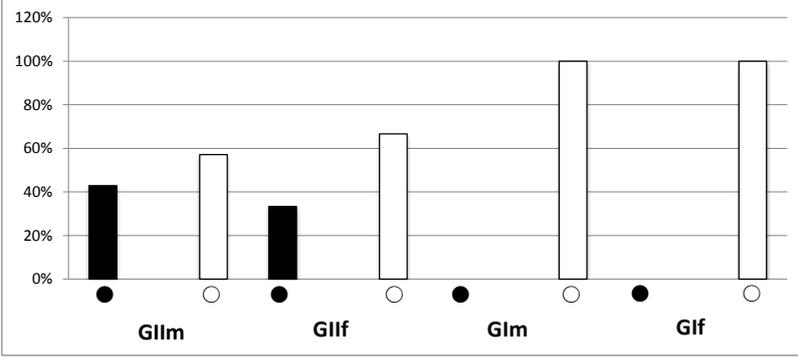
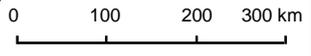
Mapa 027b - Confusão (QSL11)  
 Sugerência de *bololô*, *forrobodó*, *muvuca*, *quizumba*

- 04 formas conhecidas
- ◐ 03 formas conhecidas
- ◑ 02 formas conhecidas
- ◒ 01 forma conhecida
- nenhuma forma conhecida
- I sem resultado

[027c]



Gllm	Glm
Glf	Glf

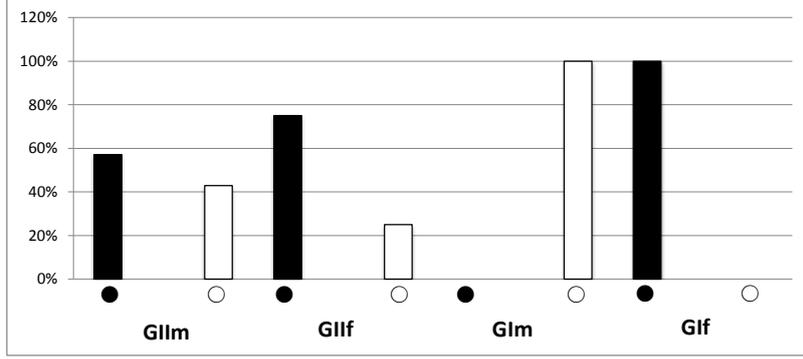


Mapa 027c - Confusão (QSL11)

Sugestão de *bololô*

- forma conhecida
- forma não conhecida
- ▮ sem resultado

[027d]

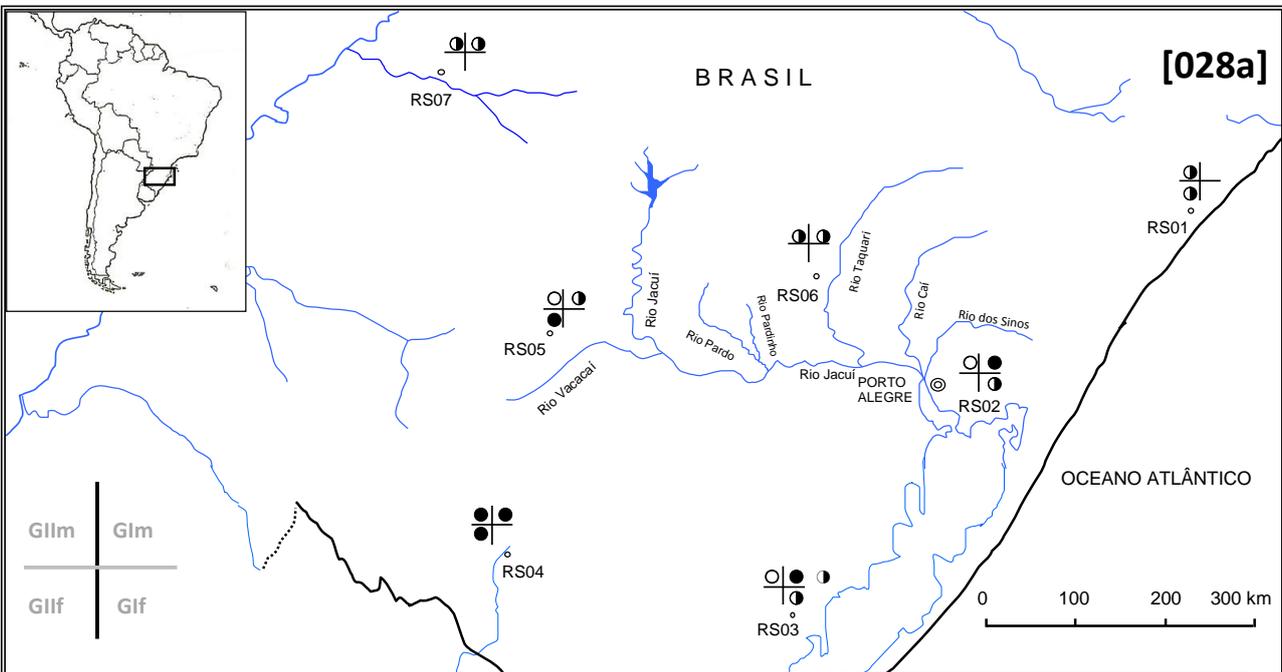


Mapa 027d - Confusão (QSL11)

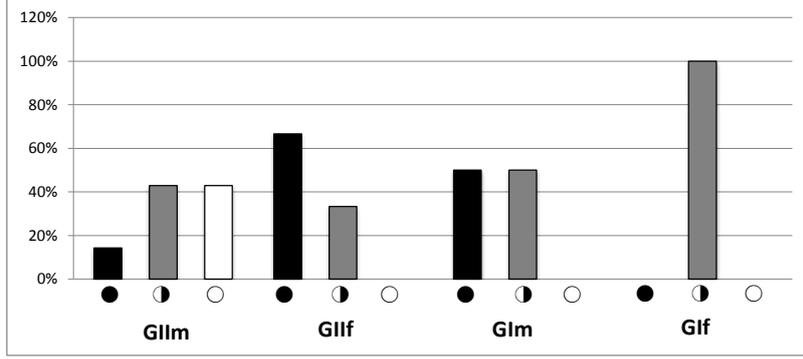
Sugestão de *quizumba*

- forma conhecida
- forma não conhecida
- ▮ sem resultado

[028a]



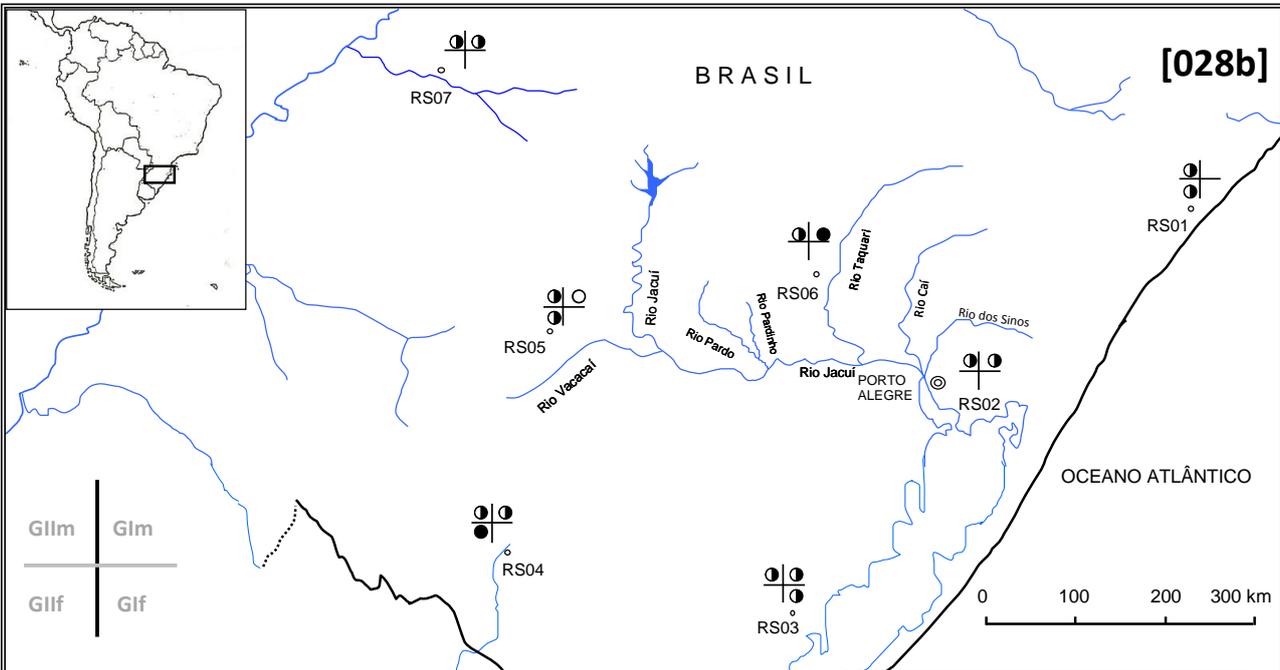
Gllm | Glm  
 Gllf | Glf



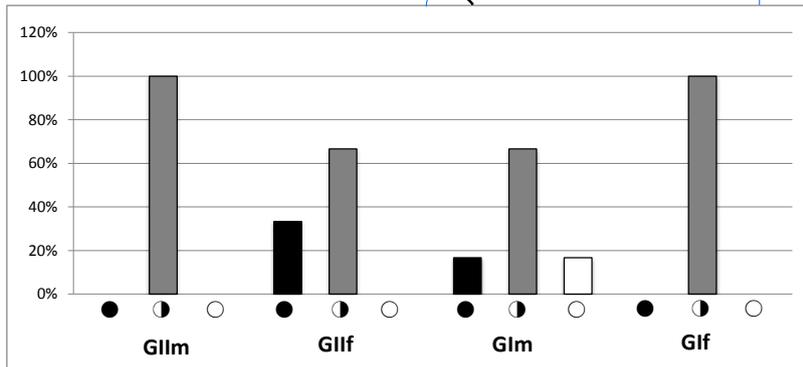
Mapa 028a - Feitiço (QSL12)  
 Ocorrência das variantes *saravá* vs. *macumba*, na resposta espontânea

- saravá
- ◐ macumba
- nenhuma destas variantes

[028b]



Gllm | GIm  
 GIf | Gf



Mapa 028b - Feitico (QSL12)

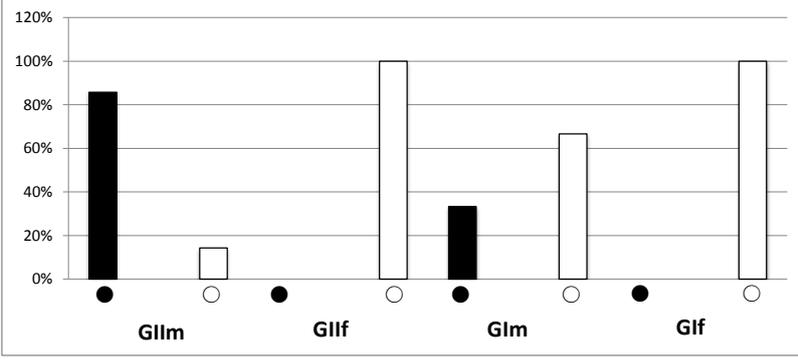
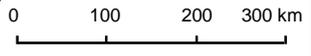
Ocorrência de *mandinga*

- forma espontânea (uso ativo)
- ◐ forma sugerida conhecida
- forma sugerida não conhecida

[028c]



Gilm | Gm  
 Gif | Gf



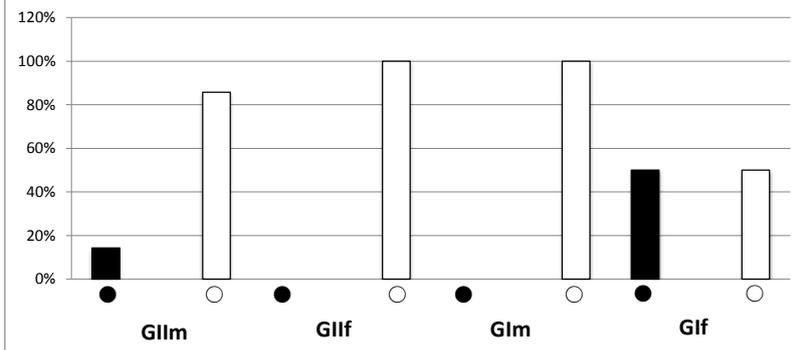
Mapa 028c - Feitiço (QSL12)  
 Sugerência de *mandraque, mandraca*

- forma conhecida
- forma não conhecida
- | sem resultado

[028d]



Gilm | GIm  
GIf | GIf

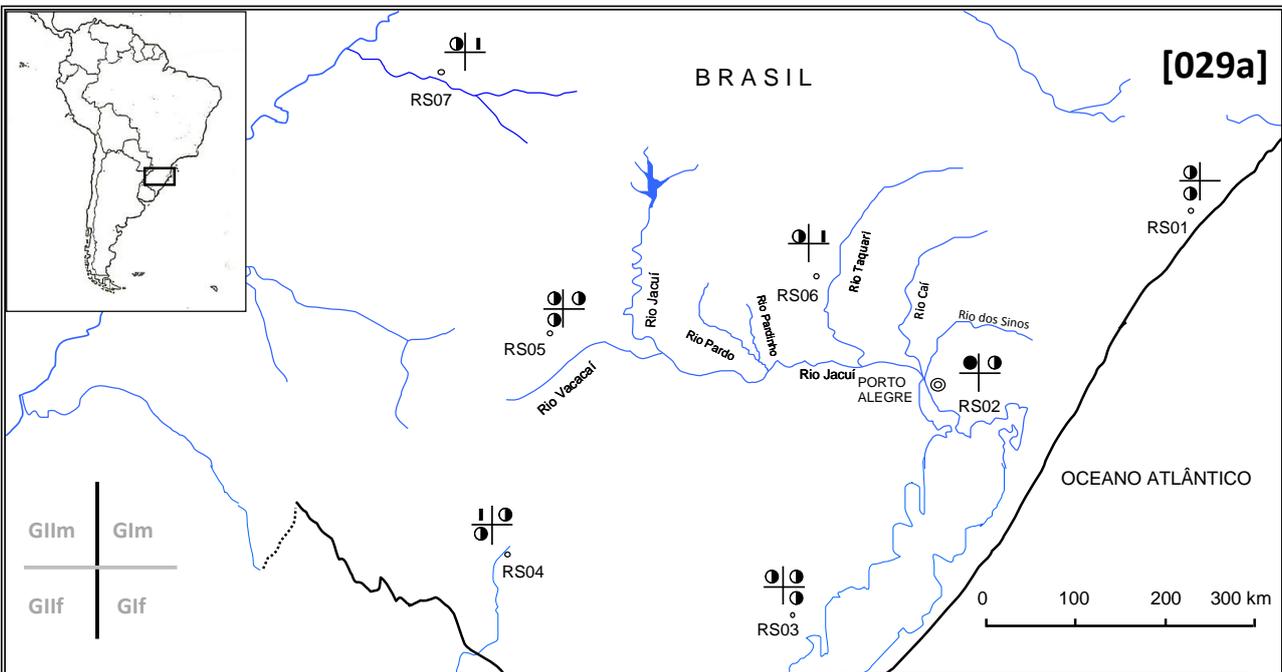


Mapa 028d - Feitiço (QSL12)

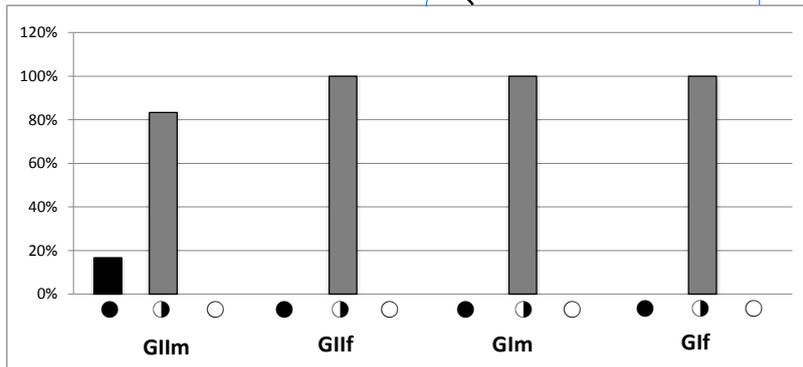
Sugestão de *ebó*

- forma conhecida
- forma não conhecida
- ▮ sem resultado

[029a]



Gllm	Glm
Glf	Glf

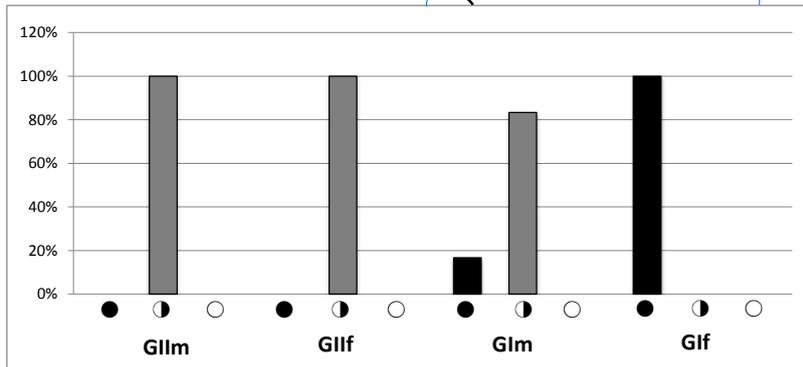


Mapa 029a - Mexerico (QSL13)

Ocorrência de *mexerico*

- forma espontânea (uso ativo)
- ◐ forma sugerida conhecida
- forma sugerida não conhecida
- | sem resultado

[029b]

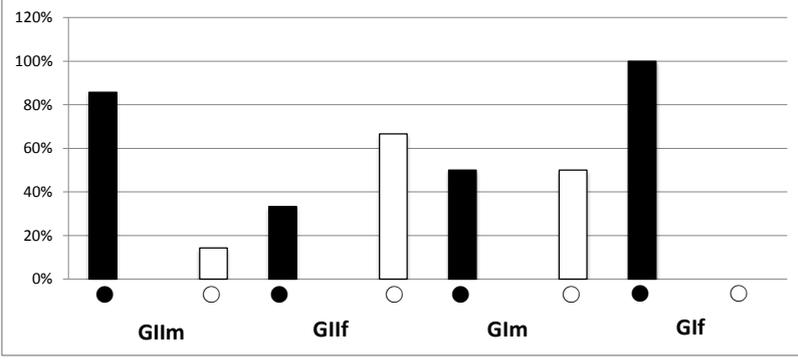


Mapa 029b - Mexerico (QSL13)

Ocorrência de *fuxico*

- forma espontânea (uso ativo)
- ◐ forma sugerida conhecida
- forma sugerida não conhecida
- ▬ sem resultado

[029c]

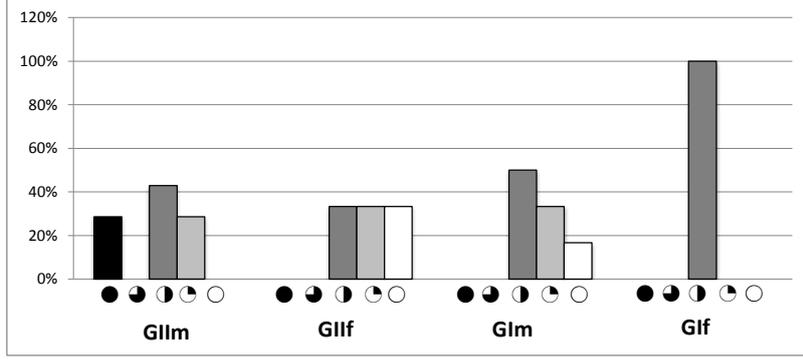


Mapa 029c - Mexerico (QSL13)

Sugestão de *futrica*

- forma conhecida
- forma não conhecida
- ▮ sem resultado

[029d]



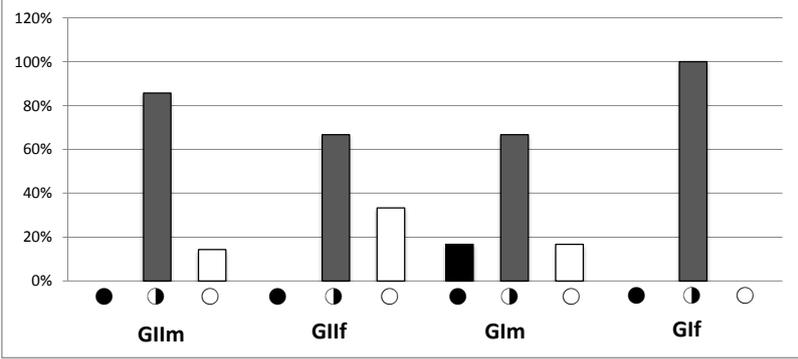
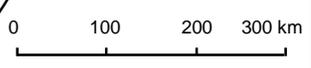
Mapa 029d - Mexerico (QSL13)  
 Sugerência de *candonga*, *futrica*, *zumzumzum*

- 03 formas conhecidas
- ◐ 02 formas conhecidas
- ◑ 01 forma conhecida
- nenhuma forma conhecida

[030]



Gllm	Glm
Glf	Glf



Mapa 030 - Prostituta (QSL14)

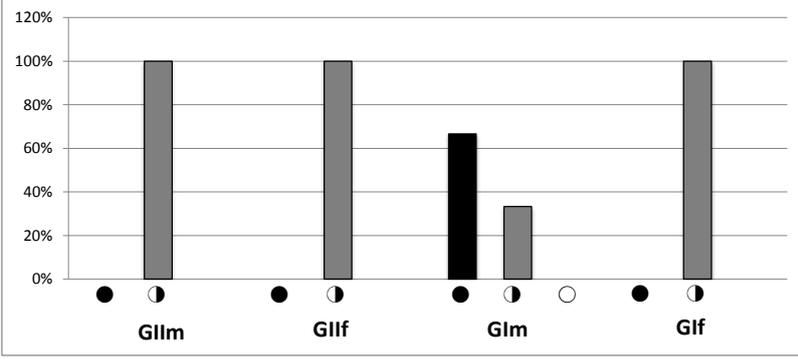
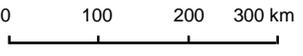
Ocorrência de *quenga*

- forma espontânea (uso ativo)
- ◐ forma sugerida conhecida
- forma sugerida não conhecida
- sem resultado

[031]



Gllm	Glm
Glf	Glf

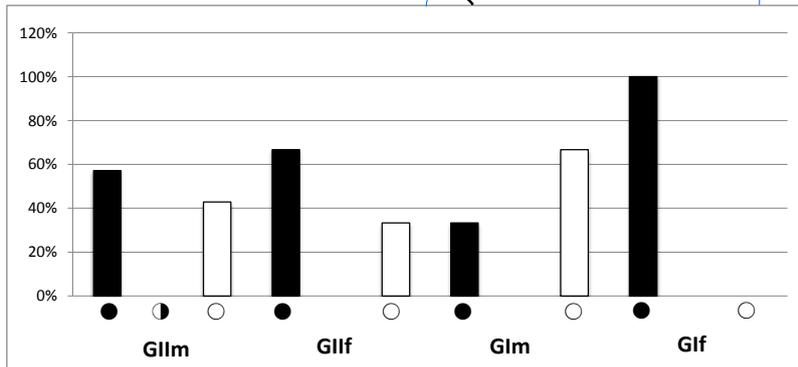


Mapa 031 - Lugar distante (QSL15)

Ocorrência de *cafundó*

- forma espontânea (uso ativo)
- ◐ forma sugerida conhecida

[032a]

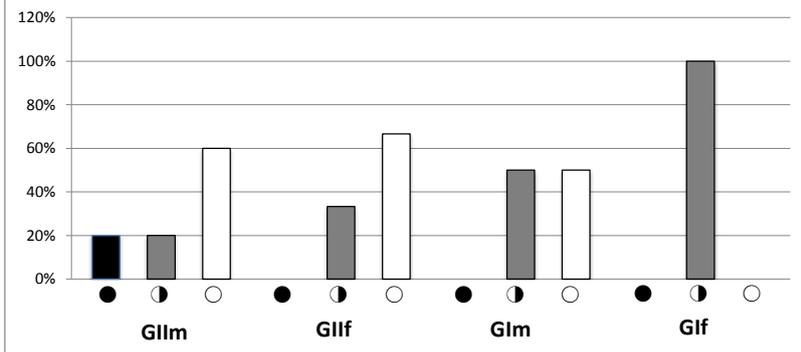


Mapa 032a - Moradia (QSL16)

Sugestão de *biboca*

- forma conhecida
- forma não conhecida
- ▮ sem resultado

[032b]

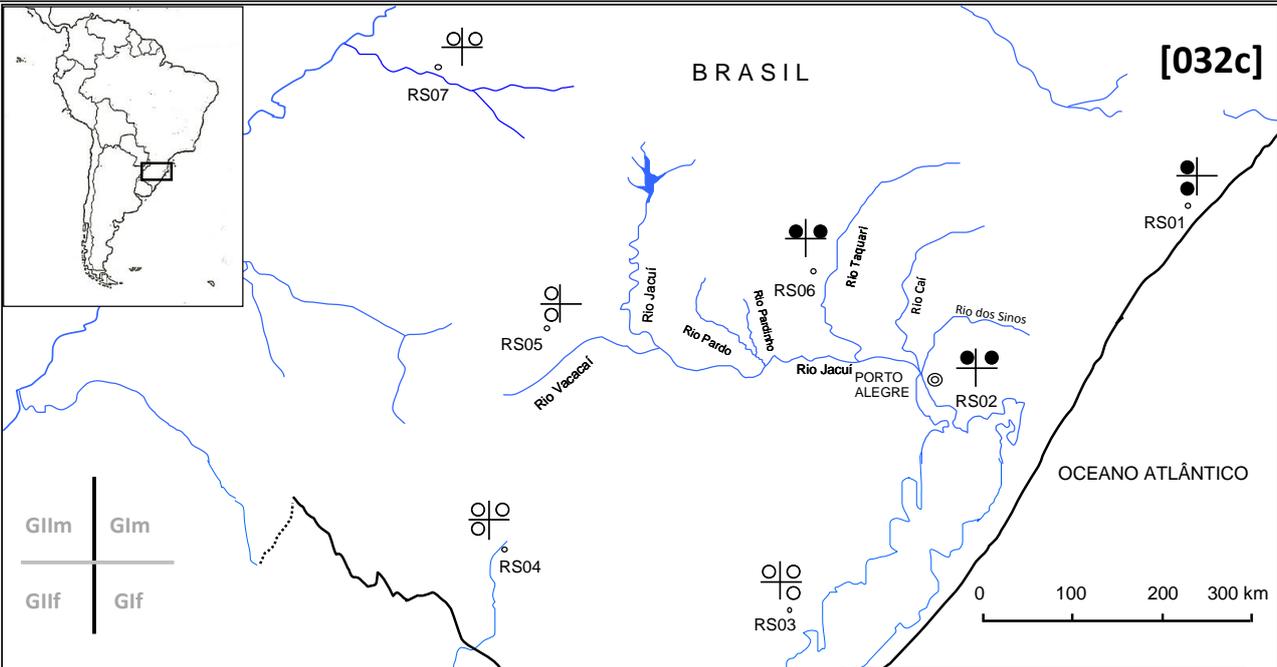


Mapa 032b - Moradia (QSL16)

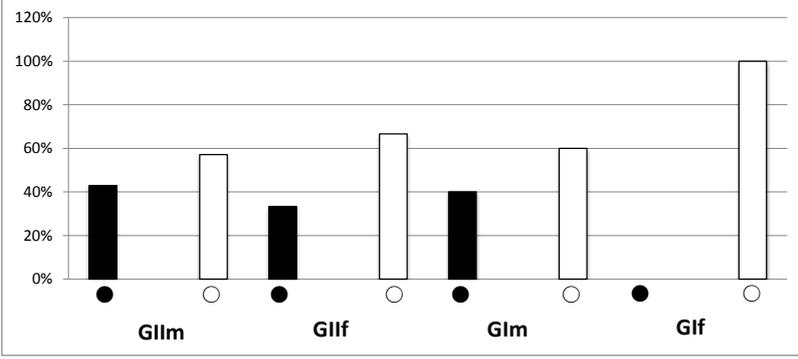
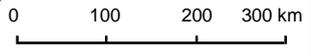
Ocorrência de *cafofo*

- forma espontânea (uso ativo)
- ◐ forma sugerida conhecida
- forma sugerida não conhecida
- sem resultado

[032c]



GIIm | GIm  
 ---  
 GIIf | GIIf

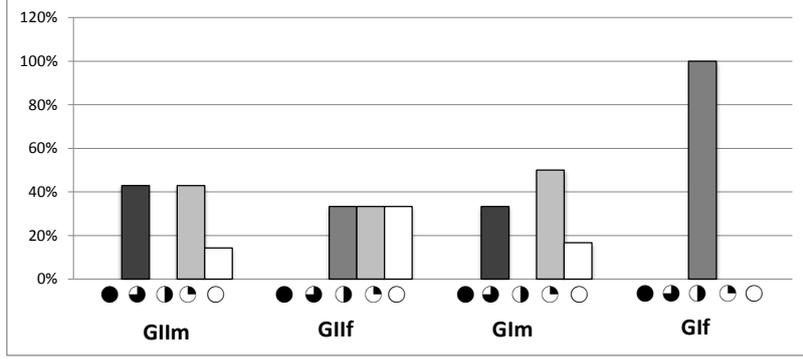


Mapa 032c - Moradia (QSL16)

Sugestão de *mocó*

- forma conhecida
- forma não conhecida
- | sem resultado

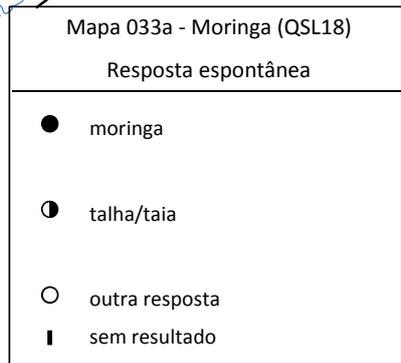
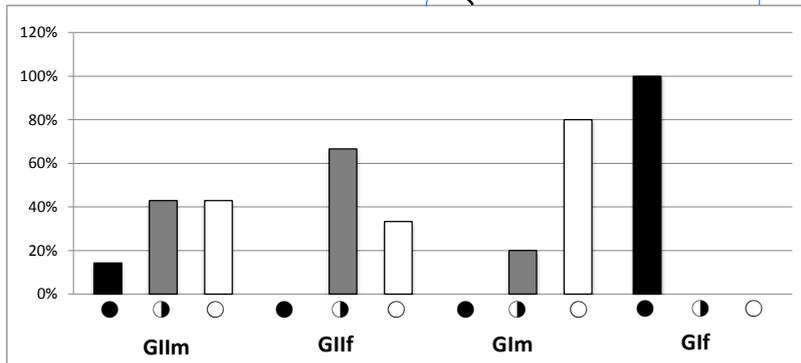
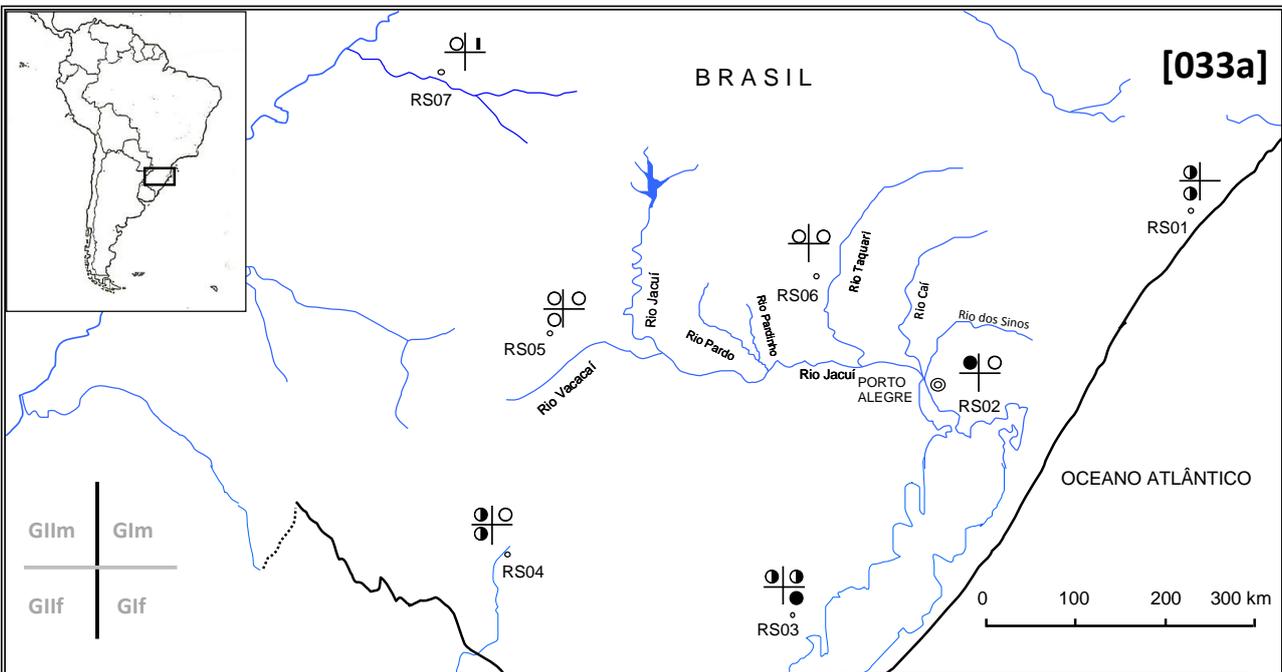
[032d]



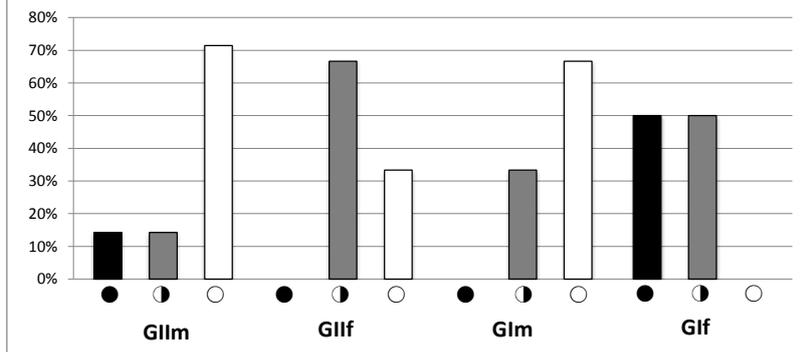
Mapa 032d - Moradia (QSL16)  
 Sugerência de *mocambo*, *mocó*,  
*cafofo* e *moquiço/moquiço*

- 04 formas conhecidas
- 03 formas conhecidas
- ◐ 02 formas conhecidas
- ◑ 01 forma conhecida
- nenhuma forma conhecida
- ▬ sem resultado

[033a]



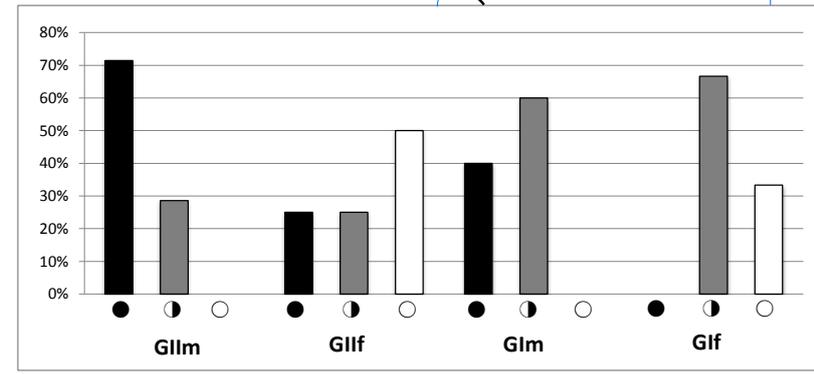
[033b]



Mapa 033b - Moringa (QSL18)  
Ocorrência da var. *moringa*

- forma espontânea (uso ativo)
- ◐ forma sugerida conhecida
- forma sugerida não conhecida
- ▬ sem resultado

[034a]

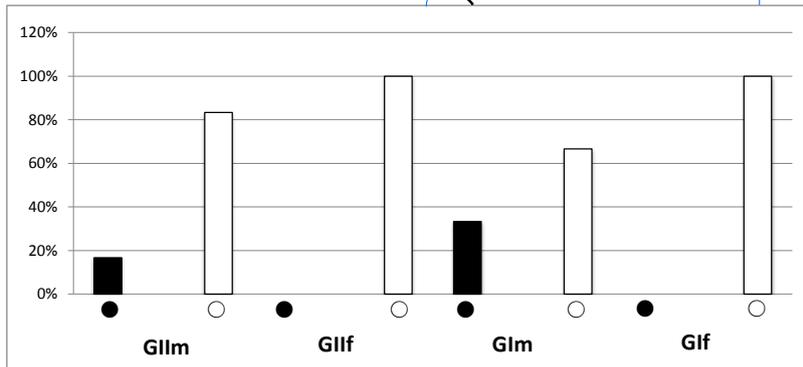


Mapa 034a - Montículo (QSL20)

Resposta espontânea

- muchão, munchão, monção
- ◐ camaleão [var.]
- outra resposta
- ⊥ sem resultado

[034b]

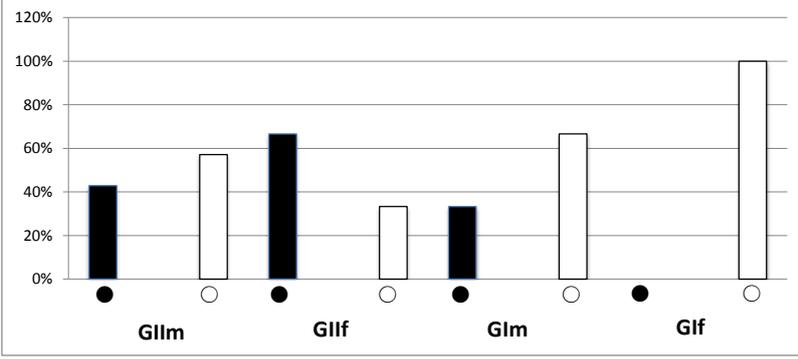


Mapa 034b - Montículo (QSL20)

Sugestão de *morundum/molundum*

- forma conhecida
- forma não conhecida
- sem resultado

[035]

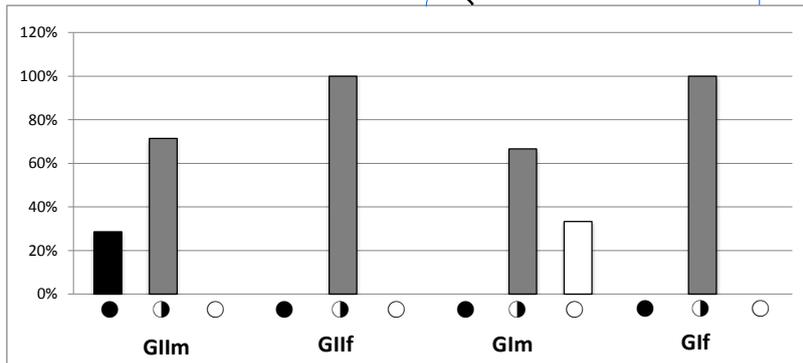
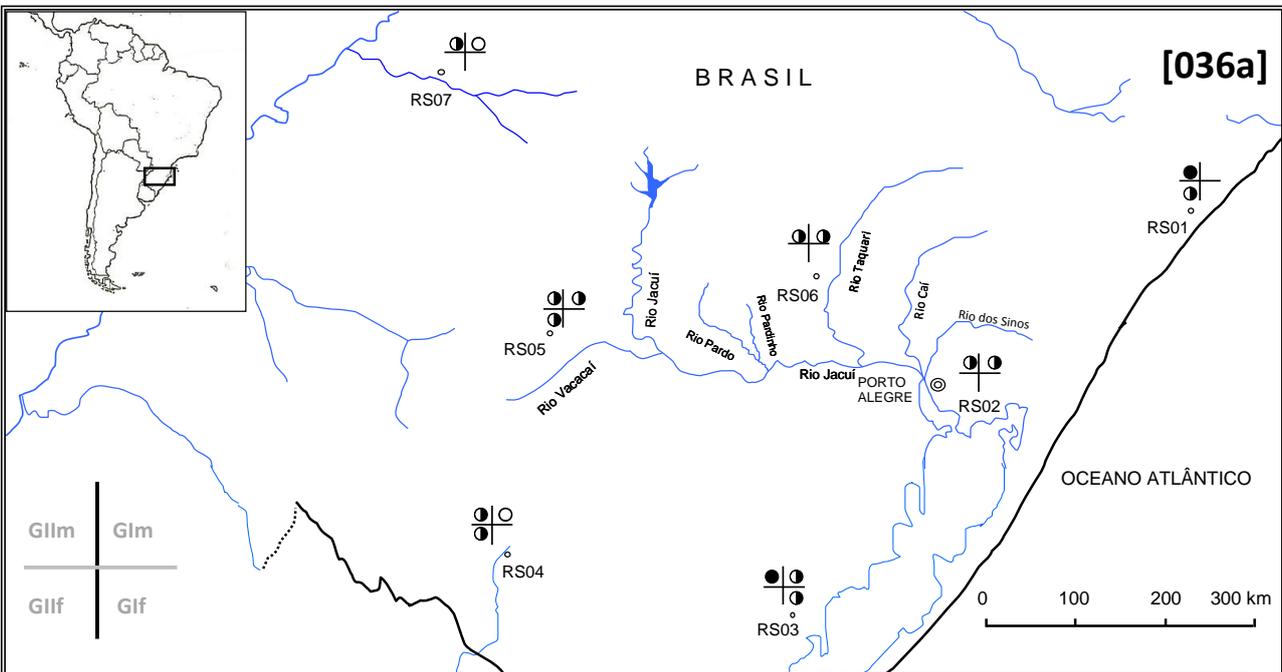


Mapa 035 - Aguardente (QSL21)

Sugestão de *marafa/malafo*

- forma conhecida
- forma não conhecida

[036a]

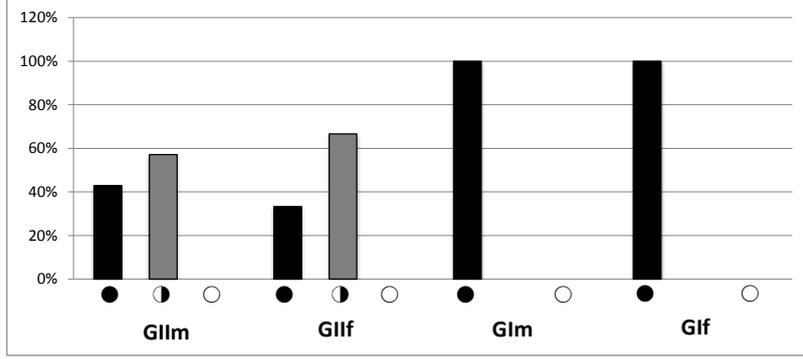


Mapa 036a - Bodega (QSL22)

Ocorrência de *bodega*

- forma espontânea (uso ativo)
- ◐ forma sugerida conhecida
- forma sugerida não conhecida
- sem resultado

[036b]

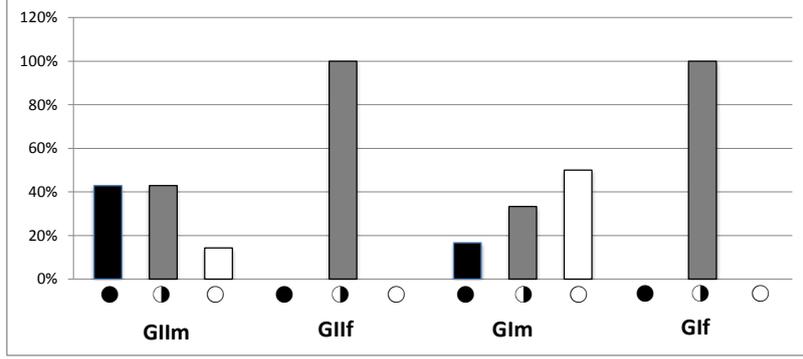
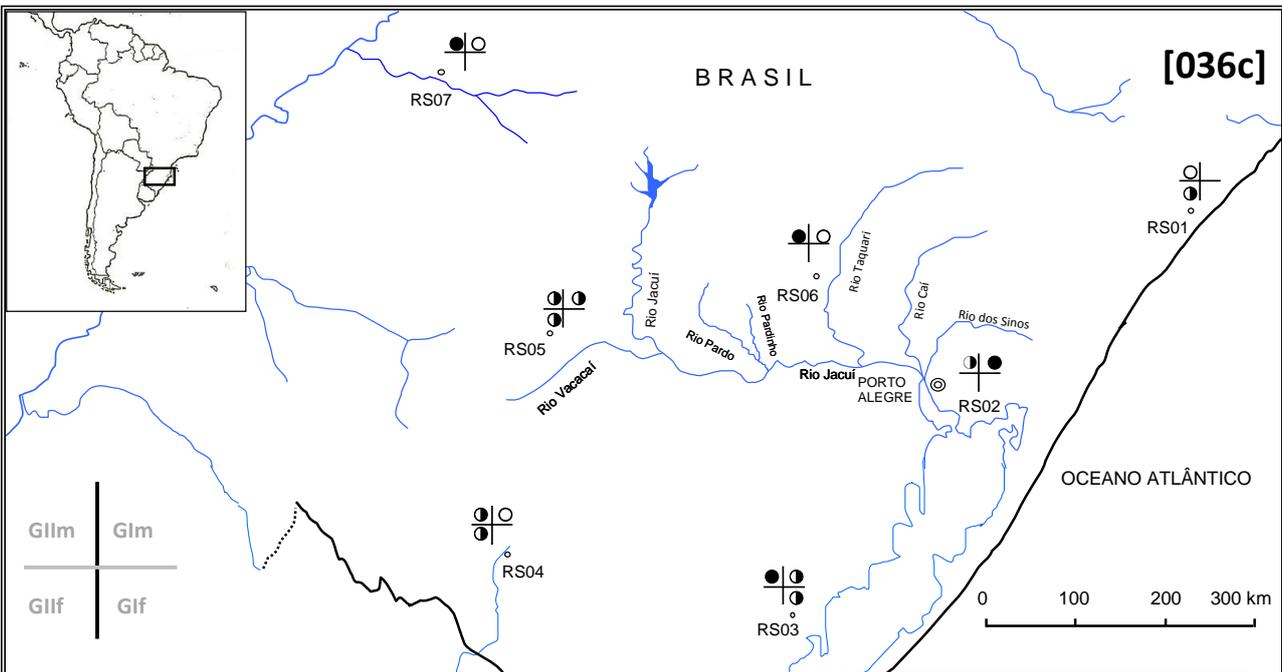


Mapa 036b - Bodega (QSL22)

Ocorrência de *boteco*

- forma espontânea (uso ativo)
- ◐ forma sugerida conhecida
- forma sugerida não conhecida
- sem resultado

[036c]

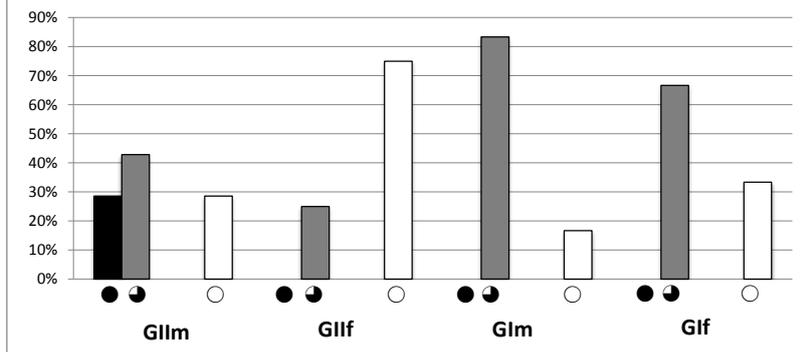


Mapa 036c - Bodega (QSL22)

Ocorrência de *bolicho/bolicho*

- forma espontânea (uso ativo)
- ◐ forma sugerida conhecida
- forma sugerida não conhecida
- sem resultado

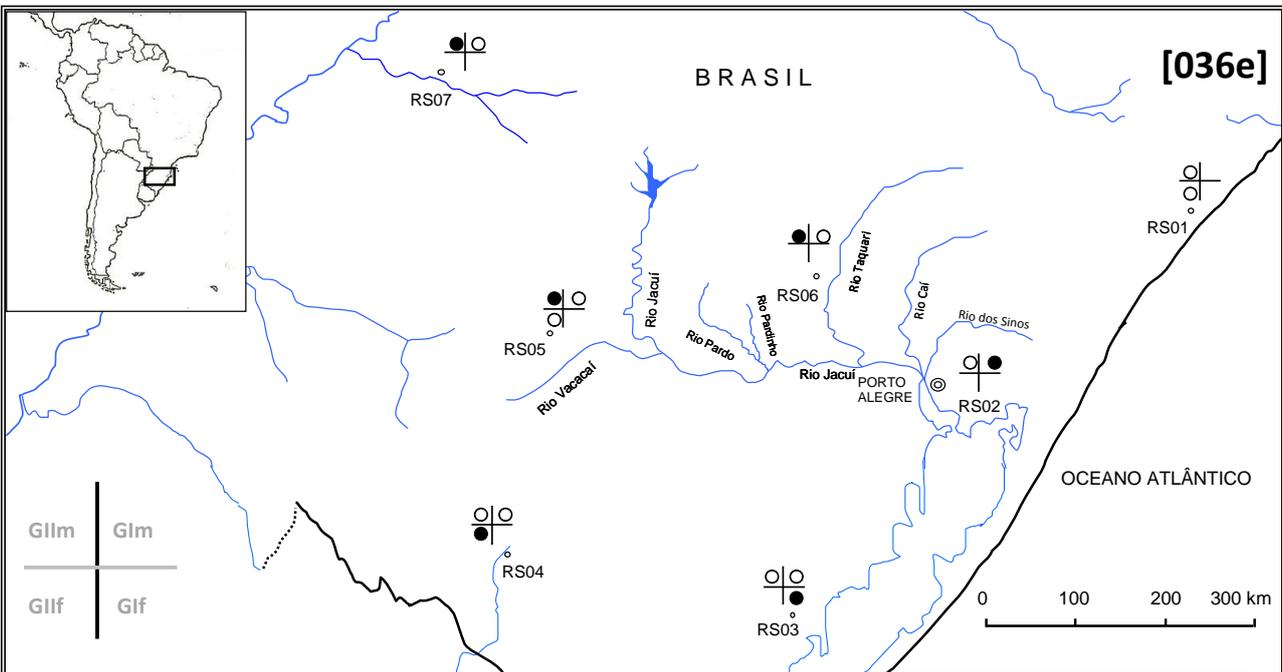
[036d]



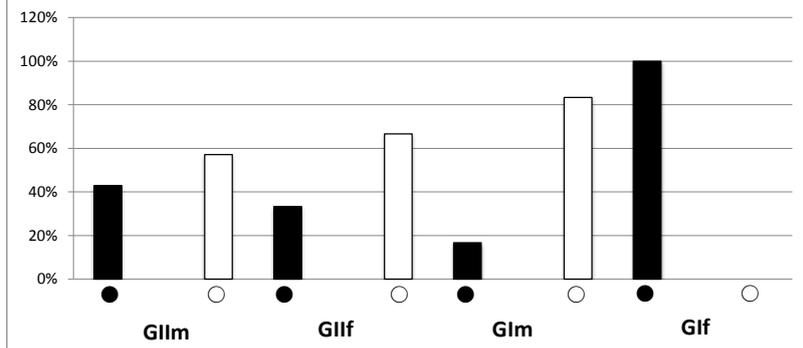
Mapa 036d - Bodega (QSL22)  
 Ocorrência de bodega e boteco como resposta espontânea

- bodega
- boteco
- boliche, venda ou armazém

[036e]



Gllm	Glm
Glf	Glf

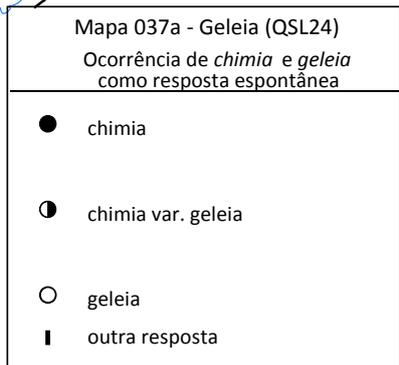
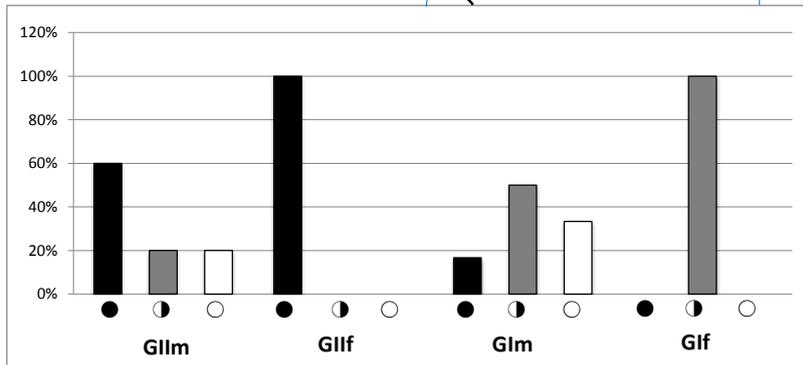
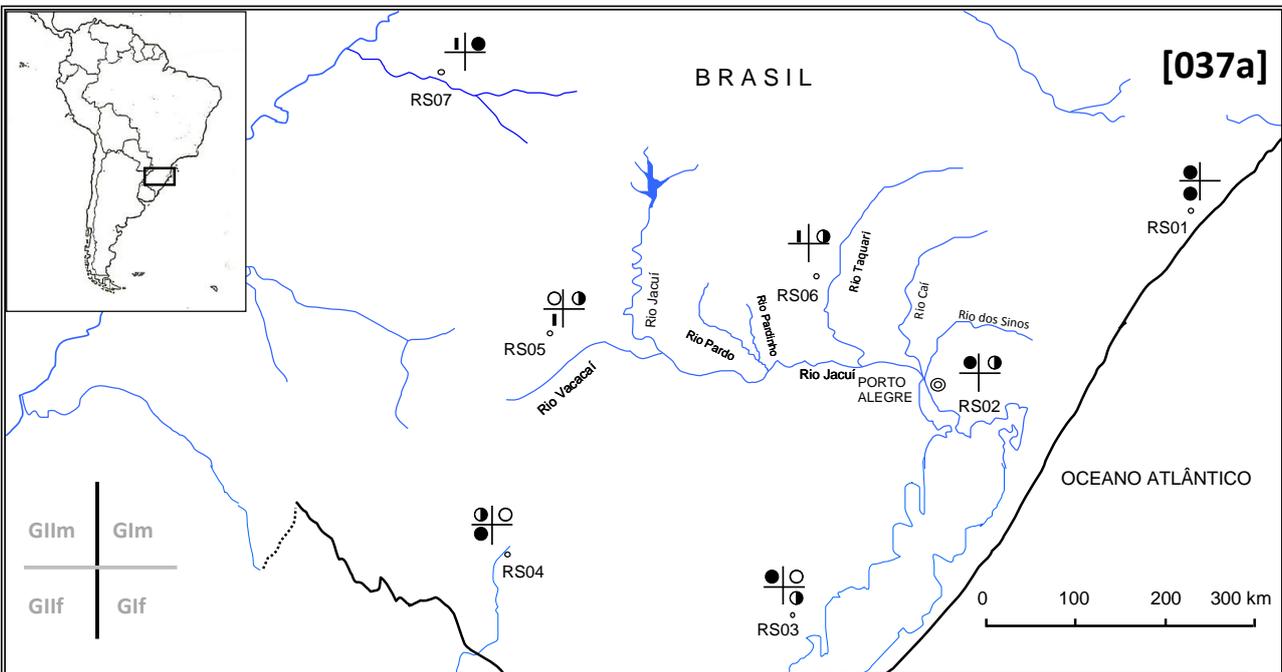


Mapa 036e - Bodega (QSL22)

Sugestão de *biboca*

- forma conhecida
- forma não conhecida
- ▮ sem resultado

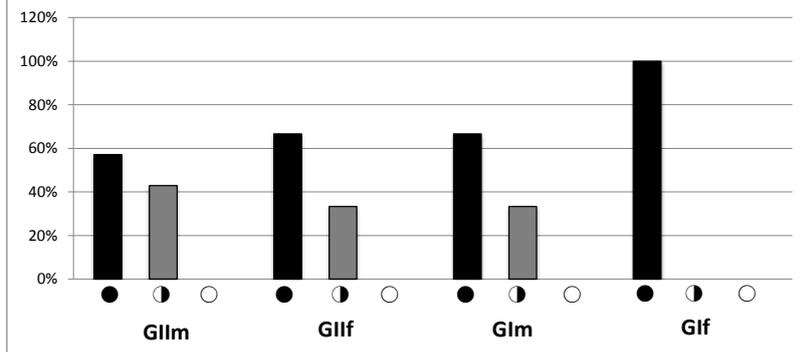
[037a]



[037b]



Gllm | GIm  
 ---  
 GIf | GIff

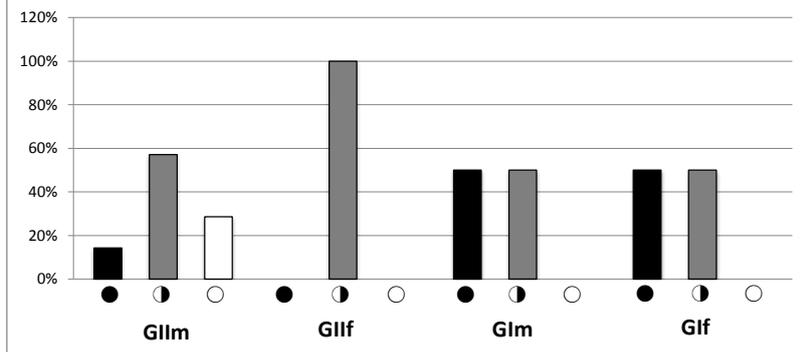


Mapa 037b - Geleia (QSL24)

Ocorrência de *chimia*

- forma espontânea
- ◐ forma sugerida conhecida
- forma sugerida não conhecida
- sem resultado

[038a]



Mapa 038a - Dinheiro (QSL25)

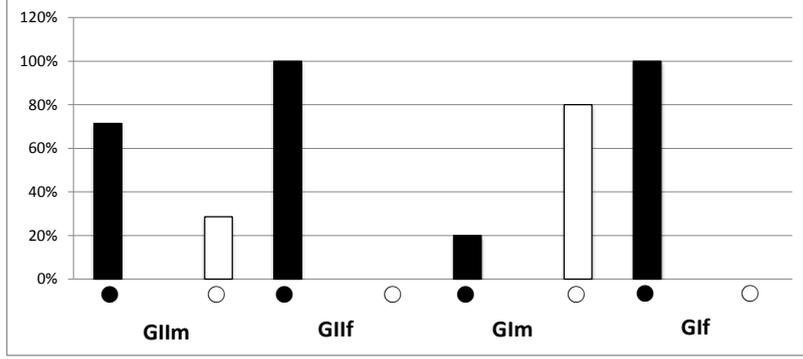
Ocorrência de *bufunfa*

- forma espontânea
- ◐ forma sugerida conhecida
- forma sugerida não conhecida
- sem resultado

[038b]



Gllm	Glm
Glf	Glf

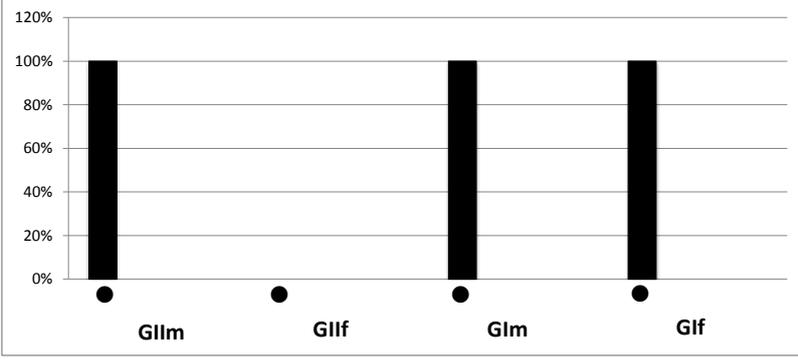


Mapa 038b - Dinheiro (QSL25)

Sugestão de *tutu*

- forma conhecida
- forma não conhecida
- ▮ sem resultado

[038c]

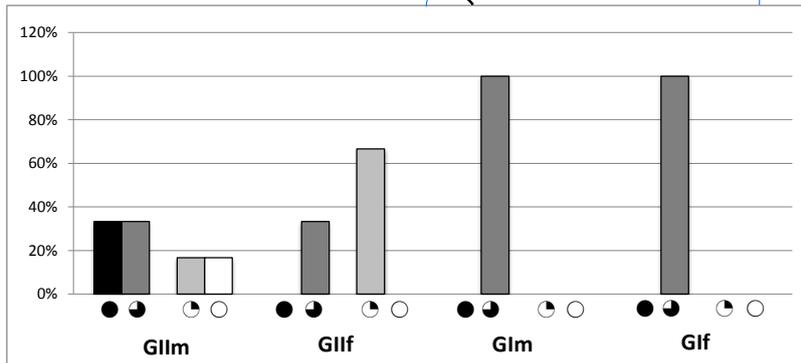


Mapa 038c - Dinheiro (QSL25)

Ocorrência de *dindim*

- forma espontânea
- | sem resultado

[039a]

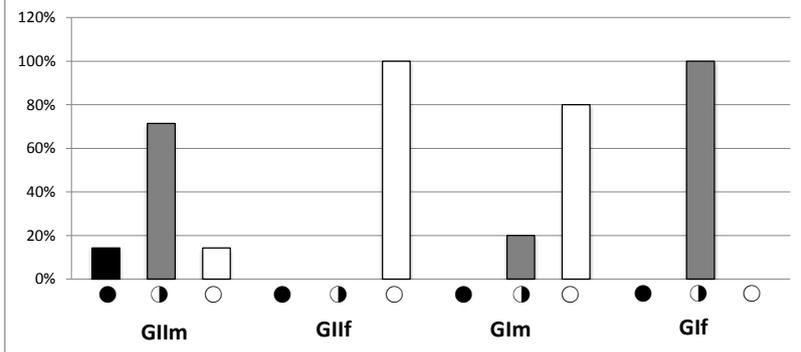


Mapa 039a - Cego de um olho (QSL26)

Resposta espontânea

- zabolho, tresolho
- ◐ caolho
- ◑ torto (de um olho)
- cego de um olho
- I outra resposta

[039b]



Mapa 039b - Cego de um olho (QSL26)

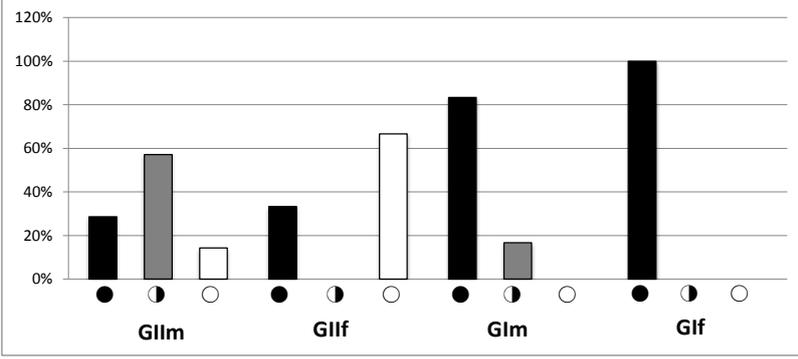
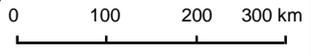
Ocorrência de *zarolho*

- forma espontânea
- ◐ forma sugerida conhecida
- forma sugerida não conhecida
- sem resultado

[039c]



Gllm | GIm  
 ---  
 GIf | GIf

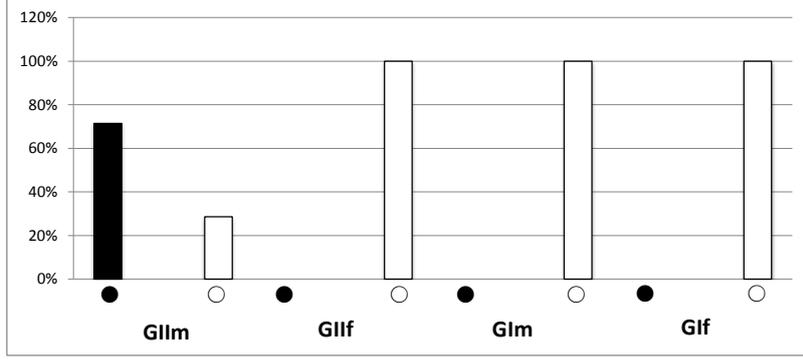


Mapa 039c - Cego de um olho (QSL26)

Ocorrência de *caolho*

- forma espontânea
- ◐ forma sugerida conhecida
- forma sugerida não conhecida
- I sem resultado

[039d]

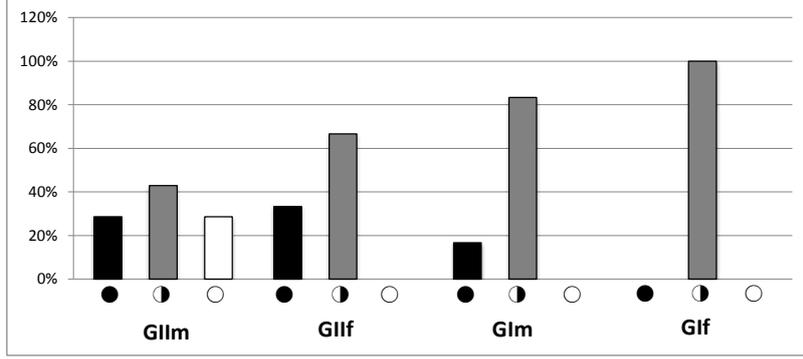


Mapa 039d - Cego de um olho (QSL26)

Sugestão de *miralho*

- forma conhecida
- forma não conhecida
- | sem resultado

[040a]



Mapa 040a - Calcanhar (QSL28)

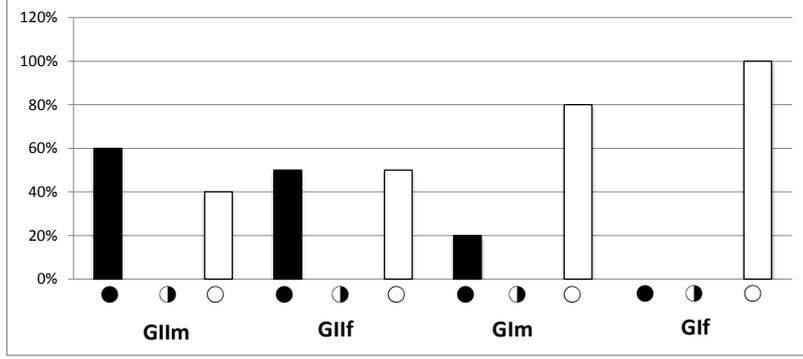
Resposta espontânea

- garrão
- ◐ garrão var. calcanhar
- calcanhar

[040b]



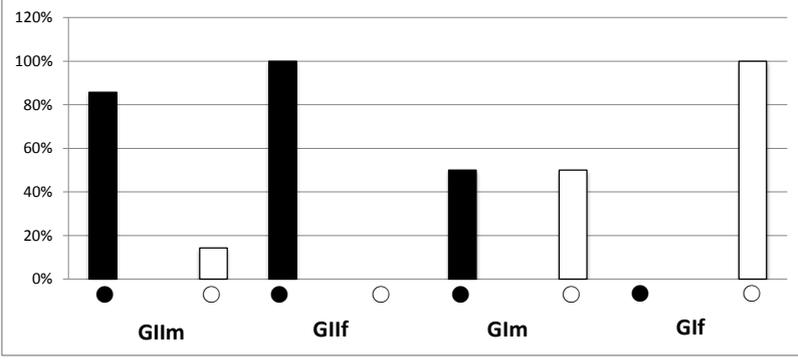
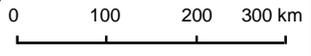
GIIm | GIm  
 ---  
 GIIf | GIIf



Mapa 040b - Calcanhar (QSL28)  
 Forma espontânea de *calcanhar*

- carcanhá
- ◐ carcanha
- calcanhar
- ▮ outra resposta

[040c]

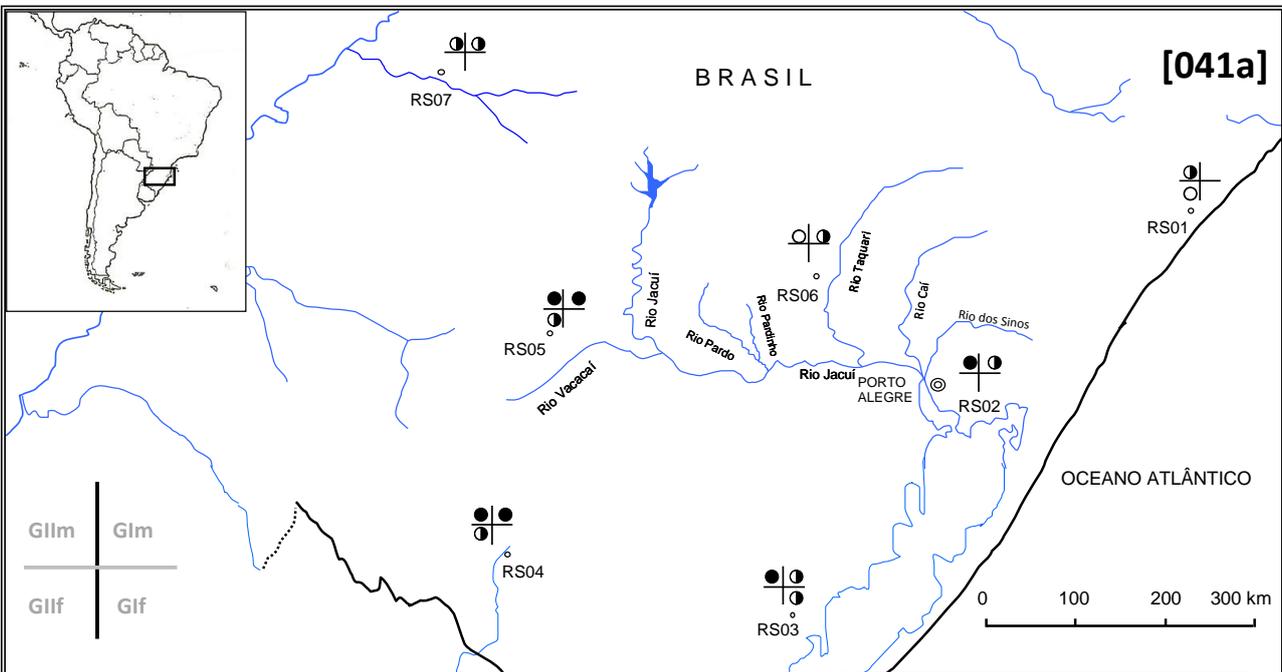


Mapa 040c - Calcanhar (QSL28)

Sugestão de *carcanha*

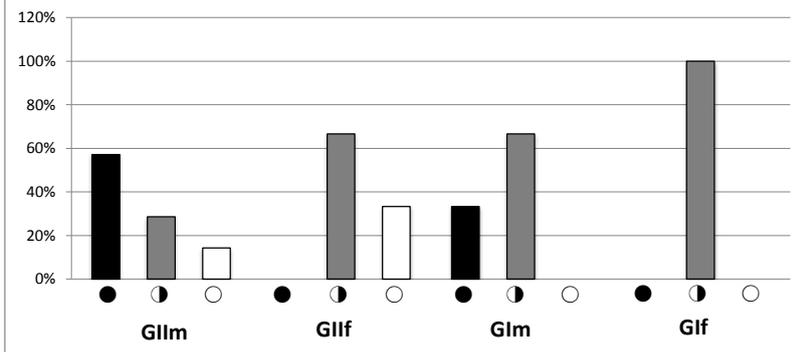
- forma conhecida
- forma não conhecida
- ▮ sem resultado

[041a]



Gllm | GIm  
 ---  
 GIf | GI

0 100 200 300 km



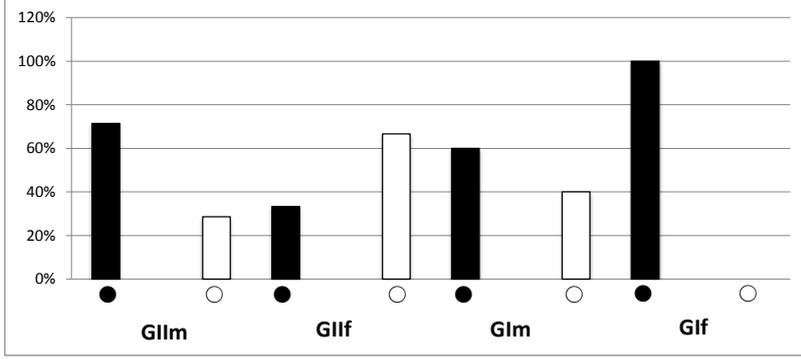
Mapa 041a - Morrer (QSL29)  
 Ocorrência de *falecer* e *morrer* como resposta espontânea

- falecer
- ◐ falecer var. morrer
- morrer
- | sem resultado

[041b]

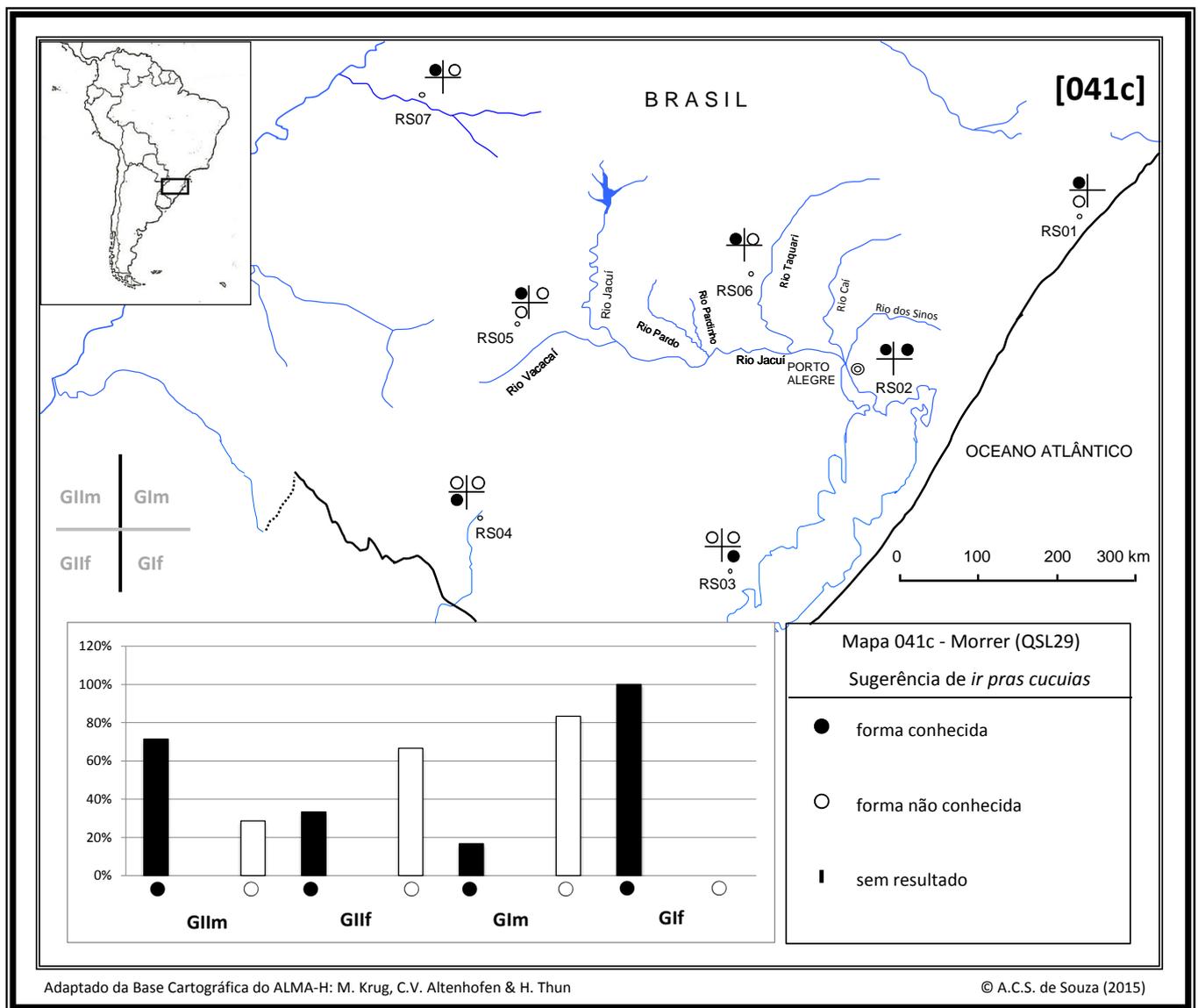


GIIm | GIm  
GIIf | GIIf

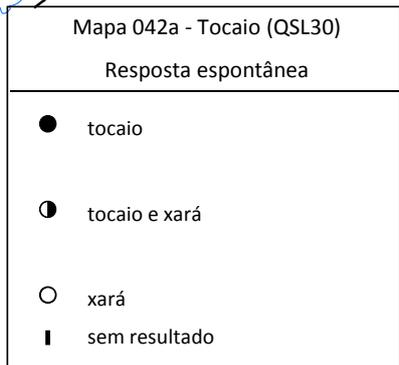
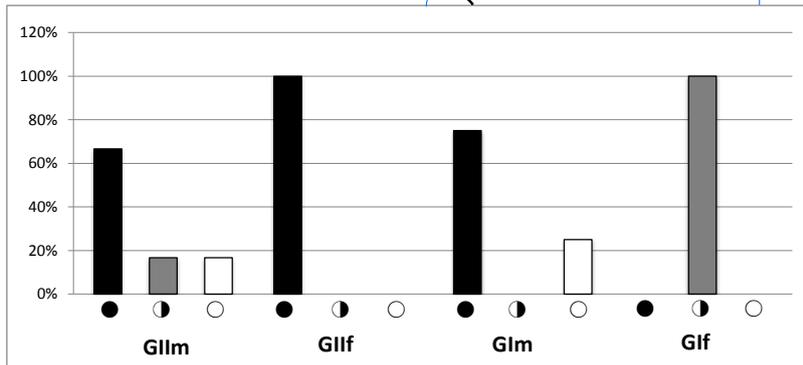
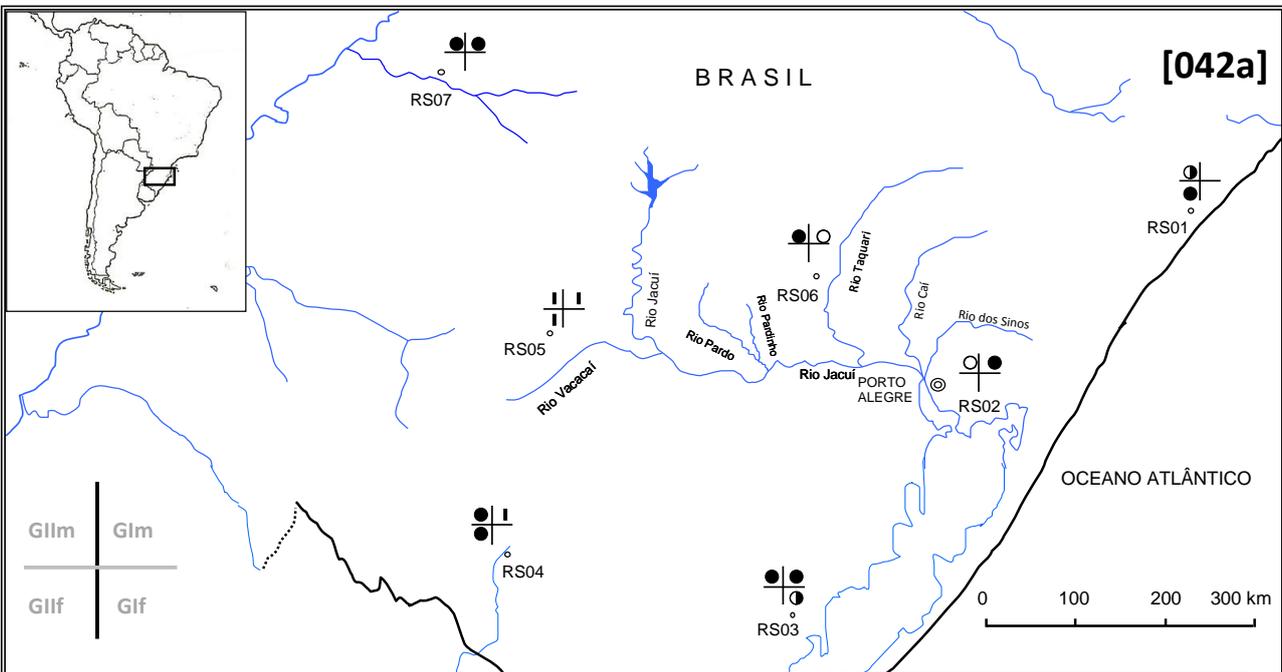


Mapa 041b - Morrer (QSL29)  
Sugestão de ir para o beleléu

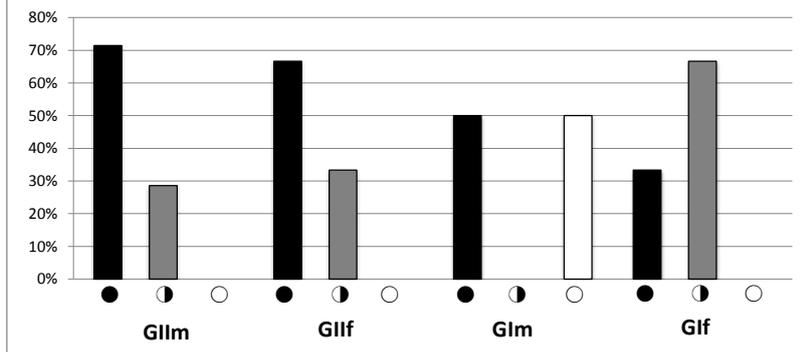
- forma conhecida
- forma não conhecida
- ┆ sem resultado



[042a]



[042b]



Mapa 042b - Tocaio (QSL30)

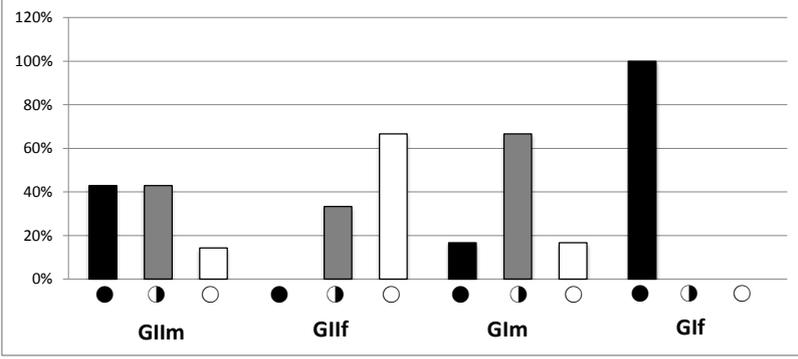
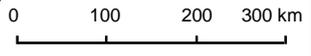
Ocorrência de *tocaio*

- forma espontânea (uso ativo)
- ◐ forma sugerida conhecida
- forma sugerida não conhecida
- sem resultado

[042c]



Gllm | GIm  
 ---  
 GIf | GIff



Mapa 042c - Tocaio (QSL30)

Ocorrência de xará

- forma espontânea (uso ativo)
- ◐ forma sugerida conhecida
- forma sugerida não conhecida
- | sem resultado

**ANEXO C – COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS  
PLANILHA DE ACOMPANHAMENTO**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO  
**INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA**  
*SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL –SR/11/RS*

**COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS  
PLANILHA DE ACOMPANHAMENTO**

	<b>Comunidade</b>	<b>Abertura do Processo</b>	<b>Nº Processo</b>	<b>Município</b>
1	<b>Família Silva</b>	22/10/2004	54220.002094/2004-28	Porto Alegre
2	<b>São Miguel</b>	16/02/2005	54220.000257/2005-19	Restinga Seca
3	<b>Rincão dos Martimianos</b>	16/02/2005	54220.000258/2005-63	Restinga Seca
4	<b>Chácara das Rosas</b>	31/11/2005	54220.002770/2005-44	Canoas
5	<b>Casca</b>	22/07/2004	54220.001202/2004-45	Mostardas
6	<b>Manoel Barbosa</b>	28/09/2004	54220.001830/2004-21	Gravataí
7	<b>Alpes</b>	03/02/2005	54220.000183/2005-11	Porto Alegre
8	<b>Areal</b>	07/03/2005	54220.000401/2005-17	Porto Alegre
9	<b>Arvinha</b>	12/07/2005	54220.001305/2005-96	Sertão
10	<b>Cambará</b>	14/03/2006	54220.001249/2006-71	Cachoeira do Sul
11	<b>Mormaça</b>	30/08/2005	54220.001784/2005-41	Sertão
12	<b>Palmas</b>	07/03/2005	54220.000397/2005-97	Bagé
13	<b>Morro Alto</b>	22/07/2004	54220.001201/2004-09	Osório

14	<b>Rincão dos Negros</b>	07/03/2005	54220.000398/2005-31	Rio Pardo
15	<b>Arnesto Penna</b>	10/03/2006	54220.001228/2006-55	Santa Maria
16	<b>Manoel do Rego</b>	07/03/2005	54220.000399/2005-86	Canguçu
17	<b>Rincão dos Caixões</b>	27/03/2006	54220.001415/2006-39	Jacuizinho
18	<b>Limoeiro</b>	17/06/2004	54220.000822/2004-67	Palmares do Sul
19	<b>Família Fidelix</b>	08/02/2007	54220.000258/2007-25	Porto Alegre
20	<b>Linha Fão</b>	27/03/2006	54220.001413/2006-40	Arroio do Tigre
21	<b>Butiá</b>	06/12/2004	54220.002501/2004-05	Butiá
22	<b>Picada das Vassouras</b>	28/08/2007	54220.001738/2207-11	Caçapava do Sul
23	<b>Quadra</b>	16/02/2007	54220.000317/2007-65	Encruzilhada do Sul
24	<b>Vila Scherer</b>	25/05/2007	54220.001132/2007-78	Formigueiro
25	<b>Ferreira Fialho</b>	02/01/2007	54220.000011/2007-17	Gravataí
26	<b>Beco dos Colodianos</b>	30/10/2007	54220.002304/2007-21	Mostardas
27	<b>Vovó Isabel – Santo Inácio</b>	25/02/2008	54220.0004422008-56	Nova Palma
28	<b>Fazenda Cachoeira</b>	03/01/2007	54220.000042/2007-60	Piratini
29	<b>Macaco Branco</b>	08/10/2007	54220.002093/2207-26	Portão
30	<b>Júlio Borges</b>	27/03/2006	54220.001414/2006-94	Salto do Jacuí
31	<b>Paredão</b>	17/07/2006	54220.002280/2006-29	Taquara
32	<b>Teixeiras</b>	30/10/2007	54220.002305/2007-75	Mostardas
33	<b>Vó Marinha</b>	06/08/2007	54220.001451/2007-83	Tavares
34	<b>Cantão das Lombas</b>	27/10/2005	54220.002341/2005-77	Viamão
35	<b>Faxinal</b>	06/12/2013(*)	54220.003036/2013-11	Caçapava do Sul
36	<b>Rincão Bonito/Seivalzinho</b>	06/12/2013(*)	54220.003037/2013-57	Caçapava do Sul
37	<b>Anastácia</b>	12/01/2005	54220.000082/2005-40	Viamão

38	<b>Peixoto Botinhas</b>	21/07/2006	54220.002359/2006-50	Viamão
39	<b>Iguatemi</b>	27/11/2008	54220.002779/2008-06	Canguçu
40	<b>Favila</b>	27/11/2008	54220.002777/2008-17	Canguçu
41	<b>Passo do Lourenço</b>	27/11/2008	54220.002780/2008-22	Canguçu
42	<b>Potreiro Grande</b>	27/11/2008	54220.002778/2008-53	Canguçu
43	<b>Capororocas</b>	30/01/2009	54220.000733/2009-25	Tavares
44	<b>Cerro das Velhas</b>	11/08/2009	54220.002564/2009-68	Canguçu
45	<b>Tio Dô</b>	11/08/2009	54220.002575/2009-48	Santana da Boa Vista
46	<b>Mutuca</b>	11/08/2009	54220.002581/2009-03	Turuçu
47	<b>Tamanduá</b>	11/08/2009	54220.002560/2009-80	Aceguá
48	<b>Vila da Lata</b>	11/08/2009	54220.002561/2009-24	Aceguá
49	<b>Bolsa do Candiota</b>	11/08/2009	54220.002570/2009-15	Pedras Altas
50	<b>Solidão</b>	11/08/2009	54220.002569/2009-91	Pedras Altas
51	<b>Várzea dos Baianos</b>	11/08/2009	54220.002568/2009-46	Pedras Altas
52	<b>Algodão</b>	11/08/2009	54220.002571/2009-60	Pelotas
53	<b>Alto do Caixão</b>	11/08/2009	54220.002573/2009-59	Pelotas
54	<b>Vó Elvira</b>	11/08/2009	54220.002572/2009-12	Pelotas
55	<b>Vila Progresso</b>	11/08/2009	54220.002582/2009-40	Arroio do Padre
56	<b>Rincão das Almas</b>	11/08/2009	54220.002577/2009-37	São Lourenço do Sul
57	<b>Coxilha Negra</b>	11/08/2009	54220.002580/2009-51	São Lourenço do Sul
58	<b>Picada</b>	11/08/2009	54220.002576/2009-92	São Lourenço do Sul
59	<b>Monjolo</b>	11/08/2009	54220.002578/2009-81	São Lourenço do Sul
60	<b>Torrão</b>	11/08/2009	54220.002579/2009-26	São Lourenço do Sul
61	<b>Maçambique</b>	11/08/2009	54220.002565/2009-11	Canguçu

62	<b>Estância da Figueira</b>	11/08/2009	54220.002563/2009-13	Canguçu
63	<b>Rincão do Quilombo</b>	11/08/2009	54220.002574/2009-01	Piratini
64	<b>Lichiguana</b>	11/08/2009	54220.002584/2009-39	Cerrito
65	<b>Candiota</b>	11/08/2009	54220.002562/2009-79	Candiota
66	<b>Vó Ernestina</b>	11/08/2009	54220.002567/2009-00	Morro Redondo
67	<b>Serrinha do Cristal</b>	11/08/2009	54220.002566/2009-57	Cristal
69	<b>Madeira</b>	11/08/2009	54220.002583/2009-94	Jaguarão
70	<b>Cerro da Vigília</b>	16/11/2009	54220.003376/2009-57	Canguçu
71	<b>Rincão do Couro</b>	16/11/2009	54220.003377/2009-00	Piratini
72	<b>Faxina</b>	16/11/2009	54220.003379/2009-91	Piratini
73	<b>Vila Nova</b>	16/11/2009	54220.003378/2009-46	São José do Norte
74	<b>Comunidade Armada</b>	29/10/2010	54220.002694/2010-34	Canguçu
75	<b>Comunidade São Roque</b>	09/12/10	54220.002976/2010-31	Arroio do Meio
76	<b>Anastácia Machado</b>	25/01/2011	54220.000246/2011-87	Tavares
77	<b>São Manoel</b>	28/03/2011	54220.000745/2011-74	Piratini
78	<b>Passo do Araçá</b>	09/06/2011	54220.001296/2011-811	Catuípe
79	<b>Costa da Lagoa</b>	28/06/2011	54220.001402/2011-27	Capivari do Sul
80	<b>Rincão dos Fernandes</b>	25/10/2011	54220.002537/2011-18	Uruguaiana
81	<b>Capão dos Lopes</b>	03/12/2012	54220.002583/2012-90	Fortaleza dos Valos
82	<b>Cerro da Boneca</b>	01/02/2013	54220.000209/2013-31	Canguçu
83	<b>Quilombo do Faxinal</b>	01/02/2013	54220.000.208/2013-96	Canguçu
84	<b>Fundos do Formigueiro</b>	18/07/2013	54220.001963/2013-98	São Sepé
85	<b>Angico</b>	19/09/2013	54220.002478/2013-31	Alegrete
86	<b>Boqueirão</b>	01/11/2013	54220.002826/2013-71	Canguçu

87	<b>Medeiros</b>	01/11/2013	54220.002825/2013-26	Encruzilhada do Sul
88	<b>Von Bock</b>	06/11/2013	54220.002860/2013-45	São Gabriel
89	<b>Correa</b>	27/11/2013	54220.002999/2013-99	Giruá
90	<b>Família Machado</b>	19/12/2013	54220.003126/2013-01	Porto Alegre
91	<b>Corredor dos Munhós</b>	21/03/2014	54220.000466/2014-53	Lavras do Sul

Comunidades com Título (03): **Chácara das Rosas, Família Silva (título parcial) e Casca (título parcial).**

Comunidades com Decreto (06): **Família Silva, Rincão dos Martimianos, São Miguel, Casca, Rincão dos Caixões e Manoel Barbosa.**

Comunidades com Portaria (08): **Família Silva, São Miguel, Rincão dos Martimianos, Casca, Chácara da Rosas, Manoel Barbosa, Rincão dos Caixões e Areal.**

Comunidades com RTID Publicados (14): **Família Silva, São Miguel, Rincão dos Martimianos, Casca, Chácara das Rosas, Manoel Barbosa, Arvinha, Rincão dos Caixões, Cambará, Mormaça, Morro Alto, Palmas, Limoeiro, Areal.**

RTID em elaboração (15): **Alpes, Rincão dos Negros, Arnesto Pena, Manoel do Rego, Família Fidélis, Quadra, Monjolo, Maçambique, Fazenda Cachoeira, Colodianos, Macaco Branco, Julio Borges, Linha Fão, Picada das Vassouras, Anastácia.**

Comunidades com Relatórios Antropológicos (25): **Família Silva, São Miguel, Rincão dos Martimianos, Casca, Chácara das Rosas, Manoel Barbosa, Alpes, Areal, Arvinha, Cambará, Mormaça, Palmas, Morro Alto, Rincão dos Negros, Rincão dos Caixões, Limoeiro, Família Fidélis, Manoel do Rego, Arnesto Penna, Anastácia, Fazenda Cachoeira, Linha Fão, Júlio Borges, Rincão Santo Inácio e Picada das Vassouras.**

(\*) Essas duas Comunidades pertenciam à Comunidade da Picada das Vassouras, nº 22, com processo aberto em: 28/08/2007. Por razões operacionais elas foram desmembradas, e foram abertos dois novos processos. Como, parte do Relatório Antropológico já foi elaborada, e considerando o tempo de abertura do Processo que a originou (Picada das Vassouras) ocupa essa posição na Tabela de acompanhamento e prioridades.

Fonte: INCRA/RS – Antropóloga Janaína Campos Lobo

ANEXO D: Relação de Comunidades Remanescentes de Quilombos – Rio Grande do Sul

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO  
INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA  
SUPERINTENDÊNCIA DO RIO GRANDE DO SUL  
Programa Brasil Quilombola**

Relação de Comunidades Remanescentes de Quilombos  
Rio Grande do Sul (Levantamento Prévio) Junho/2011

	Município	Fone da Prefeitura	N	Comunidades	Nº de Famílias
1	Aceguá	(53) 246 1185	1	Tamanduá	16
			2	Vila da Lata	17
2	Alegrete	(55) 3961 1601 (55) 3961 1604	3	Angico	17
			4	Rincão de São Miguel	0
3	Arroio do Meio	(51) 3716 1166	5	São Roque	14
4	Arroio do Padre		6	Vila Progresso	14
5	Arroio do Tigre	(51) 3747 1125	7	Sítio Novo/Linha Fão	20
6	Alvorada	(51) 483 1128	8	Passo dos Negros	61
7	Bom Retiro do Sul	(51) 3766 1255	9	Cupido/Nova Real	25
8	Bagé	(53) 240 5007 (53) 242 9230	10	Palmas (Pedra Grande, Coxilha das Flores, Pedreira, Rincão do Inferno, Bolena e Catarina)	100
			11	Santa Tereza (Confirmar?)	0
			12	Toca	43
9	Brochier	(51) 697 1215	13	Paris Baixo	0
			14	Butia	
10	Butiá	(51) 652 4574 (51) 3724 6001	15	Cerro do Clemente	0
			16	Cambará	31
11	Cachoeira do Sul	(55) 3281 1351	17	Irapuazinho	10
			18	Picada das Vassouras (Picada, Faxinal, Quebra Canga, Rincão do Ouro, Seivalzinho)	71
12	Caçapava do Sul	(55) 3281 1351	19	Companheiros de João Antonio (faz parte do quilom	0
			20	Quilombo do Candiota	33
13	Candiota	(53) 245 7118 (53) 245 7120	21	Cerro das Velhas	22
			22	Armada	?
			23	Cerro Pelado	14
			24	Maçambique	53
			25	Redenção do Manoel do Rego	18
			26	Iguatemi	18
			27	Favila	23
			28	Passo do Lourenço	33
			29	Estância da Figueira	10
			30	Cerro da Vigília	
			31	Potreiro Grande	22
15	Canoas	(51) 462 1500	32	Chácara das Rosas (Barreto)	16
16	Capivari do Sul	(51) 685 1327	33	Costa da Lagoa	12
17	Carazinho	(54) 331 2699	34	Colorado	0
18	Catuípe	(55) 3336 1301	35	Passo dos Araçá	11
19	Cerrito		36	Lichiguana	19
20	Colorado	(54) 334 1151	37	Vila Padre Osmani	0
			38	Vista Alegre	0
21	Constantina	(54) 3363 1311	39	São Roque	0
			40	Vila Brasília	0
22	Cristal		41	Serrinha do Cristal	85

23	Encruzilhada do Sul	(51) 3733 1180	42	Quadra	12
24	Entre Rios do Sul	(54) 544 1112	43	Morro da Guampa	0
25	Espumoso	(54) 383 1100	44	Linha Guanabara	0
26	Formigueiro	(55) 3236 1200	45	Cerro do Formigueiro	25
			46	Passo do Brum	21
			47	Vila Scherer	41
			48	Passo do Maia	18
			49	Timbaúva	0
			50	Cerro do Louro	0
27	Fazenda Vila Nova	(51) 613 1100	51	Matuto	0
28	Fortaleza dos Valos	(55) 3328 1133	52	Costaneira	0
			53	Comunidade dos Morenos/São Paulo das Tunas	5
29	Girúá	(55) 3361 2000		Comunidade dos Correa	
30	Gramado Xavier	(51) 3713 3477	54	Linha dos Marcondes	0
31	Gravataí	(51) 484 8500	55	África	0
			56	Ferreira Fialho	
			57	Manoel Barbosa (Barro Vermelho)	30
32	Glorinha	(51) 487 1020	58	Maracanã/Contenda	0
33	Herval	(53) 267 1061	59	Cerro Chato	16
			(53) 267 1175	60	Desvio do Herval
34	Ipê	(54) 233 1050	61	Tafona	0
35	Jacuzinho	(55) 3629 1002	62	Rincão dos Caixões	20
36	Jaguarão	(53) 261 1922	63	Cerrito	0
			64	Madeira	60
			65	Passo dos Vimes	0
37	Maquiné	(51) 628 1451 (51) 628 1322	66	Morro Alto	456
			67	Prainha	0
			68	Ribeirão	0
38	Marau	(54) 342 3044	69	Santo Antonio do Polar	0
39	Mato Leitão	(51) 3784 1085	70	Linha Santo Antônio	0
40	Morro Redondo		71	Vó Ernestina	20
41	Mostardas	(51) 673 1166 (51) 673 1433	72	Casca	87
			73	Teixeiras	80
			74	Coloidianos	20
42	Muitos Capões	(54) 612 2102	75	Mato Grande	30
43	Nova Ramada		76	Família do Seu Onézio	1
44	Nova Palma	(55) 3266 1166	77	Vovó Isabel/Rincão Santo Inácio	52
45	Osório	(51) 663 8200	78	Aguapé	0
46	Palmares do Sul	(51) 668 1200	79	Limoeiro	90
47	Paverama	(51) 3761 1044	80	Morro dos Belo	0
48	Pedras Altas	(53) 613 0033	81	Bolsa do Candiota	7
			82	Solidão	4
			83	Várzea dos Baianos	26
			84	Distrito do Quinongongo/Rincão da Cruz	100
49	Pelotas	(53) 225 7355	85	Algodão	70
			86	Vó Elvira	20
			87	Alto do Caixão	26
50	Piratini	(53) 227 2061 (53) 257 1264	88	Rincão do Quilombo	80
			89	Faxina	
			90	Rincão do Couro	
			91	São Manoel	17
51	Portão	(51) 562 1566	92	Fazenda da Cachoeira	60
			93	Macaco Branco	70

52	Porto Alegre	(51) 3289 3600 (51) 3228 8725	94	Família Silva (Área Urbana)	12
			95	Areal da Baroneza/Luiz Guaranha (Área Urbana)	79
			96	Morro dos Alpes (Área Urbana)	74
			97	Família Fidelix	35
			98	Serraria (Área Urbana)	0
53	Restinga Seca	(55) 3261 1221	99	São Miguel	153
			100	Rincão de Martimianos	52
54	Rio Grande	(53) 233 8400	101	Comunidade	0
55	Rio Pardo	(51) 3731 1225 (51) 3731 2221	102	Rincão dos Negros	25
			103	Pederneiras	22
			104	São Nicolau	10
			105	Cruz Alta	17
56	Rodeio Bonito	(55) 3798 1155	106	Comunidade do Bino	10
57	Rosário do Sul	(55) 3231 2844 (55) 3231 2852	107	Rincão da Chirca	0
			108	Lagoa Branca	0
			109	Rincão dos Negros	14
58	Santa Maria	(55) 3222 6464 (55) 3286 1637	110	Recanto dos Evangélicos	14
			111	Palmas	20
59	Santana da Boa Vista		112	Rincão dos Dutras	36
60		(53) 258 1350	113	Tio Do	40
61	Santana do Livramento	(55) 3242 2174	114	Ibicui da Armada	35
62	São João do Polesine	(55) 3269 1155	115	Vila São Lucas	0
63	São José do Norte	(53) 238 1402	116	Vila Nova	
64				Bujuru	0
65	São Lourenço do Sul	(53) 251 3002 (53) 251 2131	118	Serrinha	19
			119	Picada	17
			120	Rincão dos Negros	69
			121	Torrão	19
			122	Coxilha Negra	30
			123	Monjolo	25
			124	Rincão das Almas	70
66	São Sebastião do Cai	(51) 635 1066 (51) 365 1208	125	Comunidade	0
			126	Comunidade	0
67	São Sepé	(51) 3233 1535 (51) 3233 1259	127	Ipê	
68	São Valentim	(54) 373 1224	128	Passo do Brum	32
69	Sertão	(54) 345 1295	129	Santa Lúcia	0
			130	Arvinha	28
			131	Mormaça	30
			132	Butia	0
			133	Paiol Queimado	0
70	Silveira Martins	(55) 3224 1200	134	Vila Brasília	30
71	Salto do Jacuí	(55) 3327 1400	135	Júlio Borges	30
			136	Cerro do Ouro	28
72	São Gabriel	(55) 3232 4559 (55) 3232 5586	137	Calheira	40
			138	Von Bock	8
73	Santa Vitória do Palmar	(53) 263 8000	139	Vila Jacinto (Área Urbana)	11
74	Sertão Santana	(51) 495 1066	140	Vila Pedro	30
75	Taquara	(51) 542 6333	141	Paredão	44
76	Tavares	(51) 674 1446 (51) 674 1058	142	Caporóccas	26
			143	Vó Marinha (Ass. Olhos D'Água)	34
			144	Anastácia Machado	15
77	Terra de Areia	(51) 666 1285	145	Boa Vista	24

78	Três Forquilhas	(51) 628 5102	146	Comunidade de Famílias Três Forquilhas	
			147	São Sebastião	38
			148	Morro do Chapéu	41
79	Turuçú		149	Mutuca	25
			150	Cantão das Lombas	20
80	Viamão	(51) 492 7600	151	Morro dos Pretos Forros	0
			152	Anastácia (Barragem)	0
			153	Peixoto/Botinhas	0
81	Vila Lângaro	(54) 616 0003	154	Vila Rocha	0
82	Victor Graeff		155	São José do Umbu	0
<b>Total</b>					<b>3831</b>

75 processos abertos de Quilombos (até 06\_2011)



Processo aberto no INCRA/RS



Processo encerrado a pedido da Comunidade